

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA  
JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO  
JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR  
(ORGs.)

# MOSTRA DE PESQUISA CIENTÍFICA

## Expectativas e resultados Vol. 2



2024

 Editora  
Uema

**Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**Antonia Valtéria Melo Alvarenga  
Jakson dos Santos Ribeiro  
João Batista Vale Júnior  
(Orgs.)**

**MOSTRA DE PESQUISA  
CIENTÍFICA: EXPECTATIVAS E  
RESULTADOS  
Vol.2**



2024

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

© *copyright* 2024 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.  
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA

### Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol.2

#### EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

#### CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Emanoel Gomes de Moura

Fabiola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

**Editoração:** Antonia Valtéria Melo Alvarenga e

Lucimeire Rodrigues Barbosa

**Revisão:** Autores

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; RIBEIRO, Jakson dos Santos (Orgs.).  
Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol.2. Antonia Valtéria  
Melo Alvarenga; Jakson dos Santos Ribeiro e João Batista Vale Júnior. São Luís,  
Eduema, 2024.

P. 281

**ISBN: 978-85-8227-429-3**

I. Antonia Valtéria Melo Alvarenga; II. Jakson dos Santos Ribeiro. III. João  
Batista Vale Júnior.

1. Mostra. 2. Pesquisa. 3. Científica.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

### **SUMÁRIO**

<b>O USO DE ERVAS E PLANTAS, COM FUNÇÕES MEDICINAIS E CURATIVAS NAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM CODÓ-MA .....</b>	<b>09</b>
---	-----------

Antônio Xavier Miranda Neto  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga

<b>ROUPA E O IDEAL DE HOMEM PÚBLICO EM CAXIAS/MA.....</b>	<b>35</b>
---	-----------

Alison Rodrigo Barbosa da Silva  
Jakson dos Santos Ribeiro

<b>EM BUSCA DO BEM VIVER: CONFLITOS POR TERRA, RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DE CODÓ.....</b>	<b>52</b>
---	-----------

Welliton Fernando Pereira Soares  
Marcia Milena Galdez Ferreira

<b>VIOLÊNCIA E DOR NA LUTA PELA TERRA NO POVOADO VERGEL – CODÓ/MA .....</b>	<b>80</b>
---	-----------

Maria Joyce Silva  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga

<b>A REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA EM CARPINA (1968) SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO.....</b>	<b>114</b>
---	------------

Mateus Alves Melo  
Thiago Nunes Soares

<b>A APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DE APOSENTADORIA POR IDADE PARA PESSOAS NÃO BINÁRIAS .....</b>	<b>141</b>
---	------------

Ana Clara Soares Sousa  
Auricelia do Nascimento Melo

<b>INDICADORES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR: SISU.....</b>	<b>162</b>
---	------------

Ivana Cosme Cardozo  
Joseli Lima Magalhães

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**ALIMENTAÇÃO VEGETARIANA ADAPTADA AO CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO .....180**

Amanda Cristina Almeida Ramos Correia  
Alcebiades Costa Filho

**MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E DOENÇA: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DA HANSENÍASE .....207**

Gabriel Rocha da Silva  
Marcelo de Sousa Neto

**“AS MÃOS NA ARTE E OS PÉS NA TERRA”: ARTE-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PROJETO CIDADE SUSTENTÁVEL: EDUCAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE EM POMBOS/PE. .... 224**

Claudenice Maria Silva de Santana  
Thiago Nunes Soares

**USO DE TECNOLOGIAS DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA PECUÁRIA .....244**

Ednardo da Silva Santos  
Francisco Marques Cardozo Júnior

**PRODUÇÃO DA AQUICULTURA EM CIDADES DO ESTADO PIAUIENSE .....262**

Rodolfo dos Santos Sousa  
Francisco Marques Cardozo Júnior

## **Apresentação**

A Coletânea “Mostra de Pesquisa Científica na Universidade Pública”, organizada pelos professores Antonia Valtéria Melo Alvarenga (UESPI /UEMA), Jakson dos Santos Ribeiro (UEMA) e João Batista Vale Júnior (UESPI) tem como finalidade registrar e compartilhar os resultados dos desafios e interesses de pesquisadores/as e orientandos/as em História, Direito, Letras, Pedagogia, Sociologia e outras áreas, com a Iniciação Científica, os Trabalhos de Conclusão de Cursos –TCC de graduação e em outras modalidades de pesquisa realizadas nas universidades públicas, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre as pesquisas desenvolvidas pelos docentes e seus orientandos e o despertar da vocação científica em estudantes de graduação e pós-graduação.

A coletânea não apresenta uma temática específica, tendo dela participado pesquisadores e orientandos /as de diferentes áreas e instituições de ensino, pesquisa e extensão, que estudam variados objetos. Por essa razão, os leitores, pesquisadores e futuros pesquisadores poderão encontrar nos volumes I e II, textos diversificados, com uma riqueza de debates que deixam evidente a ampliação não apenas quantitativa desse segmento do tripé universitário, mas também qualitativa, como uma amostra da diversidade de saberes que vem sendo produzida na universidade pública.

No Volume I optou-se por organizar os textos em duas partes. A primeira tratou dos processos históricos e de temáticas fora dessa área de conhecimento, que agregam para a compreensão da realidade social. Nela encontram-se textos que discutem as questões de gênero, de identidade, Políticas Públicas de Saúde e um estudo sobre Saúde animal e biosseguridade zootécnica no Piauí. Na segunda parte, foram organizados os textos de pesquisadores que trabalham com ensino, seja investigando metodologias ou instrumentos pedagógicos, como fizeram os pesquisadores de História, ou tratando das condições de trabalho

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

docente durante a Pandemia da Covid-19, ou ainda refletindo a respeito do Estágio Supervisionado na docência.

No Volume II, a estratégia utilizada na organização dos textos foi a disponibilização de todas as discussões em uma única seção, por não haver entre os textos definidos para esse volume semelhanças que justificasse sua organização de maneira compartimentada em seções. Assim, no Volume II foram publicados textos que discutem gênero, o uso de plantas medicinais por religiões de matriz-africana, debates sobre a luta pela terra no Estado do Maranhão, a aplicação dos parâmetros de aposentadoria por tempo de contribuição e de aposentadoria por idade para pessoas não binárias, História e memória das doenças, hábitos e costumes de alimentação no Maranhão, uso de tecnologias de baixa emissão de carbono na pecuária e produção da aquicultura em cidades do estado piauiense.

Entende-se que publicações com essa natureza são importantes por diversas razões: estimulam autores a buscarem maior visibilidade para seus estudos; desafiam pesquisadores a conhecerem diferentes aspectos das realidades sociais, com seus sujeitos, lugares, valores e coisas, permitem diálogos entre pesquisadores em estágios de formação e áreas diferentes, amplia relações entre profissionais de diversas instituições, favorecendo a consolidação de uma cultura acadêmica forte e comprometida com o bom e com o bem. Convidamos os leitores a fazerem uso desse material.

Os Organizadores.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**“ O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são (ARISTÓTELES)**



**O USO DE ERVAS E PLANTAS, COM FUNÇÕES  
MEDICINAIS E CURATIVAS, NAS RELIGIÕES DE MATRIZ  
AFRICANA EM CODÓ- MA**

Antonio Xavier Miranda Neto<sup>1</sup>  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga<sup>2</sup>

O presente estudo objetivou compreender a importância das religiões de matriz africana na preservação e ampliação de aspectos da cultura popular no município de Codó-MA, especialmente no tocante a saberes e práticas voltados para o uso das ervas e plantas naturais com finalidades medicinais e curativas. A pesquisa consistiu em uma abordagem qualitativa dos dados, realizada por meio de entrevistas com os sujeitos definidos em amostra e a observação dos ambientes escolhidos para este estudo. De acordo com França (2003, p.81), este tipo de abordagem mostra-se bastante eficaz para a compreensão de objetos culturais por “ levar em conta a visão dos grupos estudados, destacando os sentidos e significados que esses grupos atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, a partir dos quais os atores constroem seu mundo social”.

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado no primeiro

---

<sup>1</sup> Professor no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Licenciado em Letras e em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista Literatura e Ensino, Gestão Educacional e Escolar, Educação Especial e Inclusiva pela UEMANET, em Língua Portuguesa e Matemática pela UFMA, em História do Brasil e Docência do Ensino Superior pela FACULESTE, e em Estudos Afro no Instituto de Educação Superior Franciscano (IESF).

<sup>2</sup> Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESP. E-mail: [valterialvarenga@cchl.uespi.br](mailto:valterialvarenga@cchl.uespi.br); [antoniaalvarenga@professor.uema.br](mailto:antoniaalvarenga@professor.uema.br); Professora do Programa de Pós-Graduação em História –PROFHISTORIA da UESPI.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

semestre do ano de 2022, em três centros religiosos, a saber: uma casa de candomblé, uma casa de umbanda e uma casa que pratica o terrocô<sup>3</sup>, todas localizadas na cidade de Codó - MA. O questionário proposto foi direcionado aos praticantes de religiões de matrizes africanas, dando-se preferência aos sacerdotes e sacerdotisas que assumiram a função de curandeiros (as) em suas comunidades.

Buscou-se compreender os conhecimentos dos participantes sobre o uso das ervas e plantas com finalidades medicinais e de cura em diferentes contextos e formas de uso. Também refletiu-se a respeito das formas de aquisição do conhecimento, da obtenção das ervas e plantas, assim como a importância atribuída à natureza dentro desse universo religioso, notadamente na maneira como os valores identificados são praticados nos terreiros.

A amostra de aplicação dos questionários foi definida com três participantes, cujas funções dentro dos terreiros são de líderes religiosos (*Ialorixá*), ou seja, a mãe de santo e responsável pela casa; (*babalorixá*) pai de santo e uma (*Yakekeré*) mãe pequena. Esses participantes forneceram informações importantes, porém limitadas para os objetivos propostos, pelo fato de, para eles, alguns conhecimentos fazerem parte dos

---

<sup>3</sup>Conforme Bezerra (disponível em <https://www.significados.com.br/candomble-e-umbanda/>) O Candomblé e a Umbanda embora possuam semelhanças, são manifestações religiosas diferentes entre si “como origem, a relação com os orixás, rituais, o fenômeno da incorporação, entre outros”. Para a historiadora o Candomblé é originário da África e chegou ao Brasil com os negros africanos escravizados, passando por adaptações, o que levou a constituição de uma religião afro-brasileira. No que diz respeito à Umbanda, trata-se de um culto essencialmente brasileiro, cujos fundamentos estão vinculados a Zélio Fernandino de Moraes. A Umbanda é caracterizada pelo sincretismo entre catolicismo, espiritismo e religiões afro-brasileiras. O terrocô, por sua vez, é uma religião afro-brasileira muito praticada e difundida no Maranhão. É também conhecida como Tambor da Mata e Encantaria de Barba Soeira (FERRETTI, 2000).

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

segredos da religião e, por essa razão, não poderem ser expostos. Para isso, foi aplicado aos chefes de casa de candomblé, umbanda e terecô um questionário previamente elaborado, com questões abertas e fechadas, que possibilitou a discussão acerca do assunto. Além do questionário, foram realizados diálogos com os líderes religiosos e detentores de conhecimento sobre ervas, plantas e outros saberes utilizados/praticados, com finalidades medicinais e de cura, além de procurar entender sobre a carga de conhecimentos populares que esses chefes possuem, bem como a maneira como são difundidos em suas comunidades. Outro aspecto que integrou o diálogo foram as formas de relação do grupo com o meio ambiente. Embora seja uma prática com intenso uso de elementos naturais, observou-se que a mesma não ameaça a natureza pelo aspecto quantitativo. De todo modo, procurou-se saber como esses sujeitos comportam-se diante da fonte desses recursos que integram seu cotidiano.

Para a realização da coleta de dados foi necessária uma autorização do (a) líder religioso (a), consentindo a entrada do pesquisador no terreiro, bem como discutido os limites das perguntas e publicações. Os líderes constituíram-se em informantes chave, bem como em facilitadores do processo, agindo como mediadores nos primeiros contatos com outros participantes, além de fornecerem informações essenciais sobre as práticas da casa. É válido ressaltar que os aspectos éticos que garantem a integridade dos participantes e dos terreiros neste estudo foram assegurados pela aplicação de termos de consentimentos, os quais informaram e esclareceram aos sujeitos da pesquisa o objetivo do estudo, e apresentaram o compromisso com a privacidade das informações e com a preservação física e psicológica dos envolvidos. Esclareceu-se ainda que em caso de produção de constrangimentos, cansaço ou outros desconforto decorrente da pesquisa, os sujeitos poderiam manifestar-se pela interrupção, pausa ou cancelamento das atividades, sem qualquer prejuízo material ou afetivo entre os mesmos e o pesquisador.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Caracterização do universo de investigação

A presente pesquisa teve como universo de investigação os templos das religiões de matriz africana, sendo: casas de candomblé, terecô e umbanda, localizadas na cidade de Codó, no Maranhão<sup>4</sup>. De uma maneira geral, os templos religiosos figuram-se como espaços sagrados onde os sujeitos são aproximados, de maneira mais efetiva, de suas crenças, na busca pela paz de espírito almejada. No caso dos terreiros de religiões de matriz africana, esses ambientes são também caracterizados como lugares de purificação energética, além de locais em que se realizam, de fato, parte dos ritos sagrados. São nos terreiros onde as entidades, através dos seres humanos evoluídos, descem para fazer seus trabalhos de cura, dar aconselhamentos e trazer o axé, uma saudação religiosa com energia positiva.

Os terreiros visitados pelo pesquisador mostraram semelhanças em sua estrutura física e funcionalidade. Um aspecto em comum é que todos integram o mesmo imóvel onde residem os chefes dessas casas com seus familiares, deixando evidente que aqueles que se dedicam a essas formas religiosas, o fazem em tempo integral. São, com raras exceções, lugares de estrutura física simples, mas com uma organização particular aos preceitos do terreiro. Esses lugares são ricos imageticamente, ornamentados com imagens e estatuetas de santos e dos orixás da casa, além de serem locais de axé, ou seja, ambientes de manifestação da espiritualidade. Infelizmente, por não terem sido

---

<sup>4</sup>Codó é um município brasileiro do estado do Maranhão. Localiza-se no Leste do estado, na microrregião homônima. É polo da Região dos Cocais. Possui uma área de 4 364,499 km<sup>2</sup> e sua população foi estimada em 123 116 habitantes, conforme dados do IBGE de 2020, sendo o sexto município mais populoso do Estado. É o município brasileiro com a maior concentração de centros de religião afro-brasileira por metro quadrado, sendo 400 terreiros Umbandistas concentrados apenas em Codó. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cod%C3%B3>). Acesso em 11/01/2024.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

autorizadas produções de imagens dos terreiros que serviram como universo desta investigação, limitou-se a descrever alguns aspectos dos mesmos, a fim de que o leitor deste texto possa, em um exercício de imaginação, produzir cenas do ambiente estudado. Sobre essas casas, Nascimento e Costa colocam que:

O terreiro, geralmente, é uma adaptação ou aproveitamento de um espaço no fundo de uma residência, garagem, ampliações de algum cômodo, ou seja, o espaço do terreiro é a casa de algum adepto. O terreiro é, pois, em geral a própria casa de seu chefe, não tanto porque ele mora no terreiro, mas, porque ele transformou sua casa num terreiro (BARROS, 2008 *apud* NASCIMENTO e COSTA 2019, p.30).

Por se tratar de uma expressão religiosa que normalmente agrega pessoas de baixa renda, em situação social vulnerável, os espaços de práticas das religiões de matriz africana funcionam com limitações materiais, razão pela qual grande parte dos terreiros são uma extensão da residência do líder religioso e de sua família. Essa estrutura exerce influência nas relações que se desenvolvem entre os praticantes desses cultos, pois embora estabeleçam hierarquias na sua estrutura organizacional, definidas em diferentes funções, habilidades e obrigações ao longo da cadeia ordenativa, não se colocam entre elas distinções que se apresentem como abismos na convivência daqueles que as ocupam do dia-a-dia do terreiro.

Conforme mencionado anteriormente, foram três os terreiros selecionados como amostra para a presente pesquisa. A escolha da cidade de Codó deu-se em razão do número de adeptos das religiões de matrizes africanas naquele município. A cidade é nacionalmente conhecida pela publicidade alcançada por alguns líderes de terreiro, a exemplo dos mais famoso de todos, o Mestre Bitá do Barão,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

que durante décadas, afastando-se do padrão comum, encantou a muitos com seus trajes adornados com ouro e brilhos, e com a magia de sua umbanda. Um dos locais que serviu como campo de investigação foi o Templo de Mãe Janaína (baronesa Janaína), filha e sucessora do saudoso Bitá do Barão. Esse espaço é carregado de muita energia e forte tradição das práticas ritualísticas desenvolvidas por décadas por seu criador, que hoje perpetua seus dogmas e preceitos através da sucessão, em segunda geração.

O outro espaço foi o terreiro de Mãe Rute de Oxum. Também é um local que procura preservar suas tradições, pois segundo os integrantes da casa, os saberes dos mais velhos devem ser respeitados e perpetuados à posteridade, caso contrário o conhecimento se perde no esquecimento. O espaço físico é bem amplo, além de ser rico em plantas, que inclusive servem de matéria prima para a execução dos trabalhos com funções medicinais e de cura, além de outras práticas ritualísticas.

O terceiro terreiro visitado foi o do Pai Café, que como os anteriores dispõe de um espaço bem amplo e apresenta um grande viveiro onde germinam e se desenvolvem várias espécies de ervas e plantas. Por todo o ambiente se observa a presença de imagens e estátuas de santos e orixás, espaços destinados à execução dos trabalhos e locais de apoio que são de fundamental importância, principalmente nos festejos realizados pela casa.

Importante destacar que alguns desses terreiros localizados na cidade de Codó, apresentam uma estrutura melhor que a maioria dos encontrados em outros locais no Estado. Por terem alcançado reconhecimento nacional, conseguem agregar um público de maior poder aquisitivo em suas atividades, recebendo, como contrapartida, doações mais significativas da parte dos frequentadores daqueles ambientes.

Essas estruturas mostram que os terreiros configuram-se em núcleos sociais e simbólicos importantes, que conseguem promover a

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

integração homem/homem/mulheres e com a natureza de maneira respeitosa. Os rituais praticados evidenciam que a natureza é a fonte de onde extraem o que denominam de “axé” para os trabalhos de cura tanto dos males físicos como também dos do espírito. Para Barros (2008) *apud* Nascimento e Costa (2019, p.29) “o terreiro significa, para os seus frequentadores, um espaço idealizado, divinizado, no qual “orixás” e “guias” baixam, para manifestar ali o encontro desses com a sua comunidade religiosa”.

### Análise dos dados

O processo de aplicação do questionário aos participantes foi um momento da pesquisa de bastante aprendizado, considerando que a interação entre pesquisador, participantes e objeto de estudo forma uma experiência edificadora, pois nesse momento ele conhece, de maneira eficiente e clara, seu objeto de estudo. Para a obtenção dos dados aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, com 8 (oito) perguntas. O primeiro questionamento feito aos participantes (chefes dos terreiros) foi em relação ao gênero e as respostas foram: *Feminino* (Participante A); *Feminino* (Participante B) e *Masculino* (Participante C).

Ao analisar-se os dados sobre as chefias dos três centros religiosos que aceitaram a aplicação do questionário, identificou-se que se trata tanto de líderes religiosos do gênero masculino quanto do feminino, com a prevalência do gênero feminino. Embora não seja possível afirmar que os valores patriarcais e machistas que sobreviveram às transformações da sociedade brasileira não tenham afetado as funções desempenhadas por pessoas de sexo diferentes nesses ambientes, pode-se dizer que a ascensão ao topo da hierarquia, por parte de mulheres nessas religiões, acontece de forma mais dinâmica que em outras religiões, podendo ser identificada, ao

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

longo do tempo, a constante presença de mulheres no exercício dessas lideranças. Importante destacar que apesar dessa possibilidade de ascensão feminina, a estrutura funcional mostra a permanência de uma divisão sexual do trabalho, com funções definidas como próprias às mulheres e outras específicas para homens. É o que se observa na descrição a seguir:

Um terreiro, enquanto comunidade, também tem normas e seus aplicadores: é dirigido por uma valorixá (mulher) ou um babalorixá (homem) e abaixo deles seguem inúmeros cargos, indo da Mãe Pequena e Pai Pequeno, 2ª categoria mais alta no Candomblé, ao mais raso, referente ao iniciado no sacerdócio. Todos os integrantes deste espaço sagrado, do mais recente filho de santo ao líder religioso, têm sua função e responsabilidades na manutenção do terreiro (SANTOS, 1993, p.08).

A hierarquização dentro do terreiro marca a responsabilidade de cada função em relação ao desempenho das atividades. Ela adota um formato vertical, mas é importante enfatizar que, mesmo estando as funções dispostas em grau crescente de autoridade, todas elas (as funções) possuem importância fundamental em suas particularidades.

O próximo questionamento feito aos participantes esteve relacionado com o seguimento religioso praticado, pois nas religiões de matrizes africanas existem uma diversidade de práticas e, essa pergunta foi relevante para validar as afirmativas acerca do objeto de estudo. Nesse sentido, os participantes responderam: uma para *Terecôl/Candomblé* (Participante A); uma para *Candomblé* (Participante B) e um para *Umbanda* (Participante C), coincidindo, em suas auto-descrições, com os critérios utilizados pelo pesquisador para definir a amostra.

Como informado inicialmente, a amostra desta pesquisa teve como eixo de investigação três segmentos religiosos de matriz africana



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

(terecô, candomblé e umbanda), o que tornou possível compreender melhor as discussões em torno do uso de ervas e plantas com finalidades medicinais e de cura nestas religiões. Ainda que a escolha dos sujeitos da pesquisa tenha sido realizada previamente, essa pergunta foi elaborada pela crença na necessidade de uma auto-definição, pois nem sempre o sujeito pesquisado consegue identificar-se com as categorias que lhes são previamente atribuídas pelo pesquisador. Dito isso, buscou-se entender como os diferentes matizes das religiões de matriz africana relacionam-se com a natureza .

A próxima indagação feita aos participantes foi em relação ao número de anos de trabalho na casa. Esse questionamento foi relevante para esta investigação por se buscar compreender um tipo de conhecimento que se desenvolve com a prática, com a convivência com as tradições e com a imersão nesse universo, considerando que quanto maior o tempo de trabalho, maior é a intimidade com as práticas da religião. As respostas obtidas foram: *Mais de 20 anos* (Participante A); *Mais de 20 anos* (Participante B) e *Entre 10 e 20 anos* (Participante C).

De acordo com os dados coletados por meio deste questionamento, foi possível verificar que os participantes já possuíam uma longa trajetória nas suas respectivas casas. Todos os participantes iniciaram suas obrigações há bastante tempo, o que torna suas respostas significativas para o objeto dessa pesquisa, vez que a longevidade da prática oportunizou aos mesmos o aprendizado dos saberes sagrados, das místicas (práticas dos ritos que são segredos) e das vivências (relações com a comunidade, com a fauna e a flora).

Aos participantes lhes foi perguntado quais as suas respectivas funções dentro de sua religião. As respostas obtidas foram: *Mãe de Santo* (Participante A); *Yakekeré* (*Tradução do dialeto Yorubá Mãe Pequena*) (Participante B) e *Pai de Santo* (Participante C). De acordo com as respostas é possível verificar que as funções dos participantes em suas casas são importantes para a comunidade, pois atribuições como as citadas acima possuem um grau de responsabilidade maior em relação

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

às demais. Cada casa pode seguir um procedimento específico, o que não mudar é a importância da (o) Mãe/Pai de Santo; eles podem seguir ou não uma linha mais tradicional, no entanto, é válido ressaltar que é trabalho da(o) Mãe/Pai de santo selecionar e categorizar as funções dos filhos de santo dentro da casa (SANTOS, 1993).

Aos participantes lhes foi perguntado: *Você utiliza plantas e ervas nas suas práticas religiosas? Se sim, com que finalidade?*<sup>5</sup>

Sim, usamos sim, fazemos tanto na parte medicinal ....como nas curas.

(Participante A).

Seja no tererê, candomblé ou na umbanda ou em qualquer outra nação do segmento religioso afro, sempre todos os trabalhos é com ervas. Pra banhos de descarregos, pra banhos de chama, pra banhos de cabeça, lavagem de cabeça, lavagem de fio de conta, lavagem de rosário, ou dos Ibás dos Orixás. Então não existe função, não existe ritual dentro de um terreiro, seja qual nação for, que não seja usadas as ervas.

(Participante B).

Sim, quando chega aquelas pessoas aqui doente que precisa dum trabalho de cura e a gente vai procurar aquelas plantas medicinais pra fazer um banho, pra fazer garrafada, pra fazer um chá, com a licença de Deus, para aquela pessoa ficar bom daquilo que ele veio atingido com a doença, que pode ser também um lado do espiritismo que foi alguma coisa que alguém botou, uma feitiçaria, uma perseguição, uma inveja, olho grande, a gente tira com as plantas, fazendo um

---

<sup>5</sup> Os pesquisadores chamam a atenção do leitor para a decisão de manterem as falas dos sujeitos dessa pesquisa no seu formato original, o que em alguns momentos podem ser apresentadas fora dos fundamentos definidos pela norma culta.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

banho e fazendo chá e garrafada para aquelas pessoas receber as graças de Deus.  
(Participante C).

Como é possível verificar, toda a amostra investigada utiliza os recursos fornecidos pela natureza para a efetivação de suas práticas ritualísticas. A primeira participante abriu um parêntese quando em sua resposta colocou duas expressões similares, o que deixou os pesquisadores reflexivos. Apesar disso, foi possível entender que ela se refere ao uso das plantas e ervas em duas situações distintas: uma com função medicinal, quando as utiliza para a realização de tratamentos dos males do corpo através da elaboração de guentos e garrafadas e, a outra de cura, por meio dos benzimentos e banhos.

Segundo os participantes da pesquisa, a grande maioria das pessoas que frequentam seus espaços religiosos utilizam as plantas e ervas quer sejam nos banhos, nos benzimentos ou nas garrafadas. Para eles (participantes) a natureza traz a cura juntamente com a fé, por terem seus usos orientados pelos orixás e guias, com as graças de Deus. Importante destacar o comportamento dessas pessoas que buscam auxílio para suas aflições nesses espaços, pois embora procedam de outros ambientes culturais, ao participarem dos rituais ali praticados, desenvolvem com ele uma conexão que nem sempre estão em acordo com suas referências iniciais.

[...] dois aspectos merecem uma reflexão: em primeiro lugar, o fato de que não se trata aqui de uma concepção animista de acordo com a qual a natureza possuiria poderes *per se*. Ao que tudo indica, embora haja um reconhecimento da energia concentrada na natureza, há também a percepção de que esta força só pode ser liberada através da intervenção humana (as

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

rezas e os cantos) associada à vontade e ao poder da divindade (SANTOS e GONÇALVES, 2011, p.04).

Nessa perspectiva, a natureza e seus elementos assumem para os diferentes segmentos religiosos afro, o papel de mediação entre o sagrado e a cura. Para quem as utiliza em suas práticas, elas têm o poder de curar não somente dos males do corpo, mas também os do espírito, pois como comentou a Participante B “[...] não existe função, não existe ritual dentro de um terreiro, seja qual nação for, que não seja usada as ervas”.

Dando continuidade à aplicação do questionário, aos participantes foi perguntado: *Outras pessoas, além das lideranças, utilizam plantas e ervas com finalidade medicinal nos trabalhos realizados na Casa?* As respostas foram:

Não, aqui nós não aceitamos outras pessoas vir fazer, quem geralmente faz é a mãe de santo, ou tem o corpo mediúnico da casa que é a Mãe pequena, Guia e Contra Guia. (Participante A).

Sim, sim. Hoje de uns 10 anos ou 15 anos se não me engano pra cá, se não me falha a memória, passamos a ter um maior cuidado devido hoje a população, seja ela mais nova ou não ter problemas de hipertensão, problemas cardíacos, problemas de diabete. Então hoje a gente procura ter aquele cuidado quando entra uma pessoa na casa, pra ser filho de santo da casa e a gente procura saber o tipo de problema de saúde que a pessoa tem e pra que não venha a ter um tipo... Não ter uma piora quando é necessário tomar uma infusão, chá e etc. Que às vezes a pessoa tá com problema, uma simples dor de cabeça e a gente vai dá um chá sem saber o real motivo, às vezes a pessoa é hipertensa ou tem outro tipo de doença qualquer, então a gente tem que ter certeza do que realmente

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

aquele filho, ou aquela pessoa tem de saúde pra médico, pra que a gente possa usar um certo tipo de erva. (Participante B)

Sim, começando pelos tipos de santos, os Ogans, os tamborzeiros da casa e também minha família de sangue, entendeu? Por que na prática tem muitos deles que participa fazendo parte do terreiro como filho e como médium e tem outros que só olhando, mas está sempre ali ajudando a gente a fazer esses banhos feitos com alfavaca, jardineira, pau-de-Angola, é... Eucalipto e também com Gerlão pra fazer esses banhos para aquelas pessoas tomar banho para descarregar o corpo entende? Fortalecer o corpo e o Anjo de guarda. (Participante C).

As respostas foram um pouco confusas e precisou-se de um diálogo maior para entender o que fora afirmado no questionário. Também contribuiu nesse entendimento, a observação das atividades realizadas no ambiente, no período da execução da pesquisa. Em síntese, os participantes afirmaram que sim, outras pessoas que desempenham funções específicas na casa podem usar dessa matéria prima no preparo de trabalhos. No entanto, nas casas, não são permitidas pessoas de fora manipularem as ervas e plantas, pois se trata de uma ciência que é desempenhada segundo instruções de guias, encantados e orixás. Conforme uma das respostas apresentadas, não é um simples ato físico, ou a submissão do material biológico a um processo químico geral. Como enfatiza a participante A: *“Não, aqui nós não aceitamos outras pessoas vir fazer, quem geralmente faz é a mãe de santo, ou tem o corpo mediúnico da casa que é a Mãe pequena, Guia e Contra Guia”*.

Tendo em vista que tudo que o ser humano pratica tem seu surgimento em algum referente, a próxima indagação feita aos participantes foi: De onde vieram os conhecimentos acerca do uso de

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

plantas/ervas que você ou outras pessoas da comunidade utilizam em suas atividades ? Suas respostas foram bem precisas:

Nós usamos as plantas, mas a nossa intuição é através dos guias, eles que nos orientam como fazer, pra que serve cada planta e qual o significado, no caso se for um banho, pra que aquele banho, se for um remédio pra que serve. Então são eles que dão essas intuições pra gente (Participante A).

Antes de eu entrar para o terreiro a gente já usava porque é aquela famosa história da farmacinha da vovó. Eu por exemplo, conheci minha bisavó e se a gente sentisse uma dor de barriga era um remédio caseiro com ervas, se era pra vômito era o remédio de erva e, naquela época citado muito até porque naquela época não havia muita opção de medicina dentro de Codó, então toda casa tinha sua farmacinha medicinal de ervas. Era a erva cidreira, era o Capim-limão, era o Hortelã, não sei se na época existia o Anador, mas era usado pra verminose o mastruz etc, fora a folha de manga, entrecasco de caju que servia pra outros tipos de doenças. Então , isso ai sempre vinha da época dos nossos antepassados, dos nossos avós, nossos pais e no terreiro continua a mesma coisa, só que hoje de uma maneira mais cautelosa devido aos problemas de saúde. Hoje as crianças já nascem com seus problemas, então a gente tem que saber o que que a pessoa tem pra não dá um tipo de chá, não dá um tipo de garrafada que possa vir a ter algum tipo de alteração no problema de saúde da pessoa (Participante B).

O conhecimento vem da minha família, da minha mãe porque minha mãe era do espiritismo e como a gente era do interior, morava na zona rural e ela sempre foi do espiritismo e tudo aprendi com o guia

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

dela que é o caboclo dela que é chamado Caboclo das sete encruzilhadas e eu sempre fui uma pessoa muito curioso e hoje pra você aprender alguma coisa você tem que ser curioso, se você não ser curioso você não aprende. Você tem que perguntar pra esse encantado, esse orixá, esse *vodum* como é que a gente faz um banho, como é uma coisa e ele foi me ensinando, entendeu? E eu aprendi Graças a Deus! (Participante C).

Como é possível verificar por meio das respostas, os conhecimentos acerca dos poderes curativos das ervas e plantas são transmitidos entre gerações, pois conforme os sujeitos da pesquisa, utilizam saberes herdados das mães e avós, que são geralmente responsáveis pelos cuidados aos entes familiares e demais pessoas em comunidades tradicionais. Então, mesmo podendo ter sua origem atribuída a um ser mágico, transcendental, que pertença ao mundo extra-físico, caso de um dos participantes cujos ensinamentos são relacionados aos ancestrais, ou seja, fornecido diretamente do plano espiritual, através de guias, conforme pontua o Babalorixá (participante C) quando afirma “ [...] *tudo aprendi com o guia dela que é o caboclo dela que é chamado Caboclo das sete encruzilhadas*[...], “[...] *Você tem que perguntar pra esse encantado, esse orixá, esse vodum como é que a gente faz um banho, como é uma coisa e ele foi me ensinando, entendeu?*”, eles também pertencem ao plano das relações terrenas, das sabedorias populares que são praticadas no cotidiano das famílias simples, que vivem distante do mundo moderno e de seus aparatos. Sobre essa dinâmica da vida. Prandi preceitua que:

[...] todo o conhecimento tradicional baseia-se na oralidade. Mitos, fórmulas rituais, louvações, genealogias, provérbios, receitas medicinais, encantamentos, classificações botânicas e zoológicas,

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

tudo é memorizado. Tudo se aprende por repetição, e a figura do mestre acompanha por muito tempo a vida dos aprendizes. Os velhos são os depositários da cultura viva do povo e a convivência com eles é a única maneira de aprender o que eles sabem. Os velhos são os sábios e a vida comunitária depende decisivamente de seu saber, de seus mistérios. O ancião detém o segredo da tradição. Sua palavra é sagrada, pois é a única fonte de verdade (PRANDI, 2001, p.53).

Confrontando-se com um dos princípios do mundo moderno, em que o “velho”, o passado, pouco importa, nestes cenários o conhecimento é sempre adquirido no convívio do novo com o velho. Essa é um dos mais respeitados fundamentos das religiões de matriz africana: a importância do mestre, do guia, do ancestral. As louvações, as rezas, os benzimentos, as infusões e as garrafadas produzidas nos terreiros, embora atualizadas pelas circunstâncias do presente, são reconhecidas como originárias de um outro tempo, tendo parte do seu reconhecimento nessa condição. De acordo com a Mãe Pequena (participante B) *“Eu por exemplo, conheci minha bisavó e se a gente sentir uma dor de barriga era um remédio caseiro com ervas, se era pra vômito era o remédio de erva e, naquela época citado muito até porque naquela época opção de medicina dentro de Codó, então toda casa tinha sua farmacinha medicinal de ervas”*.

A próxima indagação feita aos participantes foi: *Quais são as plantas/ervas mais utilizadas para os procedimentos dentro da casa? E onde são encontradas?*

Agora aí é mistério, a gente não pode comentar porque faz parte do segredo da casa (Participante A).



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Aí é complicado e não é né!? Bom, as ervas mais utilizadas aqui no terreiro tem, todo terreiro tem que ter, principalmente se for de candomblé a gente usa, tem que ter o dendê, tem que ter a folha, o tipí que muitos chamam guiné, tem que ter o manjerição, o alecrim é também é muito usado, tem que ter a jardineira, a folha de, uns chama Santa Maria, outros chamam é... Agora eu esqueci o nome da folha, mas todas as folhas em termo de ritual, de feitura de santo, toda casa tem que ter. Se a gente não tem, a gente tem que ter uma maneira de trazer, mas tem que ter. Aqui em casa todas as que nós precisamos temos aqui. O terreiro tem que ter essa horta pra cultivar, tem delas que no caso como o dendê é grande quando vai ficando numa certa altura a gente já tem que ter outro alí pequeno pra deixar e são muitas, depende também porque cada filho de santo tem uma corrente mediúnica, tem filho que pega uma folha que o outro não pega e assim por diante (Participante B).

O que a gente mais utiliza aqui pra fazer os nossos trabalhos, também os banhos pra lavar a cabeça dos médiuns é a Alfavaca, Jardineira, Angola, Chanana. Chanana representa Iansã e Gerlão, Eucalipto e outras ervas, entendeu? Que no momento saiu da mente. A gente consegue encontrar nas casas daqueles pais de santos mais velhos, entendeu? Que usa esses tipos de planta e também na casa de um amigo, na casa de um vizinho, daquele povo mais antigo da cidade de Codó e também a gente encontra nas matas, entendeu? (Participante C).

Como é possível visualizar com as respostas, os participantes explicam que existem muitos mistérios em torno dos preceitos que envolvem o uso das ervas e plantas, as finalidades de curas do corpo e

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

do espírito, por isso, um dos informantes preferiu não adentrar nessa discussão. Porém, embora os outros também tenham pontuado a existência desses mistérios, forneceram dados gerais sobre as espécies utilizadas. Observou-se que as referidas posturas estão relacionadas com o seguimento religioso adotado, tendo na praticante do Terecô, maiores reservas para detalhar suas atividades. Nas falas dos líderes religiosos não foram informadas as finalidades específica do uso de cada uma dessas plantas, quais os benefícios e os efeitos que as mesmas produzem. A relação que estabelecem com elas, como parte da natureza, é envolta em uma espécie de magia, que necessita ser guardada e protegida de possíveis adversários. Diferentemente do uso que a ciência realiza dessas mesmas espécies, o reconhecimento de sua eficácia não está na demonstração da mudança provocada no estado afetado, mas na fé naquele que orienta sua utilização. Assim, sua importância não se faz pela manifestação de nenhum extraordinário ou por qualquer nova descoberta a seu respeito, mas pela tradição que carrega nesse universo de cultura religiosa.

A penúltima indagação estava relacionada com a maneira como percebem a natureza: *O que é a natureza para você?* Essa pergunta, *a priori*, pode até parecer muito simples, mas as respostas recebidas conseguiram promover uma complexa reflexão sobre o homem, a ancestralidade, a fé, a vida e principalmente o respeito pelo sagrado que se apresenta através da natureza.

A natureza é um lugar, é onde nós respiramos, onde nós encontramos o ar puro e temos o contato com as plantas, temos o contato com o tempo. Eu posso dizer até que através das plantas, através da natureza, nós podemos até ter a telepatia de fazer meditações, concentrações, e digo que a gente conversa até com as próprias plantas porque elas deixam a gente melhor, o astral, até mesmo se você tiver com algum problema, alguma coisa, ali você desabafa. Então, a

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

natureza é tudo, é vida. É um lugar onde você pode encontrar muitas coisas se você souber trabalhar com ela (Participante A).

A natureza pra mim, depois que eu entrei para o Candomblé, foi que eu fui ter o conhecimento que a natureza é tudo, sem a natureza não existe orixá, não existe Ialorixá, não existe Babalorixá, não existe Iaô, não existe ser humano, sem a natureza acaba tudo, acaba o mundo. Porque a natureza é vida, é como os rios, os mares, é as matas de Odé, é as águas de Oxum, os rios da Oxum, os Oceanos de nossa mãe Iemanjá. Sem a natureza... A natureza é o Orixá, Orixá é vida, Orixá é tudo na nossa vida, se acabar a natureza, acabou o mundo, não existe mais vivente (Participante B).

A natureza é a vida, é a água, é o vento. A natureza é isso, a natureza é tudo na vida pra nós (Participante C).

As respostas apresentadas acima entram em harmonia e delineiam o entendimento de que a natureza é a própria religiosidade praticada, é o sagrado e, portanto, a vida. De acordo com a participante B (Mãe Pequena da casa), sem a natureza não existiria vida. “[...] *Porque a natureza é vida, é como os rios, os mares, é as matas de Odé, é as águas de Oxum, os rios da Oxum, os oceanos de nossa mãe Iemanjá. Sem a natureza... A natureza é o Orixá, Orixá é vida, Orixá é tudo na nossa vida, se acabar a natureza, acabou o mundo, não existe mais vivente*”. Tendo em vista a importância reconhecida por essas autoridades religiosas, foi perguntado: *Existe algum trabalho de preservação dessa tradição, bem como sobre o uso sustentável das plantas?* Esse questionamento serviu para fundamentar a reflexão anterior, considerando que se para os informantes a natureza é tão importante, naturalmente espera-se que eles, dentro de suas casas e comunidades, procurem de alguma forma

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

realizar um trabalho de preservação e conservação da natureza. Suas respostas foram:

Nós temos um local aonde nós preservamos, aonde nós fazemos nossos trabalhos espirituais que essa preservação ambiental, onde tem essas plantas, nós trabalhamos lá. Existe assim os mistérios dos encantados (Participante A).

Esse trabalho aqui no terreiro a gente faz aqui pra nós porque você vê que nosso espaço cada dia que passa tá aumentando mais e diminuindo pra ter esse espaço das plantas, mas sem a gente tem, mãe Nilsa tem parentes que mora no interior e plantas que a gente vê que ela cresce demais a gente manda pra lá e quando a gente precisa a gente pega, mas esse tipo de coisa que a nós queríamos aqui pro espaço perto de alguma água corrente que era pra ter esse espaço pras ervas sagradas grande como a aroeira que é essencial, a cajazinha que é essencial, é ... São Gonçalim é essencial, essas folhas são necessárias dentro do terreiro. Então um terreiro de Candomblé se ele não tiver esses espaços pra essas ervas, quando a gente precisa a gente tem que mandar buscar no interior, porque o espaço que a gente tem é pouco e a gente já fez, nós aqui do terreiro lá pra trás, acho que já faz muito tempo, toda vez que a gente tem oportunidade que o município cria algum tipo de reunião que é falado o que precisa pra criar políticas públicas ... a gente sempre pede uma área de preservação pra que a gente possa sempre ter não só pra questão de terreiro, mas pra questão de saúde mesmo, porque da aroeira a gente usa pra tudo dentro do terreiro, pra saúde então nem se fala. Então são plantas que não podem ter no terreiro porque são grandes, crescem

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

muito e são várias que assim de cabeça assim a gente não recorda não no momento (Participante B).

Sim, principalmente quando a gente vai fazer a corrente de preto velho, porque preto velho é cura e a gente pratica esses tipos de planta, entendeu!? pra fazer o banho e também as folhas pra fazer trabalho, pra fazer benzimento, pra fazer cura de uma chega uma criança alí doente, um quebrate, ventos virados. A gente vai pegar ali aquelas plantas pra fazer aquele banho e pegar pra fazer o benzimento pra curar aquelas pessoas que chegam atingidos de qualquer tipo de coisa (Participante C).

Conforme pode ser verificado através dos dados coletados, cada uma das casas religiosas que serviram de *locus* de investigação reconheceu a importância da preservação da natureza, principalmente porque é dela que eles extraem sua principal matéria prima. Há um respeito muito grande pelas forças da natureza e, os participantes não se omitem em expressar sua gratidão pela força e poder que ela oferece. Em todas as casas pesquisadas ficou nítido o respeito e o compromisso pelas ervas e plantas que utilizam para materializar sua fé, conforme discute o Babalorixá (participante C):

[...] quando a gente vai fazer a corrente de preto velho, porque preto velho é cura e a gente pratica esses tipos de planta, entendeu!? pra fazer o banho e também as folhas pra fazer trabalho, pra fazer benzimento, pra fazer cura de uma chega uma criança alí doente, um quebrante, ventos virados. A gente vai pegar ali aquelas plantas pra fazer aquele banho e pegar pra fazer o benzimento pra curar aquelas

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

pessoas que chegam atingidos de qualquer tipo de coisa.

Santos e Gonçalves (2011) expressam de maneira clara a relação que se estabelece entre as religiões afro-brasileiras e a natureza. Para esses pesquisadores não existem dúvidas sobre o respeito que os líderes e os demais seguidores das religiões de matriz africana mostram perante a natureza. Não apenas pelas necessidades que os terreiros têm da flora, mas como parte integrante de seu universo e, da própria identidade dos seus deuses, o que gera um sentimento de respeito, dependência e integração para com ela de maneira completa: pelos rios, pelos ares, pelos mares e pelos vivos de todas as espécies..

Diante da presente discussão, foi possível observar a maneira positiva como as ervas e plantas são utilizadas por religiões de matriz africana. De acordo com os entrevistados, sem a presença dos elementos oriundos da natureza, não seria possível promover os trabalhos de cura e tratamento que realizam e, nem a sobrevivência do homem. As plantas e ervas utilizadas com funções medicinais compõem, portanto, a identidade dessas religiões na cidade de Codó-Ma, em particular, além de fazerem parte da identidade cultural de toda a comunidade, sendo elemento integrante dos saberes populares. Nesse sentido, é possível afirmar que, mesmo não tendo sido parte desse estudo, um grande número dos cidadãos de Codó-MA fazem uso das ervas e plantas com finalidades medicinais, sejam elas em forma de banhos, infusões, garrafadas ou benzimentos. Esse tipo de afirmativa está sustentada nas tradições das famílias que residem no município, na rica flora que oferece o Estado e nos aspectos de religiosidade que marcam as pessoas que vivem nessa cidade, apontada por diversos pesquisadores como a de maior expressividade das religiões de matriz africana no território nacional.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa procurou realizar algumas reflexões, a partir de estudos bibliográficos e pesquisa de campo, a respeito das contribuições produzidas pelas religiões de matriz africana na formação da identidade cultural de seus participantes na cidade de Codó-MA, tomando para isso suas práticas ritualísticas, notadamente uma das atividades que melhor agrega os saberes que são nela produzidos: o uso de plantas e ervas com finalidades medicinal e de cura.

Durante a execução deste estudo foi possível visualizar aspectos da história das religiões de matriz africana, tanto aqueles que são considerados mais gerais, por terem uma longa duração na história dos povos originários – povos africanos e seus descendentes, quanto das manifestações que se formaram no Brasil, com o processo de aculturação entre as religiões africanas e as dos povos europeus e indígenas.

É importante ressaltar que não se pretendeu realizar um panorama histórico das religiões de matriz africana. O interesse foi mostrar formas de resistência dos saberes populares, em um contexto de hegemonia da cultura moderna e científica que se confronta com muitos dos seus fundamentos. Não restam dúvidas que nesse processo, as manifestações culturais religiosas de matriz africana tiveram que agregar ritos, expressões e práticas de outras formas culturais, processo consequente da diáspora a que os povos africanos escravizados foram submetidos e de demandas que foram produzidas nos novos tempos e contextos.

Assim, a literatura apresentada neste texto evidenciou que as religiões de matriz africana comungam em seus rituais de um elemento de grande importância para todas elas: a relação de harmonia com a natureza, procurando encontrar um equilíbrio entre as necessidades físicas, materiais e o bem estar espiritual. Para isso, buscam na flora e em outras instâncias da natureza, com prática sustentáveis da utilização dos seus elementos, o caminho para o equilíbrio desejado. Dentre os

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

segmentos religiosos investigados nesse estudo, o terecô, a umbanda e o candomblé, observou-se o uso efetivo dos recursos naturais como fundamento principal de suas liturgias. Os conhecimentos que decorrem dessas experiências são passados de geração em geração, por meio da observação das práticas e costumes dos mais velhos e dos ensinamentos dos guias e Orixás, quando estão em terra.

Através desse estudo, pode-se afirmar que a investigação e execução deste estudo possibilitou alcançar os objetivos propostos em parte, pois embora o questionário aplicado, os diálogos com membros dos terreiros e a observação do cotidiano dessas comunidades tenham agregado informações importantes para essa discussão, a pesquisa foi autorizada com o compromisso de não ultrapassar os limites definidos pelos sujeitos da mesma. Isso esteve muito bem demarcado na fala dos líderes, ao fornecerem respostas curtas ou evasivas em situações que conduziam a caminho que não era o pretendido pelos pesquisadores. Também pode ser constatado na não autorização de produção de imagens e sons que tornassem público ou identificáveis atividades desenvolvidas no interior desses ambientes.

Dessa forma, foi possível concluir que a cidade de Codó-MA, em suas manifestações culturais de natureza religiosa, é um grande celeiro de resistência de conhecimentos populares, tanto no que diz respeito à utilização de ervas e plantas com a finalidade medicinais e de cura, como em outro aspectos que integram esse universo. Essas vivências estão presentes no seio da população por integrarem o seu cotidiano. Um das razões para isso talvez tenha explicação no grande número de terreiros de religiões de matriz africana existente na cidade, em torno de 400, e no fato de praticamente metade da população ser adepta dessas religiões (terecô, candomblé e umbanda) ou, pelo menos, de não oferecer às mesmas fortes resistência.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Referências

BARROS, S C. **Geografia e Territorialidades na Umbanda: Usos e Apropriações Dos Espaços Urbanos**. Curitiba: Editora UFPR. n. 16, p. 55-64, 2008.

BEZERRA, Juliana. **Diferenças entre Candomblé e Umbanda**. Disponível em <https://www.significados.com.br/candomble-e-umbanda/>. Acesso em 11/01/2024.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de Barba Soeira: Codó, Capital da magia negra?** São Paulo: Siciliano, 2001.

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6. ed. Ver. E ampl. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desceu na guma: o caboclo no tambor de mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti**. 2 ed. rev. e atual. São Luís: EDUFMA, 2000.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova** São Paulo, Hucitec. 1991.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

SANTOS, Deoscoredes M. dos (Mestre Didi); SANTOS, Juana Elbein dos. **A cultura nagô no Brasil: memória e continuidade.** Revista USP, n. 18, p. 08-51, 1993.

SANTOS, R. O. GONÇALVES, A. G. B. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico- metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. A natureza e seus significados entre os adeptos das religiões afro-brasileiras. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões.** Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. consultado em 10 de março de 2022.

SANTOS, Jaime Pacheco dos. “Práticas religiosas, meio ambiente e dignidade” In **Anais do I Seminário Educação, Cultura e Justiça Ambiental: meio ambiente e espaços sagrados no contexto das unidades de conservação.** Rio de Janeiro, 2006, mimeo, (no prelo), p. 106.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### ROUPA E O IDEAL DE HOMEM PÚBLICO EM CAXIAS/MA

Alison Rodrigo Barbosa da Silva<sup>1</sup>

Jakson dos Santos Ribeiro<sup>2</sup>

#### Introdução

O objetivo deste estudo é analisar a influência da moda nos jornais de Caxias correspondente aos tempos republicanos. As reflexões deste texto foram realizadas a partir do trabalho de análise nos Jornais *A Voz do Povo*, *Cruzeiro*, *Folha de Caxias* e *Revista Athenas*, e seus impactos nos comportamentos masculinos durante a segunda república. Para isso ocorrerá a identificação dos discursos sobre as vestimentas circulantes em Caxias, destacando padrões ideais para aqueles que eram socialmente ativos, tanto na cena pública quanto no cotidiano, isso se deu através do mapeamento e análise dos jornais e revistas outrora citados.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA / e-mail: [alisonrobarbosa@gmail.com](mailto:alisonrobarbosa@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do Programa de Pós-Graduação em História MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEMA). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA [jaksonribeiro@professor.uema.br](mailto:jaksonribeiro@professor.uema.br).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Nesse sentido, teóricos como Vieira (2012), Prado (2019), Bourdieu (1989), Barros (2015) e Burke (2004) foram essenciais para fundamentar as discussões. Eles contribuíram com conceitos relacionados ao imaginário social, relações de poder, estruturação do papel masculino na sociedade e noções de poder simbólico, que moldaram as representações na construção da ideia do corpo social.

Por essa ótica, é relevante mencionar como as histórias sociais e culturais estabelecem conexões, abrindo espaço para novos parâmetros de práticas sociais. Essa interação atua como um conjunto de fatores formadores de identidade, culminando em um perfil autêntico que normatiza os atributos do homem na hierarquia social da época.

Dessa forma, os comportamentos que constituem esses perfis resultam de uma combinação de aspectos culturais e sociais, estabelecendo vínculos entre o indivíduo, a sociedade e suas reproduções, conforme abordado por Roger Chartier (2002). Nessa perspectiva, as práticas e representações desempenham um papel fundamental na construção e idealização do papel social do homem. O propósito por trás do resgate dessas temáticas é discutir como essas práticas culturais caracterizam um grupo social específico. As roupas e fotografias da época, por exemplo, possibilitam a análise dos costumes e práticas do cotidiano social, estabelecendo assim através do vestir simbologias; um poder simbólico!

Em visto dessa questão, é salutar apontar que a história social<sup>3</sup> serve como um cenário orientador para a execução desse estudo. Dessa

---

<sup>3</sup> A história social é uma disciplina que busca compreender e analisar as experiências humanas ao longo do tempo, priorizando as interações sociais, as estruturas sociais, e os fenômenos culturais. Em vez de focar apenas em eventos políticos e líderes, a história social explora as vidas cotidianas, as relações entre diferentes grupos sociais, as mudanças nas mentalidades e as influências culturais que moldam as sociedades. Essa abordagem busca dar voz às pessoas comuns e entender as dinâmicas sociais que contribuem para a evolução e transformação das comunidades ao longo da história.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

maneira, essa construção de idealizações se expressa através de objetos que, em algum momento, já participaram da historiografia, como destaca o autor José D' Assunção Barros (2005). No uso de imagens como formas de expressão individual e coletiva de tudo aquilo “que o homem produz de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca [...]” ( Barros, 2005, p. 129).

Nesse sentido, os objetos, ou seja, as imagens, tornam-se portadores de representações responsáveis pela disseminação de uma reação, de um significado. O autor analisa as imagens como mecanismos de expressão e poder, desempenhando tal característica por meio de um discurso, conforme ele:

As imagens – que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais – também se mostram ao historiador experimentado como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confronto [...]. (BARROS 2015,p.22)

Com base nesse argumento, as imagens desempenham um papel significativo nas interações com outros segmentos sociais, como, por exemplo, a história política e o imaginário. Quando essas imagens “problematizam” a cena social, atribuindo a si contextualizações respaldadas em “visões de mundo sobre questões sociais e políticas de maior interesse”, ou seja, quando exploram os elementos do imaginário não como um fim em si mesmas, mas como ferramentas para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa (BARROS, 2015, p.22). Dessa forma, ao atuar e criar performances que influenciam a cena e a construção social, surge uma estrutura social responsável por um sistema hierárquico.

Desse modo o imaginário social é moldado pelos elementos materiais, físicos e visíveis, sendo a moda um agente direto nesse processo, influenciando significativamente o imaginário social e desempenhando

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

o papel crucial de diferenciar as classes e posições sociais, como analisa (Simmel,2008).

Assim, a dinâmica social se estrutura a partir de uma ordem que agrupa e fragmenta posições, práticas e responsabilidades dos gêneros dentro das camadas sociais, onde a bússola que norteia a posição do indivíduo (masculino e feminino) é o gênero! como instaurador dessa ordem, como aponta Bourdieu, que o principal fator balizador das posições sociais; para ele :

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres, ou, no interior desta. Entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais, é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2002,p. 9)

Nessa perspectiva, a dinâmica do mundo social é forjada a partir de uma ordem existente, sendo esta uma ordem biológica na qual o sexo masculino desempenha um papel primordial na cena social, sendo considerado o dominante, o corpo, nesse contexto, transforma-se em um “depósito de princípios de visão e divisão sexualizantes”, como aponta (Bourdieu,2002, p. 9). Assim, a mencionada ordem é o alicerce que estrutura as relações sociais, tanto nos aspectos econômicos quanto nas construções culturais. Dessa maneira, o gênero masculino assume uma

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

posição de superioridade no corpo social, tanto na performance binária (masculino e feminino) quanto em relação aos outros homens.

Desse modo, busca-se entender como os jornais criavam um perfil social, de um homem bem-vestido na qual suas vestes evidenciavam sua posição social. Assim, a roupa masculina ganha poder simbólico, externando honra e ascensão social para aqueles que a portavam, construindo novas percepções, discursos e segregando os ocupantes da dinâmica social; percebe-se então que as roupas trajadas por estes homens estão além de questões estéticas, a moda trás consigo significações sociais e históricas.

Nesse ínterim, as significações impostas pela moda leva-se a compreender o comportamento a partir do vestir social, juntamente com a criação de um perfil masculino na qual se discute a participação da classe abastarda surgindo como copiadores de performances e de elegância, a moda atua como um objeto de revelação de práticas, costumes e histórias de uma sociedade, no caso dos homens caxienses.

### **Desenvolvimento**

O período que corresponde ao tempos republicanos, sejam a primeira ou segunda República expressam a dinâmica nas relações, econômicas, sociais, e culturais, observadas através do contexto vigente e da ascensão da produtividade por meio da industrialização. Por essa ótica, é considera que se projetava um cenário de produção e desenvolvimento acelerado, uma tônica crescente existente no final do século XIX, em relação as fábricas têxteis, como também a ideia de modernização. Nesse compasso, a matéria prima; o algodão, já desempenhava uma simbologia elitista de visibilidade social, chamado de “Ouro branco” termo utilizado por Antônio Guimarães de Oliveira na sua obra Algodão: Ouro branco (tempo e espaço).

As vestes utilizadas pelos homens caxienses, por exemplo, buscavam materializar o poder no âmbito das relações sociais da época,

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

assim acabavam por influenciar a dinâmica social, o que expressava diretamente a relação entre cultura e economia. A moda exterioriza o autoridade, elegância e intelectualidade, o que concedia êxito social. Nesse caso, a identidade masculina era composta de um delineado de subjetividades, simbologias que delimitavam o perfil do homem público. Nesse caso, Vanderlei Machado (2007), quando lança o seu olhar para pensar o mesmo contexto, no sul, por exemplo afirma que essa dinâmica se caracteriza como “ a representação do homem branco, jovem, e viril”, uma padronização de um perfil daqueles que possuíam a capacidade de frequentar os espaços elitizados da cidade.

Nessa dinâmica, as vestimentas usadas pelos homens da cidade de Caxias representavam de forma tangível o poder que era tão visível nas interações sociais da época, e desse modo, exerciam influenciavam no funcionamento social e expressavam de forma direta a relação entre cultura e economia, visto na imagem a baixo:

**Figura 1-** Advogados em Caxias.



**Fonte:** *Revista Athenas*, 1940



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Esses discursos formavam-se a partir da divulgação realizadas pela imprensa da época; responsável por propagar anúncios relacionados ao comércio local, elaborando a moda e seus pressupostos; imagens de máquinas de costuras, vestimentas, propagandas da mão de obra, e as casas de moda responsáveis pelas vendas dos produtos que compõe a identidade masculina.

Assim, vale mencionar que ao longo da história, o uso de impressos jornalísticos desempenharam um papel relevante na divulgação do cotidiano das cidades, principalmente no que diz respeito à visão da elite e outros aspectos sociais. Essa prática ganhou força no Brasil durante o século XIX e se intensificou ainda mais ao longo do século XX. Nesse contexto a imprensa desempenhava o papel modelador social, perpetuando o discurso da atuação masculina como posição social, hierarquizando o imaginário social através dos noticiários por eles produzidos.

A imprensa através dos jornais, relatavam o cotidiano social e econômico dos grandes e pequenos centros urbanos, os jornais exerciam poder através dos discursos e o peso que esses exerciam na sociedade. A proporção em que se destacava, a imprensa despertava atração de olhares daqueles que exercem domínio social já que este era um veículo de informações capaz de permear as camadas sociais, podendo dessa maneira atuar de forma direta no cotidiano social.

Nesse contexto, a imprensa perpetuava o discurso sobre atuação masculina como posição social, hierarquizando o imaginário social através dos noticiários por eles produzidos como aborda Vanderlei Machado, segundo ele :

[...]A imprensa funcionou como um instrumento discursivo modelador e instituidor de práticas sociais, entre as quais, passou a exigir dos homens adultos, principalmente da elite, que quisessem ser

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

reconhecidos como honrados e honestos por seus pares, a capacidade de prover famílias dos recursos necessários à sobrevivência e à garantia do pagamento de suas dívidas [...].(MACHADO,1999, p.07)

Nesse, ínterim nota-se que os jornais desempenham papel significativo na dinâmica social, agindo como um veículo de comunicação; suas notas possuíam um valor significativo no que se refere a poder e visibilidade, seus textos e fotografias atribuíam vislumbre para os leitores; dando honra para aqueles que possuíam o êxito de serem mencionados em uma de suas páginas, estes, portando-se sempre bem-vestido e elegantes, expressavam poder e intelectualidade, visível na imagem a seguir :

**Figura 2-** Honraria ao candidato a Prefeito.



**Fonte:** Jornal *A voz do Povo*, 1937.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

A moda exteriorizava o autoridade, elegância e intelectualidade, o que concedia êxito social; como pode ser observado no registo acima, encontrado no Jornal *A voz do povo* de Março de 1937, o qual demonstra a honraria ao candidato a prefeito Dr. Ausonio Camara, trajado de um elegante terno evidenciando sua posição social.

A moda masculina torna-se um fator constituinte de um “ato integrador”, dando honra a quem se apropriava dessa idealização. Diante disso a moda masculina baseava-se na elegância, atribuindo um conjunto de simbologias explícitas e totalmente idealizadas, como analisa Taísa vieira Sena e Kathia Castilho, a seguir:

[...]A Moda se apresenta como um agente, as modificações do vestuário se tornam um processo de constituição da subjetividade dos sujeitos e, por conseguinte, estas modificações se encontram atreladas às representações de masculinidades, ou seja, as imagens que os homens fazem tanto perante seus pares como para si mesmos . (SENA; CASTILHO, 2011, p.46)

A moda desempenha um papel na formação da subjetividade dos indivíduos, especialmente no que se refere às representações de masculinidade. Dessa forma, as modificações no vestuário estão ligadas à maneira como os homens se veem e são vistos pelos outros. Nesse caso, através das escolhas de estilo e roupas, os homens podem expressar sua personalidade, pertencimento a um determinado grupo ou subcultura, status social e até mesmo suas crenças e valores.

Os estabelecimentos cooperavam para disseminação do homem viril, bem vestido possuidor de atributos e dignos de honras , nas quais eram reconhecido através das suas expressões, ou melhor das suas vestes, sempre bem instruídos dos melhores e novos conceitos da moda, sempre trajados de ternos que exerciam o poder a imagem do homem elegante, como mostra a imagem a seguir:

**Figura 3-** Inauguração do Hospital Mirom Pedreira.



**Fonte:** *Arquivo Caxias, 1956*

Assim torna-se inviável o distanciamento entre imagem e a dinâmica social, já que essa constitui fatores que percorrem toda uma estrutura cultural/social, esquematizando e organizando de acordo com o poder estabelecido por ela, a moda, já que sua função é a “distinção” Simmel (2008). Dessa maneira, a moda contribui para ratificar o sentido social das masculinidades nos espaços, agindo como formadora de perfis.

Em visto ao poder da imagem Peter Burke (2004, p.36)

Para história do vestuário é inquestionável. Alguns itens da vestimenta sobreviveram por milênios. No entanto, para mudarmos o foco do item isolados para um conjunto, para o saber o que se usava com o que, é necessário recorrer a pinturas e gravuras, assim como alguns

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

manequins de moda remanescentes [...] (BURKE,2004, p.99).

Diante disso, a moda, a forma de se vestir e as peças utilizadas se tornam veículo primordial para formação do homem perfeito. Através das veste o homem público caxiense ocupava os setores sociais, o que Vanderlei Machado (1999) aborda na sua dissertação como uma masculinidade hegemônica , termo que expressava poder, constituídos de elementos inseridos através do discurso no cotidiano e nos espaços públicos.

[...] A Moda como linguagem, aos poucos se torna mais consistente no universos masculino. A análise do vestuário do homem se apresenta um terreno fértil de pesquisa, compondo um conjunto de significados que traduz simbolicamente informações sobre os indivíduos. A que classe social pertence que atitude pode-se esperar dele, que poder ele exerce sobre os demais, entre outras relações construindo discursos capazes de viabilizar identidades diferentes da imagem do homem da sociedade patriarcal. (SENA; CASTILHO,2011, p.5).

A moda, nesse contexto, é vista como um veículo de comunicação que permite aos homens expressarem sua identidade, posicionamento social e valores. Através do vestuário, é possível inferir informações sobre a renda, status social e estilo de vida de uma pessoa, bem como suas preferências estéticas e atitudes culturais. As roupas podem fornecer pistas sobre o comportamento esperado de um indivíduo em determinadas situações sociais, e a forma como ele deseja ser percebido pelos outros.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Desse modo, a crescente relevância da moda masculina reflete mudanças sociais e culturais, onde a expressão individual e a busca por uma identidade visual se tornam mais valorizadas. Paralelamente, a indústria da moda também reconhece essa demanda, dedicando cada vez mais recursos ao desenvolvimento e comercialização de roupas e acessórios voltados para o público masculino.

Dessa maneira a imprensa desempenhou um papel fundamental na modelagem da sociedade, ao mesmo tempo em que consolidava um padrão de respeito e sucesso social por meio da vestimenta. No entanto, esse processo também resultou na criação de uma divisão social. Essa segregação acabou criando diferentes ramificações dentro do vestuário social, com a produção de peças menos elaboradas e mais confortáveis para aqueles que não eram parte da elite. A imprensa, assim, contribuiu para a criação de distintas hierarquias e estereótipos relacionados à vestimenta, refletindo as desigualdades sociais existentes na época.

Dessa forma, com sua função ao mesmo tempo em que consagrava um modelo de respeito e êxito social através do vestir, segregava aqueles que não possuíam poder aquisitivo suficiente para se portar tal qual a elite, o que acabava por criar outras ramificações dentro do vestir social, com peças menos elaboradas e mais confortáveis tendo em vista também a região nordeste, sendo essa uma das mais quentes, impossibilitava o uso contínuo de ternos e paletós. Nota-se que a partir dos anos finais da década de 60 as ideias sobre os modos de vestir vão ganhando outros significados ou alterando totalmente sua estrutura as quais começou a pensar nos motivos pelos quais a classe trabalhadora e pobre não conseguia desfrutar de tais regalias já que são ideias que forma difundidas cotidianamente pelos jornais.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Figura 4- População em frente a uma casa de moda



Fonte: *Folha de Caxias*, 1965.

Esses discursos sobre a cultura por trás das vestimentas utilizadas por cada grupo social, possuía um caráter totalmente elitistas e segregacionista, afastando a população dessa “ cultura visual” a qual a elite pregava constantemente. Devido essa segregação e os movimentos que surgiam contra os padrões estéticos e ideológicos já existente, emergia nesse cenário a busca por uma visibilidade para aqueles que foram marginalizados a partir da moda tradicional e elitizada.

Nesse sentido, movimentos como o Tropicalismo influenciou para efetivação e o resgate de uma cultura que foi apagada pela “elegância

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

“ onde os padrões e os modos de vestir da população vinham sobre todo custo sendo reprimido. As ideias por trás do vestir da população serviam como protesto contra toda ideologia imposta pela moda tradicional.

A moda a partir de 1960 não é mais vista como um diferenciador de classes ou posições sociais ela assume uma posição de expressão cultural e artística do indivíduo, o movimento tropicalista colaborou para uma nova ressignificação da identidade brasileira, afastando as ideias do vestir burguês e assumindo sua autenticidade a moda representa como o indivíduo se relaciona com ele mesmo, com o grupo e com o mundo, além de revelar as relações socioculturais na sociedade.

### **Considerações finais**

As análises realizadas nos jornais e revistas revelam algumas considerações importantes. Primeiramente, o período abrangido nesse artigo foi marcado por mudanças significativas e influências na dinâmica social. A industrialização teve reflexos diretos na imprensa, não apenas moldando os padrões de vestimenta, mas também influenciando a construção da identidade do homem público caxiense durante a segunda república.

Em segundo lugar, destaca-se a relação evidente entre a imprensa e a sociedade, especialmente através das propagandas veiculadas pelos jornais e folhetins. Essas campanhas despertavam hábitos consumistas entre os homens públicos, incentivando uma aparência elegante e bem-vestida adequada aos espaços sociais frequentados. Além disso, a legitimação de padrões masculinos eram exercidas principalmente por revistas e jornais.

Ao analisar o cenário da cidade de Caxias, durante o período estudado, observa-se a constante necessidade de apresentação pessoal, refletida em elegantes ternos inspirados em modelos europeus. Essas vestimentas expressavam características como masculinidade,



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

autenticidade e virilidade, desempenhando papéis cruciais na estruturação social e nas influências políticas e econômicas. A moda masculina, ao estabelecer normas e tendências, desempenha um papel direto na construção da identidade e na representação simbólica dos indivíduos em diferentes classes sociais.

É crucial ressaltar que a moda masculina não se limita aos grandes centros urbanos, alcançando também os pequenos centros, onde estilos próprios se desenvolvem. Este fenômeno evidencia a exclusão e a marginalização impostas pela elite aos grupos menos abastados, negando-lhes títulos, visibilidade e respeito social.

Os periódicos analisados refletem as dinâmicas sociais e econômicas da segunda república, utilizando imagens para transmitir honras, relações de poder e mercado, visando atrair a atenção dos considerados homens públicos caxienses e atuando como construtores de performances que excluía aqueles sem poder aquisitivo dos atributos de honra impostos pela sociedade.

### **Referências**

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: dos diários do Rio de Janeiro (1880 – 1920).**

BARROS, J. D. **História Política – Dos objetos tradicionais ao estudo dos micro poderes, do discurso e do imaginário.** Revista Escritas, 2015.

BARROS, J. D. **História cultural e a contribuição de Roger Chartier.** Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9,2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália.** – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e Representações**, Portugal. DIFEL, 2002.

COUTINHO, Milson. **Caxias das aldeias altas: subsídios para sua História**. 2ª ed. São Luís-MA; Caxias-MA: Prefeitura de Caxias, 2005.

COUTO, Brunno G. Arquivo Caxias. Publicado em 09 de Janeiro de 2022. Disponível ><https://arquivocaxias.com.br/a-historia-da-fabrica-de-manufatura-caxiense-atual-centro-de-cultura/> acesso em: 24 de Fevereiro de 2023.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher – 2ª ed.** Rio de Janeiro: Record, 1987.

MACHADO, Vanderlei. **O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884)** (Dissertação) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

MACHADO, V. **Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)**. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. **Algodão: ouro branco (tempo e espaço)** /Antônio Guimarães de Oliveira. – 1.ed. – São Luis: Ed.do Autor, 2007.

OLIVEIRA, M, I, B, M; Ribeiro, Jakson Ribeiro dos. **A fonte sagrada, a fonte dos conselhos: orientação e disciplina dos caxienses (Caxias, 1945-1950)**Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.17, núm. 2, maio-agosto, 2013.

PINA, Christine dos Santos. **Moda e sua História**. In.: **O efeito coorte e o desenvolvimento das preferências por moda feminina**. Rio de Janeiro, 2006.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

PRADO, Luís André do. **Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada.** 2019, 433 p. Tese de doutorado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SENA, T. V.; CASTILHO, K. **Moda e Masculinidade: Breves apontamentos sobre o homem dos séculos XX e XXI.** Modapalavra e-periódico, Florianópolis, v. 4, n. 7, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/7911>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SIMMEL, Georg. A moda. IARA Revista de Moda, Cultura e Arte, São Paulo v.1 n. 1Abr./ago.2008.Disponível>[http://www.ufjf.br/posmoda/files/2008/07/07\\_IARA\\_Simmel\\_versao\\_final.pdf](http://www.ufjf.br/posmoda/files/2008/07/07_IARA_Simmel_versao_final.pdf)> Acesso em 22 de Fevereiro de 2023.

VIEIRA SILVA, Edjane. **O triunfo da aparência: a difusão da moda em Caxias – MA nas décadas de 1960 e 1970.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. Caxias-MA: Cesc/UEMA 2012.

## **FONTES**

Arquivo Caxias, 1956.

Jornal A voz do Povo, 20 de Março de. 1937, n° 294

Folha de Caxias, 22 de Agosto de 1965, n° 231.

Revista Athenas, 1940, n° 19.

**EM BUSCA DO BEM VIVER: CONFLITOS POR TERRA,  
RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES  
REMANESCENTES DE QUILOMBO DE CODÓ**

Welliton Fernando Pereira Soares<sup>1</sup>

Marcia Milena Galdez Ferreira<sup>2</sup>

**Introdução**

Em meados da década de 1960-1970, o valor do cinema enquanto documento histórico ganhou destaque entre os pesquisadores, em especial, a partir do trabalho do historiador Marc Ferro. Atribui-se a Ferro o pioneirismo da discussão da relação História e Cinema. Em seu famoso artigo *O filme: uma contra-análise da sociedade?* Ferro (1996) discute as possibilidades de empregar o cinema na pesquisa histórica, enquanto documento que permite discutir novos atores, sujeitos e temas. Ferro entendia que o cinema não era preso às normas institucionais e, portanto, a partir dele poderiam ser trabalhados novos temas.

O entendimento de Marc Ferro estava inserido no bojo das discussões empregadas pela corrente francesa dos Annales, institucionalizada em 1929. A primeira geração de historiadores, dentre eles Marc Bloch e Lucien Febvre, defendiam que a História deveria diversificar as metodologias de pesquisas, repensar o tratamento dado aos documentos e, sobretudo, desconsiderar somente que apenas os documentos escritos e oficiais, seriam fontes para a pesquisa. A esse respeito, Bloch (2001, p.54) explica que “onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”, ou seja, independente do lugar ou da fonte, o foco

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: [soares.f@acad.ifma.edu.br](mailto:soares.f@acad.ifma.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em História. Professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: [marciaferreira@professor.uema.br](mailto:marciaferreira@professor.uema.br)

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

do historiador é o estudo do homem no tempo, quer seja em documento oficial e escrita, quer seja audiovisual, arqueológica ou iconográfica.

Para tanto, entende-se que os documentos audiovisuais são uma fonte profícua de pesquisa. Como sinaliza Ferreira (2018), o filme possibilita uma dupla análise: primeiramente permite discutir as representações contidas na produção, ou seja, seus elementos internos (roteiro, fotografia, cenas, imagens, sons, textos verbais e não verbais) que juntos, compõem a película e as intenções e objetivos dos produtores. Por sua vez, a película também possibilita a análise de seus elementos externos, ou seja, o contexto de sua produção, disseminação e elaboração. Nesse sentido, o documentário aqui analisado, será adotado enquanto documento que permite discutir a questão agrária maranhense na contemporaneidade, em especial, os conflitos por terra das comunidades remanescentes de Quilombo de Codó, município do Maranhão.

Nesse ínterim, este texto está dividido em duas seções: inicialmente será esboçado uma análise mais geral do documentário *Em Busca do Bem Viver*, destacando elementos internos e externos à obra e como o diretor trabalha as representações dos sujeitos do campo. Em seguida, na segunda seção, apresentar-se-á um panorama da questão agrária contemporânea, entre os anos de produção e divulgação do documentário, 2015 a 2017, a partir dos dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra, por meio dos cadernos de *Conflitos no Campo Brasil*. Em seguida, discutir-se-á a luta pela terra das comunidades quilombolas de Codó, à luz do documentário *Em Busca do Bem Viver* e como o diretor constrói a representação desses sujeitos.

**Em Busca do Bem Viver:** conflitos agrários, terra, trabalho e resistência na produção de Murilo Santos.

O documentário *Em busca do Bem Viver* é uma produção do cineasta maranhense Murilo Santos<sup>3</sup>. Produzido nos anos de 2015 e 2016, e

---

<sup>3</sup> Mestre em educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professor do Departamento de Artes Visuais da mesma instituição. Foi um dos fundadores do

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

lançado em 2017, o filme apresenta um balanço da questão agrária maranhense contemporânea. O documentário, percorre diversos focos de conflitos por terra no estado, que dispõe sobre polos opostos, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas, praieiros, indígenas, pescadores e etc. em confrontos diretos com empresários rurais, fazendeiros, grileiros e mega empreendimentos.

Inicialmente, o diretor explica a adoção do título da produção, no qual apresenta um card explicando (fotograma 1) o conceito de *Bem Viver*. O produtor, adota a concepção de Bem Viver, como um ideal de vida<sup>4</sup>, que preza pelo equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente.

---

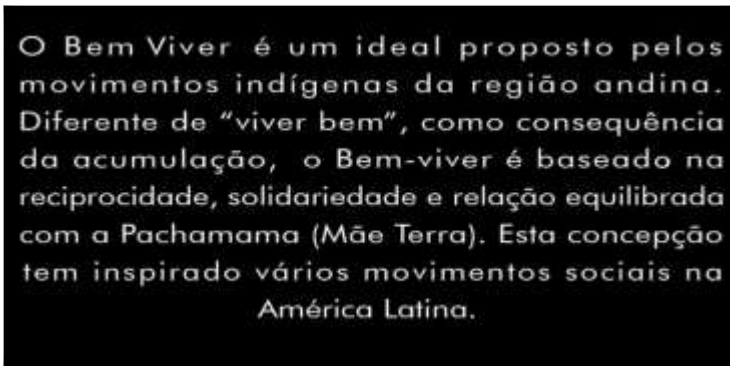
Laboratório de Expressões Artísticas (Laborarte) e membro do chamado movimento superoitista. Durante esse período, o cineasta produziu, em câmera super-8, filmes independentes e com forte teor social. A inserção de Murilo Santos no mundo rural, deu-se quando o cineasta fez parte de um grupo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 1979 e 1981, no bojo das discussões sobre os conflitos por terra que assolavam o Maranhão na época. A partir desse momento, passou a produzir uma série de películas que apresentavam como enredo a questão agrária e suas múltiplas facetas. Para além do documentário em foco, Murilo Santos assina as seguintes produções: *Bandeiras Verdes* (1988), *Quem matou Elias Zi?* (1986) e *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016). Todos esses filmes apresentam como temática os conflitos por terra no estado. Para Jaciara Frazão (2020) Murilo Santos pertence ao chamado cinema engajado, um modo de fazer filmes, em que as produções são imbuídas de forte crítica às desigualdades sociais, econômicas e políticas. Ainda segundo a mesma autora, o fato das produções de Murilo Santos terem como foco os conflitos por terra e para além disso, visam também denunciar e conscientizar as populações que lutam pelo fim da concentração fundiária e pelos seus direitos, coloca o diretor entre os cineastas engajados.

<sup>4</sup> É mister destacar que o conceito de Bem Viver é recente e polifônico, em vários sentidos para o termo. A esse respeito, Alcântara e Sampaio (2017, p. 234) pontuam que ele é definido como “[...] filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011)”.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Desse modo, ele sinaliza que os conflitos por terra, para além da questão territorial, representam também uma tentativa de preservação do modo e vida das comunidades tradicionais e originárias, a conservação dos recursos naturais e a permanência das identidades desses sujeitos.

### Fotograma 1: Card explicando o conceito de Bem Viver



O Bem Viver é um ideal proposto pelos movimentos indígenas da região andina. Diferente de “viver bem”, como consequência da acumulação, o Bem-viver é baseado na reciprocidade, solidariedade e relação equilibrada com a Pachamama (Mãe Terra). Esta concepção tem inspirado vários movimentos sociais na América Latina.

Fonte: Santos, 2017, 3”

Sobre esse viés, Daisy Araújo (2019), ao analisar diversos documentos produzidos por movimentos que lutam pela terra no estado do Maranhão, a exemplo do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM)<sup>5</sup>, assim como ações coletivas de quebradeiras de coco, ribeirinhos, praieiros e sem-terra, constatou que esses diferentes grupos e sujeitos vêm, ao longo dos anos, acionado o conceito de Bem Viver, em seminários, mobilizações, marchas, passeatas, romarias, greves,

---

<sup>5</sup> O Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), ganhou destaque no cenário regional a partir de 2011 com a ocupação de prédios públicos, passeatas e denúncias sobre assassinatos de lideranças quilombolas. O movimento atua por meio de greves de fome, ocupações de órgãos estatais, passeatas etc, como forma de dar visibilidade a luta dos quilombolas em defesa de seus territórios, bem como atua para efetivar a regularização das terras de comunidades remanescentes de Quilombos.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

ocupações etc., como elemento norteador de suas ações frente aos mega empreendimentos.

O documentário é uma produção financiada e encomendada por diversas entidades ligadas à defesa e democratização de acesso à terra, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MA), Cáritas-MA, Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), Pastoral da Criança do Maranhão, Comunidades Eclesiásticas de Base do Maranhão (CEBs-MA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O documentário parte da 12ª Romaria Estadual das Águas e da Terra, ocorrida na cidade de Chapadinha, para percorrer os principais locais de litígios. Ao todo o cineasta arrola um total de 21 conflitos, distribuídos em 23 municípios maranhenses, sintetizados no quadro a seguir:

Tabela 01: Lista dos conflitos presentes no documentário

Nº	Comunidade/ Povoado	Município	Resumo
1	Comunidade cajueiro/Reserva extrativista do Tauá-mirim	São Luís	Em 2014, a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA anunciou a construção de um porto privado na comunidade de Cajueiro (composta por outros quatro núcleos: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba e Morro do Egitto). A construção representa uma ameaça ao modo de vida dos moradores, baseado, sobretudo, na pesca, extrativismo vegetal, coleta de caranguejo e artesanato.
2	Território quilombola Charco	São Vicente Ferrer	A insatisfação da comunidade diante da violência, ameaças e da cobrança do aforamento da terra acarretou em



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

			confrontos entre os moradores e os pretensos donos. O estopim da disputa ocorreu com o assassinato do líder Flaviano Pinto Neto, em 2010, com oito tiros.
3	Território quilombola de Cruzeiro	São Vicente Ferrer	A insatisfação da comunidade diante da violência, ameaças e da cobrança do aforamento da terra, acarretou em disputas entre os moradores e os pretensos donos. O estopim da disputa ocorreu com o assassinato do líder Flaviano Pinto Neto, em 2010, com oito tiros.
4	Território Quilombola Maiabi e Rio do Curral	Mirinzal	As famílias protestam contra a exploração e extração dos recursos naturais do território por parte de empresas mineradoras.
5	Território quilombola de Benfica	Santa Helena	A região estava em processo de judicialização para desapropriação da terra. Contudo, o suposto dono, de forma ilegal, mantinha atividades de exploração dos recursos naturais da comunidade. Em face disso, os moradores ocuparam a fazenda do suposto dono, como forma de manifestação.
6	Território quilombola de Aldeia Velha	Pirapemas	Os conflitos por terra nessa região remontam a 1957, quando, quando fazendeiros e policiais entraram em confronto com os trabalhadores rurais da região. Nessa época, foram assassinados sete camponeses. Transcorridos quase 60 anos, a região ainda enfrenta os mesmos problemas, pois os moradores vivem

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

			sob constantes ameaças, intimidações, tentativas de assassinatos, sobretudo, advindo da família Pontes.
7	Comunidade Boa Vista dos Pinho	Presidente Juscelino	A expansão da área de extração por uma empresa licenciada para retirar areia está ocasionando sérios impactos ambientais para o rio Munim, em especial, seu assoreamento. As famílias reivindicam a imediata cessação da licença.
8	Comunidade quilombola Barro Vermelho	Vargem Grande	A extração de minério e calcário por uma empresa mineradora, está degradando o leito do rio Munim, que banha a região. Como os moradores vivem da pesca de pequeno porte, a continuidade da atividade representa um perigo à sua sobrevivência, dada a poluição da água.
9	-	Buriti	A inserção de megaempreendimentos de plantações de soja e eucalipto na região trouxe sérios prejuízos para o município, em especial, a degradação dos rios que servem como sustento para a comunidade.
10	Comunidade Lagoa e Olho D'Água	Belágua	A instalação de um complexo de produção de energia eólica causou sérios problemas para a comunidade, principalmente, em decorrência da destruição de plantações e roças, pois o linhão de energia passa pelos locais. As

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

			famílias exigem que o linho seja desviado.
11	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Barreirinhas	Os moradores do parque protestam contra a impossibilidade de desenvolver atividades na região (construção de casas, igrejas, plantações, etc.). Segundo as famílias, tais proibições comprometem a sobrevivência e permanência das famílias no local.
12	-	Tutóia	A licença para uma empresa mineradora de calcário atuar na região trouxe inúmeros perigos ao modo de vida da comunidade, baseado na pesca artesanal. Após o início das atividades pela empresa, o principal alimento dos peixes, calcário, veio a diminuir e, conseqüentemente, a possibilidade de pesca também. Tal situação afetou o sustento e a sobrevivência das comunidades.
13	Povo Krenyê	Barra do Cordo	O processo de expulsão histórica do povo indígena Krenyê, iniciado na década de 1950, ainda persiste, uma vez que o grupo indígena luta, atualmente, pela demarcação de seu território.
14	Território Gamela	Viana, Matinha e Penalva	A invasão de grileiros e madeireiros nas terras indígenas do povo Gamela trouxe sérios prejuízos para a região, com destruição de plantações, roças e degradação de rios. As mais de 400 comunidades que vivem no território lutam pelo

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

			fim das investidas dos invasores e a demarcação do território.
15	Comunidade Demanda	Santo Antonio dos Lopes	Após a instalação do complexo termelétrico Parnaíba, as águas do rio Demanda e dos poços artesanais ficaram impróprias para o consumo. A comunidade foi reassentada, após quatro anos de luta, mas os moradores reclamam que a antiga organização da comunidade não foi preservada, bem como muitos lotes não estavam adequados para o cultivo.
16	Comunidade São Raimundo	Pedreiras	A descoberta de gás natural na região e a instalação de termelétricas, notadamente, a de Santo Antônio dos Lopes, trouxe uma série de prejuízos para o rio Mearim (poluição do rio, assoreamento, diminuição de peixes), que banha a região de Pedreiras. Isso representa um perigo para as comunidades do entorno. Além disso, a descoberta de gás catalisou e reacendeu a especulação de terras, grilagem e as disputas territoriais.
17	Comunidades quilombolas de livramento, Santa Maria dos Moreiras, Bom Jesus, Três irmãos queimadas,	Codó	O avanço de grileiros e megaempreendimentos sobre as terras das comunidades quilombolas de Codó acelerou as disputas e confrontos agrários.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

	Monta Barro e Vergel		
18	-	Dom Pedro	O processo de cercamento e derrubada dos babaçuais afeta o trabalho de extração da amêndoa realizado pelas quebradeiras de coco. Em face disso, estas mulheres reivindicam a aprovação da Lei do babaçu livre, que garante a preservação dos babaçuais e o livre acesso às palmeiras.
19	-	Balsas	A inserção do agronegócio na região de Balsas, em especial, a monocultura do arroz, iniciada na década de 1950, devastou os recursos naturais da região e impactou a produção de camponeses. Tais problemas persistem até a atualidade e afetam a sobrevivência de dezenas de camponeses.
20	Assentamento Alegre	Riachão	Após a conquista do território, o assentamento Alegre tornou-se um dos mais produtivos, ratificando que o acesso à terra é garantia da sobrevivência dos povos e uma via para o alcance do Bem Viver.
21	-	Balsas	Dentro do Estado do Maranhão, a região de Bacabal é, historicamente, uma das mais violentas. O documentário lista o conjunto emblemático de sucessivas invasões ao Povoado Aldeia, nos 1985 e 1988.

Elaborado pelo autor. Fonte: Documentário Em Busca do Bem Viver

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Murilo Santos, ao longo da película explora os efeitos de destruição causados pela inserção do capitalismo no campo maranhense. Para construir essa imagem, o diretor emprega corriqueiramente cenas da destruição do meio ambiente, gravadas em plano aberto. A esse respeito, é possível elencar a degradação do Rio Munim após a chegada de empresas rurais à região:

### Fotograma 2: Degradação do leito do rio Munim



Fonte: Santos, 2017, 14'15"

Nesta cena, o telespectador é levado a perceber a dimensão total dos efeitos do capitalismo sobre as terras maranhenses. O efeito produzido é de que a destruição não é localizada, mas ostensiva e violenta, não apenas para as comunidades, mas também para a natureza.

Para fornecer mais ludicidade ao documentário, o produtor faz uso de mapas, fotografias e documentos impressos, que podem ser lidos como um recurso de acessibilidade para variados públicos, dando um caráter mais didático à produção. Quando é explorado, por exemplo, o fato de o Maranhão ser pintado por litígios por terra, o diretor utiliza um

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

mapa do Maranhão, onde todas as regiões do estado estão marcadas como focos de conflitos por terra.

### Fotograma 3: Mapa com as regiões de disputas por terra no Maranhão



Fonte: Santos, 2017, 50'57''

Ao todo, o cineasta lista 21 casos. Desse total, 33% envolvem comunidades quilombolas. Os casos de disputas enumerados na produção vão ao encontro dos dados da CPT. Conforme informações do caderno de *Conflitos no campo, Brasil*, publicação referente ao ano de 2015, o Maranhão registrou 120 conflitos por terra, envolvendo 8988 famílias, entre quilombolas, indígenas, ribeirinhos, sem-terra, praieiros, quebradeiras de coco, dentre outros. Foram seis assassinatos, seis tentativas de assassinatos e 23 ameaças de mortes.

Dentre os estados do Brasil, ainda segundo a CPT, o Maranhão ficou em primeiro lugar no ranking de litígios no campo, com 120 casos, seguido pelo Pará e Bahia, ambos com 99 ocorrências cada. O estado de Sergipe foi a localidade que menos registrou conflitos, com apenas um caso, seguido pelo Ceará, com quatro disputas e Espírito Santos e Rio de Janeiro, ambos com cinco litígios.

Tais números evidenciam que, no território maranhense, há um estado constante de disputas e conflitos por terra. Envolvem, de um lado, grandes empresas e atores com poder aquisitivo financeiro

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

elevado, os quais contam com o apoio e/ou leniência do Executivo, Legislativo e Judiciário, enquanto do outro há sujeitos que, não raramente, lutam sozinhos ou contam apenas com a ajuda de entidades ligadas à sociedade civil e/ou religiosas, *vide* a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os altos números de casos de litígios no estado, não ficaram restritos ao ano de 2015, pois trata-se de uma situação que assola a região, tanto anterior ao marco em tela, quanto posteriormente, evidenciado que urge ao Estado atacar de modo decisivo o problema da concentração fundiária. A tabela a seguir é apenas um resumo dos dados alarmantes:

**Tabela 02:** Casos de conflitos por terra no Maranhão (2015, 2016, 2017)<sup>6</sup>

ANO	OCORRÊNCIAS	FAMÍLIAS
2015	120	8988
2016	180	18396
2017	201	18415

Elaborado pelo autor. Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2015, 2016, 2017.

O maior salto de disputas foi no intervalo de 2015 a 2016, com aumento de 60 casos. Do mesmo modo, o número de famílias quase dobrou nesse intervalo, saltando de 8988 em 2015, para 18396 em 2016. Já na comparação de 2016 com 2017, o crescimento foi tênue, com aumento de 31 casos e 19 famílias. Os números deixam explícito que a administração de Flávio Dino não afetou a concentração fundiária e os

---

<sup>6</sup> A adoção desse recorte, dar-se em virtude da elaboração (gravação das cenas) do documentário ter ocorrido entre os anos de 2015 e 2016. Já o lançamento foi em 2017. Desse modo, visamos analisar esse recorte para evidenciamos o contexto de produção e publicação do documentário.



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

conflitos por terra, pelo contrário, nos três primeiros anos de seu governo as disputas aumentaram.

Desse modo, tanto o documentário, quanto os dados da CPT constataam que o campo maranhense não é um espaço de paz e tranquilidade, mas configura-se enquanto uma região de violência e morte.

**“A batida do tambor contra a tropa do trator”**: questão agrária, luta pela terra e resistência das comunidades quilombolas de Codó

A população quilombola do Brasil é de cerca de 1,3 milhão de pessoas autodeclaradas, número que representa 0,65% dos habitantes do país. Esses números foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos dados do Censo de 2022. Tais dados só foram possíveis, pois essa foi a primeira vez que um Censo do IBGE inseriu nos questionários perguntas sobre a identificação das comunidades quilombolas.

São cerca de 474 mil domicílios particulares com pelo menos um morador autodeclarado quilombola, número que representa uma média de 3,17% das residências. A região Nordeste concentra o maior percentual de quilombolas, com quase 70% dos casos, ou 905.415 mil pessoas. Destaque para a Bahia, estado com maior percentual, seguido do Maranhão, com 269.074 mil pessoas autodeclaradas quilombolas. Contudo, o IBGE constatou que 1.160.600 mil pessoas, ou 87,41%, vivem fora de territórios reconhecidos ou delimitados como quilombo. No Maranhão, apenas 29.044 mil pessoas vivem em terras oficialmente certificadas.

Para Rosenverck Santos (2023), a não demarcação desses territórios aumenta o desafio das comunidades remanescentes de quilombo, dado que somente o reconhecimento e autodeclaração das comunidades não é suficiente para erradicar os litígios nesses espaços,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

dado que é necessário também a posse da terra com título e demarcação definitiva.

Os casos de disputas por terra nas comunidades quilombolas, ferem o texto constitucional de 1988. O Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), menciona os “chamados remanescentes de quilombo” como possuidores do direito de reconhecimento e titulação do seu território. O artigo 68 é taxativo: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (Brasil, 1988,)

A inserção desse trecho no texto constitucional, segundo Choairy (2019), significou uma ruptura no modo de tomada de decisão até então adotado pelo Estado, pois o artigo constituiu-se como a chave de acionamento jurídico-legal, que assegura para as comunidades rurais, o reconhecimento do seu território enquanto quilombola.

Para Almeida (2002), o artigo 68 da Constituição Federal sinalizou uma (re) significação sobre a noção de quilombo, se comparado com a legislação colonial. Nas normativas legais do período colonial, definia-se quilombo como crime, uma vez que era o local para onde escravizados em fuga se fixavam. Contudo, o autor em questão afirma que a partir da carta magna de 1988, a noção de quilombo adquiriu sentido de autoidentificação e instrumento jurídico usado para reparar um dano e um meio para acessar direitos.

O texto constitucional, como aponta Souza (2008), reconhece o Brasil como nação marcada pela diversidade étnica e marcada pela existência de diferentes noções e relações com a terra, para além da lógica da propriedade privada. Esses sujeitos que não pertencem ao tempo do capitalismo têm por garantia o direito à vida e a manutenção de suas culturas e costumes.

Apesar do avanço na legislação e o reconhecimento das comunidades quilombolas enquanto possuidoras de direitos, as terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas estão sobre constantes

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

ameaças, materializadas nos inúmeros focos de conflitos por terra registrados todos os anos no Maranhão.

Ao analisar a questão quilombola no Maranhão, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida destaca que os conflitos por terra envolvendo essas comunidades, apresentam três fatores: o primeiro, estaria relacionado a constante e crescente necessidade de produção de *commodities* agrícolas e minerais. Esse mercado, exige extensas faixas de terra, quer seja para o plantio, quer seja para a extração de recursos naturais. Para além disso, há também a expansão da agropecuária e com ela a necessidade de produzir pastagens artificiais, que se expandem para as áreas onde habitam as comunidades quilombolas.

O segundo, conforme o mesmo autor, são as chamadas “obras de infraestrutura”, a exemplo da construção de rodovias, hidrelétricas, portos, aeroportos, ferrovias e bases militares. Essas edificações ignoram a presença de comunidades remanescentes de quilombos nas terras tradicionalmente ocupadas, e empreendem uma série de iniciativas a fim de expulsar as famílias de suas terras. Há também outro fator que são as políticas ambientais, sobretudo a partir da implementação de unidades de conservação ambiental de proteção integral. Nestes casos, a impossibilidade de desenvolver atividades de extração dos recursos naturais pelas comunidades, é um fator definidor de disputas, pois coloca em risco a permanência e sobrevivência no local de quilombolas.

Por fim, Almeida (2011) pontua que o interesse crescente de grupos empresariais sobre as comunidades quilombolas, possui relação com o comércio de carbono. Nesses locais, o modo de vida tradicional apresenta uma relação com a natureza de conservação dos recursos naturais, o que acarreta a preservação da cobertura vegetal. Esses espaços conservam estoques de carbono que podem ser utilizados por grupos empresariais para fins especulativos na bolsa de valores que comercializam créditos de carbono. Por isso, ocorrem, nos últimos anos, as investidas de empresas sobre as terras quilombolas.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Conforme já mencionado, em 2015 e 2016, a CPT computou, respectivamente, 120 e 180 casos de litígios por terra no Maranhão. No primeiro ano, desse total, 44 envolveram comunidades quilombolas, número que representa 36,66% dos casos. Já no segundo ano, do total, 53 perfizeram comunidades remanescentes de quilombo, o que engloba 29,44% das situações de conflitos.

Os números computados pela CPT dimensionam que nas terras ocupadas por quilombolas, o direito garantido pela Constituição Federal de 1988 não é assegurado e/ou respeitado. O documentário de Murilo Santos vai ao encontro dos dados da CPT. Dentre os 21 casos listados, oito são em terras de quilombo, número que representa 38,09% dos litígios. Em relação às comunidades localizadas em Codó, a tabela a seguir sintetiza as principais características das disputas.

**Tabela 3:** Comunidades quilombolas com registro de conflito em Codó

#	Nome da comunidade	Conflito	Agente
1	Livramento	Ameaça de expulsão/ coerção / exploração	Médico de São
2	Santa Maria dos Moreiras	Destruição de casas/ameaças/ expulsões	Família Pires
3	Bom Jesus	Destruição de casas/ameaças/ expulsões	Família Pires
4	Três irmãos/Queimados/Monta Barro	Destruição de casas/expulsões/ assassinatos / ameaças	Família Costa Pinto
5	Vergel	Ameaças/expulsões/ desmatamentos ilegais	Grileiros / madeireiros

Elaborado pelo autor. Fonte: Documentário Em Busca do Bem Viver.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Apenas em Codó, o diretor lista cinco comunidades em conflitos por terra. Essas disputas, apresentam agentes diferentes, desde grileiros e madeireiros, a grupos empresariais, a exemplo da família Costa Pinto, profissionais liberais e personalidades políticas, como o caso do Deputado César Pires, pertencente à família Pires.

Em aproximadamente cinco minutos, o cineasta explora de maneira sintética esses locais de conflitos, destacando as formas de organização, resistência e lutas das comunidades na defesa de seus territórios. O elemento que perpassa esses diferentes espaços, para além da violência, é o fato de serem ocupações antigas, em que as comunidades remanescentes de quilombo lutam para defender um território que já lhes pertencem há anos.

No documentário, é possível notar essa característica logo de imediato. Na sequência de fotogramas destacadas a seguir, o diretor explora a longevidade das ocupações das terras de quilombo:

### · **Fotograma 4:** Moradores das comunidades de Codó (1)



Fonte: Santos , 2017, 33'17"

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Fotograma 5: Moradores das comunidades de Codó (2)



Fonte: Santos, 2017, 33'18"

### Fotograma 6: das Moradores comunidades de Codó (3)



Fonte: Santos, 2017, 33'19"

A cena acima recortada em fotogramas, Murilo Santos explora, por meio de planos fechados, fotografias de moradores das comunidades. A fotografia eterniza um momento e esse momento, pela sequência dos fotogramas são de distintas fases da vida. O primeiro momento

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

(fotograma 4), representa a infância, enquanto o segundo (fotograma 5), seria a adolescência, a vida adulta e por fim a velhice (fotograma 6). A sequência, passa a mensagem que nas comunidades quilombolas, a presença dos moradores atravessa gerações e, portanto, não se trata de pessoas que passaram a ocupar essas terras em um momento recente.

A esse respeito, Airton Pereira (2013, ao analisar disputas por terra no Sul e Sudeste do Pará, constatou que nos espaços de ocupações antigas, os conflitos tendem a ser mais duradouros e violentos, pois os moradores não deixam seus locais de moradia. Segundo ele, a resistência é fruto de uma construção de identidade com o território, da tessitura de relações sociais entre os moradores, construído ao longo de anos de estadia no local.

Nesse sentido, aceitar as intimidações ou deixar o local, significaria, para os moradores de ocupações antigas -casos das comunidades quilombolas de Codó-, romper com a sociabilidade construída ao longo do tempo e, ao fim e ao cabo, a ruptura com a própria identidade dos moradores, pois a terra é um elemento de identificação. Desse modo, a posse da terra pode ser lida como um elemento de autoidentificação e, portanto, deve ser preservado o direito de permanecer no local.

Nesses locais, são desenvolvidas atividades de plantações de hortaliças, frutas, mandioca e a comercialização de produtos, a exemplo da produção de bolos, destinados ao fornecimento da merenda escolar para regiões vizinhas:

### Fotograma 7: Produtividades das comunidades de Codó



Fonte: Fotogramas extraídos do documentário Em Busca do Bem Viver

O Cineasta representa essas comunidades como regiões produtivas, ao explorar a presença de plantações e comercialização de alimentos, produzidos em larga escala, superando, pois, produções destinadas apenas à subsistência. A partir disso, Murilo Santos evidencia que não se trata de terras improdutivas.

Sobre esse viés, Bruno (2002) ao analisar a formação de novas classes patronais rurais ao longo da Nova República, em especial, a União Democrática Ruralista (UDR), percebeu que a partir daquele momento, os grandes produtores passaram a atacar a pequena propriedade, pois na visão das elites rurais, esses locais representavam um atraso para o país. A autora explica que, os produtores, inseridos em uma lógica de competitividade e produtividade, passaram a acionar para si a incumbência pelo desenvolvimento do país, uma vez que a grande propriedade era a responsável pela geração de emprego, divisas e, dessa forma, era o baluarte do desenvolvimento nacional. Em detrimento disso, estava a pequena propriedade, caracterizada como improdutiva e um empecilho ao avanço da nação. Ao explorar a produtividade das comunidades quilombolas, Murilo Santos vai de



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

encontro a retórica patronal construída ao longo da Nova República e com reincidência atualmente, mas que na prática não se sustenta.

Nesses espaços, a violência contra as comunidades é um instrumento empregado recorrentemente pelos produtores rurais. As tentativas de expulsões, intimidações, ameaças, sequestros, queima de casas e recorrentemente assassinatos de lideranças, são ações costumeiras. O uso da violência como instrumento de coerção e poder sobre camponeses e trabalhadores rurais, constitui-se como parte integrante do modelo tradicional de dominação das elites rurais brasileiras. Uma das facetas da violência, são os assassinatos de lideranças e/ou os membros das comunidades. O cineasta explora o lado trágico dos conflitos por terra, por meio da simbologia das cruzes:

### Fotograma 8: Cruzes representando o assassinato de moradores



Fonte: fotograma extraído do documentário Em Busca do Bem Viver

Cada cruz apresentada nos fotogramas, representa o local de assassinato de homens e mulheres que ao denunciar ou não aceitar os instrumentos de violência perpetrado pelo patronato rural, tiverem suas vidas ceifadas. A cruz é, para além de um símbolo de resistência e de luta, também lugar de memória daqueles que se foram. Sobre esse viés, Leonilde Medeiros (1996) explica que a violência no mundo rural é multifacetada, uma vez que pode ser causada tanto pelos grandes

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

proprietários de terra, circundado por jagunços, pistoleiros e “seguranças privados” - eufemismo para as milícias privadas-, quanto o Estado é cúmplice ou catalisador do conflito. A autora explica que a morosidade das instituições na proteção, investigação, prisão e punição dos envolvidos, representa um aceno para a continuidade das ações dos produtores.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conag) organizou o livro *Racismo e violência contra quilombolas*, o qual apresenta, entre os anos de 2008 a 2017, o contexto de violência nas comunidades quilombolas em todo o país. Os dados obtidos apontam que entre o intervalo de tempo analisado, o ano de 2017, foi o mais violento para os quilombolas. Em relação aos assassinatos, o Nordeste (29 assassinatos) aparece em primeiro lugar, seguido da região Norte (5 casos). Ainda identificam que “o número de assassinatos de 2016 para 2017 cresceu em aproximadamente 350%” (Conag, 2018, p. 46), de modo que isso opera “uma mudança de conjuntura política e social que agrava o risco da manutenção dos modos de vida e da sobrevivência dos quilombos no país.” (Conag, 2018, p. 45). Em relação aos estados da federação, a pesquisa identificou que o Maranhão aparece em segundo lugar em números de assassinatos, com 10 casos, atrás somente da Bahia que registrou 13 episódios.

Nesse sentido, a discussão sobre qualquer possibilidade de direitos, liberdade ou até mesmo de um debate democrática é solapado pelo uso da força como a face naturalizada dos conflitos e o único meio de “solucionar” as disputas por terra no Brasil:

A violência no campo indica a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro. Como há, de um lado, a defesa dos interesses absolutos da propriedade, nega-se qualquer possibilidade de discuti-los através da

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

constituição de uma outra concepção de direito que coloque em pauta o tradicional lugar da propriedade fundiária (Medeiros, 1996, p. 141).

Apesar da violência presente nesses espaços, são nos processos de resistências e associações dos moradores que ela apresenta sua faceta mais opressora. Nesses conflitos por terra, emergem lideranças e grupos da sociedade civil simpatizantes dos sujeitos afetados pela expansão da propriedade. Contudo, é na constituição de associações e sindicatos pelos próprios moradores que pode ser visto o ânimo das suas resistências.

No caso das comunidades quilombolas de Codó representadas no documentário, Murilo Santos destaca as formas de resistência desses sujeitos, que vão desde a participação na Romaria Estadual das Águas e da Terra, à constituição de associações entre as comunidades, como instrumento de luta e união de forças:

### Fotograma 9: Associação de quilombolas de Codó



Fonte: Santos, 2017, 35'

Para não se submeter às intimidações, ameaças, abusos de poder e violações, as comunidades quilombolas formam “organização e articulações comunitárias, inclusive superando e lidando com

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

contradições internas, em torno de uma relação com o território, a qual não deve ser negociado” (Soares, 2020, p. 283).

### Considerações finais

O processo de inserção do cinema enquanto fonte histórica é recente se comparado a outros documentos, como as narrativas orais. As obras cinematográficas passaram a ser empregadas somente no final da década de 1970, a partir dos trabalhos do historiador Marc Ferro. Em face disso, tal campo de estudo ainda está em processo de formação e consolidação.

Nesse sentido, entende-se a obra de Murilo Santos como uma produção que traz marcas do seu tempo e da própria trajetória do diretor enquanto cineasta engajado no seio das discussões relativas às questões agrárias. Os conflitos por terra que ocorrem no Maranhão são inúmeros e esparsos por toda a região. O referido estado é, historicamente, marcado por litígios que, sob espectros distintos, colocam camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc. em confrontos diretos com o patronato rural. Em face disso, são recorrentes casos de violação de direitos humanos, ameaças, intimidações e, sobretudo, assassinatos.

Desse modo, as comunidades quilombolas localizadas no município de Codó, enfrentam há anos, investidas de grupos empresariais, fazendeiros, figuras públicas e grileiros, que ao pertencer os tempos do capitalismo e, pois, conceber a natureza como um bem a ser explorado, adotam os mais variados instrumentos de violência contra as comunidades remanescentes de quilombo. Estas, pertencentes ao “tempo” do *Bem Viver* dos povos, entendem que para além da luta pela terra, resistem para preservar contra um modo de vida alicerçado na conservação e utilização dos recursos naturais de forma equilibrada e racional.

Mesmo pertencendo a outra temporalidade, as comunidades resistem e se mobilizam para defender suas terras, seja por meio do

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombolas, seja por meio de mobilizações, passeatas e formação de associações. Nesses momentos, essas comunidades evidenciam que a luta pelo Bem Viver dos povos no Maranhão é uma bandeira constante e atual, em um estado que, historicamente, é pintado por disputas por terra.

### Referências

#### Documentos

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/download/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015> Acesso: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/download/task=download.send&id=14061&catid=41&m=0>. Acesso: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/download/task=download.send&id=14110&catid=0&m=0>. Acesso: 20 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **A batida do tambor contra a tropa do trator**- da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-Ma, contra o Grupo Costa Pinto. Disponível em: [Comissão Pastoral da Terra - A batida do tambor contra a tropa do trator- da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-Ma, contra o Grupo Costa Pinto \(cptnacional.org.br\)](https://www.cptnacional.org.br/comissao-pastoral-da-terra-a-batida-do-tambor-contra-a-tropa-do-trator-da-resistencia-do-povo-de-queimadas-quilombo-de-codo-ma-contra-o-grupo-costa-pinto). Acesso em 30 jun. 2023

#### Audiovisual

SANTOS, Murilo. **Em busca do Bem Viver**. Direção: Murilo Santos, 2017.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Bibliografia

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Ciose. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s/l], v. 40, [s/n], p. 231-251, abr., 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. **(mudar referência)**

\_\_\_\_\_. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. Pelo Bem-Viver: resistências e lutas por territórios no Maranhão contemporâneo. In: BERNAT, Isaac Giribet; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; SOUZA, Wendell Emmanuell Brito de. (Orgs). **Maranhão: campo e cidade (séculos XX-XXI)** – São Luís: Editora UEMA, 2019, p. 21-60.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUNO, Regina Angela Landim. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República**. Campinas, 2002, 310 f. Tese (Doutorado) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

CHOAIRY, Antônio César Costa. **Ações de Estado e geração de conflitos: um estudo a partir dos conflitos gerados entre o Estado Brasileiro e comunidades tradicionais quilombolas em Alcântara -MA**. São Luís, 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em cartografia social) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

CONAG. **Racismo e violência contra comunidades quilombolas no Brasil**. Curitiba: Terra de direitos, 2018.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **História e memória da questão agrária no maranhão**. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, câmera e história!**: práticas de ensino com cinema. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 199-215.

IBGE. **Quilombos**: primeiros resultados do censo. Brasília: IBGE, 2023

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, [s/n], p. 126-141, 1996.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Recife, 2013. 256 f. Tese (doutorado) – UFPI, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2013.

SANTOS, Rosenverck Estrela. Liesafro e Kwanissa na produção de conhecimentos diaspóricos e emancipatórios. **Kwanissa**, São Luís, v.6, n.14, p.1-04, jan./jun. 2023.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Quilombo e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p. 172-299, jul./dez. 2020.

SOUZA, Barbara Olivera. Movimento quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais [...]**, Porto Seguro, 2008.

**VIOLÊNCIA E DOR NA LUTA PELA TERRA NO POVOADO  
VERGEL – CODÓ/MA<sup>1</sup>**

Maria Joyce Silva<sup>2</sup>

Antonia Valtéria Melo Alvarenga<sup>3</sup>

Um líder quilombola, identificado como José Alberto Moreno Mendes, de 47 anos, foi morto a tiros, no fim da tarde dessa sexta-feira (27), na comunidade Jaibara dos Rodrigues, zona rural do município de Itapecuru-Mirim, no interior do Maranhão.

De acordo com informações da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), José Alberto estava nas proximidades de casa, por volta das 17h50, quando foi abordado por dois homens que estavam em uma motocicleta Honda Bros preta, sem placa.

[...] José Alberto foi alvejado com três tiros no rosto e dois nas costas. O líder quilombola morreu ainda no local do crime. Ele deixa mulher e quatro filhos. [...]

De acordo com Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (Fetaema), José Alberto é o décimo quilombola assassinado no Maranhão de 2020 a 2023. Ainda segundo a

---

<sup>1</sup> Esse estudo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em História, realizado através do Programa Ensinar, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Polo Codó. Fizemos opção de suprimir imagens e nomes dos sujeitos da pesquisa, por se tratar de uma história do tempo presente, que trata de acontecimentos ainda em processo, podendo produzir riscos ou causar desconforto aos envolvidos.

<sup>2</sup> Graduada em História pelo Programa Ensinar, Polo Codó-MA

<sup>3</sup> Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESP. E-mail: valterialvarenga@cchl.uespi.br.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Fetaema, em nenhum dos casos houve identificação dos mandantes ou dos executores.<sup>4</sup>

### Introdução

A notícia acima é um triste episódio que foi tornado público em 28.10.2023, por um portal que integra a imprensa maranhense. Trazer esse recente crime na abertura de um texto que já se encontrava quase pronto no momento da sua ocorrência, mostra, desde agora, a perspectiva teórica assumida nessa escrita: primeiro definindo-a como uma História do tempo presente, e, por tal razão, mais do que qualquer outra forma de escrita desse campo, o reconhecimento de sua natureza inacabada, de ser um texto que trata de acontecimentos que se encontram em permanente movimento, de um problema pulsante que reflete “ [...] comições que se desenrolam diante de nós, sendo objeto de uma renovação sem fim”<sup>5</sup>.

Fundamentando-se em Reis (2011)<sup>6</sup> compreende-se que o presente é o local da sensação, da percepção, “ é um estado real de duração, a parte mais sólida, mais estável, mais substancial do tempo”, do sujeito e da ação. Nessa perspectiva, refletir sobre a notícia acima, crer-se, possibilita uma conexão consistente e incessante entre

---

<sup>4</sup> [ITAPECURU-MIRIM](https://imirante.com/noticias/itapecuru-mirim/2023/10/28/lider-quilombola-e-morto-a-tiros-na-zona-rural-de-itapecuru-mirim). Líder quilombola é morto a tiros na zona rural de Itapecuru-Mirim. Disponível em :<https://imirante.com/noticias/itapecuru-mirim/2023/10/28/lider-quilombola-e-morto-a-tiros-na-zona-rural-de-itapecuru-mirim>. Acesso em 29.10.2023.

<sup>5</sup> BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história: In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.221)

<sup>6</sup> REIS. (p.07 )

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

presente e passado, o que o autor definiu ser a finalidade da História: une os estudos dos vivos (presentes) aos dos vivos ainda (passado), enquanto continuidade e diferença, abrindo interações teóricas e políticas entre os espaços-tempos dos acontecimentos, dos objeto da pesquisa e das leituras realizadas.

O objeto da pesquisa aqui desenvolvido é uma análise de lutas do campesinato maranhense pela terra, no contexto da expansão do agronegócio no Estado, bem como sobre as políticas de reforma agrária e de outras iniciativas governamentais destinadas às demandas do pequeno agricultor, com particularidade, uma reflexão sobre a maneira como essa realidade vem sendo vivenciada no município de Codó – MA. Com dita finalidade, será abordado o caso do conflito por terra estabelecido no povoado Vergel, localizado no referido município, situação que já ocasionou nas últimas décadas, vários homicídios e ameaças de mortes a membros de uma mesma família.

Realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. A primeira constituiu-se no fundamento teórico do texto, amparando-se na literatura existente sobre a temática, a exemplo de Martins (1999), com a obra “Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível” em que o autor aborda a questão da reforma agrária no Brasil e analisa os desafios e obstáculos enfrentados para sua efetivação. Sodré (2017), com a obra “Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais”, em que o Maranhão é apresentado como um estado com estrutura agrária marcada pela concentração de terras e pela desigualdade social, realidade que resultou do modelo de ocupação e exploração da terra.

Também foram consultados documentos fornecidos por: Delegacia Geral de Polícia de Codó, local em que se encontram registros das ocorrências de assassinatos na área estudada, bem como das exumações de cadáveres; documentos do Ministério Público do Maranhão; da Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, especialmente o “Acordo de não agressão mútua” firmado

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

entre as partes em litígio no município de Vegel; da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular; da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA); dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dados disponibilizados pelo IBGE. Também foram analisados alguns periódicos impressos e virtuais que tratam da questão.

Foram ouvidos alguns sujeitos envolvidos de forma indireta no conflito, pois, infelizmente, em decorrência do citado acordo, as partes assumiram o compromisso legal de não se manifestarem publicamente sobre a questão, até decisão em juízo. Por essa razão, a dimensão oral da pesquisa foi realizada com relatos de pessoas como o de um membro do clero que atua na região de Codó, e que participa da luta pela regularização das terras de Vegel, embora não faça parte das famílias que reclamam sua propriedade. A inclusão desse sujeito buscou possibilitar o que Lacouture (1978) define ser não apenas um ato de encurtamento dos prazos entre os fatos da vida e suas primeiras interpretações, mas a possibilidade de dar voz aos que foram atores dessa história, a partir de arquivos vivos.

### **1 Panorama da questão fundiária no Maranhão - século XXI**

Conforme dados do IBGE (2022)<sup>7</sup>, o Estado do Maranhão apresenta uma área de 329.651,496 km<sup>2</sup>, situando-se ao Norte/Nordeste do País, localização geográfica que coloca grande parte de seu território integrado à região amazônica. O Estado destaca-se, entre outros aspectos, por uma estrutura fundiária que historicamente tem produzido disputas pela terra, com elevado índice de violência que atinge

---

<sup>7</sup> IBGE. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. 2022.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

especialmente a população rural que vive da pequena agricultura, apesar de ser possível identificar um significativo número de assentamentos resultantes da luta pela reforma agrária, e a existência de áreas tradicionais que se encontram em processo de regularização. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA de 2017, mostraram que o Estado dispunha de 4.741.258,65 (ha)<sup>8</sup> com áreas de assentamentos envolvendo aproximadamente 132.301 famílias beneficiadas. Mesmo diante do número de famílias atendidas ao longo dos anos, no Maranhão continuam sendo comum episódios violentos como o informado na abertura deste texto, o que demonstra a necessidade de uma política agrária mais ampla, efetiva e celeridade nos processos de regularização da propriedade da terra, tendo em vista que a titularidade dos imóveis constitui-se como primeiro passo para a permanência e a paz das famílias no campo.

Desde as últimas décadas do século XX, o Maranhão vem se transformando em uma das grandes fronteiras de expansão da capital. Nele se dá a produção e movimentação de cifras elevadas de *commodities*. Boletim da Conjuntura Econômica Maranhense produzido pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), referente ao primeiro trimestre de 2023, informou que o PIB do Estado tinha possibilidade de alcançar um crescimento de 3,0% no ano, resultante de um aumento na Agropecuária (4,4% no ano), alta na produção de soja (+10,6%) e no milho (+6,5%), na Indústria de 1,3%; e

---

<sup>8</sup> INCRA: Relatório de gestão exercício 2017/2018– SR 12 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Maranhão – Região Nordeste. Disponível em:<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, atualizado até 31/12/2017. Acesso. Agosto de 2021.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

serviços, com alta estimada de 3,2% para o ano<sup>9</sup>. Por outro lado, o Maranhão chegou ao século XXI com um dos mais elevados quadros de pobreza e desigualdades sociais do país. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)<sup>10</sup>, com base nos dados de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE, o Maranhão é o estado com a maior porcentagem de pessoas em situação de pobreza do país, concentrando 58,9 % de sua população na linha abaixo da pobreza. Para essa situação, muito tem contribuído a estrutura fundiária do estado e as históricas consequências das exclusões que ela produz.

Segundo informações prestadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão – FETAEMA, os conflitos agrários registrados ao longo das últimas décadas localizaram-se, sobretudo, na área de expansão da fronteira agrícola, denominada pelos planejadores oficiais do MATOPIBA, uma região constituída pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, que desde os anos de 1980 vem realizando uma intensa expansão agrícola baseada em tecnologia de alta produtividade, inclusive a irrigação, especialmente no cultivo de grãos destinados ao mercado internacional. Abarcando 337 municípios com seus 73 milhões de hectares, o MATOPIBA é maior que a Alemanha.

---

<sup>9</sup> MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan). Boletim de Conjuntura Econômica aponta crescimento da economia maranhense em 2023. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/boletim-de-conjuntura-economica-aponta-crescimento-da-economia-maranhense-em-2023>. Publicado em: 04.08.2023. Acesso : 20.10.2023.

<sup>10</sup> [ITAPECURU-MIRIM. Maranhão é o Estado do Brasil com a maior porcentagem de pessoas em situação de pobreza. Disponível em: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/24/maranhao-e-o-estado-do-brasil-com-a-maior-porcentagem-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza#:~:text=Mas%20o%20estudo%20destaca%20que,Maranh%C3%A3o%3A%2058%2C9%25](https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/05/24/maranhao-e-o-estado-do-brasil-com-a-maior-porcentagem-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza). Publicada em: 24/05/2023.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Esses limites foram traçados pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa, que utilizou como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos estados. Com isso, 91% do MATOPIBA está no bioma aglutinado ao oeste da Bahia, no sul do Piauí, em metade do Maranhão e em todo o Tocantins. A Embrapa afirma que o Tocantins “desempenha um papel relevante na infraestrutura regional” e detêm expressiva presença de agroindústrias. O mesmo critério foi usado para incluir a porção norte do Maranhão, com São Luís e seu porto. Essa arquitetura que soma produção, processamento, estocagem, canais por onde escoar as matérias-primas para fora do país faz de MATOPIBA uma região geoeconômica, e segundo Mathias (2017) estava na agenda do governo Dilma criar um Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) para desenvolvê-la. A Nota Técnica Nº 01 produzida por esse importante órgão, assim informou a respeito da região:

Ao lado do desenvolvimento desses pólos agrícolas modernos existem nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, milhares de hectares ocupados por uma agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade. São milhares de estabelecimentos agrícolas em contato com uma nova dinâmica socioeconômica e fundiária. Além disso, na região do MATOPIBA foram criadas e legalmente atribuídas nos últimos 20 anos, um número muito significativo de unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, projetos de regularização fundiária e assentamentos de reforma agrária. Essas dinâmicas são condicionadas por uma série de investimentos públicos diversificados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de empreendimentos privados.(MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p.03)

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

A seguir, mapas da região agrícola do MATOPIBA, em duas formas de representação da área. Aspectos de uma realidade que não se excluem, mas que ainda não encontraram uma forma de coexistirem sem violência e com a inclusão dos diferentes grupos e interesses. De um lado, uma representação do desenvolvimento econômico do País, expressa a imagem de uma região geradora de riquezas e promotora do desenvolvimento nacional. Do outro, um cenário faustídico apresentado como consequência do que o MATOPIBA tem significado para as milhares de pessoas simples que vivem nessas regiões: aumento das estatísticas de derramamento de sangue, opressão, violência, ampliação da pobreza, exclusão e destruição ambiental, apresentadas como crescendo na mesma proporção que a riqueza é ampliada e o desenvolvimento econômico da região faz subir as estatísticas gerais.

Mapa 1 – REGIÃO MATOPIBA - Mapa 2



Fonte: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/>

Fonte: Por Lays Furtado, da Página do MST

Dados produzidos pelas coordenações regionais da FETAEMA mostram ocorrências de conflitos agrários em todas as regiões do

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Maranhão, mas sobretudo nas áreas ocupadas por comunidades quilombolas e posseiros. Estas são as mais afetadas pela violência promovida pela presença dos empreendimentos do agronegócio, considerando as consequências negativas que a expansão da grande propriedade impõe para o pequeno e médio proprietário e, a pouca eficácia dos órgãos públicos na solução dos conflitos que dessa situação decorrem. Os posseiros e quilombolas são constantemente ameaçados pelo avanço da grande propriedade, com destaque para grupos que se dedicam à agricultura familiar e para os que vivem do extrativismo vegetal, a exemplo das quebradeiras de coco e dos raizeiros. É uma luta desigual em todos os sentidos, o que coloca uma das partes em condição de completa vulnerabilidade. Nas situações de ameaças de morte, as vítimas – quase sempre os pequenos proprietários, quilombolas ou posseiros- ficam sem proteção do poder público, não havendo sequer instauração de inquérito policial para 70% dos casos dos homicídios efetivados (FETAEMA, 2020).

Existe uma ação crescente da sociedade civil organizada maranhense, através do movimentos sociais, das pastorais da juventude e de Organizações Sociais, no sentido de garantir às comunidades tradicionais que vivem nestas áreas, a efetiva aplicação dos direitos e princípios constitucionais, como o da dignidade, do direito à vida e o da prevalência do interesse público sobre o particular. Nesse sentido, o poder judiciário tem, cada vez mais, sido chamado a atuar diante de um cenário de conflitos que opõem o modelo econômico agromineral, de características neodesenvolvimentistas, à garantia de direitos humanos. Apenas para ilustrar essa referência, passaremos a citar alguns deles: 1- ALCÂNTARA - Comunidades Quilombolas de Alcântara e o Centro de Lançamento Aeroespacial (Categoria social: quilombolas Área (ha): 78,1 mil hectares, nº de famílias: 3.000 Processo judicial: Ação Popular 1016857-96.2020.4.01.3700, ACP 2003.37.00.008868-2, ACP 2008.37.00.003691-5 (Vara Federal de São Luís); ALDEIAS ALTAS: Pati / Gostoso; Categoria social: posseiros Área (ha): 997 hectares nº de



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

famílias: 37; Processos judicial: 20532011, 20442011, 0800238-45.2020.8.10.0029, 0800238-45.2020.8.10.0029 (Vara Agrária da Comarca de São Luís) e Processo Administrativo nº: 54230.004410/2006-49 (INCRA) (FETAEMA, 2020).

A mesma entidade mostra que a judicialização de conflitos nas disputas pela terra no estado do Maranhão, por ter seu número ampliado de forma considerável na última década, evidenciou a necessidade de instituir medidas administrativas e políticas que produzam, em tempo cada vez menor, respostas eficientes com vista à contenção da violência no campo. Entre as providências adotadas estão a criação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), instituída pela Lei Estadual n. 10.246, de 29 de maio de 2015, a criação das Promotorias Agrárias no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e a criação da Vara Agrária, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão (FETAEMA, 2020).

Apesar das citadas medidas, levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra em 2021, revelou que o Maranhão segue como uma preocupante realidade neste aspecto, sendo o segundo estado do país em número de conflitos pela terra, o que confirma o peso da herança de sua estrutura fundiária sobre as relações de propriedade nesta sociedade e, o longo histórico de violência que dela decorreu. Sua posição foi superada apenas pela tradicional região do Pará<sup>11</sup>. Na luta contra a herança fundiária estrutural, a história registra diferentes formas de mobilização pelos direitos dos menos favorecidos, especialmente organizadas pelos movimentos sociais. Essas formas de mobilização, seja pela origem nas Organizações Sociais - ONGS, nos Partidos Políticos, Sindicatos Rurais ou na atuação de setores libertários da Igreja Católica, têm se mostrado importantes para a consolidação da resistência das comunidades locais, pois a ampliação dos grandes

---

<sup>11</sup> (<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021>).

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

projetos agropastoris, quase sempre festejada e apoiada pelos governos, coloca as comunidades ocupantes dessas áreas em posição desfavorável na luta por seus direitos .

O relatório “Leis e Práticas de Regularização Fundiária no Estado do Maranhão”, lançado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), afirma que esse quadro é, em grande parte, decorrente do fato de 44% de território do Estado ainda está composto por áreas sem destinação. A legislação que regulamenta a posse e a propriedade das terras públicas do Maranhão, não prevê o prazo para o início de sua ocupação, favorecendo que ocorra a tradicional prática de grilagem. Outro aspecto determinante para essa situação foi a intensificação da presença de empresas beneficiadas pela Lei de Terras, lei nº 5.315 – de 23 de dezembro de 1999, que dispôs sobre as terras de domínio do Estado, atualizada pela Lei Estadual nº 10.398/2015 (ALMEIDA, BRITO e GOMES, 2021).

### **2 Experiências de luta pela terra no município de Codó-MA.**

Codó encontra-se situado na região do cerrado maranhense, com uma extensão territorial de 4. 361.606 km<sup>2</sup> e população estimada de 114.269 habitantes (Censo de 2022- IBGE). Os limites territoriais de Codó situam-se: ao norte com os municípios de Peritoró, Timbiras, e Chapadinha; ao sul com Gonçalves Dias, São João do sóter, Dom Pedro e Caxias; a leste com Chapadinha, Afonso Cunha e Aldeias Altas; a Oeste com Lima Campos, Capinzal do Norte e Peritoró. No censo agropecuário de 2017 (IBGE) a área dos estabelecimentos agropecuários ocupava 152.787 ha.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2014), descreveu a história e formação administrativa do município de Codó-MA, destacando que por volta de 1780 teve início o povoamento da região. Sua economia, neste início de agrupação era baseada em atividades agrícolas, desenvolvidas por colonizadores de origem

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

portuguesa e senhores da aristocracia rural maranhense. Os dois primeiros exploradores dessa rica terra em recursos naturais que hoje compõem o município de Codó, foram o nacional Luís José Rodrigues e o português Francisco Marques Rodrigues. Consta ainda nos dados disponíveis no Instituto que outros povos estiveram presentes no povoamento de Codó, como ocorrera em tanto outros municípios da mesorregião, dentre eles: imigrantes sírios e libaneses e, para os trabalhos nas lavouras, houve a participação de escravos africanos e índios barbados e guanarés.

No período colonial, Codó contribuiu com a economia do Maranhão destacando-se pela produção de algodão. A corrente migratória africana acentuou-se em 1780, alongando-se em grande escala até 10 anos depois, quando elevado número de lavradores dirigiram-se para a região, acompanhados de muitos escravos. Em 1892 foi construída a primeira indústria no município, chamava-se Companhia Manufatureira e Agrícola, de propriedade de Emílio Lisboa, que mais logo, teve seu domínio passado para a Sebastião Archer. Mesmo com o declínio da indústria têxtil no século XX, a cultura do algodão permaneceu como uma importante atividade econômica dessa região. Outra atividade que prosperou no município foi a extração do babaçu, destinada à produção do óleo e de diversos outros produtos.

O espaço rural do município apresenta transformações decorrentes da ação exploratória do homem, através do desenvolvimento de atividades nos setores da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. O espaço urbano é fruto de modificações feitas a partir de atividades nos setores secundário e terciário e, concentra a maior parte da população. A economia do município de Codó é baseada nas atividades predominantes nos dois espaços.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

O município de Codó vem chamando a atenção de pesquisadores, das autoridades e das mídias sociais, por inúmeras vezes ter integrado as estatísticas oficiais de violência pela terra, manchetes de rádio, e outras mídias que revelam a ineficiência das políticas de governos com a reforma agrária. Os pesquisadores são atraídos, principalmente, por problemas que envolvem as comunidades tradicionais, quilombolas e camponesas locais, em lutas pela superação do quadro de desigualdade social que caracterizam as formas de domínio, posse e exploração das terras locais. Desse modo, foi com o propósito de compreender uma situação de conflito por terras no município de Codó-MA, que integramos esse diálogo com aqueles que têm tomado essa temática para estudo e pesquisa.

Através de dados publicados na plataforma do InfoSanbas<sup>12</sup>, na tangente da caracterização social, territorial e econômica do município de Codó-MA, obteve-se as seguintes informações: registram-se dados públicos de 12 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares, 13 áreas de assentamentos de reforma agrária e nenhuma terra indígena, sendo possível que haja outras terras quilombolas e indígenas não demarcadas. Dos assentamentos de reforma agrária temos o seguinte: PA Orcaisa, PA Boqueirão, PA Alegre, PA Roseana Sarney, PA Vertente, PA São Benedito do Elcias, PA Lança/Umbigudo, PA Imperial, PA Monte Cristo, PA Cita/Novo Horizonte. Dos quilombos certificados temos: Matões dos Moreiras, Santa Joana, Cipoal dos Pretos, Monte Cristo, Matuzinho, Mata Virgem, Eira dos Coqueiros, São Benedito dos Colocados, Poraquê, Três Irmãos, Monta Barro e Queimadas. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/><sup>13</sup>.

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão -FETAEMA, fez uma

---

<sup>12</sup> O InfoSanbas é uma plataforma de dados e informações sobre saneamento básico dos municípios brasileiro.

<sup>13</sup><https://infosanbas.org.br/>.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

publicação sobre os conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão, ano 2020 e 2021, com a participação dos seus Sindicatos, filiados e de pesquisadores que trabalham com a questão agrária, com o intuito de denunciar as inúmeras violações de direitos dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, de acampados e de ameaças de morte de lideranças rurais no Maranhão. Através desses dados será feita uma análise das políticas públicas voltadas para essas comunidades em questão.

No período analisado, a FETAEMA contabilizou 79 situações de conflitos abrangendo 165 comunidades, em 33 municípios, e envolvendo 7.262 famílias e 841.541 mil hectares de unidades familiares de trabalhadores rurais invadidos. Nestas ocorrências de conflitos, foram registrados 3 mortos e 79 pessoas ameaçadas de morte. (FETAEMA-2020, Posfácio)

De acordo com a FETAEMA (2021), referente a conflitos agrários, o período estudado foi um dos mais violentos da história recente do Maranhão, sendo registrados pelo menos 243 ocorrências de conflitos referidas a 52 municípios, atingindo 32.473 família de trabalhadores, significando, segundo esse órgão, um aumento de 100% em relação ao ano anterior. Conforme os dados informados, esse foi um crescimento assustador, que expressa a ineficácia dos órgãos oficiais responsáveis pela assistência e proteção dos trabalhadores em condições de vulnerabilidade, aumentando as situações de incertezas e garantias básicas que dessas condições decorrem. A seguir apresenta-se tabela com os conflitos no município de Codó-MA :

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

**Tabela 2 Conflitos por terras em comunidades maranhenses**

Comunidades (Quilombola)	Categoria social	Área (ha)	Nº de famílias	Processo Administ.	Coord. da FETAEMA	Mes. do MA	Micr. do MA
Cipoal dos Pretos	quilombola	6.000 hectares	22	54230.0011 41/2006-69 (INCRA)	Coordenação Cocais	Leste Maranhense	Codó
Santa Maria dos Moreira/ Jerusalém/ Tamboril	quilombola	5.500 hec.	80	54230.0060 73/2006-24 (INCRA)	Coordenação Coca	Leste Maranhense	Codó
Três Irmãos/Montabarro/Quei Madas	quilombola	3.500 hec.	55	54230.0010 70/2012-42 (INCRA)	Coord. Cocais	Leste Maranhense	Codó
Poraquê	quilombola	1.250 hectares	24	54230.0070 90/2013-16 (INCRA)	Coord. Cocais	Leste Maranhense	Codó
Mata Virgem	quilombola	1.200 hectares	22	54230.0004 28/2007-52 (INCRA)	Coord. Cocais	Leste Maranhense	Codó
Vergel	Terra de herança	1.885 hectares	8	Não há	Coord. Cocais	Leste Maranhense	Codó

Fonte: Fetaema 2021; organização: autores

Percebe-se, pela tabela acima, que o município possui várias áreas em situações de conflito, fundamentados em disputas patrimoniais entre comunidades tradicionais e grandes empresas do agronegócio, o que impacta diretamente na vida dessas comunidades rurais. Começando pelo território quilombola Cipoal dos Pretos, que se encontra ameaçado em decorrência do conflito agrário promovido por uma importante família latifundiária da região, cujo objetivo é a posse de grandes extensões desse território. O processo de titulação da terra tramita no INCRA, sem que até o presente ano (2023), tenha sido concluído. A lentidão com que são tratadas essas questões, obriga os trabalhadores rurais a conviverem com o medo e com a insuficiência

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

material, pois os mesmos ficam vulneráveis às ações violentas dos seus adversários poderosos, detentores de máquinas pesadas e pessoal à sua disposição e mando.

O território quilombola Santa Maria dos Moreira/ Jerusalém/ Tamboril também está ameaçado por se encontrar em disputa agrária. O processo de titulação no INCRA tramita há 10 anos, sem avanço significativo. Igualmente, há várias ações judiciais em tramitação na Justiça Federal de Caxias contra os quilombolas. Os territórios quilombolas Três Irmãos/ Montabarro/Queimadas apesar da longa existência das comunidades na terra, passaram a ser ameaçados pela presença de uma empresa do setor sucroalcooleiro desde o ano de 2005. Os membros das 03 (três) comunidades situadas naquela região, são perseguidos violentamente por meio de ameaças de expulsão dos seus membros, sabotagem de suas atividades e desmatamento no interior do referido território.

O território quilombola Poraquê é uma comunidade constituída por 40 famílias. Consta nos registros consultados que em novembro 2012 vários homens invadiram o quilombo, usando armas de longo porte, modelo Escopeta calibre 12, cujo objetivo da ação era a expulsão das famílias que residem na área. Desde então, a comunidade vive em situação de permanente insegurança, aterrorizada com a possibilidade de novos atos de violência. O processo de titulação coletiva da terra foi aberto no INCRA-MA em 2013, e desde essa data vem tramitando de maneira lenta. Igual realidade é a vivida pelo território quilombola Mata Virgem, cujo processo de titulação tramita há mais de 12 anos no INCRA e que, desde 2005 seus membros sofrem com ameaças de expulsão ( FETAEMA 2020).

As invasões e ameaças sofridas pelos moradores dos territórios mencionados são alguns exemplos da violência e da injustiça enfrentadas pelas comunidades tradicionais e camponesas do Estado. É uma luta desafiante e complexa, por envolver interesses socialmente importantes de ambos os lados. Até o presente momento, os povos

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

tradicionais têm sido obrigados a suportar as piores consequências da situação, impactando na sua dignidade e sobrevivência. O Estado, por meio de suas instituições e das políticas públicas, apresenta importância fundamental na proteção e garantia dos direitos desses povos e, para permitir que soluções viáveis sejam dadas aos conflitos, contribuindo com a restauração da paz de todos e com a dignidade dos mais afetados. Nesse aspecto, emerge a importância da luta dos quilombolas e de outros povos tradicionais pela preservação do meio ambiente e da diversidade cultural. A valorização e o respeito às comunidades tradicionais são fundamentais para alcançar uma sociedade mais justa e sustentável.

Ao escrever sobre os conflitos pela terra em Codó-MA, Torres (2019) destaca que os conflitos no município não se fazem com atos isolados, apresentando como exemplo a questão do povoado Poraquê, local em que ocorreram disputas entre os moradores e uma empresa local que reclama a propriedade da terra. O conflito agravou-se após a invasão de maquinários e tratores, para derrubada da mata de palmeiras de coco babaçu, que faz parte do sustento de muitas famílias daquela região. Foram vários dias de confronto e medo no povoado. Desde então, a população sofre ameaças de morte pela presença de homens armados, pagos para amedrontarem os trabalhadores e seus familiares com o objetivo de expulsá-los da terra onde nasceram e formaram suas famílias.

### **3 A questão da terra no povoado Vergel – Codó**

Vergel, que é o cenário-objeto de estudo do presente trabalho. Trata-se de uma comunidade familiar, que em razão de conflito agrário registra 05 (cinco) assassinatos de trabalhadores rurais, além de duas tentativas de homicídios e várias ameaças de morte a moradores locais. As terras de Vergel correspondem a aproximadamente 1.865,47,50 hectares, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Codó. Vale ressaltar que Vergel não é uma comunidade de assentados, tão pouco comunidade quilombola. Trata-se de terras de herança familiar, de uso compartilhado entre familiares e agregados . Por vários anos a convivência entre os moradores foi pacífica e o uso da terra se deu de forma comunitária. Ocorre que no ano de 1984, dois fazendeiros, ambos moradores da cidade de Codó, com cessões de direito hereditário, iniciaram o processo de inventário da dita terra, processo nº 81984, aberto em 24.10.1984, atualmente em tramitação na 3ª Vara da Comarca de Codó, sendo cada cessão com 932,735 hectares. O ato que excluiu, de imediato, os herdeiros diretos, visto que tais cessões englobavam a totalidade das terras de Vergel.

Para buscar entender melhor o desdobramento dessa questão de disputa pela terra em Vergel, iremos utilizar a pesquisa de Domingas Santos Torres (2019), que retratou a trajetória da disputa pela divisão da terra naquela região no decorrer dos anos 1997-2015, juntamente com artigos publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), jornais, revista, posição do Ministério Público, entrevista com um membro do clero e inquéritos policiais. Sobre a origem da terra de Vergel , Torres afirmou que:

O senhor conhecido como Aristides e sua esposa dona Tomásia, eram considerados os legítimos donos da Terra, pois tinham a escritura, tiveram 11 filhos. Como a divisão dos 1.800 hectares não foi feita em vida, essa situação gerou esse conflito sangrento entre eles, pois os 11 herdeiros diretos já morreram. Isso resultou em incertezas nos herdeiros da terceira geração. (TORRES. 2019.p.20)

Ao escrever sobre os conflitos pela terra em Codó-MA, Domingas Santos Torres (2019) destacou que os episódios de violência no município, a exemplo do que acontece em outras comunidades do estado, não ocorrem de forma isolada, e não se trata apenas de questões

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

famíliares relacionados ao expólio dos *de cujos*. A questão do povoado Vergel, localizado a 50 km do município de Codó-MA, região da Trizidela, tem relação com o potencial de riqueza naturais que a terra apresenta e com a ganância que essa condição desperta nos investidores e exploradores de riquezas primárias. A situação dessa comunidade foi destaque municipal, estadual e até internacional.

Em Vergel as origens dos conflitos estão diretamente relacionadas a titulação da terra e a ganância pelas riquezas produzidas pela terra, como a madeira. Com a morte do proprietário da terra, os herdeiros entraram em conflito de interesses com relação à divisão da propriedade, venda e exploração da terra, gerando uma violenta disputa entre herdeiros, também caracterizados como conflito. (TORRES, 2019, p. 28)

Conforme Torres (2019), após a morte do proprietário original, Senhor Aristides, no ano de 1950, seus onze herdeiros, todos trabalhadores rurais que viviam da terra, permaneceram no local e, até então, habitavam e exploravam pacificamente a propriedade. Pedrosa (2016) fala que o filho mais velho do Sr. Aristides, conhecido por Massaranduba, ficou com os documentos da terra e tentou fazer uso da condição de primogenitura para reclamar o domínio de toda a propriedade dos pais, inclusive o direito de dela dispor no todo ou em parte .

A partir de então, procedeu a algumas negociações e parte da terra de Vergel teve sua propriedade reclamada por pessoas estranhas à comunidade, excluindo os moradores daquele lugar. Com a venda de vários lotes do imóvel por alguns herdeiros, as situações de conflitos passaram a ocorrer com frequência, tendo em vista que os supostos compradores da propriedade, moradores da sede municipal de Codó ou da capital São Luís, iniciaram o processo de posse e ocupação do imóvel,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

mesmo este estando habitado há décadas por várias famílias de trabalhadores rurais. A referida situação, produziu uma onda de conflitos que perdurou os anos 1990.

A partir dos anos 2000, os trabalhadores rurais remanescentes passaram a se organizar em grupos de animadores rurais, a fim de evitar a invasão das terras do povoado, a venda clandestina de lotes, o desmatamento da área e, orientar a luta pela permanência das famílias no local. Os animadores comunitários eram A. F. S.A, assassinado em 28 de agosto de 2007; R. P. S., assassinado em 14 de janeiro de 2010 e A. I P. S, encontrado morto em 24 de dezembro de 2015, mortes estas nunca esclarecidas ou punidas.

Após a morte de A. I P. S restou somente no local a família de A. F. S. A, que se tornou inventariante das terras do Vergel e, por isso, passou a sofrer diversas ameaças de morte por parte de ocupantes poderosos da área. Desde 2015, as terras do Vergel passaram por diversas ocupações envoltas em ameaças de morte aos moradores locais. Muitas denúncias foram realizadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – FETAEMA, junto à Promotoria de Justiça de Codó, Delegacia de Polícia Civil e Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV). (FETAEMA 2020)

Alfredo Wagner (2013), em um artigo publicado pela FETAEMA, já havia apresentado parte dos relatos informados por Torres (2019) ao anunciar que em 1984, com a morte dos antigos posseiros, abriu-se, naquele ano, a ação de inventário. Várias pessoas se habilitaram e, a partir de então, algumas cessões de direitos hereditários foram vendidas, de maneira ilegal. Muitos herdeiros tiveram seus direitos vilipendiados e Vergel começou a ser fatiada entre grileiros e madeireiros. Os membros da família que não se submeteram às ilegalidades, passaram a sofrer várias formas de pressão, até que na segunda metade da década de 1980, ocorreu o primeiro assassinato.

Com a expansão da fronteira agrícola para o leste do Maranhão,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

na década passada, a pressão sobre as áreas de reservas de Vergel aumentou, juntamente com a violência. Em menos de 3 (três) anos, ocorreram mais duas mortes. Foram mortes anunciadas e prevenidas pelos autores dos assassinatos, pois além da ameaça física essa é uma guerra que procura fragilizar psicologicamente o adversário, especialmente fazendo-os entender que suas vidas e as dos seus familiares valem muito pouco naquelas situações. Porém, embora a violência contra a vida dos moradores de Vergel tenham previamente sido informadas por bilhetes anônimos ou outro meio, o estado, através do seu aparato repressor (poder policial), não conseguiu evitar a ação violenta. Também não houve prática eficaz do Poder Judiciário em relação ao processo do inventário, o que talvez pudesse trazer alguma solução para o conflito. Aliás, o processo continua há quase 29 anos na fase de habilitação, demonstrando o descaso com o direito de propriedade das comunidades camponesas e, gerando uma insegurança jurídica que afeta as pessoas simples e torna evidente a força dos poderosos que manipulam direitos e garantias, conforme seus interesses.

No dia 28 de agosto de 2007 assassinaram o Senhor A. F.S. A, animador da comunidade que vivia sob fortes ameaças. O Senhor A.F.S.A almejava, juntamente com o povo da comunidade, a realização do inventário da terra para que cada morador pudesse usufruir da sua parte legítima. Desde o início contou com o apoio da Igreja Católica local, mas precisamente do Padre J. W., um sujeito que luta junto com o povo de Vergel, pela defesa dos direitos dessa comunidade. Após o cumprimento da ameaça, queimaram sua casa, ocasionando a mudança da família aterrorizada com o ocorrido para outra região.

Torres (2019) informa que antes da casa da vítima ser destruída, foi queimada também uma capela construída pela comunidade, que servia para encontros e outras formas de sociabilidades dos seus membros. Era espaço de formação e consolidação de laços entre os moradores e, destes com o local. Queimá-lo tinha a função de destruir uma identidade comum, um mecanismo de fortalecimento da relação

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

dos comunitários com aquela terra. Abaixo, imagens da violência do poder dos grupos econômicos sobre a comunidade. Na sequência, encontram-se a capela (Imagem 01) residência de A. F. de S. A (Imagem 02) e residência de R. C (Imagem 03):

### Painel 01 IMAGENS DA VIOLÊNCIA NO POVOADO VERGEL



Fonte: Waseistainer *apud* Torres (2019)

De acordo com Diogo Cabral (2013) em 2007, alguns dias antes do assassinato de A. F. de S., os comunitários A, M. C. S, T. C. S e F. C. S. sofreram tentativa de homicídio na localidade, quando foram atacados a tiros de espingarda e revólver calibre 38. Foram denunciados F. S. G, e R. P.(cabe aqui ressaltar que F. S. G foi acusado de tirar a vida de R. P. S).

O processo de nº 2055/2007-3ª tramita na Vara de Codó há 6 anos. Em 03.04.2012, a MM Juíza de Direito desta referida Vara emitiu despacho para certificar o trânsito em julgado da sentença de pronúncia dos réus. A ciência aos mesmos ocorreu em 16.05.2012. Contudo, ainda não ocorreu o tão esperado Júri Popular. A partir da análise do inquérito policial, obtido por meio do 1ºDP de Codó, instaurado para apurar o crime de homicídio que teve como vítima fatal o Sr. A. F. de S. A, pôde-se conhecer que a investigação não obteve êxito na identificação do autor, dado o lapso temporal entre o fato ocorrido no ano de 2007 e a apuração das investigações que só foram realizadas no ano de 2022. Consta também que as potenciais testemunhas já vieram a óbito,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

ocasionando o arquivamento do processo.

Nestas disputas, o crime de homicídio é uma das mais graves formas de violência e, muitas vezes, difíceis de ser solucionados pelas autoridades policiais. No caso em questão, é possível observar que o lapso temporal entre a ocorrência do fato e as investigações dificultou o trabalho das autoridades policiais, uma vez que muitas informações e potenciais testemunhas já não estavam mais disponíveis. O arquivamento do inquérito, neste caso, significa que não há mais possibilidade de se avançar na investigação de busca pelo autor do crime que vitimou o Sr. A. F. S. A. Isso pode ser fruto de uma série de fatores, desde a falta de provas concretas até a ausência de condições para prosseguir com a apuração do caso. De qualquer forma, o arquivamento de um inquérito não significa, necessariamente, que o caso foi encerrado, mas sim que, naquele momento e com as informações e recursos disponíveis, não foi possível chegar a uma conclusão satisfatória sobre o crime investigado. Como esse estudo lida com objetos situados em um tempo muito curto entre o fatos ocorridos e suas análises, não é possível afirmar o encerramento desse caso, especialmente considerando o que coloca Walter Benjamin, a respeito das relações entre presente e passado e futuro em sua segunda tese:

Entre os atributos mais surpreendentes da alma humana”, diz Lotze, “está, ao lado de tanto egoísmo individual, uma ausência geral de inveja de cada presente com relação a seu futuro”. Essa reflexão conduz-nos a pensar que nossa imagem da felicidade é totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissolivelmente ligada à da salvação. O

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

Outro homicídio registrado em Vergel, já mencionado anteriormente, teve como vítima o cidadão R. P. S, popularmente conhecido como R. C, em 14 de janeiro de 2010, por volta das 17:00h. A vítima foi alvejada com dois tiros nas costas quando tomava banho em um açude. O mesmo estava acompanhado de familiares menores, netos de 03 e 12 anos, tendo o ato causado profundos traumas nas crianças. Essa também foi uma morte anunciada, [...]. O morador da comunidade recebeu um bilhete que dizia: “R. nós vamos fazer com você o mesmo que fizemos com A” ( TORRES, p. 15). Com o ocorrido, cumpriam-se as ameaças que sofrera há aproximadamente um ano e meio. Sobre esse episódio está registrado oficialmente que:

Nos procedimentos da justiça, pela morte do Senhor R. C. (supressão nossa) foram presos dois lavradores que estavam aliado ao “outro lado” (parte da família que é aliada aos políticos da região e que não estão engajados nas atividades desenvolvidas pela comunidade católica do lugar) na disputa pela terra, mas que também eram moradores da localidade. Os

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

dois lavradores são analfabetos e ficaram 15 dias presos. ( TORRES, 2019. P. 18)

Diogo Cabral (2013), advogado da CPT Maranhão, publicou um artigo de revolta a esse contexto de impenitência e penúria, situando o povoado Vergel como um local de injustiças que dilaceraram um povo em luta por seus direitos à terra. Para apurar a morte do camponês R. P. S, instaurou-se inquérito policial, por portaria, no 1º Distrito Policial de Codó, no dia 20.01.2010. Mesmo com a pressão de entidades envolvidas no caso, até o ano de 2023, momento da coleta de informações para a escrita deste texto, a justiça não havia sido realizada .

A morte do senhor A. I. P. S, de 52 anos, que tinha assumido a luta em defesa da terra aconteceu no final do ano de 2016, configurando como o quarto assassinato na família, embora não tenha sido esclarecido a causa, visto que o mesmo desapareceu em um domingo e foi encontrado sem vida na quarta-feira, no mato. A morte do líder comunitário ganhou destaque no G1 (disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/index.html>).

O artigo publicado pela CPT, de autoria do advogado Pedrosa (2016), conselheiro da OAB no Maranhão, relata sobre o conflito que provocou a morte do lavrador e líder rural A. I. P.S, no povoado Vergel, na véspera do Natal. Destacou o quão é visível a incapacidade do Estado diante de mais uma morte anunciada. De acordo com Pedrosa, a vítima, conhecida popularmente como Leis, foi assassinado no final do ano de 2015. O seu corpo foi encontrado no dia 24 de dezembro, após cinco dias de sumiço inexplicável.

Leis teria sido recentemente ameaçado de morte por pessoas conhecidas por “D1” (*supressão nossa*), que é filho de D2 (*supressão nossa*), pessoa envolvida na morte do trabalhador rural R.P.S(*supressão nossa*), conhecido por “R. C” (*supressão nossa*), e pelo sogro de “D1”, conhecido por “C. V” (*supressão nossa*). Esses



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

registros se encontram em poder das autoridades de Codó, Maranhão. Além desses, C. C e D2 também eram inimigos de Leis. ( PEDROSA 2016)

Como suposto, mais uma vida pode ter sido sacrificada na luta pelo direito ao uso e usufruto da terra. E desta vez não foi diferente do que ocorrera na maioria destas situações. Um trabalhador rural desprotegido, virou presa fácil da ganância e do poder. A. I.P.S, foi retirado do caminho desses interesses, sem qualquer escrúpulo ou temor. Conforme Torres (2019), depois de mais de 30 dias do ocorrido, e atendendo ao clamor popular e à pressão realizada por membros da Igreja Católica, a justiça concedeu autorização para que fosse procedida a exumação do corpo da vítima:

Depois de um mês com a ajuda da igreja católica foi feita a exumação para constatar se realmente ele teria morrido envenenado, ou de infarto. [...] As suspeitas surgiram por conta do rosto dele estar preto e os bichos terem comido o restante do corpo. Foram dois anos de espera pelo resultado da perícia onde o caso não foi elucidado, o resultado chegou à conclusão que a morte foi ignorada. (TORRES, 2019. P.19)

Infelizmente, a onda de assassinatos na região não findou no caso anterior. A Comissão Pastoral da Terra do Maranhão (CPT-MA) divulgou, em julho de 2021, uma nota de repúdio ao assassinato de outro trabalhador rural em Codó, ocorrido em julho de 2021. Segundo a nota, o crime foi motivado por conflitos de terra na região. A vítima foi identificada como J. F. S. A, um dos herdeiros de Vergel, e esse é mais um caso que se encontra à sombra da impunidade.

A CPT-MA denuncia constantemente a violência no campo no Maranhão, afirmando que tal situação tem se intensificado nos últimos anos, com assassinatos, ameaças e despejos forçados de trabalhadores

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

rurais. A organização pede a apuração rigorosa dos crimes e o fim da impunidade para os responsáveis. A morte do “V”, como era popularmente chamado J. F. S., reforça a necessidade de proteção para os trabalhadores rurais e suas comunidades, que enfrentam violações constantes em seus direitos.

Diante de tantos conflitos sem solução até o momento e, como forma de conciliar as partes envolvidas nessa trama, foi assinado um acordo em maio de 2022. De acordo com a 2ª Promotoria de Justiça de Codó, as famílias envolvidas firmaram pacto de não agressão até a decisão judicial do conflito. Participaram os promotores de justiça titulares da 2ª Promotoria de Justiça de Codó e da Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários. Estiveram presentes representantes da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) e Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA).

Ao analisar o referido acordo, o qual foi obtido em resposta a requerimento do Termo de Compromisso de Utilização de dados – TCUD à 2ª Promotoria de Justiça de Codó, emitido pela UEMA-Campus Codó-MA, obteve-se a ata de audiência de composição extrajudicial firmada com moradores do Povoado Vergel. A leitura do documento deixou claro que o motivo do acordo foi suspender a violência entre as partes. Cada um dos envolvidos foram ouvidos individualmente, em seguida foi realizado diálogo com a participação de todos. No entanto, não existe discussão de como poderá ser resolvida a presença de terceiros que litigam sobre a propriedade da terra. Resolver as questões que decorrem da herança é apenas uma parte desse grande problema social, que transformou a comunidade de Vergel e uma região de dor, perdas e muito sofrimento. Para que a paz seja restaurada na comunidade, faz-se necessário tratar das questões que envolvem a apropriação da terra para exploração de madeiras e outras atividades predatórias.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Com vista a realizar a composição do conflito e aguardar o desfecho final do processo de inventário, ficaram estabelecidos os seguintes termos: a) as partes envolvidas concordaram em se habilitarem, por meio da Defensoria Pública, no inventário que tramita na Vara da Família e Sucessões de Codó-MA; b) as partes pactuaram que fica proibida a alienação de direitos sucessórios; c) as partes pactuaram respeito recíprocos, ficando proibido qualquer tipo de tratamento ofensivo e agressivo entre as partes; d) restou acordado ainda que o J.P. G recuará a cerca existente no fundo da casa do Senhor A. F. S. A, até o rogado, que representa um recuo de aproximadamente 350 metros. O Senhor A. F. S. A comprometeu-se a realizar uma “rodapé” para evitar que os seus animais entrem na roça do Senhor J. P. G; e) o presente acordo foi homologado judicialmente, implicando nas extinções dos processos cujos os objetos são litígios possessórios envolvendo as partes; f) ficou estabelecido uma multa no valor R\$500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento do presente acordo ( MPMA, 2022).

Vale lembrar que para execução dessa pesquisa não houve a realização das entrevistas na localidade, pois segundo informações obtidas através de autoridades ligadas ao caso, as onze famílias que moravam na comunidade, grande maioria de herdeiros, estão evadidas do local como uma medida de proteção à integridade física de seus membros. Para analisar os problemas que essas famílias enfrentam, foram realizadas duas entrevistas, a primeira com o Padre J. W, que tem grande penetração no grupo que luta pela regularização das terras de Vergel. Padre J.W é alemão e atua em comunidades de Codó e Timbiras desde o início dos anos 90. A outra entrevista foi com um (a) pessoa que será identificado como “ S2”, visto que nesse caso, sua participação pode produzir riscos para os envolvidos, que se encontram em permanente situação de medo e insegurança.

O Padre J.W ao ser indagado sobre a luta dos moradores de Vergel reiterou a violência sofrida por esse povo que ao longo dos anos vem lutando por um lugar de direito em Vergel, para usufruir dos bens que

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

provêm da terra. O Padre afirma que os que resistem sofrem constantes ameaças porque tem pessoas importantes querendo se apossar da terra, desconhecendo-se o direito de herança mesmo às pessoas que integram a família proprietária. Ressaltou que no Maranhão e em grande parte do Brasil, as violências, ameaças, falam mais alto que a lei e a justiça.

[...] Fizemos inúmeras denúncias sobre os crimes, os homicídios como também as invasões de terras, as ilegalidades, mas até agora não deu em nada, mesmo envolvendo a Secretaria de Direitos Humanos de São Luís, a justiça, advogados, tanta gente, mas não deu em nada, jaizinho está sofrendo. O ministério público também está envolvido, o caso já foi muito bem exposto em todos os lados e grêmios, justiça e por incrível não está agindo. Em relação ao acordo, ele nunca foi respeitado, os inimigos estão invadindo as terras do jaizinho, matando a criação dele, ameaçando, jogando gato e cachorro morto na porta dele, assim provocando pra ele desistir do seu pedaço de terra. (J. W.2023).<sup>14</sup>

O segundo entrevistado realizou um parecer sobre as terras de Vergel e afirmou que, tem vontade de construir uma casa, mas não pode fazer porque a violência é muito grande, [...] “A gente tem medo de entrar”. A seguir, trecho de sua conversa sobre o problema:

Você não pode fazer nada, não pode fazer uma benfeitoria, uma casa boa pro seus pais morarem, meu pai mora numa casa simples entendeu! Ele não pode fazer uma casa que preste, não pode tirar uma madeira, nós que somos donos nem uma madeira pra

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida a uma das autora em 2023.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

fazer um curral não pode tirar, e quem não é dono tá arrendando, desmatando e vendendo. (S2. 2023)

Assim segue mais um caso de luta , violência e dor pela terra nesse estado. Infelizmente o Maranhão não é uma situação isolada, embora venha figurando nas estatística nacionais como o segundo estado brasileiro com o maior conflito por terra. O Nordeste tem sua trajetória marcada por esses lamentos, sendo Vergel um desses casos, embora isso não reduza sua importância na luta pela superação de tal flagelo. As motivações apontadas são variadas: questões de herança, titularidade, grilagem e tantos outros. Mas o problema principal é a estrutura fundiária do país, que desde a sua formação adotou o modelo da concentração de terra sob o domínio de poucos e excluiu da principal fonte de riqueza natural, aqueles que mais trabalham e precisam dela para viver e criar suas famílias: agricultores, extrativista, criadores que lutam pelo direito à terra para garantir sua subsistência.

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da situação fundiária do Maranhão, tomando como amostra o caso da comunidade de Vergel. Foram identificadas algumas questões pertinentes à problemática dos conflitos agrários no Brasil: primeiramente, é importante destacar que a questão agrária é um tema complexo que envolve desigualdade social, concentração da terra nas mãos de pessoas poderosas e dificuldades de acesso à justiça pelos pequenos agricultores para a reversão dessa situação. No caso específico do Maranhão, observou-se uma realidade bastante desafiadora em todos os sentidos, pois o Estado possui grande extensão territorial e uma significativa concentração de terras sob o controle de fazendeiros, empresas agrícolas ou até mesmo grileiros.

Esse cenário de concentração fundiária excluiu os agricultores familiares e comunidades tradicionais, que lutam pelo direito à terra

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

para garantir sua subsistência e a preservação de suas culturas. Outro aspecto que chamou a atenção nesse estudo foram os efeitos sociais negativos produzidos pela lentidão e a falta de efetividade no processo de reforma agrária. O acesso à terra é um direito garantido pela Constituição brasileira, mas a sua implementação enfrenta obstáculos burocráticos, políticos e econômicos, que contribuem para a perpetuação dos conflitos agrários. É um cenário marcado pela violência, que se materializa em assassinatos, ameaças, despejos e outras formas de massacres direcionados aos homens e mulheres pobres do campo, lamentavelmente resultando em perdas de vidas e instaurando um clima de medo e insegurança nos membros das comunidades envolvidas.

Nesse contexto é fundamental que o poder público atue de forma efetiva na resolução dos conflitos agrários. Isso implica a necessidade de uma reforma agrária justa e eficiente, que promova a garantia de direitos e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a preservação dos territórios tradicionais. Ela deve ser parte de uma política que busque por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A conjunção desses fatores é primordial para que seja possível avançar na superação dos conflitos agrários, na redistribuição justa da terra e na garantia da dignidade da vida para todos os excluídos que lutam por sua sobrevivência.

O conflito em Vergel, mesmo envolvendo disputas familiares, reflete uma realidade mais complexa, por ser estimulado e patrocinado pela ganância de terceiros. A violência nesse local tem causado muitas lágrimas e interrompido sonhos das famílias envolvidas. Infelizmente, os moradores dessa comunidade vêm sendo obrigados a migrar de suas terras, expulsos pela violência decorrente dos interesses dos poderosos. Conforme pôde ser percebido, até o momento não houve uma solução definitiva para a questão das terras de Vergel, permanecendo as famílias em situação aflitiva. Infelizmente a justiça tem se apresentado lenta e

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

ineficaz em casos como esse. Mesmo com a participação de membros de Instituições importantes como a Igreja Católica, organizações de direitos humanos, Ministério Públicos, entidades que representam os interesses dos trabalhadores rurais e grupos de defesa dos direitos das comunidades tradicionais, a solução definitiva desse conflito ainda encontra-se na esfera do desejo e na esperança daqueles que continuam aguardando que a justiça possa acolher os seus clamores.

### **Referências**

ALMEIDA, Jeferson; BRITO, Brenda e Gomes Pedro. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Maranhão..** – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terras e atos de violência. **Conflito no campo Brasil 2009**, 2009.

ALFREDO , Wagner. Povos e Comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência. CPT 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo>

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história: In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

BRASIL – Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). 2022

BRASIL. **Ministério Público Federal**. 2º Promotoria de justiça de Codó-MA. 2023

CABRAL, D. N. R. et al. **Federação Dos Trabalhadores Rurais Agricultores E Agricultoras Familiares Do Estado Do Maranhão (FETAEMA)**. Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão ano 2020, São Luís: UEMA Edições, 2021. 15-160 PP.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

CABRAL, Diogo. Balanço dos conflitos agrários no Estado do Maranhão em 2013. CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>  
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo- Brasil 1990. Goiânia: CPT Nacional, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo. 2021. Disponível em: [www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo](http://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo).

EMBRAPA TERRITORIAL. **Política pública para a agricultura familiar:** Disponível em: < <https://www.embrapa.br/> >. Acesso em: 13 jul. 2023.  
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> . Acesso em: 20/05/2023

INCRA\_ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos agrários Codó.2022.

INFOSANBAS. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. 2021. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/> . Acesso em: 26/05/2023

IBGE. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. 2022. Acesso em julho de 2022.

LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). A nova história. Coimbra: Almedina. 1978.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan). Boletim de Conjuntura Econômica aponta crescimento da economia maranhense em 2023. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/boletim-de-conjuntura-economica-aponta-crescimento-da-economia-maranhense-em-2023>. Publicado em: 04.08.2023. Acesso : 20.10.2023

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária** – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de, MAGALHÃES Lucíola Alves , CARVALHO Carlos Alberto de. Nota Técnica 1- **Proposta de**



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**Delimitação Territorial do MATOPIBA.** Campinas-São Paulo, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139202/1/NT1-DelimitacaoMatopiba>. Acesso em 05.11.2023.

**PEDROSA, Luís Antônio. Pela memória de Leis. Artigo CPT-MA.** 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>.

**REIS, José Carlos.** O tempo histórico como “representação intelectual”. In: Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2011 Vol. 8 Ano VIII nº 2 ISSN: 1807-6971 Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em 20.10.2023.

**SODRÉ, Ronaldo Barros. O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais.** / Ronaldo Barros Sodré. – São Luís, 2017.

**STEDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional–1500-1960.** 2ª edição, Expressão Popular. São Paulo, 2011.

**TORRES, Domingas Santos. ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA: o caso da comunidade Vergel.** 2019.

### **Referência orais.**

**B. A. Conflitos Agrários E Políticas De Reforma Agrária No Município De Codó-MA No Século XXI** 11/02/2023. Entrevista Oral concedida a Maria Joyce Silva.

**SUJEITO II. Conflitos Agrários E Políticas De Reforma Agrária No Município De Codó-MA No Século XXI** 30/06/2013. Entrevista Oral concedida a Maria Joyce Silva.

**W. J.. Conflitos Agrários E Políticas De Reforma Agrária No Município De Codó-MA No Século XXI** 15/06/2023. Entrevista Oral concedida a Maria Joyce Silva.

**REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA EM  
CARPINA (1968) SOB A ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE  
PERNAMBUCO.**

Mateus Alves Melo<sup>15</sup>  
Thiago Nunes Soares<sup>16</sup>

**Introdução**

Este trabalho é resultante do TCC da Licenciatura em História da UFPE, foi defendido em 2022 e tem como propósito analisar a repercussão do discurso de Dom Helder Câmara no município de Carpina, no Encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais, ocorrido no dia 26 de janeiro de 1968. Ocasão em que o Arcebispo defendeu a classe dos bispos referente às acusações de terem cometido agiotagem. Além disso, aproveitou a oportunidade para exortar sobre os perigos, que segundo ele, rondava os trabalhadores rurais, referindo-se aos pelegos, aos advogados que negociavam contratos trabalhistas injustos e as ajudas estrangeiras. Por fim, o Arcebispo também discursou sobre a demora da Justiça do Trabalho em resolver as causas dos Trabalhadores e da situação sociopolítica de

---

<sup>1</sup> Especialista em Economia Internacional e Diplomacia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da rede municipal de Carpina/PE. E-mail: mateusmelo1974@gmail.com.

<sup>16</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em História pela UFPE, Especialista em Docência – Ênfase em Educação Inclusiva pelo IFMG, Licenciado em História pela UFRPE e em Pedagogia pela UCB/DF. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) – *Campus* Mata Norte. E-mail: thiago.nsoares@upe.br.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

algumas cidades, acusando alguns delegados de não prenderem senhores de terras acusados de crimes contra seus empregados.

Desse modo, nosso objetivo é discutir a importância desse fato na trajetória político-religiosa do Arcebispo em um período que o Brasil passava pela ditadura civil-militar<sup>17</sup>, destacando que as palavras proferidas por Dom Helder nessa ocasião trouxeram consequências inéditas na vida do clérigo, além de expor como tal ação do prelado repercutiu no jornal *Diario de Pernambuco*.

Para isso, este trabalho está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, abordamos o contexto histórico no qual aconteceu o evento escolhido como objeto de estudo, apontando o impacto do golpe civil-militar de 1964 na vida dos trabalhadores no campo. Em seguida, apresentamos aspectos da vida e obra do Arcebispo, do seu nascimento até sua transferência para Pernambuco. Ademais, também analisamos os primeiros anos de Dom Helder como Arcebispo de Olinda e Recife, da sua chegada na capital pernambucana até momentos antes do seu famoso discurso na cidade de Carpina.

Por fim, realizamos uma análise referente ao discurso<sup>18</sup> do Arcebispo e a sua repercussão a partir das matérias do jornal *Diario de Pernambuco*. Tais reportagens encontram-se disponibilizadas de forma on-line na Biblioteca Nacional Digital<sup>19</sup>, no Acervo da Hemeroteca, cujas

---

<sup>3</sup> O termo ditadura civil-militar é utilizado aqui por entendermos que o movimento responsável por destituir o presidente João Goulart em 1964 não contou apenas com a participação das Forças Armadas, mas também obteve o apoio de diversos setores da sociedade civil, como empresários, classe média, meios de comunicação, organizações femininas e setores da Igreja Católica (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 258).

<sup>4</sup> De acordo com Foucault (1997), a noção de discurso é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

<sup>19</sup> Site disponível em < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

palavras-chave utilizadas na pesquisa foram “Dom Helder Câmara – Carpina” e o período selecionado foi de 1960 a 1969.

### **O golpe civil-militar de 1964 e o impacto na vida dos trabalhadores rurais de Pernambuco**

Em 1960 as eleições presidenciais apontaram Jânio Quadros como o novo presidente do Brasil e João Goulart como vice. Naquela época, esses cargos eram votados separadamente e os dois escolhidos pela maioria da população brasileira votante eram de chapas diferentes. Iniciado o seu mandato, o novo presidente do Brasil não tinha estabilidade para governar o país, possuindo uma visão moralista em sua vida pública e um perfil político autoritário (SCHWARCZ, 2018, p. 431).

Encontrando-se isolado em seu governo, o presidente, de maneira surpreendente, renunciou ao seu mandato em agosto de 1961 após as comemorações referentes ao Dia do Soldado. Não se sabe com exatidão o que Jânio Quadros pretendia com a sua renúncia, mas segundo a análise da pesquisadora Schwarcz “há acordo entre os historiadores: seu gesto intencionava causar uma comoção nacional que o trouxesse de volta triunfalmente ao cargo com poderes presidenciais aumentados.” (SCHWARCZ, 2018, p. 433). Se esse era o plano, ele não saiu conforme o planejado. O Congresso aceitou a renúncia e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu de forma interina a Presidência da República até a volta de João Goulart. Entretanto, apesar da aceitação da renúncia de Jânio, concordar com a subida do poder de Jango era bem diferente. Parte dos militares não queria a ascensão de Jango à presidência e pressionaram o Congresso para que impedissem a posse do novo presidente. Ao mesmo tempo, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola iniciou o movimento da Legalidade. Ao descobrir a renúncia de Jânio Quadros, Brizola resistiu bravamente para garantir a posse do vice-presidente João Goulart.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Uma das soluções encontradas para atenuar a crise política foi a proposta do Congresso Nacional: a adoção do regime parlamentarista. Apesar da inicial resistência por ambas as partes, a emenda foi aprovada, instituindo o parlamentarismo no Brasil.

A partir do segundo semestre de 1962 começaram-se as movimentações para a convocação de um plebiscito para consultar à população brasileira pela permanência do Parlamentarismo ou pela volta do Presidencialismo. Em janeiro de 1963 a consulta popular deu vitória ao presidente Goulart, devolvendo assim, seus poderes presidenciais. Com o resultado do plebiscito, João Goulart iniciou seu projeto de governo, lançando seu Plano Trienal, formulado por dois ministros: Celso Furtado e San Tiago Dantas. Porém, o projeto enfrentou críticas de ambas as partes do espectro político. Jango procurou oferecer explicações mais claras sobre o Plano e negociar com ambas as partes. Apesar do entendimento de vários setores da sociedade que era necessária uma reforma na estrutura do Estado brasileiro, não houve consenso sobre como essas medidas deveriam ser efetivadas na prática (FERREIRA; GOMES, 2014, p.93). O projeto da reforma agrária foi discutido exaustivamente por deputados durante o ano de 1963, porém, os parlamentares não chegaram a um acordo sobre a forma correta de indenização aos proprietários de terra. A situação política no país se agravava conforme a radicalização tomava conta da sociedade.

No início de 1964 existiam muitas divergências de grupos políticos e setores da sociedade a respeito do governo de João Goulart. Porém, o comício da central do Brasil, realizado no dia 13 de março mudaria de forma radical esse quadro. No dia 18 de março, o ex-presidente da República e ex-ministro de guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, concedeu uma entrevista ao Jornal do Brasil, onde atacava fortemente João Goulart. Em suas palavras:

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas. A fidelidade à Lei é o compromisso sagrado dos democratas perante a Nação. Não se constrói na desordem, nem se prospera no sobressalto. Nada de bom se resolve, no clima do desentendimento, e é impossível sobreviver democraticamente na subversão. O regime tem remédio natural, e certo para todos os nossos problemas, inclusive os da autêntica Justiça social (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 225).

No dia 19 de março foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu em São Paulo e contou com milhares de pessoas, sendo uma grande resposta dos setores conservadores da sociedade civil, como mulheres, empresários e representantes da Igreja Católica. Diante desse cenário, no dia 31 de março o general Olimpo Mourão Filho, que comandava a 4ª Região Militar em Juiz de Fora, dirigiu suas tropas em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de tomar o Ministério da Guerra e destituir o governo. Apesar da ação não fazer parte dos preparativos organizados pelo general Humberto Castello Branco e pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o golpe foi iniciado e obteve sucesso surpreendente. No dia 2 de abril, após convocar uma reunião extraordinária, o senador Auro de Moura decretou vaga a presidência do país, consolidando o golpe.

A implantação do novo regime a partir de 1964 representou a paralisação e o retrocesso de diversas conquistas sociais dos trabalhadores rurais (ABREU E LIMA, 2003, p. 87). Em um país marcado pela herança escravocrata e da grande concentração de terras, as Reformas de Base propostas pelo governo Goulart representavam uma esperança para uma grande parcela da população que via nesse projeto uma oportunidade de terem suas condições melhoradas e finalmente possuírem uma vida digna no campo. Entretanto, o medo que assolava uma parcela da classe dominante do país, que interpretava os movimentos de João Goulart como um prelúdio de um golpe comunista,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

fez com que a ordem constitucional fosse quebrada para proteger os interesses do empresariado.

Conforme o tempo passou, o novo regime instaurado procurou criar mecanismos que pudesse vigiar, controlar, censurar, prender, punir e até matar quem representasse perigo ao Estado. Diante desse cenário, sob a justificativa de proteger o Brasil contra a ameaça comunista, diversas prisões de estudantes, camponeses, juízes e políticos foram realizadas, inclusive o então governador de Pernambuco à época, Miguel Arraes. De acordo com Maria do Socorro Abreu e Lima “Os cárceres, no Recife, foram insuficientes para garantir todas as prisões. [...] No meio rural, muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais. Boa parte da liderança camponesa foi presa.” (ABREU E LIMA, 2003, p. 90).

A ditadura procurou interferir e controlar praticamente todos os sindicatos, inclusive os da SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco). Para isso, começou a criar mecanismos cada vez mais repressivos que pudessem auxiliar nesse objetivo. Até que em fevereiro de 1965, foi baixada uma portaria de nº71, exigindo que os sindicatos tivessem base territorial municipal e seriam representados por apenas uma entidade. Foi a partir disso que em 5 de janeiro de 1966, a antiga Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se transformou em FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco).

Antes mesmo dessas ações, em novembro de 1964 o novo regime já tinha perdido apoio até no meio de setores e indivíduos que defenderam o golpe. Aos poucos, algumas vozes foram se levantando e fazendo críticas ao governo militar. Dentre os quais podemos citar Dom Helder Câmara, que poucos dias após a instauração do novo regime, tornara arcebispo de Olinda e Recife. Em uma entrevista o mesmo afirmou: “Se é verdade que a cassação é sempre melhor que o fuzilamento, não deixa de ser medida violentíssima; (...) lastimo que as vítimas, só a posteriori, tenham direito à defesa.” (ABREU E LIMA, 2003,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

p.93). Foi diante desse novo cenário político nacional que Dom Helder Câmara assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife.

### **Dom Helder Câmara – “Uma voz daqueles que não têm voz”**

Helder Pessoa Câmara nasceu no dia 7 de fevereiro de 1909, em Fortaleza, capital do Ceará. Desde muito jovem a religião teve uma importante influência na vida do sacerdote, pois o núcleo familiar na qual estava inserido possibilitou-lhe desenvolver suas potencialidades (ALVES, 2011, p.17).

No dia 15 de agosto de 1931, aos 22 anos, através de uma permissão especial dada pelo Papa Pio XI, Helder Câmara tornou-se sacerdote da Igreja Católica. Sua vocação e devoção pela vida eclesiástica lhe deu a oportunidade de conseguir ser ordenado antes da idade mínima de 24 anos. Ainda em 1931, o padre Helder tornou-se assistente eclesiástico da Liga dos Professores Católicos, possuindo um cargo de influência na liderança da Docência local. Além de sua atuação nos serviços eclesiásticos e educacional, o jovem sacerdote também assumiu a liderança na Juventude Operária Católica<sup>20</sup> (JOC).

Desde esse momento, o padre Helder iniciou a sua trajetória de viés fascista que lhe custou muitas implicações em sua vida. Sua atuação dentro do movimento integralista findou-se quando o mesmo se transferiu para o Rio de Janeiro após um período de embates com o então governador do Ceará, Meneses Pimentel, além da dor pela morte de sua mãe. Sua ida para o Rio de Janeiro foi acompanhada por um pedido

---

<sup>20</sup> Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em 1948 como setor especializado da Associação Católica Brasileira (ACB) destinado à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

especial do Cardeal Dom Leme para que deixasse imediatamente a AIB<sup>21</sup>.

A transferência para o Rio de Janeiro também trouxe para Helder Câmara uma mudança da esfera de sua atuação, do campo educacional e político para uma ação mais voltada para o lado social. Essa grande virada aconteceu durante a administração do Cardeal Dom Jaime, na qual o sacerdote cearense dedicava-se cada vez mais para uma produção intelectual preocupado com os problemas que afligiam a sociedade, como a pobreza, falta de moradia e alimentos.

Em 20 de abril de 1952, Helder Câmara foi ordenado bispo da Igreja Católica sob a indicação do Cardeal Dom Jaime. A partir desse momento, Dom Helder começou a ganhar mais notoriedade no ambiente católico, tornando-se secretário – geral da CNBB<sup>22</sup> e responsável pela organização do 36º Congresso Eucarístico Internacional, que seria realizado em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Em 1962, Helder Câmara esteve atuante no Concílio Vaticano II convocado pelo Papa João XXII no ano anterior. O clérigo desempenhou um papel fundamental nos bastidores deste evento, atuando para

---

<sup>21</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB) movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país. A Ação Integralista nasceu em uma fase de ascensão das ideias autoritárias de direita, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, radicalizando em direção do discurso ideológico fascista as tendências antiliberais difundidas entre amplos setores políticos e intelectuais no contexto pós-revolucionário.

<sup>22</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi uma associação civil católica criada em 16 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por iniciativa de dom Helder Câmara, bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, com o objetivo de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social” em todo o território nacional.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

implementar mudanças no modo como a Igreja desempenhava suas ações em relação aos problemas políticos, sociais e econômicos do mundo. Nesse contexto, Dom Helder elaborou dois grandes projetos sociais que buscavam minimizar os problemas sociais sofridos pelos mais vulneráveis.

O primeiro projeto foi a Cruzada São Sebastião<sup>23</sup>. Essa empreitada pretendia “acabar” com as favelas do Rio de Janeiro, construindo apartamentos populares para a população carente destes locais. Tal projeto fez com que Dom Helder ficasse conhecido como o “Bispo das Favelas” pelo Brasil e pelo mundo. O segundo grande projeto que Dom Helder desenvolveu no Rio de Janeiro foi a criação do Banco da Previdência. Essa instituição tinha por objetivo oferecer serviços, empregos, bens de consumo e empréstimos aos mais carentes. Importante salientar que tais empréstimos eram oferecidos sem a cobrança de juros aos beneficiários. (MORAES, 2021, p. 85).

Diante do novo cenário de atuação de Dom Helder, houve uma grande incompatibilidade de visões de mundo com o Cardeal Dom Jaime, isso porque esse último estava cada vez mais preocupado com os

---

<sup>23</sup> Financiada por uma política de concessão do direito de preempção de terrenos da União e por doações do Governo Federal (nas administrações de Café Filho e Juscelino Kubitschek) o principal projeto da Cruzada São Sebastião foi a construção de um conjunto habitacional de 945 apartamentos com acentuada influência modernista no bairro do Leblon. O conjunto recebeu, dentre outros, diversos moradores da favela Praia do Pinto, incendiada em 1969. O Cruzada São Sebastião, como foi batizado, se diferenciou de outros conjuntos habitacionais para favelados principalmente por realocar os moradores expulsos da Praia do Pinto para uma região bastante próxima tanto do local de desapropriação quanto de sua fonte de renda, já que a grande maioria servia de mão de obra para a população mais rica do próprio bairro do Leblon. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1567>>, acesso em: 02 dez. 2022.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

combates que a Igreja Católica fazia contra o comunismo, enquanto que Dom Helder era frequentemente associado a esse espectro político. Por conta disso, esse último levou a ação de pedir a transferência de Dom Hélder. O destino do Bispo Helder foi a capital pernambucana em 1964.

### **Dom Helder em Pernambuco nos primeiros anos da ditadura (1964 - 1967)**

Entre os dias 31 de março e 01 de abril de 1964, concretizou-se no Brasil o golpe civil-militar que destituiu João Goulart da presidência da República e estabeleceu um regime autoritário que vigorou vinte e um anos. Durante esse período, Dom Helder estava em Roma por conta do Concílio Vaticano II. O sacerdote recebeu a notícia que seria o novo Arcebispo de Olinda e Recife pelo rádio do Vaticano. O jornal *Diario de Pernambuco* noticiou a posse de Dom Helder no dia 14 de abril de 1964 escrevendo que “foram realmente brilhantes e imponentes as solenidades de recepção e posse do novo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife”, expressando assim o clima de esperança e expectativa acerca da administração de Dom Helder à frente da Arquidiocese.

Os primeiros dois anos após a sua chegada em Pernambuco, Dom Helder procurou fazer aliança com o novo governo militar. A situação política no Estado tinha mudado com a chegada dos militares ao poder, com o governador Miguel Arraes sendo preso e destituído do cargo, com Paulo Guerra ficando em seu lugar. Na capital também houve a troca do prefeito, com a destituição de Pelópidas da Silveira e a ascensão de Augusto Lucena.

Pelas palavras do Arcebispo em seu primeiro discurso, é possível compreender a esperança que Dom Helder tinha na efetivação das Reformas de base que o Brasil precisava para diminuição da pobreza e da miséria, principalmente entre o povo nordestino. Para o clérigo, era imprescindível uma mudança econômica e social no país, principalmente no Nordeste, região pela qual acreditava ser sua missão

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

como religioso retira - lá do subdesenvolvimento (MORAES, 2021, p. 174).

Em 1965, o Recife sofreu com intensas chuvas que fizeram transbordar os rios Capibaribe e Beberibe, ocasionando diversos problemas para a população. Diante desse cenário de caos social, Dom Helder deu início ao projeto “Operação Esperança”. Embora essa iniciativa fosse criada nesse contexto para ajudar as vítimas das enchentes, ela não se limitou “apenas” a essa ação, a operação possibilitou o surgimento de lideranças populares (SILVA, 2003, p. 160).

A partir de 1966, após um momento de tentativa de aliança com o governo militar e de atuar para diminuir o sofrimento daqueles que sofreram com as enchentes, a relação entre Dom Helder e o novo regime sofreu uma importante degradação. No mês de março do mesmo ano, o Arcebispo foi convidado pelo general Antônio Carlos da Silva Muricy, comandante da 7ª Região Militar do IV Exército, a celebrar uma missão em comemoração à tomada de poder pelos militares, chamado na época de “revolução de 64”. Interpretando essa comemoração como um evento cívico e não religioso, Dom Helder negou-se a celebrar a missa, ocasionando assim a ira do general Muricy que rompeu relações com o religioso e divulgou na imprensa suas impressões sobre o posicionamento subversivo do Arcebispo, que poderia estimular o caos social e político no país (MORAES, 2021, p. 184).

Em 1967, dois documentos foram objetos de tensão entre o regime militar e Dom Helder. O primeiro referia-se à encíclica *Populorum Profressio*, do Papa Paulo VI, dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento. O segundo documento foi o Manifesto Ação Católica Operária que denunciava as condições deprimentes dos trabalhadores do campo e da cidade. É preciso salientar que a atuação de Dom Helder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife trata-se de um hiato na longa tradição conservadora desta instituição. Conforme dito pelo historiador Severino Vicente da Silva “alguns padres e poucos bispos a tomarem uma postura positiva.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Ademais, foi a luta contra as ditaduras, a defesa dos direitos humanos, o que mais congregou parte da hierarquia católica do Brasil, nessa época, para uma postura progressista.” (SILVA, 2003, p. 178).

Por suas falas e pela defesa dos interesses dos mais pobres estarem acima das disputas oriundas da Guerra Fria, Dom Helder tornou-se alvo de diversas autoridades. Se as relações entre o governo militar e autoridade civis já estavam acirradas desde 1966, isso chegou a um ponto de ebulição no início de 1968, quando o Arcebispo fez um forte discurso no município de Carpina, Zona da Mata de Pernambuco no encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais.

### **Denúncias em favor dos trabalhadores rurais: O discurso de Dom Helder em Carpina (26-01-1968)**

No dia 23 de janeiro de 1968, o Jornal *Diario de Pernambuco* publicou uma matéria noticiando que a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) “vai instalar encontro que debaterá problemas do campo<sup>24</sup>”. Segundo o exemplar, a reunião contou com a participação de 200 delegados, representando mais de 50 sindicatos rurais da região nordestina. O encontro tinha como objetivo principal o estudo, análise e apresentação de soluções para os problemas dos trabalhadores rurais. Para esse evento, caberia ao padre Crespo presidir a solenidade de abertura, enquanto que o encerramento dar-se-ia com uma palestra de Dom Helder Câmara. Essa reportagem, feita dias antes da reunião com o Arcebispo, objeto desta pesquisa, ganhou espaço nas páginas do jornal *Diario de Pernambuco* apresentando-se como um importante evento para discutir as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora do campo.

Na manhã daquela sexta-feira, 26 de janeiro de 1968, o Arcebispo de Olinda e Recife, fez um discurso que ficou marcado em sua vida e na

---

<sup>24</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 23/01/1968, p.6.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

relação que este tinha com o poder civil e militar, em uma época que proferir palavras contrárias ao regime instaurado representava um risco de morte. Dom Helder então iniciou seu discurso apresentando os motivos que o levaram até ali. Em suas palavras:

Como perder a oportunidade de participar do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, se é no nosso meio rural que se consomem injustiças sociais que clamam aos céus e diante das quais seria imperdoável guardar um silêncio cômodo, desviar os olhos e continuar a caminhada? (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 113).

Em primeiro lugar, Dom Helder defendeu os bispos brasileiros acusados de agiotagem. O Arcebispo embasou sua defesa no fato de que era do interesse dos bispos alemães averiguarem se o dinheiro repassado por eles estava sendo bem aplicado. Além disso, tal acusação não passava de uma tentativa para desqualificar os bispos, pois estes, segundo Dom Helder, eram uma das últimas vozes em favor da justiça e do clamor pelas reformas de bases que tanto os trabalhadores rurais precisavam. Em sua análise, estavam “querendo calar as vozes que defendem o povo”.

Em segundo lugar, o clérigo abordou a respeito de perigos que rondavam os trabalhadores rurais, perigos esses que ele classificou em dois grupos: os de dentro e os de fora. Sobre o primeiro grupo, tratava-se dos pelegos, dos advogados desonestos e contra ajudas perigosas, vindas de fora do Brasil.

Os pelegos<sup>25</sup> eram tidos por Dom Helder como verdadeiros traidores da classe trabalhadora que não representava os seus interesses.

---

<sup>25</sup> Termo utilizado para designar os líderes sindicais que defendem os interesses do Ministério do Trabalho, ou seja, que desempenham um papel de intermediário entre o governo e o sindicato.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

A respeito dos advogados desonestos, o Arcebispo acusou alguns deles de estarem ganhando dos dois lados e enriquecendo-se à custa das “lágrimas, suor e sangue” dos trabalhadores, fazendo-os assinar contratos injustos. Sobre as ajudas vindas do estrangeiro, Dom Helder exortou os trabalhadores a não aceitarem esse dinheiro, pois essas potências só pensavam em si mesmas, oferecendo tais ajudas em troca de cooperação para os seus próprios interesses.

Em relação ao segundo grupo, considerados os perigos de fora, Dom Helder referia-se aos que exploravam a Justiça do Trabalho, a polícia e a democracia. Acerca da Justiça do Trabalho, o Arcebispo criticou a demora com que os casos trabalhistas eram resolvidos, uma vez que o trabalhador “não tem reserva para esperar nem dois dias sem ganhar salário.” Para o clérigo, era necessário que esse órgão do governo fosse rápido e eficiente por conta da vulnerabilidade social do empregado.

Quanto à polícia, Dom Helder denunciou a falta de cumprimento da lei por parte de alguns delegados em não investigar ou até mesmo não prender senhores poderosos acusados de espancamentos e mortes contra trabalhadores. Tais agentes de polícia teriam medo da influência desses homens, fazendo “vista grossa” em relação a esses casos.

Além disso, o Arcebispo desaprovou a falta de isonomia e empatia pela vida dos trabalhadores, fazendo uma comparação de atitudes tomadas pelas autoridades caso fosse um patrão assassinato por algum dos seus empregados. Nas palavras de Dom Helder “É preciso que, do mesmo modo e com igual horror, o País estremeça sabendo que trabalhadores rurais continuam sendo espancados e assassinados no Nordeste. Sem falar nos que somem para sempre (BARROS, OLIVEIRA, 2000, p. 118)”.

Por fim, Dom Helder lamentou a não concretização das Reformas de Base lideradas e prometidas pelo governo militar. Conforme dito anteriormente nesse trabalho, o Arcebispo de Olinda e Recife acreditava que com a instauração do novo regime no Brasil, iniciado com o golpe

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

civil-militar de 1964, as mudanças na estrutura econômica e social no país iriam acontecer sem o perigo do comunismo. Com o passar do tempo e observando que tais promessas dos militares não saiam do papel, o clérigo começou a demonstrar sua insatisfação com o status quo da nação, principalmente em relação à região do Nordeste, área prioritária para as reformas. Dom Helder conclui então seu corajoso discurso com as seguintes palavras:

Como ajudar-vos para que vossos ideais se concretizem? O que está em minhas mãos eu vos trago: não lutareis sozinhos. Enquanto acreditardes na não-violência, na força das idéias, no poder da justiça, no valor da democracia, sabeis que não estareis sozinhos. A Igreja estará sempre mais a vosso lado, tendo à frente os seus pastores. Quanto mais investirem contra nós, mais sentiremos que está tendo resultado nessa luta em vosso favor. Enfrentai sem ódio, mas com decisão, os perigos internos e externos que ameaçam a classe trabalhadora. Quem nos obriga a estar do vosso lado, convosco, para vencer ou para perder, para triunfar ou para sofrer, quem nos incita e encoraja é o amigo número 1 dos trabalhadores: NOSSO SENHOR JESUS CRISTO. (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 113)

Conforme foi observado, o Arcebispo de Olinda e Recife durante o período da ditadura civil-militar no Brasil não economizou suas palavras para defender os trabalhadores rurais dos perigos que os rondava, interna e externamente. Além disso, fez graves denúncias sobre a situação social e política em que se encontrava a classe trabalhadora no campo, sofrendo com a falta de cumprimento das leis trabalhistas, pela carência de proteção jurídica com a devida igualdade de direitos e pela omissão das autoridades policiais nos casos de crimes supostamente



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

cometidos por grandes senhores. Esse cenário apresentado por Dom Helder nos mostra como a estrutura política, social e jurídica do Brasil, desde os tempos da sua formação colonial, continuou quase que inalterada, com o poder, interesses e a influência dos senhores de terra permanecendo acima do interesse público.

### **A repercussão do discurso de Dom Helder em Carpina (1968) pela ótica do Jornal *Diario de Pernambuco***

As palavras ditas por Dom Helder no encerramento do I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Nordeste no município do Carpina não passaram despercebidas pela imprensa e pelas autoridades. A escolha que o Arcebispo fez naquela sexta-feira, de não permanecer em silêncio diante dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora do campo, lhe custaram uma guerra de narrativas e acusações contra representantes do Estado Brasileiro.

No dia seguinte ao discurso, o jornal *Diario de Pernambuco* iniciou sua cobertura sobre o evento. Na primeira página, o exemplar do dia 27 de janeiro trouxe a seguinte manchete “Helder defende bispos no caso da agiotagem”<sup>26</sup>. Já na terceira página do mesmo exemplar, o jornal relatou os principais pontos abordados pelo Arcebispo, desde a defesa em favor dos bispos acusados de agiotagem, até as denúncias contra os pelegos, os advogados desonestos, as ajudas estrangeiras e a demora da justiça do trabalho em resolver os casos em favor dos trabalhadores, somado à omissão das autoridades em relação aos crimes cometidos contra estes. Por fim, também foi notificado o desejo do Arcebispo pela concretização da Reforma Agrária.<sup>27</sup>

Na publicação do dia 28 de janeiro, o *Diario de Pernambuco* noticiou que “Dom Helder será chamado a juízo”. Diante do que foi dito

---

<sup>26</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 27/01/1968, p.1.

<sup>27</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 27/01/1968, p.3

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

por Dom Helder em Carpina, suas denúncias deixaram representantes da classe dos advogados indignados com a acusação de enriquecimento à custa dos trabalhadores rurais. Segundo a reportagem o advogado Adige Maranhão afirmou

que vai requerer o comparecimento do arcebispo ao juízo criminal para que esclareça algumas expressões usadas por sua excelência reverendíssima no recente Encontro dos Trabalhadores Rurais, consideradas pelo requerente como injuriosas à classe dos advogados. (Hemeroteca – BNDigital. Diarrio de Pernambuco, 28/01/1968, p.1).

Além disso, no mesmo exemplar, Dom Helder também era acusado pelo vereador Wandenkolk Vanderlei de “querer encher os sindicatos de esquerdistas”. Para o vereador, o Arcebispo “não vê as coisas pelos aspectos múltiplos com que elas se apresentam à Igreja, às autoridades e, especialmente, à segurança dos bens alheios e em relação à pátria.” E concluiu dizendo que “estava a esperar que dom Helder se calasse um pouco, quanto à agitação que prega e iniciasse investigações para punir os bispos implicados nos desvios dos dinheiros das obras sociais<sup>28</sup>. Aqui é mister pontuar que o citado vereador já algum tempo fazia oposição à Dom Helder, principalmente quando o Arcebispo recusou “combater o comunismo” com ele, fato esse reportado pelo *Diario de Pernambuco* em agosto de 1966<sup>29</sup>. Nesse período, pessoas que não eram bem vistas pelo governo não tinham espaço de fala no *Diario de Pernambuco*, no caso de Dom Helder, isso é notório tendo em vista o

---

<sup>28</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diarrio de Pernambuco, 28/01/1968, p.3.

<sup>29</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diarrio de Pernambuco, 10/08/1966, p.8.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

baixo volume de matérias sobre o Arcebispo durante os primeiros anos após o golpe civil-militar.

No dia 30 de janeiro o *Diario de Pernambuco* noticiou que o juiz Agamenon Duarte Lima indeferiu o pedido para que Dom Helder prestasse esclarecimentos sobre suas acusações a respeito dos advogados. Em seu despacho o magistrado argumenta que “Não há justificativa alguma, para quem não se considera enquadrado nessas definições e afirmações em tese, promover interpelações que, logicamente, não poderiam atingir o objetivo.” Não satisfeito com o indeferimento do seu pedido, o advogado Adige Maranhão entrou com recurso em uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, buscando levar Dom Helder a prestar esclarecimentos sobre suas acusações contra alguns advogados que supostamente estavam enganando e ganhando dinheiro em cima de contratos injustos para os trabalhadores rurais<sup>30</sup>.

Na edição do dia 31 de janeiro, o *Diario de Pernambuco* trouxe um informativo econômico de autoria de Marco Aurélio de Alcântara, onde o mesmo fez duras críticas a Dom Helder, na qual o considerava como um falso pastor que colocava a culpa de todos os males e desgraças da Zona da Mata de Pernambuco na conta dos usineiros. Também criticou o conhecimento econômico do Arcebispo, observando que o mesmo não considerava as dificuldades para o desenvolvimento econômico da região e da geração de empregos, mas enxergava apenas um lado do problema. Em suas palavras, Alcântara disse a respeito de Dom Helder:

Em matéria de compreensão da realidade econômica e financeira do Nordeste, é um ignorante agressivo. Em vez de procurar estudar as variáveis no processo de desenvolvimento regional, em vez de colaborar na campanha de industrialização do Nordeste, em vez

---

<sup>30</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 30/01/1968, p.3.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

de prestigiar a ação da SUDENE [...], o bispo dom Hélder Câmara clama por que milhares de empregos não estão sendo mais rapidamente criados, como se a criação de empregos dependesse de investimentos governamentais exclusivamente ou da caridade e filantropia da iniciativa privada (Alcântara, Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 31/01/1968, p.5)

No dia 02 de fevereiro, o *Diário de Pernambuco* fez o anúncio que Dom Helder foi notificado pelo juiz Carlos Alberto Pedrosa Marinho, da 24ª Vara Civil, para que respondesse à interpelação judicial interposta pelo advogado Adige Maranhão. Essa tinha sido sua terceira tentativa em levar Dom Helder a juízo para que o mesmo explicasse algumas das suas declarações no discurso feito na cidade de Carpina. No dia anterior, foi expedido o mandado, deslocando-se um oficial de Justiça ao Palácio do Arcebispo para notificar dom Helder Câmara. As outras duas tentativas realizadas na Vara do Crime, foram denegadas pelo juiz Agamenon Duarte Lima<sup>31</sup>.

No dia seguinte, 03 de fevereiro, o *Diário de Pernambuco* noticiou que o juiz Carlos Alberto Marinho explicou que a interpelação judicial interposta contra Dom Helder era um processo “que não dá nem cria direitos, sendo uma medida apenas preventiva de responsabilidade.” Disse que não tinha mandado intimar o Arcebispo de Olinda e Recife a comparecer à sua sala de audiência, mas apenas levar a notificação, podendo Dom Helder escolher responder ou não. E acrescentou dizendo: “A interpelação está merecendo todo esse destaque devido à posição de relevo que o arcebispo Hélder Câmara desfrutava na vida do Recife<sup>32</sup>.”

---

<sup>31</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 02/02/1968, p.1

<sup>32</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diário de Pernambuco, 03/02/1968, p.20.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Na edição do dia 06 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* reportou que o Tribunal de Justiça de Pernambuco pediu em ofício que Dom Hélder apontasse quais eram os juízes do interior que eram manobrados pelo “ricaço local, manda-chuva, todo poderoso.” O referido ofício, de mais de duas laudas, foi assinado pelo presidente do TJ-PE, desembargador Ribeiro do Vale. No dia anterior, Dom Helder manteve constante contato com seu advogado Antônio de Brito Alves. A respeito de “constantes telefonemas de advogados, propondo-lhe a fornecer provas, elementos comprovadores de suas assertivas”, o Arcebispo limitou-se a dizer que a elite da advocacia de Pernambuco estava-lhe prestando inteira solidariedade. Já o seu advogado, o prof. Antônio de Brito Alves preferiu não fazer nenhum tipo de declaração a respeito do caso, alegando motivos pessoais<sup>33</sup>.

No dia 08 de fevereiro, em uma quinta-feira, o advogado Antonio de Brito Alves fez uma declaração de que Dom Helder daria as explicações pedidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco na segunda-feira<sup>34</sup>. Já no dia 10, o *Diário de Pernambuco* noticiou que Dom Helder aconselhou Adige a procurar a Ordem de Advogados na resposta à Interpelação. De maneira geral, Dom Helder não citou nomes, preservando em sua defesa de que além das críticas feitas para uma parcela de advogados que enriqueciam à custa dos trabalhadores, também citou advogados honestos e dignos de honra. Em suas palavras o Arcebispo afirmou “Por que o me Interpelante, tendo eu feito alusões igualmente gerais e indeterminadas, tanto a Advogados honestos e dignos, como a exploradores vestidos de Advogados, sente-se em perigo de haver sido por mim mentalmente arrolado no segundo grupo?”. O juiz Carlos Alberto Pedrosa Marinho deu o caso por encerrado, declarando estar tranquilo pela decisão tomada<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 06/02/1968, p.3.

<sup>34</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 08/02/1968, p.3.

<sup>35</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 10/03/1968, p.8.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

No dia 11 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* trouxe em uma parte de sua manchete que o deputado Egídio Ferreira Lima, da bancada estadual do MDB<sup>36</sup>, vê na interpelação de Dom Helder Câmara, empreendida pelo Tribunal de Justiça “o envolvimento da mais alta Corte de Justiça na torpe campanha empreendida por grupos políticos, com apoio e incentivo de setores do Governo Federal, contra a Igreja e seus prelados.” O deputado se disse surpreso pelo comportamento do Tribunal de Justiça, tratando-se de um ato grave a interpelação feita contra Dom Helder pela “ausência completa de respaldo jurídico<sup>37</sup>.” Por fim, o advogado Adige Maranhão, em declaração à imprensa, disse ter-se dado por encerrado a interpelação que fez a Dom Helder.

No dia 13 de fevereiro, o desembargador Ribeiro do Vale fez questão de salientar que Dom Helder, na verdade não foi interpelado e que nem haviam sido exigido explicações da parte dele sobre suas palavras na cidade de Carpina. Segundo o magistrado, o ofício da Corte foi apenas um pedido para que o Arcebispo indicasse os nomes dos juízes no interior, controlados pelo “ricaço local, manda-chuva, todopoderoso”, para que se pudessem tomar as devidas providências administrativas contra eles. Como Dom Helder não apontou nomes, o desembargador observou que o Tribunal não tinha mais nada o que fazer, a não dá o caso como encerrado. No mesmo exemplar, o *Diario de Pernambuco* também noticiou que no dia anterior após a saída de Dom Hélder do Tribunal, o vereador Wandenkolk Wanderley disse que o Arcebispo “há muito tempo devia estar na cadeia, para não se meter onde não era chamado<sup>38</sup>.”

---

<sup>36</sup> Partido político de âmbito nacional, de oposição ao governo, fundado em 24 de março de 1966 dentro do sistema do bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos.

<sup>37</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 11/02/1968, p.1.

<sup>38</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diario de Pernambuco*, 13/02/1968, p.3

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Em 15 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* notificou que o então vereador Wandenkolk Vanderlei iniciou uma campanha contra a Igreja Católica com o objetivo de “colocar em pratos limpos o que de errado existe no clero.” Em seu principal ataque, criticou o discurso do arcebispo Dom Helder Câmara, realizado na cidade de Carpina, no encerramento do congresso dos Trabalhadores Rurais do Nordeste. Segundo Wandenkolk, o arcebispo na ocasião estaria “denegrindo, generalizadamente, a honorabilidade de advogados e juízes pernambucanos, ao acusá-los de desonestos no trato e julgamento das pendências jurídicas, envolvendo camponeses e latifundiários.” E acrescentou dizendo que a Igreja estava mergulhada na corrupção, desviando-se dos seus verdadeiros objetivos<sup>39</sup>

Passado uma semana, no dia 22 de fevereiro, a Câmara de Vereadores de Carpina concedeu, por unanimidade, o título de cidadão carpinense ao arcebispo de Olinda e Recife “tendo em vista sua atuação em defesa das causas justas e dos mais necessitados.” A cerimônia de entrega ao título de “Cidadão de Carpina” aconteceu no dia 23 de março, às 20h e também foi noticiado pelo Diário de Pernambuco<sup>40</sup>.

No exemplar do dia 24 de março, o *Diario de Pernambuco* também noticiou que Dom Helder aceitou, depois de várias semanas, o desafio de Vanderlei em responder suas perguntas e devolveu com outros questionamentos no mesmo tom severo do vereador. Apenas para citar como exemplo, o arcebispo perguntou ao vereador “Quando o Sr. exerceu autoridade na política, lembra-se de ter cometido arbitrariedades e ordenado torturas? Em caso afirmativo, informe contra quantas pessoas e dê exemplos de torturas mais vexatórias e humilhantes<sup>41</sup>.”

---

<sup>39</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 15/02/1968, p.1.

<sup>40</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 22/02/1968, p.14.

<sup>41</sup> Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 24/03/1968, p.1

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Diante das fortes declarações feitas por Dom Helder, o vereador Wandenkolk Vanderlei respondeu que o arcebispo procurou sensibilizar e confundir a opinião pública. Em uma de suas respostas sobre o questionamento a respeito de supostamente ter cometido torturas, o vereador disse que “essa história de pancadaria em ladrões, unhas arrancadas, morte de gatunos, tudo isso é história que os comunistas sempre usaram contra mim nos pleitos eleitorais em que eles entoavam chavões que, agora, por intermédio de dom Hélder, voltam a ser usados<sup>42</sup>.”

No dia 31 de março, o *Diário de Pernambuco* informou que após suas respostas à Dom Hélder, o vereador Wandenkolk Vanderlei deu por encerrada sua polêmica com o Arcebispo de Olinda e Recife. Em suas palavras afirmou que “como católico, cumpriu seu dever ao denunciar certos e determinados sacerdotes que se desviaram do verdadeiro caminho da Igreja” e concluiu dizendo que não se tratava de um recuo, mas do entendimento que o futuro mostraria a verdade<sup>43</sup>.

A decisão de não permanecer em silêncio frente aos problemas e a situação socioeconômica enfrentada pelos trabalhadores rurais, ocasionou na vida de Dom Helder embates desgastantes contra pessoas de influência de sua época, chegando até mesmo nos campos judiciais, fazendo com que esse episódio na trajetória do Arcebispo demonstrasse as sérias implicações sofridas pelo seu discurso no município de Carpina.

### **Considerações finais**

Conforme exposto, este trabalho apresentou aspectos específicos da vida de Dom Helder Câmara, partindo da análise global e nacional

---

<sup>42</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diário de Pernambuco*, 26/03/1968, p.10.

<sup>43</sup> Hemeroteca – BNDigital. *Diário de Pernambuco*, 31/03/1968, p.13.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

do período, com as consequências advindas do golpe civil-militar na vida dos trabalhadores rurais, em especial de Pernambuco. Como forma de enriquecer a pesquisa, também foi abordada uma breve biografia sobre Helder Pessoa Câmara, do início da sua vida no Ceará até sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, também foram analisados os primeiros anos de administração de Dom Helder à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, entre 1964 a 1968, coincidindo também com os primeiros anos do novo regime político no Brasil instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964.

No dia 28 de janeiro de 1968, Dom Helder fez um importante discurso no encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, no município de Carpina. Nesta ocasião, o Arcebispo defendeu os bispos que estavam sendo acusados de agiotagem, além de ter denunciado perigos que, em sua visão, os trabalhadores rurais estavam enfrentando.

A intenção desta pesquisa foi destacar como as palavras proferidas por Dom Helder Câmara repercutiram em um importante veículo de comunicação da época, marcada pela forte intervenção da ditadura militar na imprensa. O Jornal *Diário de Pernambuco* possuía uma relação amistosa com o regime ditatorial, procurando abrir espaço em suas linhas editoriais para militares que serviam em Pernambuco e suprimindo qualquer oposição ao governo de suas páginas.

Porém, o discurso feito pelo Arcebispo de Olinda e Recife em Carpina no início de 1968, desencadeou uma reviravolta nessa política de “boicotar<sup>44</sup>” personalidades contrárias à ditadura militar brasileira. As denúncias de Dom Helder expressavam vários problemas de ordem econômica, política, social e judicial existentes no estado de Pernambuco que não passaram despercebidas pelo jornal *Diário de Pernambuco* e pelas

---

<sup>44</sup> Praticar o boicote; bloquear ou negar a realização de algo por punição, pressão ou represália, motivada por razões econômicas, políticas, ideológicas, raciais, entre outras.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

autoridades civis, principalmente pelo cargo religioso de eminência que ocupava e a influência que advinha com isso.

Por tal repercussão e pelas medidas judiciais que foram tomadas, este trabalho logrou demonstrar mais um pequeno capítulo da luta entre representantes da sociedade civil, neste caso especial, Dom Helder Câmara, contra a ditadura militar brasileira, pela efetivação dos direitos trabalhistas e constitucionais dos trabalhadores, em especial, àqueles que trabalhavam no campo, na qual somente com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, conseguiram a igualdade com os trabalhadores urbanos garantida em lei.

### **Referências**

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo: Lutas, Organização, Contradições – Pernambuco 1962 – 1987**. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ALVES, Daniella Maria Cardoso de Brito. **Amém, camarada: religião e sociedade na trajetória de Helder Câmara**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA Lauro de - organizadores **Dom Helder: o artesão da paz** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CABRAL, N. D. DE A.; CALDEIRA, R. C. **Transversalidades entre conservadorismo e progressismo católicos: Geraldo de Proença Sigaud, Helder Pessoa Camara e o Concílio Vaticano II**. Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n.56, p.648, 31 ago. 2020.

COMISSÃO Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Cadernos da memória e verdade. **A atuação da Ditadura Militar**

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**Brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara.** v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.

CONDINI, Martinho. **Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, e o Concílio Vaticano II (1962-1965).** Revista Último Andar, n.24, dezembro de 2014.

DOMINGUES, Filipe. Silva, Solange Maria da. **Um escritor compulsivo: os manuscritos inéditos de Dom Helder Camara.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** 1º Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira. **Práticas e discursos na relação entre Igreja e Estado, no ano de 1968, em Pernambuco.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

MORAES, Márcio André Martins de. **“Vamos ao âmago do problema”: A atuação de Dom Helder Pessoa Câmara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões do mundo (1964-1970).** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

PINSKI, Carla Bassanezi, (organizadora). **Fontes históricas.** 2.ed. 1ºreimpressão –São Paulo: Contexto, 2008.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia.** 2º Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife.** Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SOUZA, Adenilson Ferreira de. **Atividade política da Igreja Católica no Brasil: As demandas da sociedade brasileira transnacionalizadas por**

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

**Dom Helder Câmara (1968-1978).** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de PósGraduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2020.

### **Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.**

Diario de Pernambuco, 1960-1969. Palavras-chave: “Dom Helder Câmara Carpina”.

### **Sites citados**

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>, acesso em: 01/10/2022.

<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1567>>, acesso em: 02/10/2022.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-operaria->catolica-joc> , acesso em: 04/10/2022.

<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>>, acesso em 14/10/2022.

**A APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS DE APOSENTADORIA  
POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DE APOSENTADORIA  
POR IDADE PARA PESSOAS NÃO BINÁRIAS**

Ana Clara Soares Sousa<sup>1</sup>  
Auricelia do Nascimento Melo<sup>2</sup>

**Introdução**

Esta pesquisa versará sobre a aplicação dos parâmetros de aposentadoria por tempo de contribuição e de aposentadoria por tempo de idade para pessoas não binárias. Esse tema se mostra importante, especialmente porque é tratado pela lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A referida lei tem se mostrado ineficaz em razão da regulamentação de seus dispositivos normativos limitar-se a uma abordagem a concessão da aposentadoria com base na dicotomia de gênero, considerando apenas homens e mulheres.

Nota-se que essa questão está presente na sociedade brasileira desde o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da ADIN 4.245 quando já se percebia a necessidade de tratar todos os indivíduos de forma igualitária, conforme estabelecido pela Constituição Federal e de acordo com a dignidade humana. No entanto, é fundamental notar que, no âmbito da Previdência Social, existem certas regras relacionadas ao gênero do segurado que são aplicadas na distribuição dos benefícios.

---

<sup>1</sup>Bacharela em Direito pela Universidade Estadual do Piauí, Advogada inscrita na OAB/PI. Lattes: [lattes.cnpq.br/1454969562474824](https://lattes.cnpq.br/1454969562474824).

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR (Universidade de Fortaleza), Especialista em Direito Previdenciário, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí, Mediadora Judicial, Advogada inscrita na OAB-PI. Lattes: [attes.cnpq.br/3103087700737723](https://attes.cnpq.br/3103087700737723), ORCID: [orcid.org/0000-0002-3866-6014](https://orcid.org/0000-0002-3866-6014)

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Daí a importância em insistir no estudo do tema, considerando que preceitos passados ainda se mostram presentes.

Com o fim de delimitar o tema desta pesquisa, propõe-se a seguinte abordagem: o uso de critérios de aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade para indivíduos que não são binários, por meio da análise da Emenda Constitucional nº 103 de 2019, do julgamento do Recurso Extraordinário nº 670.422 e da Ação Indireta de Inconstitucionalidade nº 4.275.

Acerca dos objetivos, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a (in)viabilidade das regras de aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade para pessoas não binária. A fim de alcançar referido objetivo, a pesquisa se desenvolverá a partir dos seguintes objetivos específicos: relatar os critérios do Direito Previdenciário no Brasil; explicar os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e sexo biológico; e demonstrar as implicações dos requisitos atuais de aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade no acesso ao direito à previdência social por pessoas não binárias.

Esta pesquisa foi dividida em três tópicos, da seguinte forma: o primeiro tópico abordará sobre a previdência social no Brasil, destacando os princípios intrínsecos e os critérios após reforma para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade. No segundo tópico, o objetivo será discorrer sobre o reconhecimento e o registro civil da pessoa não binária. No terceiro capítulo, o foco será em torno da lacuna legislativa acerca da aposentadoria programada de pessoas não binárias.

### **1 A previdência social no Brasil: a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade**

A promulgação da atual Carta Magna do Brasil, a Constituição de 1988, instituiu a Seguridade Social como um sistema abrangente de

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

proteção social, incluindo Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Em detrimento dessa mudança, o Direito Previdenciário inclui regras, princípios e instituições, adotadas pelos Poderes Públicos e pela sociedade, que proporcionam o acesso dos indivíduos a condições dignas de vida e apoio social a fim de satisfazerem necessidades básicas.

De acordo com a historiografia oficial exposta na obra de Martins (2005), a expressão “previdência social” surgiu pela primeira vez na Constituição de 1946, e a expansão desse direito social contribuiu efetivamente para proteger os cidadãos em virtude da inatividade laboral. Nesse sentido, a previdência social, como um dos setores que integram a seguridade social, trata-se de um sistema contributivo voltado para a garantia de requisitos essenciais para a sobrevivência, o bem-estar e a justiça social.

Em razão das significativas alterações introduzidas na ordem jurídica vigente pela Emenda nº 103/109, registra-se um endurecimento das regras, levando em conta apenas a análise econômica e não social. De acordo com reportagem noticiada no site da Câmara dos Deputados, os legisladores justificaram a EC 103/2019 como necessária para conter o déficit previdenciário visto a situação do crescimento demográfico, impasse de renda e desemprego.

Diante desse cenário, a fim de promover segurança jurídica, bem como estabilidade entre as novas e antigas normas, a reforma trouxe regras de transição aplicadas aos contribuintes filiados antes de 13 de novembro de 2019, uma vez que o texto constitucional teve modificações em alguns dispositivos, especialmente no que concerne à concessão da aposentadoria por idade urbana e aposentadoria por tempo de contribuição.

### **1.1 Princípios da previdência social**

O ordenamento jurídico foi impactado pelo constitucionalismo pós-positivista, que fez com que os princípios se tornassem normas

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

jurídicas junto com as regras, conforme discorre no livro de Amado (2020). Essa mudança permite que os princípios façam mais do que integrar o sistema na ausência de regras regulatórias, pois agora eles têm poder coercitivo e ajudam a estabelecer uma base jurídica sólida. Assim, entre os princípios que sustentam o campo da previdência social, destacam-se dignidade humana, solidariedade, equilíbrio financeiro e atuarial, vedação ao retrocesso social e *in dubio pro misero*.

O princípio da dignidade humana é crucial para o Direito Previdenciário porque reconhece que toda pessoa merece ser tratada com respeito e valorizada como ser humano. Nesse sentido, esse princípio configura a previdência social, por ser um direito social que visa garantir aos cidadãos uma existência digna e conveniente com padrões mínimos de bem-estar durante o período de inatividade laboral (FILARDI; PONTES; GOMES, 2010).

Ademais, outro princípio presente na Previdência Social é o da solidariedade, embasado na noção de que a seguridade social não é apenas uma responsabilidade individual, mas partilhada por toda a sociedade. Nesse sentido, cada indivíduo contribui para um fundo comum por meio do sistema previdenciário, a fim de garantir benefícios aos que não estão mais trabalhando. O objetivo da solidariedade social é promover a distribuição justa e equitativa de recursos para resguardar aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade (AMADO, 2020).

Dessa forma, o princípio do equilíbrio econômico, previsto no art. 201, da Constituição Federal de 1988, também garante a sustentabilidade do sistema previdenciário. É fundamental organizar a previdência social de forma a garantir recursos financeiros adequados para atender às demandas atuais e futuras. A adoção de um gerenciamento de recursos responsável que leve em consideração tanto as receitas quanto os gastos do sistema é indispensável para atingir esse objetivo. Em vista disso, o equilíbrio econômico é essencial para garantir a longevidade e viabilidade do sistema previdenciário ao longo do tempo, prevenindo



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

de déficits e garantindo a eficácia dos benefícios previdenciários.

Além do exposto, a vedação do retrocesso é um princípio norteador que visa impedir qualquer alteração legislativa que possa diminuir ou extinguir direitos já adquiridos pelos beneficiários (CASTRO; LAZZARI, 2023). Em outros termos, uma vez estabelecida uma prerrogativa de direito, ela não pode ser retrocedida, reduzindo os benefícios ou dificultando o acesso a eles. Este regulamento visa salvaguardar a segurança jurídica dos cidadãos e a confiança que depositam no sistema público de seguros, assegurando a manutenção e o cumprimento das leis já em vigor.

Outrossim, cabe ressaltar o princípio da proteção ao hipossuficiente, ainda que não admitido uniformemente pela doutrina previdenciarista, que tem o propósito de assegurar àqueles que se encontram em condições socioeconômicas instáveis sejam amparados pelo sistema previdenciário. Nesse contexto, o hipossuficiente é a pessoa que se encontra em desvantagem devido à falta de recursos, idade avançada, doença ou incapacidade. Nessas circunstâncias, a previdência social funciona como uma rede de proteção, oferecendo benefícios que asseguram a subsistência e a dignidade dessas pessoas, proporcionando uma qualidade de vida razoável.

Em consideração ao explanado, para que se estabeleça um sistema previdenciário justo e eficaz, é fundamental aderir aos princípios do Direito Previdenciário, como a solidariedade social, o equilíbrio econômico, a vedação do retrocesso e a proteção ao hipossuficiente. Essas diretrizes procuram garantir que todos os cidadãos tenham acesso a benefícios previdenciários propícios, salvaguardando aqueles que são vulneráveis e garantindo uma existência digna após a aposentadoria.

### **1.2 A aposentadoria por tempo de contribuição**

A aposentadoria por tempo de contribuição é um dos benefícios previdenciários disponíveis no sistema previdenciário brasileiro. Ela

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

permite que o trabalhador se aposente após cumprir um determinado período de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, ao qual todos os segurados têm direito, exceto o segurado especial, a menos que contribua voluntariamente. No entanto, a EC nº 103/2019 trouxe mudanças significativas ao sistema previdenciário brasileiro, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição e implementando novas regras para a concessão dos benefícios previdenciários.

Após a implementação da EC nº 103/2019, foram introduzidas regras de transição para os segurados que eram filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, em 13 de novembro de 2019. Essas regras visam suavizar a transição entre os regimes antigos e as novas regras previdenciárias. No que diz respeito ao valor da aposentadoria devida por essas regras de transição, a EC nº 103/2019 estabeleceu que o cálculo poderá ser modificado no futuro por meio de lei ordinária a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Uma das regras de transição é o sistema de pontos, conforme previsto no artigo 15 da EC nº 103/2019, aplicável aos segurados filiados ao RGPS até a entrada em vigor da emenda. Essa regra garante o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens; e a soma da idade com o tempo de contribuição deve atingir 86 pontos para mulheres e 96 pontos para homens. Além disso, de acordo com o artigo 188-I do Regulamento da Previdência Social (RPS), também é exigida uma carência de 180 contribuições mensais para ambos os sexos. Atualmente, o valor da aposentadoria corresponde a 60% do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos para homens e 15 anos para mulheres, conforme estabelecido pela EC nº 103/2019.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Outra regra de transição é baseada no tempo de contribuição acrescido da idade mínima, como estabelecido no artigo 16 da EC nº 103/2019. Essa regra se aplica aos segurados filiados ao RGPS até 13 de novembro de 2019 e garante o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens; e uma idade mínima de 56 anos para mulheres e 61 anos para homens. Da mesma forma, é exigida uma carência de 180 contribuições mensais, de acordo com o artigo 188-J do RPS. A idade mínima é acrescida de seis meses a cada ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 62 anos para mulheres em 2031 e 65 anos para homens em 2027, encerrando a transição em 12 anos para mulheres e 8 anos para homens.

A regra de transição com pedágio de 50% do tempo faltante está prevista no artigo 17 da EC nº 103/2019 e é direcionada aos segurados filiados ao RGPS até 13 de novembro de 2019, que já possuíam mais de 28 anos de contribuição no momento da entrada em vigor da emenda, se mulher, e 33 anos de contribuição, se homem. Essa regra garante o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens; e um período adicional correspondente a 50% do tempo que faltava para atingir 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens na data de entrada em vigor da EC nº 103/2019.

Por fim, a regra de transição com pedágio de 100% do tempo faltante é estabelecida pelo artigo 20 da EC nº 103/2019 e se aplica aos segurados filiados ao RGPS até a data de entrada em vigor da emenda. Essa regra garante o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 57 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens; 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens; e um período adicional de contribuição correspondente ao tempo que faltava, na data de entrada em vigor da EC nº 103/2019, para atingir o tempo mínimo de

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

contribuição mencionado. O artigo 188-L do RPS também estabelece uma carência de 180 contribuições mensais para ambos os sexos.

Assim, a aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício programável, ou seja, o trabalhador pode optar por se aposentar assim que atingir os requisitos necessários. Nesse sentido, as regras estabelecidas pela legislação visam suavizar a transição entre os regimes antigos e as novas regras previdenciárias, a fim de garantir o equilíbrio entre os direitos dos segurados e a sustentabilidade do sistema previdenciário.

### **1.3 A aposentadoria por idade**

O sistema previdenciário brasileiro propicia a aposentadoria por idade, uma categoria de benefício que possibilita a aposentadoria ao trabalhador que completar uma idade estipulada por lei, considerando-se o período mínimo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em razão da mudança mais recente, a Emenda Constitucional nº 103/2019, diretrizes transitórias foram introduzidas para moderar as alterações advindas das novas normas previdenciárias. Dessa forma, os segurados próximos da aposentadoria podem ser beneficiados por regras mais favoráveis, que variam de acordo com a categoria do segurado e o ano em que ele se filiou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme previsão legal.

No caso dos segurados urbanos que se filiaram antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, os requisitos são: 65 anos de idade para homens, juntamente com 15 anos de tempo de contribuição; e 60 anos de idade para mulheres, acompanhadas de 15 anos de tempo de contribuição. É importante destacar que a idade para mulheres está sendo elevada gradativamente, aumentando seis meses a cada ano, até atingir 62 anos em 2023.

Para os segurados rurais, os requisitos são: 60 anos de idade para

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

homens e 55 anos de idade para mulheres, juntamente com 15 anos de atividade rural. Para a modalidade híbrida, são aplicados os mesmos requisitos de idade e tempo de contribuição da aposentadoria urbana por idade.

Todos os segurados do RGPS têm o direito de solicitar a aposentadoria por idade, desde que atendam aos critérios específicos de cada categoria, que envolvem tempo de contribuição, período de carência e requisitos de idade diferentes para homens e mulheres.

No que se refere à carência, os segurados inscritos após 24 de julho de 1991 devem ter pelo menos 180 contribuições mensais. Já para aqueles inscritos antes dessa data, é aplicada a tabela progressiva estabelecida no artigo 142 da Lei nº 8.213/1991. No caso do trabalhador rural, é necessário comprovar o exercício efetivo de atividade rural, mesmo que de forma intermitente, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou ao mês em que completou a idade mínima, pelo tempo correspondente à carência do benefício pretendido, que é de 15 anos.

De acordo com a Súmula nº 44 da TNU (Turma Nacional de Uniformização), para efeitos da aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência estabelecida no artigo 142 da Lei nº 8.213/1991 deve ser aplicada considerando o ano em que o segurado completa a idade mínima para a concessão do benefício, mesmo que o período de carência seja cumprido posteriormente.

A aposentadoria por idade é um benefício programável, o que significa que o trabalhador pode optar por se aposentar ao atingir a idade mínima estabelecida, mesmo que não tenha cumprido o tempo mínimo de contribuição. No entanto, é importante ressaltar que a falta de tempo de contribuição completo pode afetar o valor do benefício, pois o cálculo leva em consideração a média dos salários de contribuição. Portanto, é essencial analisar cuidadosamente as regras e consequências antes de decidir se aposentar por idade.

### 2 O reconhecimento e registro civil da pessoa não binária

A Lei nº 6.015, de dezembro de 1973, especifica no art. 54 as informações que devem constar da certidão de nascimento de uma pessoa, incluindo nome completo, nome dos pais, data de nascimento e outras características pertinentes. Além disso, esse dispositivo exige a indicação do gênero do indivíduo, que na época da elaboração da lei só reconhecia identidades masculinas ou femininas. Dado que a Lei de Registros Públicos foi promulgada na década de 1970, quando as questões sobre identidade de gênero não abordavam aqueles que não se identificavam dentro desses critérios tradicionais.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal emitiu decisões históricas em 2018, fornecendo a opção de alterar administrativamente o nome inicial e o sexo em documentos oficiais, dependendo da identidade percebida. Tal conclusão foi obtida em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 670.422 e da Ação Indireta de Inconstitucionalidade nº 4.275.

Nesse cenário, apesar das discussões no primeiro momento basearem-se no sexo biológico e nas definições culturais dos papéis de gênero, o debate contínuo sobre o que distingue homens e mulheres provou ir além da construção social de sexualidade e gênero para incluir divergências acadêmicas sobre suas definições. Atualmente existe uma disputa ideológica nos setores políticos e sociais sobre as realidades de gênero (FREITAS, 2019).

Indivíduos que buscam reconhecimento por identidades de gênero que se afastam das noções aceitas de masculinidade e feminilidade podem ser encontrados nesse ambiente de política social. Apesar de sua marginalização, suas demandas estão se tornando cada vez mais visíveis na sociedade, tanto individualmente quanto por meio de diversos movimentos sociais coletivos.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

### 2.1 Identidade de gênero, expressão de gênero e sexo biológico: pessoa não binária

Identidade de gênero refere-se à percepção interna e subjetiva de uma pessoa em relação a seu gênero, ou seja, se ela se identifica como homem, mulher, ambos, nenhum ou qualquer outra variação de identidade de gênero. A identidade de gênero não está necessariamente vinculada ao sexo biológico de uma pessoa, mas sim à forma como ela se sente e se identifica internamente. Pode haver pessoas cuja identidade de gênero corresponda ao sexo atribuído no nascimento, denominadas cisgênero, e outras cuja identidade de gênero difira do sexo atribuído, por exemplo, pessoas não binárias.

Na obra de Butler (2003), aborda as questões relacionadas à identidade de gênero, feminismo e as formas de subversão das normas sociais. A autora argumenta que a noção de identidade de gênero é construída através de normas e práticas sociais, criando uma estrutura hierárquica e opressiva.

De acordo com Segato (2012), a partir de uma perspectiva descolonial, percebe-se que o gênero nem sempre esteve ligado ao sexo biológico, mas foi moldado por uma construção social impactada pelas relações de poder vigentes. Essa visão demonstra que a resistência ao cumprimento dos padrões de gênero impostos pela modernidade sempre foi uma característica de nossa cultura.

A expressão de gênero, por sua vez, diz respeito à maneira como uma pessoa comunica sua identidade de gênero ao mundo exterior através de comportamentos, roupas, estilos de cabelo, maquiagem e outras formas de expressão pessoal. A expressão de gênero é influenciada por fatores culturais, sociais e individuais, e pode variar amplamente de acordo com a cultura e o contexto social. Por exemplo, algumas sociedades têm expectativas rígidas de como homens e mulheres devem se vestir e se comportar, enquanto outras são mais flexíveis e permitem uma maior diversidade de expressão de gênero.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

O sexo biológico, por sua vez, refere-se às características físicas e biológicas que diferenciam os corpos masculinos dos corpos femininos. Geralmente, o sexo biológico é determinado pelos cromossomos sexuais, pelos órgãos reprodutivos e pelos hormônios sexuais. No entanto, é importante destacar que o sexo biológico não é binário, pois existem variações naturais intersexuais em que os indivíduos apresentam combinações cromossômicas, genitais ou hormonais diferentes das definições típicas de macho ou fêmea. Portanto, é fundamental reconhecer que a identidade de gênero e a expressão de gênero não estão estritamente ligadas ao sexo biológico e que a diversidade de experiências de gênero é ampla e complexa. Diante do exposto, a exploração da desconstrução de gênero é crítica porque aborda um debate moderno sobre uma questão antiga, o caráter binário das conexões sociais entre homens e mulheres. Assim, o gênero não binário inclui uma variedade de identidades de gênero que existem fora do espectro masculino/feminino (REIS; PINHO, 2016).

### **2.2 Direitos e garantias: o procedimento para o reconhecimento e registro civil**

No Brasil, os critérios exigidos pela Lei nº 6.015/73, conhecida como Lei de Registros Públicos, têm importantes encadeamentos para as pessoas intersexuais, que não correspondem às definições binárias de corpos masculinos ou femininos, como pessoas não binárias.

Anteriormente, em determinadas circunstâncias, a retificação do registro civil carecia de autorização judicial, em outras palavras, os indivíduos tiveram que entrar com uma ação judicial provando que se identificavam e eram reconhecidos como um gênero diferente daquele dado ao nascer. Assim, como não havia legislação formal sobre o assunto, o judiciário emitiu variadas decisões em circunstâncias semelhantes com base na percepção do juiz.

No entanto, o procedimento para correção do registro civil de



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

peças que não se identificam com o gênero dado ao nascer mudou desde 2018. Por meio do Recurso Extraordinário nº 670.422 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela possibilidade de alterar administrativamente o registro civil para incluir o nome e o gênero com os quais os indivíduos se identificam em casos como esses.

O STF reconheceu que a identidade de gênero está vinculada a direitos fundamentais como liberdade pessoal, honra, dignidade e igualdade. Além disso, na ADI 4.275/DF, ressalta-se que é responsabilidade do Estado reconhecer a identificação de gênero por ser parte da livre evolução da personalidade do indivíduo.

Dessa forma, em Provimento nº 73, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu cláusula que prevê que qualquer pessoa maior de 18 anos apta para o exercício da atividade civil pode se dirigir ao Registro Civil de Pessoas Físicas e solicitar a retificação de seu nome inicial e sexo. Assim, pessoas físicas podem ir ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e solicitar a alteração de seus dados cadastrais com base em sua autodeclaração, uma vez que a partir dessas decisões, não são obrigados a fornecer uma ordem judicial, avaliações psiquiátricas ou qualquer outra documentação para provar sua identificação de gênero.

Ademais, conforme Provimento nº 16/2022, assinado pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Giovanni Conti, percebe-se a necessidade de o judiciário se adaptar às mudanças na dinâmica das relações humanas e honrar as aspirações dos indivíduos ao registrar os direitos civis. Reconhecendo a diversidade de identidades na sociedade brasileira, o judiciário deve abraçar e apoiar a liberdade de identificação de gênero não binária no registro civil, garantindo a cidadania plena e funcional para todas as pessoas.

### 3 A aposentadoria de pessoas não binárias

O registro civil de nascimento é direito fundamental de todo cidadão brasileiro, sendo sua gratuidade garantida no artigo 6º da Constituição Federal. Quando uma pessoa não possui o registro de nascimento e, conseqüentemente, não possui documentos de identidade, é negado o acesso a direitos vitais como saúde, educação, assistência social, trabalho e muitos outros, resultando em violação da dignidade humana .

Como resultado, a implementação bem-sucedida de políticas estaduais que garantam o registro de nascimento universal para todos os brasileiros torna-se crítica. Tais políticas asseguram uma existência digna para todas as pessoas, concedendo-lhes direitos básicos e permitindo-lhes desfrutar plenamente de sua cidadania.

A noção de aposentadoria programada é definida na Lei da Previdência Social brasileira como “prestação permanente concedida pela Previdência Social aos segurados, assegurando sua subsistência e a de seus dependentes” (CASTRO; LAZZARI, 2023). Este benefício é fundamental para fornecer aos indivíduos e seus dependentes estabilidade financeira e assistência.

A reforma da previdência, também conhecida como Emenda Constitucional nº 103 de 2019, introduziu mudanças regressivas no sistema previdenciário brasileiro, prejudicando principalmente a previdência social dos segurados.

Apesar das modificações estatutárias trazidas pela reforma previdenciária, a diferenciação de gênero continua fortalecendo critérios binários de gênero. De acordo com o artigo 201, § 7º, da Constituição brasileira, a aposentadoria é garantida pelo sistema de previdência social universal, sujeita a restrições específicas, inclusive idades específicas para homens e mulheres. Indivíduos que não obedecem aos preceitos convencionais de gênero são invisibilizados por essa estratégia de gênero, o que traz questionamentos sobre o direito à aposentadoria

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

programada para pessoas não binárias.

### **3.1 Omissão normativa na concessão de benefícios previdenciários à população não binária**

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), instituição governamental da administração pública indireta, é responsável pela concessão dos benefícios previdenciários. De acordo com a ideia de legalidade, o procedimento de concessão de benefícios previdenciários deve obedecer aos padrões estipulados em lei.

Em decorrência da utilização de critérios binários de elegibilidade, as atuais normas que tratam da aposentadoria programada não contemplam os não-binários. É fundamental destacar o artigo 4º do Decreto-Lei 4.657/42 neste contexto.

No que diz respeito às lacunas na lei, Lima (2002) destaca que o professor José de Albuquerque Rocha expõe:

[...] nos casos de lacunas da lei os princípios atuam como elemento integrador do direito. A função de fonte subsidiária exercida pelos princípios não está em contradição com sua função fundadora. Ao contrário, é decorrência dela. De fato, a fonte formal do direito é a lei. Como, porém, a lei funda-se nos princípios, estes servem seja com guia para a compreensão de seu sentido (interpretação), sejam como guia para o juiz suprir a lacuna da lei, isto é, como critério para o juiz formular a norma ao caso concreto. (ROCHA, 1999; p.47)

Um dos pilares essenciais do regime jurídico administrativo é a noção de legalidade, que reflete o respeito do Estado à lei. Expressa a ideia de que o governo só pode operar em conformidade com a lei e,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

como resultado, a ação administrativa é considerada sublegal, exigindo o cumprimento das leis vigentes ao emitir novas regras. Para conceder benefícios previdenciários, o INSS deve seguir as regras estabelecidas nos diplomas legais aplicáveis.

### **3.2 A análise dos critérios para a concessão do benefício de aposentadoria programada às pessoas não binárias**

O Sistema Brasileiro de Registro Civil é responsável por manter o registro dos dados do estado civil no Brasil. O registro civil é crucial, pois registra o nascimento, casamento e óbito de uma pessoa. Segundo Francisco Parente e Sônia Calixto, serve como confirmação de sua presença na sociedade:

O registro civil da pessoa natural constitui uma das espécies que integram o gênero registros públicos. Além de trazer em seu bojo a finalidade inerente ao registro público em geral, consagra uma especificidade: o registro civil da pessoa natural comprova a sua existência no seio da sociedade, confere reconhecimento legal e social à pessoa natural. (PARENTE; CALIXTO, 2017, p. 196).

O gênero dos segurados é considerado no contexto dos pagamentos previdenciários, notadamente os benefícios de aposentadoria. Essa distinção decorre do artigo 201, § 7º, da Constituição Federal de 1988, que especifica normas distintas para a concessão da aposentadoria programada a homens e mulheres. Cabe destacar que a linguagem constitucional não dá uma interpretação que inclua as pessoas não binárias.

Como resultado, as pessoas não binárias geralmente não cumprem o critério binário e outros requisitos necessários para se qualificar para os benefícios de aposentadoria do sistema regular de previdência social,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

como o requisito de idade mínima e o período de contribuição. As pessoas transgênero têm uma expectativa de vida reduzida, dificultando que cheguem aos 62 ou 65 anos. Além disso, há desafios no trabalho como resultado da discriminação no mercado de trabalho, o que impede ainda mais sua capacidade de atender aos padrões essenciais.

As autoras Amanda Michelle Faria Araújo Mapa e Gisele Fernandes Machado, na obra "Segurança Social e Proteção aos Vulneráveis", levantam preocupações sobre a implementação de projetos constitucionais que abranjam, ou tenham o potencial de abarcar, a diversidade de nossa sociedade. Por isso, é fundamental que um Estado Democrático de Direito reconheça a importância de um sistema previdenciário inclusivo que ofereça maior proteção às pessoas que sofreram violência e/ou enfrentam tais situações como resultado de questões de gênero.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa tratou sobre as incertezas que permeiam a aposentadoria programada das pessoas não binárias. Nessa perspectiva, o estudo se mostrou relevante em razão de que o registro civil tem o condão de conferir ao indivíduo reconhecimento legal e social, comprovando a existência de determinada pessoa e transformando-a em um sujeito de direitos. Desse modo, o registro civil assegura os direitos sociais que visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito, sendo um deles o direito à previdência social, previsto expressamente no art. 6º da Constituição Federal.

Nesse sentido, as decisões judiciais têm reconhecido o direito do registro civil da identificação não binária de gênero, tornando plena e

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

efetiva a cidadania dos indivíduos que não se identificam nem como homem nem como mulher. No entanto, no regime previdenciário atual existem requisitos a serem cumpridos para ensejar a aposentadoria, que divergem entre homens e mulheres. Portanto, percebe-se o desamparo legal devido a posição binária do Direito Previdenciário.

No que diz respeito ao objetivo de analisar a (in)viabilidade das regras de aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade para pessoas não binárias, há uma inviabilidade da aplicação das medidas para a concessão da aposentadoria programada para pessoas que não se identificam com os gêneros masculino ou feminino.

Diante disso, a hipótese levantada de que em razão da lei ser omissa em relação à aposentadoria de pessoas não binárias, o Juiz poderá aplicar o art. 4º do Decreto-lei 4657/42, ou poderá decidir com equidade quando esgotar todas as possibilidades previstas no dispositivo mencionado, foi refutada, uma vez que as pessoas não binárias enfrentam perigos sociais específicos que exigem a criação de políticas específicas para atender às suas necessidades. Isso ocorre porque esse grupo frequentemente têm menor capacidade de geração de renda e menor expectativa de vida, o que dificulta o uso de critérios de aposentadoria baseados em tempo de contribuição e idade para esses indivíduos.

Considerando o problema da seguinte pesquisa: de que forma a aplicação dos requisitos vigentes para aposentadoria por tempo de contribuição e por tempo de idade influencia no acesso a esse direito social por pessoas não binárias, pode-se chegar, com a presente pesquisa, à seguinte resposta que tais requisitos reafirmam a invisibilidade social do indivíduo não binário, visto que não há uma previsão legal que assegure a aposentadoria programada desses cidadãos.

Como proposta para efetivar a solução do problema, sugere-se que a fim de respeitar o ideal de dignidade humana, requisitos precisos sobre identidade de gênero devem ser incluídos na concessão de

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

aposentadorias. Reconhecendo que a identidade de gênero é uma representação intrínseca dos direitos de personalidade de um indivíduo, abrangendo como eles incorporam e seu gênero (BUTLER, 2003), proteger e defender esse componente na esfera da seguridade social torna-se crítico.

### **Referências**

AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário** /Frederico Amado - 12. ed. rev., ampl. e atual. -Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade no. 4.275/DF**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Decisão publicada no DJE em 29/03/2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>>. Acesso em: 12 abril 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Provimento no 16/2022-CGJ. **Alteração de prenome e sexo de pessoas não binárias**. Disponível em: <<https://infographya.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Provimento-No-16-2022-C-GJ-Alteracao-de-prenome-e-sexo-de-pessoas-nao-binarias-e-outros-assuntos.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)> Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. **Decreto n. 3048 de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras rovidências. Disponível em:

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)> Acesso em: 03 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 4.657 de 4 de setembro de 1942.** Dispõe sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm)> Acesso em: 17 abril 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.015 de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)> Acesso em: 12 maio 2023

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. In: Presidência da República. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)> Acesso em: 25 maio 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 22ª. ed. Editora Civilização Brasileira, 2003.

CALIXTO, Sônia Meire de Abreu Tranca; PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Registro Civil das Pessoas Naturais.** Conhecer: Debate entre o público e o privado, v. 07. n.19. p. 189-204. 2017.

<<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/download/604/527/2205>> Acesso em: 08 jun. 2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

CONJUR. **Juiz determina que pessoa não binária tenha sexo não especificado em registro civil.** 2020. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2020-set-26/juiz-permite-pessoa-nao-binaria-altere-registro-civil>> Acesso em: 05 jun. 2023.

DOS REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. Reflexão e Ação, v. 24, n. 1, p. 7-25, 28 abr. 2016.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Relator da reforma da Previdência sugere nova regra de transição.** 2019. Disponível em



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

<<https://www.camara.leg.br/noticias/559948-relator-da-reforma-da-previdencia-suger-e-nova-regra-de-transicao/>>. Acesso em: 20 jun. 2023. FILARDI, F. V. G.; PONTES, F. de O.; GOMES, J. M. M. A Previdência Social e a dignidade da pessoa humana. **Revista Interdisciplinar do Direito** - Faculdade de Direito de Valença, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 165–178, 2010. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/547>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FREITAS, L. S. F. **Repertórios discursivos de gênero nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. 2019.** 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Acesso em: 21 maio 2023.

LIMA, George Marmelstein. As funções dos princípios constitucionais. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2624>. Acesso em: 13 maio 2023.

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de direito da seguridade social.** 6. ed. [S. l.]: Atlas S.A., 2005.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo.** 4<sup>a</sup> ed. Malheiros, São Paulo, 1999.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade:** em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES, n. 18, 2012.

WISNIEWSKI, Ana Patrícia Racki. **A legitimidade das identidades de gênero não binárias e o reconhecimento de suas demandas como reivindicações de direitos humanos.** 136 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

**INDICADORES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA  
SUPERIOR: SISU<sup>1</sup>**

Ivana Cosme Cardozo<sup>2</sup>

Joseli Lima Magalhães<sup>3</sup>

### **Introdução**

A publicização de dados governamentais em plataformas digitais tem sido uma constante forma de disponibilizar aos cidadãos informações importantes de interesse público. Nesse contexto, é válido destacar a criação de leis que regulamentam a divulgação desses dados, tal como a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que ampliou o acesso à informação, amparado pela Constituição Brasileira (Pereira, 2016).

Anualmente, existem Instituições da Rede Federal, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que divulgam indicadores educacionais com o escopo de fazer conhecido um complexo arcabouço de dados aos pesquisadores, professores, empresas e demais indivíduos do corpo social, interessados

---

<sup>1</sup> O texto é oriundo de pesquisa de dados públicos disponibilizados na plataforma [sigpreg.uespi.br/matriculasisu/transparência](http://sigpreg.uespi.br/matriculasisu/transparência).

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Email: [icosmec@aluno.uespi.br](mailto:icosmec@aluno.uespi.br).

<sup>3</sup> Advogado, Escritor e Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Doutor em Direito Processual pela PUC-MINAS. E-mail: [joselilima@ccsa.uespi.br](mailto:joselilima@ccsa.uespi.br)

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

em analisar, entender e interpretar informações que podem servir de base para políticas públicas e ações diversas de melhoria na qualidade do ensino nacional.

Como parte integrante desta sociedade da informação, muitas Universidades, ao realizarem suas seleções para inserção de candidatos em cursos de graduação, têm realizado pesquisas, levantamentos e questionários socioeducativos em diferentes meios tecnológicos, a fim de coletar dados valiosos e muito úteis para a tomada de decisões dos gestores de órgãos ou entidades da administração pública e dos demais profissionais da educação que lidam constantemente com a aprendizagem dos alunos.

Inicialmente, há de se apontar que, ano a ano, tem ocorrido não só a elevação do quantitativo de alunos que concluem o ensino médio, com valores próximos a 2 milhões de estudantes, como também a crescente participação nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o que influencia, conseqüentemente, no aumento da demanda de acesso às Universidades, evidenciando, assim, um movimento de interiorização do ensino superior e um maior volume da distribuição dos candidatos por todos os Estados do Brasil (Teramatsu; Straforini, 2022).

Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar, enquanto política voltada ao ingresso na educação superior, a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) no ano de 2010, programa, este, que é gerido pela coordenação da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC). Logo, Instituições de Ensino Superior que aderem a este sistema e ofertam vagas durante a seleção dos seus cursos de graduação, podem receber candidatos através das notas do ENEM, observando os critérios de concorrência conforme a Lei nº 12.711/20129 (Brasil, 2012; Veloso; Maciel, 2015).

Com base nisso, é possível constatar a importância da avaliação dos indicadores voltados para o setor educacional, pois, a partir do conhecimento e da análise desses índices - através da avaliação dos seus significados, expressões e imprecisões - os países e os sistemas didáticos-

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

pedagógicos da sociedade podem alcançar finalidades essenciais para o desenvolvimento no âmbito educacional, tais como: diagnosticar problemas e deficiências nas mais distintas áreas, sejam elas: física, financeira, educativa, etc.; realizar comparativos com as demais instituições locais e globais; criar metas para atingir resultados satisfatórios, entre outros (De Mello, et al., 2010).

Considerando que a educação brasileira vem passando por uma fase dinâmica e por transformações salutares, na busca por superar desafios históricos e persistentes, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar os dados de indicadores contidos em plataforma pública de dados abertos da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no ano de 2021.

### **Metodologia**

A presente pesquisa resulta de análise qualitativa de dados secundários oficialmente disponibilizados em plataforma de transparência pública da Universidade Estadual do Piauí: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSISU/transparencia.php>. A investigação de dados quantitativos pré-existentes vem crescendo em importância não só na pesquisa nacional, mas também na cobertura universal, considerando que o Brasil está em nível avançado e complexo de sistemas virtuais, possuindo vastos bancos de dados de acesso livre com informações que podem ser utilizadas e exploradas de forma significativa nas mais diversas áreas de estudo (Mota et al., 2013).

Adotamos o caráter descritivo e interpretativo dos dados contidos em um cenário onde foi possível identificar cinco categorias ou temas relacionados às matrículas SISU - UESPI, especificamente para o primeiro semestre de 2021, a saber: Chamada regular SISU 2021.1. Para a abordagem dos dados coletados previamente, não foram realizadas quaisquer adaptações ou adequação às perguntas de investigação aos dados pré-existentes, considerando que os mesmos contribuem para a

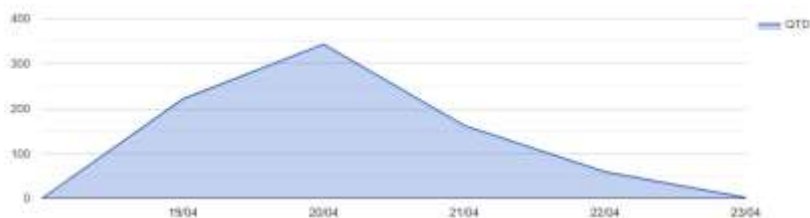
## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

compreensão e estudo deste conjunto de informações da população que faz parte do universo acadêmico.

### Indicadores Educacionais: Matrículas SISU - UESPI

O total de candidatos da Chamada Regular SISU para 2021.1 foi de setecentos e oitenta e sete (**Figura 01**). A maior demanda de convocação ocorreu a partir da primeira quinzena do mês de abril, chegando a um valor de trezentos e quarenta e três candidatos convocados.

**Figura 01.** Chamada Regular SISU para o primeiro semestre do ano de 2021



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

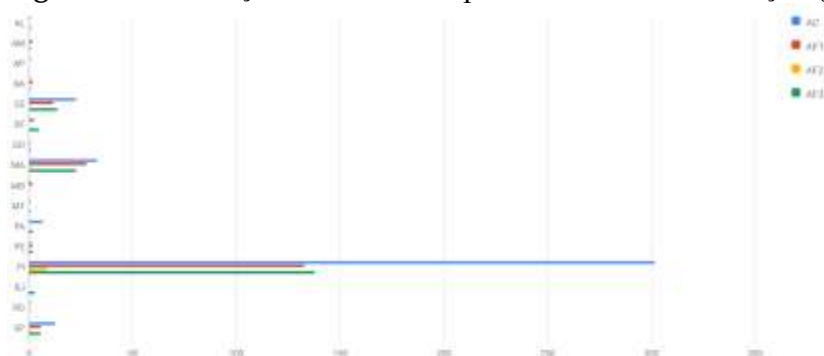
O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um sistema coordenado pelo Ministério da Educação, desde 2010, através do qual ocorre a seleção daqueles que pleiteiam o acesso ao Ensino Superior em instituições públicas de todo o Brasil, a partir dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (BRASIL, 2012). Esta metodologia de avaliação, que substituiu o vestibular tradicional no Brasil, foi reportada de forma positiva, pois favoreceu, principalmente, aqueles que não podiam se deslocar com facilidade para a realização das provas em regiões mais distantes onde estavam localizadas as instituições de interesse (Monteiro; Mazoto; Da Cunha, 2016).

À vista disso, os resultados de matriculados por Região corroboram com os pesquisadores acima (**Figura 02**). Vários Estados do

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Brasil foram declarados pelos candidatos como sendo de suas origens: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Brasília, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Para, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo. O Estado do Piauí obteve o maior número de procura, sendo 302 (AC), 133 (AF1), 09 (AF2) e 138 (AF3); seguido pelo Maranhão (2º lugar) e pelo Ceará (3º lugar).

**Figura 02.** Solicitação de Matrícula por Unidade da Federação (UF)



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

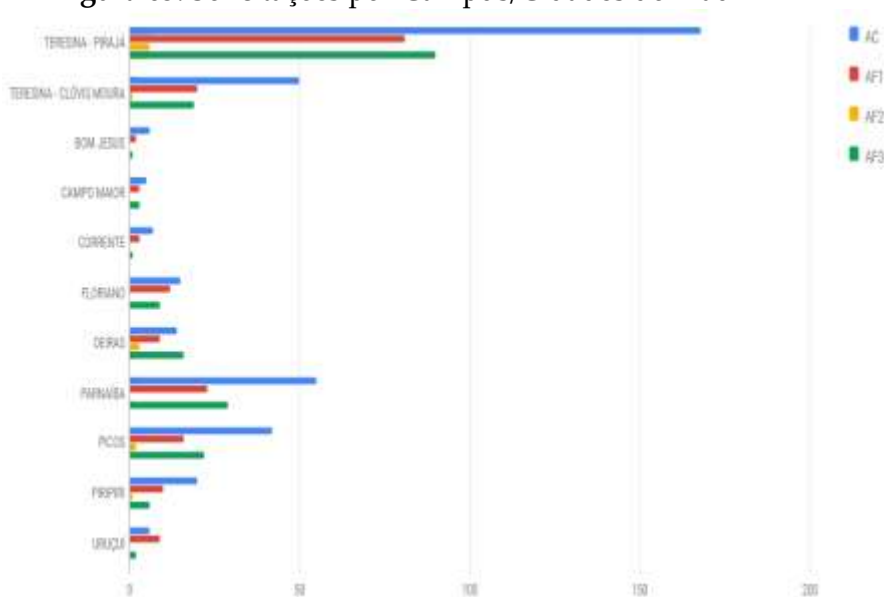
Ademais, é válido ressaltar que a implantação de Campi nas cidades piauienses tem gerado impactos socioespaciais, econômicos, educacionais e científicos, como o surgimento de mais oportunidades de trabalho, o apoio à continuidade de cursos já existentes e a criação de novas demandas universitárias; o que vem despertando a atenção de muitos profissionais, pesquisadores e professores das diversas especialidades do conhecimento.

A expansão da UESPI para o interior do Estado do Piauí tem sido um importante fenômeno de desenvolvimento da urbanização e do setor rural, com destaque para cidades classificadas como médias, oportunizando, assim, possibilidades promissoras de trocas inter-regionais, além de contribuir para a dinamização territorial e para o

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

desenvolvimento da comunidade (Freire; De Holanda, 2017), conforme mostra a **Figura 03**.

**Figura 03.** Solicitações por Campus/Cidades do Piauí

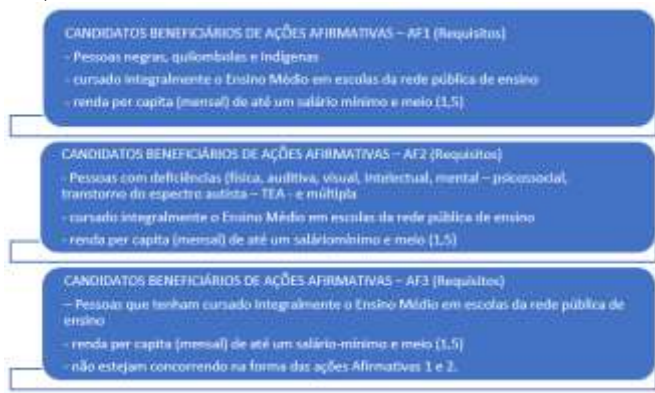


Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

O Edital PREG/UESPI Nº 002/2021, de 12 de abril de 2021, registra os procedimentos necessários para que os aprovados através do Sistema de Seleção Unificada - SISU efetivem suas matrículas Institucionais na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. A ordem de classificação considera também quatro opções distribuídas entre Ações Afirmativas (subgrupos AF1, AF2 e AF3) e de Ampla Concorrência (AC), conforme descrito resumidamente na **Figura 04**.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Figura 04 – Caracterização das três classes de Ações Afirmativas - Edital PREG (2021.1).



Fonte: Adaptado pelos autores

Contudo, é preciso apontar, por outro lado, que a política pública educacional em questão, apesar de ter permitido a materialização institucional na graduação das mais diversas universidades do Brasil, ainda não tem contribuído significativamente para a solução de problemas antigos vivenciados pelo ensino acadêmico superior, sendo necessário, portanto, uma proposta concreta e assertiva de reformulação de políticas complementares de enfrentamento à desistência e à evasão evidenciada nos cursos de graduação (Andrade, 2020).

Além disso, o cenário das discussões sobre oportunidades profissionais de entrada em cursos de graduação tem sido caracterizado por debates públicos voltados para cinco tensões e dilemas: ausência do princípio da igualdade, pois todos são iguais perante a lei; favorecimento de políticas direcionadas aos grupos específicos e não de forma universal das gerações; possibilidade de exclusão na combinação de critérios que priorizem a classe social e a raça/etnia, sendo que brancos pobres ficam excluídos e afrodescendentes ricos sejam privilegiados; estímulo ao acirramento de hostilidades raciais; riscos de



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

minimizar os critérios de méritos, como passaporte universitário (Piovesan, 2008)

Outrossim, ao verificar o número de aprovados por gênero feminino constatou-se a quantidade de 417, sendo 205 da Ampla Concorrência, 94 das AF1, 06 pertencente às AF2 e 112 se declararam como AF3. Já o público masculino totalizou 370 aprovados, dos quais os subgrupos foram: 183 (AC), 94 (AF1), 07 (AF2) e 86 (AF3), conforme a **Figura 05**.

**Figura 05.** Solicitações por Gênero na chamada Regular SISU para o primeiro semestre do ano de 2021



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

Este quantitativo demonstra que as mulheres compõem a maioria matriculada nos cursos de graduação, o que revela a importância da participação feminina no Ensino Superior enquanto conquista gradual de garantia do direito na ocupação e busca pela consolidação no mercado de trabalho da sociedade piauiense. Entretanto, esta estatística ocorre somente em cursos voltados para as ciências humanas e de licenciatura, e não nos demais campos das profissões tecnológicas, exatas e engenharias, os quais, em sua maioria, são de homens, o que demonstra que ainda nos mantemos distantes quanto à distribuição equitativa de homens e mulheres no acesso universitário (Nunes; Pina, 2021).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Em relação às solicitações de matrículas por Estado civil foram descritos os seguintes grupos: solteiro(a), casado(a), divorciado(a), separado consensualmente, viúvo(a) e outro (Figura 06). A categoria de solteiro(a) ocorreu em maior quantidade, seguida de pessoas casadas e logo após, os divorciados(as). O quantitativo de solteiros(as) foi de 717, sendo que a subcategoria AC obteve o maior número (347 casos) e a de AF2, o menor valor (12 casos).

Nota-se, portanto, que os jovens têm buscado a qualificação e a formação do seu futuro profissional, investindo tempo para a garantia de uma perspectiva positiva de estabilidade orçamentária, financeira, empregatícia e ocupacional; ou por opção individual de continuar sem um parceiro fixo; ou desejo de viver com o parceiro sem estar formalmente legalizado perante Instituições judiciais, protelando, assim, o casamento para um futuro iminente (Maia *et al.*, 2022; Santana, 2015).

Figura 06. Solicitação por Estado Civil



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

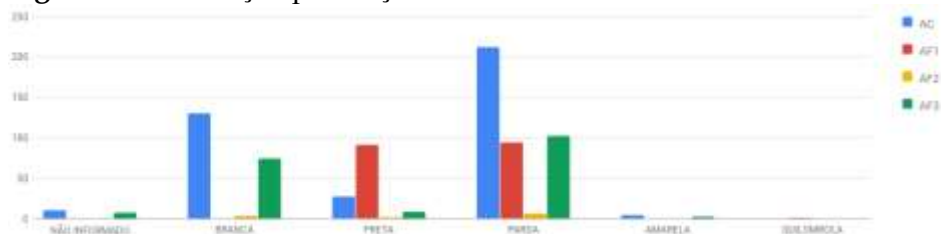
Ademais, o número de divorciados foi maior entre AC e menor em AF. Uma situação familiar pós-divórcio é repleta de ressignificações, pois este processo gera rompimento de laços, vínculos emocionais, relacionais. Nesse sentido, estes dados são importantes indicativos de alerta e exigência de preparo, política de prevenção e de acolhimento no ambiente universitário, quanto à adaptação psicossocial positiva dos adultos divorciados que adentram este novo cenário. Diante dessa realidade, para que haja a tomada de decisões mais assertivas e

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

eficientes, poder-se-á considerar a avaliação da combinação de diversas variáveis, tais como: idade, gênero, nível socioeconômico e todos os demais indicadores aqui expostos (Lamela; Figueiredo; Bastos, 2010).

As raças apresentadas na plataforma foram: branca, preta, parda, amarela e quilombola. Já as raças não informadas totalizaram 19 casos, sendo 11 AC e 8 AF3 (Figura 07). A raça parda computou 418 aprovados e a raça quilombola preencheu 01 vaga. Vale salientar também que a inserção da cultura quilombola no Ensino Público Superior vem ganhando reconhecimento nas universidades com a abertura de espaços e reflexões acerca da diversidade étnico-cultural e do direito à educação inclusiva que humaniza, contribuindo para o acesso, a permanência e a conclusão da graduação (Feldmann; Libório, 2023).

Figura 07. Solicitação por Raça

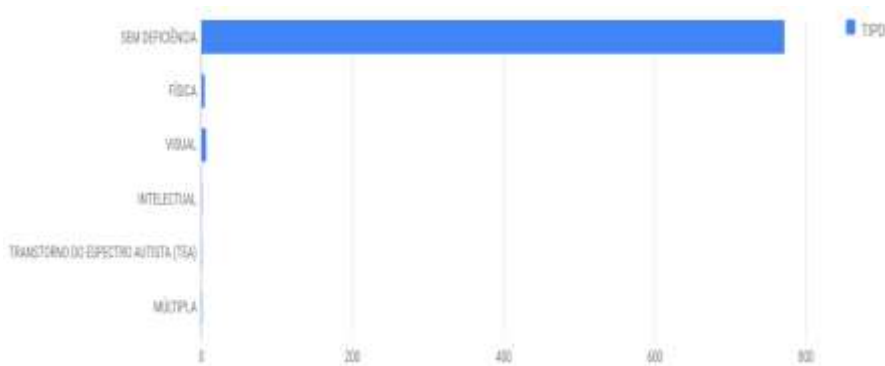


Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

Quanto ao tipo de deficiência declarada, cerca de 772 pessoas afirmaram não apresentar nenhuma deficiência. Já em relação ao tipo de deficiência declarada, estão: 05 física, 07 visual, 01 intelectual, 01 Transtorno do Espectro Altista e 01 Múltipla (Figura 08).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Figura 08. Solicitações por Tipo de Deficiência



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

A acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no meio educacional precisam ser consideradas em seis diferentes categorias: arquitetônica ou ambientes físicos; comunicacional ou linguagem e escrita de sinais; metodológica, quanto ao modo de agir em diferentes ambientes; instrumental, considerando a eliminação de barreiras no trabalho, na recreação; programática, fortalecidas por políticas públicas; atitudinal e sem preconceitos (Sasaki, 2010). Neste sentido, a Universidade pode contribuir de distintas maneiras, destacam-se, aqui, ações como: a criação de núcleos de produção de recursos e materiais didático-pedagógico, como laboratórios de integração e conscientização da acessibilidade inclusiva no Campus; o estímulo à implantação de centros de pesquisa e extensão; a realização de campanhas educativas e ações de treinamentos de outros Órgãos, entidades privadas, escolas municipais, estaduais, empresas, etc. voltados para esta temática (Figueiredo *et al.*, 2011).

A partir da análise das solicitações por Curso, direcionadas ao Campus Poeta Torquato Neto -Pirajá - Teresina (PI), foi detectado que os candidatos beneficiários de ações afirmativas AF2, destinadas aos

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

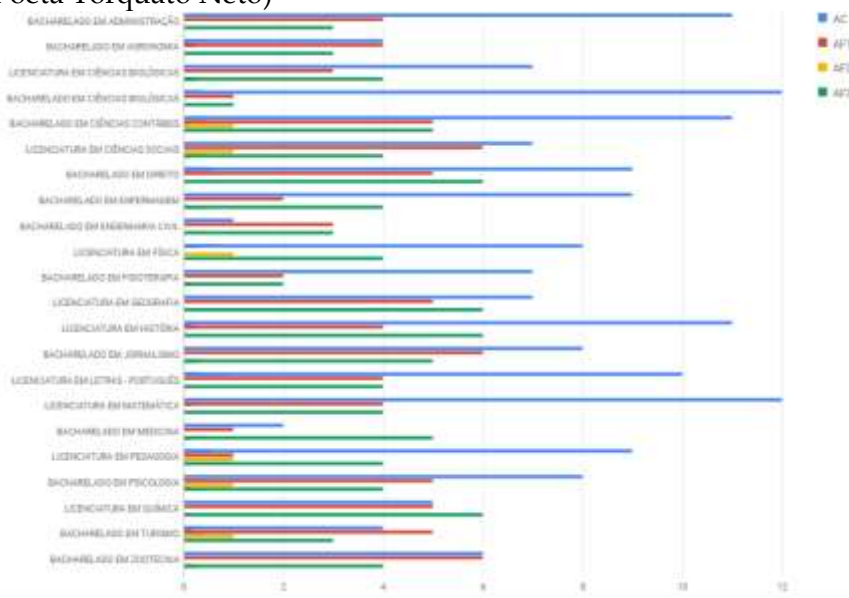
candidatos com deficiências física/auditiva/visual/intelectual/mental/psicossocial/transtorno do espectro autista/múltipla, escolheram a graduação em Bacharelado (Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Psicologia, Turismo) e em Licenciatura (Física e Pedagogia); de acordo com a **Figura 09**. Já os das ações afirmativa AF1 (Pessoas negras, quilombolas e indígenas) não estiveram presentes no curso de Licenciatura em Física. Por fim, verificou-se que as pessoas que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino; bem como as que não estiveram concorrendo na forma das AF1 e AF2; e os candidatos da Ampla Concorrência, foram encontrados em todos os cursos.

A partir da aprovação da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a pauta dos Direitos Humanos, cujo escopo também está voltado a esse público, foi reforçada nos últimos anos, o que, inclusive, estimulou o seu ingresso nos Centros de Ensino Superior.

Desse modo, as instituições de ensino superior passam a receber estudantes com características e concepções específicas que necessitam de ações concretas e rápidas, de forma que auxiliem no desenvolvimento funcional e social destes candidatos selecionados. Entretanto, os estudos com melhor caracterização de mapeamento oficial para o perfil sociodemográfico de graduandos com TEA nas Universidades públicas/privadas das Regiões do Brasil, ainda apresentam pontos frágeis e essenciais para serem melhorados (SILVA et al., 2020). Os dados aqui extraídos e plotados da plataforma digital avaliada não constam maiores detalhes sobre esta comunidade, sendo necessário uma verificação mais ampla com esta finalidade, inserindo entrevistas com estudantes diagnosticados com autismo, familiares, funcionários, etc.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Figura 09. Solicitações por Curso em Teresina (PI) – Campus Pirajá (Poeta Torquato Neto)



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

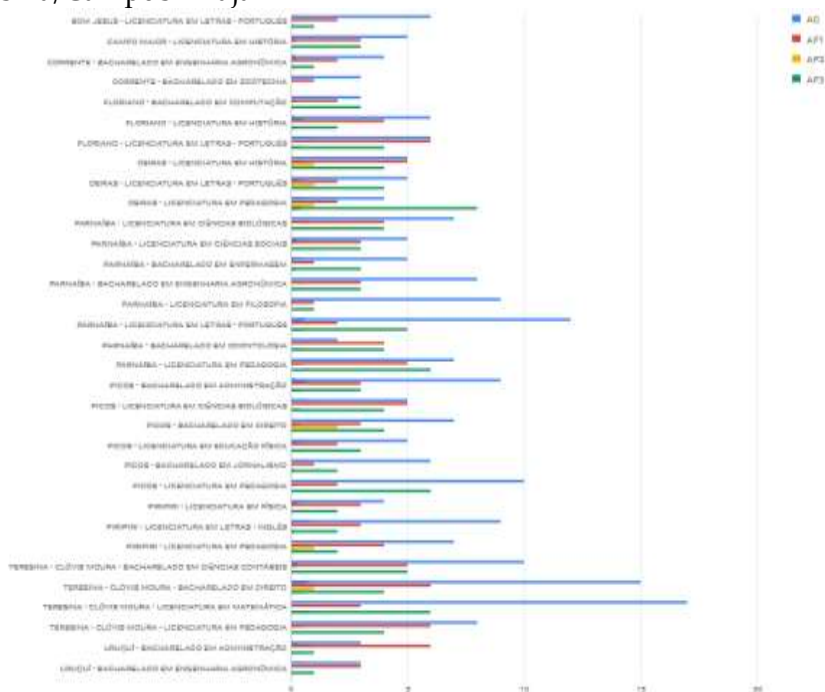
Ao avaliarmos as inscrições no Campus Clóvis Moura (Teresina) e nos demais Campi da UESPI localizados no interior do Piauí, considerando a associação entre a Cidade e o Curso, os pertencentes à AF2 escolheram Licenciatura em História; Letras-Português, Pedagogia e Bacharelado em Direito, todos na cidade de Picos, além de Licenciatura em Pedagogia (Piripiri) e Bacharelado em Direito (Campus Clóvis Moura), de acordo com a **Figura 10**.

A medicina define o grupo TEA como um transtorno gerador de déficits neurológicos na comunicação verbal ou por gestos, expressão de sentimentos e interação social (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Por isso, é fundamental que várias medidas sejam realizadas, a fim de auxiliar os graduandos que enfrentam a gravidade deste transtorno, tais como: a preparação de professores e

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

demais estudantes para interagir de variadas maneiras com os alunos diagnosticados com TEA; a instrumentalização física e didática da universidade para receber estudantes com autismo; a criação de programas/projetos de formação profissional permanentes para o estudo e o desenvolvimento de práticas que objetivem refletir acerca dessa temática, a intervenção e o processo de inclusão direcionadas ao TEA, semelhantemente ao que é aplicado com outras deficiências já vivenciadas no Ensino Superior, entre outras (Santos *et al.* 2024).

**Figura 10.** Solicitações por Cidade e Curso do interior – Exceto Teresina/Campus Pirajá



Fonte: <https://sigpreg.uespi.br/matriculaSiSU/transparencia>

### **Considerações Finais**

A partir desta pesquisa, é notória a importância de transparência de dados públicos sobre a real situação do Ensino Superior no Brasil. Entender como ocorre o processo de acesso, as ações de inclusão, a caracterização sociodemográfica e econômica, o desenvolvimento, a permanência e a evolução dos ingressantes na universidade são fatores que precisam de um permanente estudo e discussão na hodiernidade.

Nesse sentido, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tem buscado indagar, coletar e conhecer dados estatísticos dos candidatos, bem como garantir a ampla divulgação de indicadores educacionais estruturados para o Ensino Superior no Piauí. Os relatórios categorizados no portal permitiram uma visualização gráfica geral e de rápida compreensão para a análise dos índices educacionais relacionados ao Sistema de Seleção Unificada (SISU).

A organização e apresentação por modalidades de entrada nos cursos, as descrições quantitativas por localidade, assim como a combinação com outras variáveis sobre assuntos diversos, que ao serem colocados à disposição de fácil integração de informações proporcionarão questões norteadoras para a realização de políticas internas eficazes voltadas ao atendimento do novo público que vem ingressando na graduação, além de fomentar pesquisas futuras desempenhadas por professores universitários, pesquisadores e alunos de graduação que vislumbram estes dados como fonte de estudo na educação, frente às novas tecnologias e métodos de interesse na pesquisa básica ou aplicada.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014

ANDRADE, Sammela rejane de jesus. O SISU COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 75–87, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Portaria nº 21, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SISU. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Portaria%20no%2021-2012%20.pdf.

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012.

DE MELLO, Alberto et al. A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisões. **Revista Meta: Avaliação**, v. 2, n. 5, p. 153-179, 2010.

FELDMANN, Marina Graziela; LIBÓRIO, Andréia Regina Silva Cabral. Estudantes quilombolas na Educação Superior: políticas afirmativas de acesso e permanência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, p. e0233911, 2023.

FIGUEIREDO, Arlete Carvalho de et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. **en: Sampaio, SMR (Org.). Observatório da vida estudantil**, p. 187-207, 2011.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

FREIRE, Heronilson Pinto; DE HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro. **A expansão do ensino superior em debate**, p. 7, 2017.

LAMELA, Diogo; FIGUEIREDO, Bárbara; BASTOS, Alice. Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, p. 562-574, 2010.

Lei Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012(2012, 27 de dezembro). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

MAIA, Juliana Monteiro et al. Quem são os alunos matriculados em uma universidade pública federal?. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e1211124169-e1211124169, 2022.

MONTEIRO, Elisa Manso; MAZOTO, Henrique Bonnard; DA CUNHA, Rogério Grassetto Teixeira. Avaliação do Impacto da Adoção do Sisu sobre o Perfil Médio do Aluno da Unifal-Mg. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 19, n. 1, p. 297-316, 2016.

Mota E, Almeida MF, Viacava F. **O dado epidemiológico**: estrutura, fontes, propriedades e instrumentos. In: Almeida Filho N. Barreto ML (org.). *Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, Métodos, Aplicações*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, pp.85-94.

NUNES, Danilo Henrique; PINA, Selma Tomé; SILVA, Juvêncio Borges. A representação feminina nas universidades e a concreção da

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

cidadania. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 21, n. 41, p. 159-173, 2021.

PEREIRA, Raquel Aparecida. Uma análise sobre os efeitos da introdução da Lei de Acesso à Informação na prática da gestão pública. 2016.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 887-896, 2008.

SANTANA, Otacílio Antunes. Divórcios de Docentes de Universidades Federais Brasileiras. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, n. 1, p. 61-77, 2015.

SANTOS *et al.* A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020. DOI: 10.9771/re.v9i3.33786. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, Solange Cristina da et al. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

TERAMATSU, Gustavo; STRAFORINI, Rafael. **Do Enem ao Sisu**: cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil. 2022.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. Acesso e permanência na educação superior-análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 224-250, 2015.

## ALIMENTAÇÃO VEGETARIANA ADAPTADA AO CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO

Amanda Cristina Almeida Ramos Correia<sup>4</sup>  
Alcebiades Costa Filho<sup>5</sup>

### Para início de conversa

O presente trabalho tem como enfoque a obra “O que se deve comer: Adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros”<sup>6</sup>, publicada em 1918, de autoria do maranhense Domingos de Castro Perdigão, que no início do século XX, por questões de saúde, aderiu à alimentação vegetariana<sup>7</sup>. Dessa maneira, por meio do livro, foi possível analisar o discurso do vegetarianismo, as regras que orientavam essa base alimentar, as vantagens nutricionais, as receitas culinárias e os

---

<sup>4</sup> Graduada em História, Universidade Estadual do Maranhão, [amanddaoim@gmail.com](mailto:amanddaoim@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/8421850956040125>

<sup>5</sup> Professor doutor, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Piauí, [alcebiadescf@yahoo.com.br](mailto:alcebiadescf@yahoo.com.br), <http://lattes.cnpq.br/6863899842245877>

<sup>6</sup> A partir de agora nos referimos à obra “O que se deve comer: adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros” apenas “O que se deve comer”.

<sup>7</sup> O presente texto é fruto da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão do Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, campus Caxias, com o título “Um estudo sobre a História da Alimentação por meio da obra ‘O que se deve comer: adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros’, do maranhense Domingos de Castro Perdigão” de Amanda Cristina Almeida Ramos Correia orientação do professor Alcebiades Costa Filho.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

menus elaboradas e, por fim, os produtos alimentares disponíveis no Maranhão, estado natal do autor.

Apesar do avanço do estudo da História da Alimentação no Brasil<sup>8</sup>, no Maranhão, a investigação do padrão alimentar vegetariano tem despertado pouco interesse dos pesquisadores. A análise da obra já apresentada, contribui para ampliar o debate sobre História da Alimentação, além de consequentemente incentivar pesquisas futuras, utilizando a mesma fonte ou estudando a questão alimentar no cenário maranhense sobre outras perspectivas. Além do mais, outra justificativa para essa pesquisa, é motivada pela identificação e envolvimento da autora com o sistema alimentar vegetariano.

Para além da obra de Castro Perdigão, foram utilizadas outras fontes históricas como forma de aporte para a pesquisa<sup>9</sup>, destaque para as fontes hemerográficas, tendo em vista que os jornais possibilitam melhor compreensão da temática e do período estudado, a exemplo dos anúncios de estabelecimentos divulgando a comercialização de gêneros alimentícios, nas décadas de 1910 e 1920, com a finalidade de constatar

---

<sup>8</sup> De acordo com Meneses e Carneiro (1997), no âmbito nacional, o aprofundamento do estudo da alimentação no campo historiográfico foi tardio, tendo em vista que o tema era tratado antes como um complemento ou apêndice de outras temáticas consideradas de maior interesse para a pesquisa em História.

<sup>9</sup> Contribuíram para elaboração desse item fontes bibliográficas, destacando as informações que o autor colocou na própria obra “O que se deve comer” e a pesquisa hemerográficas em jornais que circularam no Maranhão nas primeiras décadas do século XX. Embora em seu livro o autor mencione que escrevia no “Diário Oficial do Maranhão”, seção “Utilidades e curiosidades”, onde possivelmente teria informações sobre seu ponto de vista com relação a alimentação vegetariana, durante a pesquisa não foi possível ter acesso a publicações posteriores ao ano de 1911. As menções sobre o escritor aparecem com regularidade no periódico “Pacotilha”, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

se os produtos mencionados no livro estavam em conformidade com os anunciados, fornecidos e consumidos pela população. Dessa maneira, foram examinados os jornais “Diário do Maranhão” (1911); “O Bloco” (1917) e “Pacotilha” (1910 a 1929).

*O autor, a motivação da escrita e a estrutura da obra*

Domingos Perdigão foi um maranhense nascido na Vila de Pinheiro, em 01 de novembro de 1872, posteriormente, passou a residir na capital, São Luís, para se dedicar aos estudos. Nota-se que Castro Perdigão tinha participação ativa na sociedade maranhense, como membro de grupos com alto prestígio social na área da educação e literatura. Durante a sua vida, exerceu funções na área do magistério e cargos na administração pública, como de diretor da Biblioteca Pública (Pacotilha, edição nº7, de 1929).

Como preceptor desempenhava, nitidamente, as funções de diretor pedagógico da Academia de Comércio, onde regia as cadeiras de instrução moral e cívica e de esperanto, sendo o introdutor desta língua nos centros estudiosos da nossa terra. Militou, com muita eficiência e brilho no periodismo local. Foi promotor da primeira exposição que se realiza em S. Luís, serviu como delegado do Maranhão na Exposição Nacional de 1908 e representou o Maranhão nos trabalhos do Congresso de Esperanto do Rio de Janeiro: A congregação da Faculdade de Direito, que tinha como o seu digno secretário, conferiu-lhe, há pouco, o título de doutor honoris causas, como justo prêmio aos seus esforços (Pacotilha, 1929, p. 4).

Castro Perdigão foi escritor de diversas obras, Costa Filho e Silva (2020), elencam nove obras publicadas pelo maranhense, no período de 1908 a 1923: “Catálogo do Estado do Maranhão na Exposição Nacional

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

de 1908” (1908); “O Maranhão na Exposição Nacional de 1908” (1910); “Álbum Tricentenário (trabalho de organização)” (1913); “A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão em 1914” (1915); “Relatório da Biblioteca Pública do Maranhão (1915)””; “Relatório da Biblioteca Pública do Maranhão” (1916); “Relatório da Biblioteca Pública do Maranhão” (1917); “O que se deve comer: Adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros” (1918) e “O que se deve ler: vade mécum bibliográfico” (1923). Domingos Perdigão se destaca ainda como um dos fundadores da Faculdade de Direito em São Luís, do Instituto de História e Geografia do Maranhão, e da Sociedade Maranhense de Agricultura.

No livro “O que se deve comer”, Perdigão relata que tinha complicações de saúde decorrente de uma hepatite crônica, por isso, no ano de 1911, começa a implementar a base alimentar vegetariana na sua vida para melhorar o seu bem-estar. Entretanto, em janeiro de 1929, o jornal Pacotilha noticiava que o maranhense faleceu de infecção intestinal aos 56 anos. Entende-se que no contexto de surgimento da obra, um fator de peso foi o estado de saúde do autor.

Sentindo a saúde alterada por uma terrível dispepsia, que me produziu uma hepatite crônica, atribuída a vida sedentária a que sou obrigado entreguei-me a indagação de todos os meios empregados pela ciência para debelar tão mortificante enfermidade e, deparando logo as obras hidroterápicas do padre Sebastião Kneipp e do sr. Luiz Kuhne, foram estes os meus primeiro guias para o estudo da alimentação vegetalina ou vegetariana (Perdigão, 1918, p. 7).

A relação de Domingos Perdigão como o universo da alimentação, possivelmente foi influenciado pelo pai Domingos Thomaz Vellez Perdigão, homem dedicado ao ramo da indústria e do comércio alimentício, destaca-se como produtor de vinhos, licores e conservas de

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

frutas (Ávila, Cerqueira e Santos Neto, 2020). Nota-se que, como membro da “Sociedade Maranhense de Agricultura”, Castro Perdigão foi várias vezes convidado pelo governo do estado do Maranhão para representar o estado ou organizar eventos nacionais ligados a agricultura e alimentação.

Domingos Perdigão era membro da Sociedade Vegetariana de Portugal e do Núcleo Naturista Maranhense, se dedicou ao estudo do sistema alimentar vegetariano, sobretudo ressaltando as vantagens desse sistema, elaborando receitas e menus com ingredientes do Maranhão, como foi registrado de forma detalhada em “O que se deve comer”. Nota-se que a participação ativa e o interesse nessa área alimentar, influenciou para que o mesmo escrevesse sobre a temática em periódicos da época, exemplo disso é a seção “Utilidades e Curiosidades” no “Diário Oficial do Maranhão”.

Com o desejo de prestar algum auxílio ao grande número dos dispépticos deste clima, aproveitei a minha seção no Diário Oficial e publiquei uma série de artigos sobre este humanitário sistema de alimentação, o qual, ao mesmo tempo, ia praticando com magníficos resultados para a minha saúde. Das minhas experiências e adaptações, prometi receitas aos leitores daquele diário. Motivos alheios a minha vontade privaram-me, porém, de cumprir essa promessa (Perdigão, 1918, p. 7-8).

Acreditamos que entre outros motivos, em atenção a seus leitores, Castro Perdigão resolveu publicar a obra em análise, cujo centro são as receitas vegetarianas adaptadas para uso dos brasileiros, com ingredientes da cozinha do Maranhão. Outro exemplo está no jornal “Pacotilha”, na seção “O ano agrícola” (1º de janeiro de 1917), quando o autor escreveu relativo a situação agrícola no estado do Maranhão, de forma detalhada informa sobre produtos como arroz, milho, farinha de



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

mandioca, tapioca, açúcar, coco babaçu, feijão, gergelim, além de questões sobre colheita, crises de produção e exportação. Supõem-se que a escolha de Perdigão para escrever sobre esse assunto é decorrente da sua posição de membro da Sociedade Maranhense de Agricultura, como do conhecimento sobre a temática da alimentação.

Vale mencionar que Domingos Perdigão foi convidado pelo governo estadual para organizar a representação do Maranhão na Exposição de Frutas, em 1917 e 1918, evento esse que aconteceu no Rio de Janeiro, onde cada estado expôs os tipos de frutas da sua região. Em 1918, os principais produtos expostos pelo estado maranhense no evento:

Continham as seguintes frutas frescas: abacate, abricó, bacuri, buriti, bacaba, jaca, juçara, jenipapo, manga, maracujá, lima, banana, manga, lima, banana de diversas espécies, pitomba, sapoti, mocajuba, tucum e outras frutas silvestres. Da indústria derivada seguiram frutos conservados em calda, doces de diversos frutos, polpas, xaropes, açúcar, vinagre, amêndoas de castanha de caju, frutos cristalizados, farinhas, etc. (Pacotilha, 1918, p. 4).

Em relação à estrutura da obra “O que se deve comer”, a análise foi realizada por meio de uma cópia no formato digital, tendo em vista que o exemplar de cento e trinta e cinco páginas está disponível no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. O livro foi publicado em 1918 e a tipografia encarregada da impressão é “J. Pires & Cia”.

Dando enfoque a organização do texto, a obra dividida em duas partes, contém o preâmbulo, onde o autor justifica e esclarece a motivação que o levou a escrever a obra. A primeira parte intitulada “Alimentação vegetariana”, organizada em seis itens: as Considerações gerais – “Os alimentos feculentos” (arroz, batata, mandioca, macaxeira ou aipim, milho); “Regras fundamentais” (os temperos, o que é

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

permitido (o leite, a manteiga, os ovos, o mel, os legumes); “Frugivoríssimo” (o coco, o coco babaçu, bacaba, buriti, juçara, castanhas do Maranhão, amendoim, gergelim pequi); “Alimentos mucilaginosos”, uma extensa lista de frutos, com destaque para banana, ananás, abacate, caju, sapoti, mamão, limão, laranja, lima; “Líquidos”, Perdigão ensina sobre o modo de preparar e os benefícios nutricionais da limonada, do guaraná, do cacau, do café, e de outros sucos de frutas; e “Como comer”, é o último item da primeira parte. Nota-se que a base argumentativa de Domingos Perdigão incentivava a adaptação vegetariana por meio das principais regras dessa alimentação; o elogio a base alimentar frugívora, assim como a descrição e exemplificação de alimentos considerados feculentos, mucilaginosos e líquidos que contemplam a base alimentar do vegetarianismo. A segunda parte, nomeada de “Receitas e menus”, apresenta mais de duas centenas de receitas vegetarianas, receitas frugívoras e receitas de doces, também, apresenta cardápios para cada dia do mês, com sugestões para almoço e jantar.

### **A alimentação vegetariana e suas regras**

No contexto de finalização da obra “O que se deve comer”, a cidade de São Luís, passava por uma crise de abastecimento de carne, resultando na elevação do preço do produto no mercado a varejo, é o que se infere da leitura da obra. Como forma de tentar persuadir o leitor a adesão ao vegetarianismo, Domingos Perdigão aponta que na conjuntura de escassez da carne, uma forma alternativa seria a mudança alimentar para o vegetarianismo. Afirma que o indivíduo ao dispensar o consumo de carne terá outras opções, uma vez que “nada nos faltará para termos boa, saborosa e substancial alimentação, na enorme variedade de vegetais com que nos dotou a natureza” (Perdigão, 1918, p. 14). Castro Perdigão exemplifica de maneira detalhada o processo de adaptação.

Retirando as carnes e o seus derivados, tudo o mais que comemos é vegetal. Logo pela manhã, tomamos geralmente, café com pão - café, açúcar, pão e manteiga - todos do sistema vegetariano. Nas outras refeições do dia, usamos legumes (feijões, favas, etc.), das féculas (pão, arroz, farinha de mandioca, batatas, etc.) e dos frutos, apetitosos e saborosos alimentos mucilaginosos como a banana, a jaca, o abricó, a sapoti, a manga, o maracujá, a melancia, o ananás, o melão, o cajá, etc. (Perdigão, 1918, p. 14).

Dessa maneira, o maranhense declara as vantagens de aderir ao vegetarianismo e a possibilidade de adaptar receitas aos produtos disponíveis no mercado. Entra as vantagens de adesão ao vegetarianismo, cita que é o sistema alimentar mais antigo, honroso, sadio, agradável, humano, econômico e de fácil preparo. Acrescenta a ideia de que “vegetalista ou vegetariano não é aquele que só come folhas e ervas” (Perdigão, 1918, p. 14).

De acordo Abonizio (2016), as sociedades no decorrer do tempo organizam regras e costumes relativos ao que pode ou não ser consumido em condições específicas, possibilitando o surgimento de alimentos carregado por simbologias como sendo benéficos ou maléficos para a saúde. Assim como em todo regime alimentar, o vegetarianismo apresenta restrições. A principal seria o não consumo de carne. A partir desse pressuposto, seriam criadas outras determinações que viriam a ser acatadas pelos adeptos da dieta vegetariana, dependendo da sua classificação<sup>10</sup>: o lactovegetariano e o vegano estão em consenso em

---

<sup>10</sup> Na alimentação vegetariana existem diferentes formas de vegetarianismo, que segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira são: lactovegetariano (não consome carne e ovos, mas utiliza leite); ovovegetariano (não consome carne ou laticínios, mas utiliza ovos); ovolactovegetariano (não consome carne, mas utiliza leite e ovos) e o vegetariano (não consome carne, leite, ovos e produtos que contém

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

relação a não ingerir carne; no entanto, o lactovegetariano é adepto do consumo de leite, enquanto o outro não consome o referido produto. Dessa maneira, a concessão a algumas regras consequentemente acarreta em divergências, pois “são cobradas coerências na dieta e no discurso do outro, o que, efetivamente, não se consegue” em tais práticas alimentares (Abonizio, 2016, p. 131).

Em consonância com a ideia de regras alimentares, o livro “O que se deve comer”, no tópico “Regras fundamentais” elenca os alimentos que seriam ou não permitido de serem consumidos no vegetarianismo. Castro Perdigão argumenta de forma objetiva o que seria proibido:

Vedam-se aos vegetarianos: as carnes, os peixes e todos os produtos de origem animal, como as banhas, o toucinho, etc. Todas as bebidas alcoólicas e fermentadas, como os vinhos, a cerveja, o conhaque, o vermute, os licores e a aguardente. Os temperos estimulantes como a pimenta, a mostrada e o vinagre. O sal e o açúcar, que só se deve usar em pequenas doses. O chá e o café. (Perdigão, 1918, p. 19).

Continuando com o elenco de restrições, Perdigão acrescenta que os vegetarianos não devem usar gordura de origem animal, mas utilizar óleos e azeites vegetais, a exemplo do coco, gergelim, dendê. Com relação aos temperos, recomenda utilizar na cozinha o suco de limão, o alho, a cebola crua, a hortelã, o coentro, o coentro tapuío, o pimentão verde, o tomate e a salsa em substituição ao vinagre, mostrada, pimenta. Recomenda substituir a manteiga de origem animal por manteiga vegetal, a exemplo da manteiga

---

derivados de animais). Por meio da leitura da obra de Domingos Perdigão percebe-se que o maranhense era ovolactovegetariano, tendo em vista a utilização de leite e ovos nas receitas e nos menus.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

de coco. Embora as regras da época condenam o uso do café, Perdigão é um defensor dessa bebida.

As declarações de Castro Perdigão sobre o que deveria ser consumido e o que deveria ser proibido não eram derivados da sua vontade ou escolha própria, mas sim do que era estipulado em tratados pelas sociedades vegetarianas da época. Braga (2019), salienta que entre os vegetarianos, além do consumo de carne, eram proibidas algumas bebidas como chá, café, chocolate, vinho, bebidas alcóolicas e outros líquidos considerados bebidas excitantes. Acerca dos produtos alcóolicos, Perdigão declara que:

O vegetarianismo proíbe todas as bebidas fermentadas e alcóolicas, os vinhos, a cerveja, a cidra, a aguardente, etc. Estou inteiramente de acordo. Não precisamos, na nossa alimentação, de nada disso. São corrupções dos produtos naturais, que, por sua vez, procurarão corromper o nosso organismo. Não concordo, porém, na proibição do café, especialmente para os habitantes do nosso clima (Perdigão, 1918, p. 47-48).

Em relação ao consumo do café, Castro Perdigão defende a ingestão dessa bebida porque é um hábito alimentar costumeiro do brasileiro, contudo recomenda o uso com moderação, consumido em pequenas doses. Ao mencionar sobre os gêneros alimentícios permitidos na dieta vegetariana, declara que alguns produtos provenientes dos animais, como ovos, mel, leite e seus derivados podem ser consumidos, fundamenta sua defesa como base nos argumentos de Edward Baltzer, fundador da primeira Sociedade Vegetariana da Alemanha, que alega que entre os vegetarianos não rigorosos ao extremo, é possível inserir produtos derivados dos animais. Entretanto, para usufruir desses gêneros, é necessário que não proporcione dor física aos animais que os fornecem. Como se observa, Castro Perdigão não é um mero leitor e

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

adepto do sistema vegetariano. Ele tem posições próprias que fundamenta com base em outros pensadores e reelaborando as práticas alimentares vegetarianas segundo o contexto social. Há de se observar ainda a preocupação dos vegetarianos da época com a proteção e bem estar animal.

*O fator regional, a alimentação frugívora e a questão nutricional*

Em “O que se deve comer”, Castro Perdigão declara que os adeptos do vegetarianismo, devem adaptar a base alimentar levando em consideração o espaço em que vivem e a oferta de alimentos disponíveis, considerando também a sazonalidade dos produtos ofertados no mercado.

Procurando remediar esta falta de adaptação do sistema vegetariano ao nosso meio e para encorajar aqueles que precisam, ou desejam usar uma alimentação segundo a natureza, que deixo aqui este ensaio de adaptação desse grande regime ao nosso clima, usos e costumes, tornando-o assim mais fácil. Se devemos usar os alimentos, conforme a natureza, é claro que devemos comer só dos vegetais que vivem ou podem viver no nosso clima (Perdigão, 1918, p. 15).

Nesse sentido, Castro Perdigão menciona no livro, os produtos regionais que podem ser implementados em uma dieta vegetariana, considerando as condições edafoclimáticas<sup>11</sup> e os produtos próprios da

---

<sup>11</sup> A expressão “condições edafoclimáticas” refere características definidas através de fatores do meio tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial. As condições edafoclimáticas são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas. in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte->

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

época disponíveis no Maranhão. Fazendo esse comparativo de escolhas alimentares regionais e retornando à ideia central, Perdigão elenca a divisão e os gêneros que podem ser incluídos no sistema de alimentação vegetariano brasileiro. Menciona os “alimentos feculentos” e “alimentos mucilaginosos”. Os feculentos são alimentos vegetais que contém um pó denominado fécula ou amido, dentre os gêneros dessa classificação, o autor menciona o arroz, a batata, a mandioca, a macaxeira e o milho, além disso, faz menção aos benefícios desses produtos e pondera acerca do consumo de alguns. As leguminosas estão relacionadas como alimentos feculentos. Em relação ao feijão e a fava, por exemplo, apesar de serem legumes nutritivos, devem ser consumidos com moderação, pois são de difícil digestão, no mais, “os alimentos feculentos formarão, pois, a base de uma boa alimentação vegetariana, que se deve sempre variar com outros vegetais” (Perdigão, 1918, p. 17-18).

No item dos “alimentos mucilaginosos”<sup>12</sup> Domingos Perdigão apresenta um rol de frutas divididas em duas espécies: as frutas doces (banana, sapoti, jaca, mamão, melão, melancia, etc.) e as frutas ácido-mucosas (limão, laranja, tangerina, bacuri, goiaba, tamarindo, manga, etc.). Desde o início do século XX, a questão nutricional da alimentação vegetariana, era difundida nos meios de comunicação, a exemplo da revista “O Vegetariano”. Segundo Reis (2019), médicos do período,

---

[iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084](http://iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084) [consultado em 26-10-2023]

<sup>12</sup> As plantas produzem mucilagens, podendo ser encontradas em sementes, caules, folhas, raízes e frutos. Em “O que se deve comer”, Domingos Perdigão fez estudos sobre 60 frutos, com destaque para frutos comestíveis e de sabor agradável ao paladar humano e, popularmente, denominados de frutas. Nesse sentido, maxixe, tomate, rabanete e quiabo aparecem na relação de frutos estudos, juntamente com manga, melancia, bacuri, mamão, entre outras frutas.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

como Amílcar de Sousa<sup>13</sup> faziam a defesa do vegetarianismo como alimentação nutricional, vinculado a um repertório argumentativo científico, racional e médico-terapêutico. Os jornais do Maranhão veiculavam muitas matérias de estudiosos estrangeiros, a exemplo da matéria publicada no jornal “Pacotilha”, sobre o valor nutricional das bananas, artigo de um membro da sociedade de agricultura da França.

O dr. Henry Lablé afirma que o poder nutritivo da banana é excelente, que a banana fresca é alimento e tem o mesmo valor nutritivo que uma igual quantidade de carne. O poder calorífero da banana seca, eleva-se por cada 100 gramas, a 285 calorias. Nestas condições, ao homem é um verdadeiro reservatório de energias nutritivas (Pacotilha, 1917, p. 2).

Em consonância, o jornal “O Bloco” do município de Caxias, publicava matérias acerca das questões nutricionais e do consumo de alguns produtos. A matéria “De utilidade geral”, menciona as vantagens do consumo do mamoeiro como alimento e medicamento:

O mamão maduro, ao qual se deve na colheita fender a casca longitudinalmente comido, dois ou três dias depois, constitui um fruto delicioso, que muitos preferem ao melão. Verde e cozido em talhadas ou picadinho, e adubado convenientemente, é um bom digestivo prato, que substitui com vantagem a abóbora d’água ou o [...] chuchu. Fazem-se também saborosos doces de compota ou secos tanto do fruto, como do miolo do tronco (O Bloco, 1917, p. 6).

---

<sup>13</sup> Amílcar Augusto de Queirós de Sousa [médico](#), escritor e autor português. Uma das autoridades no movimento vegetariano da Europa. Perdígão tinha relações com o movimento vegetariano português.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Vale frisar que a temática nutricional dos gêneros alimentícios é abordada na obra “O que se deve comer”, de Domingos Perdigão. Supõem-se que o escritor vivenciou e teve contato com autores e publicações que retratavam esse assunto e, conseqüentemente, foi influenciado pelas ideias que circulavam na época. No impresso, a questão nutricional é descrita da seguinte maneira, ao se referir aos alimentos mucilaginosos, tendo como exemplo a banana:

Fruto da bananeira, - Musa do Paraíso, conforme a denominação dada por Lineu, planta abundante nos climas tropicais, é a banana o tipo mais perfeito de alimento frugívoro. Ainda verde, a banana contém tanino e amido ou fécula, nesse estado, quando já bem desenvolvida, prepara-se com ela uma alimentícia farinha, que serve para papas [...] muito útil para alimentação de pessoas fracas e debilitadas (Perdigão, 1918, p. 29-30).

Castro Perdigão enfatiza outras questões acerca desse gênero, a exemplo da proveniência, exemplifica os tipos de bananas cultivadas no Maranhão e, por fim, menciona como pode ser preparada e consumida. Esse trecho salientado é uma forma de ilustrar como a maioria dos demais gêneros são abordados de forma detalhada na obra em análise.

Perdigão cita na obra outro tipo de dieta vegetariana, a frugívora, que consiste no uso quase exclusivo de frutas *in natura* como forma de alimentação. O autor acrescenta que para se tornar frugívoro, o ponto inicial seria ser adepto ao vegetarianismo e, com o passar do tempo, ir eliminando o consumo de ovos, manteiga, mel, leite, doces e por fim, alimentos cozidos. A seguir, Domingos Perdigão relata de forma detalhada no que consiste essa forma de alimentação:

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

A dieta frugívora forma-se de uma parte de alimentos oleaginosos e outra de frutos mucilaginosos frescos e secos, legumes em salada, tudo comido cru. O frugívoro pode tomar três refeições por dia, compondo-se a primeira de uma só qualidade de fruta sumarenta; o almoço de salada crua, frutas oleaginosas e frutos mucilaginosos, frescos, da estação; no jantar, poucas frutas oleaginosas, frutos frescos sumarentos. As pessoas de grande apetite poderão ainda comer, á noite, uma só espécie de frutos sumarentos. Ao levantar e ao deitar, deve-se beber um copo d'água, com suco de limão (Perdigão, 1918, p. 23-24).

O maranhense declara que a base alimentar frugívora, além de ser benéfica devido as propriedades nutritivas das frutas, pode combater enfermidades. Complementa que no frugivoríssimo, deve-se ter o cuidado na combinação de espécies de frutas em uma mesma refeição. Salaria que essa forma de alimentação é propícia para os brasileiros tendo em vista a fartura e variedade de frutas que o país possui.

### **Receitas culinárias e menus**

A segunda parte do livro de Perdigão é composta por receitas culinárias e menus. As receitas estão organizadas em três conjuntos, receitas vegetarianas, receitas doces e receitas frugívoras, elaboramos um quadro com o intuito de apresentar a divisão e a quantidade de receitas em cada conjunto. Os menus estão divididos em vegetarianos e frugívoros, onde são mencionadas as regras referentes a organização dos cardápios. Nessa parte do texto, o objetivo é analisar a estrutura e o

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

conteúdo das receitas e menus, além de identificar ingredientes básicos na alimentação dos maranhenses<sup>14</sup>.

Presume-se que vários fatores influenciaram na elaboração das receitas e menus presentes na obra de Domingos Perdigão, sua dedicação ao estudo da questão vegetariana, a leitura de obras sobre o vegetarianismo<sup>15</sup>, assim como sua correspondência com outros indivíduos adeptos do sistema alimentar vegetariano. Além disso, acredita-se que, como organizador de festividades e cerimônias na sociedade ludovicense, Perdigão teve oportunidade de ter uma troca de saberes culinários com outros participantes desses eventos<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> É válido frisar que o embasamento metodológico deste presente tópico do trabalho tem como orientação as pesquisas de Eliane Abrahão, intitulado de “Os receituários manuscritos e as práticas alimentares em Campinas (1860-1940)” e de Solange Demeterco, denominado de “Doce lembranças: cadernos de receitas e comensalidade: Curitiba: 1900-1950”

<sup>15</sup> Em relação aos manuscritos de receitas destinados à alimentação vegetariana, os primeiros relatos acerca desse documento são datados do ano de 1812. Braga (2019), menciona que o tal livro é intitulado como “Vegetarian cookery, by a lady”, tendo como autora Martha Brotherton. No cenário português, também existiam obras acerca dessa temática, a exemplo da 2ª edição da obra “O cozinheiro prático”, de 1912, de Maria Sofia da Silva. Outra obra notável lusitana e que é citada no livro de Domingos Perdigão é a “Culinária vegetariana e menus frugívoros” de Julieta Adelina Meneses Rodrigues Ribeiro, sendo descrita “para quem desejar ter mais completo repertório de receitas vegetarianas e menus frugívoros, encontra no utilíssimo livro” (Perdigão, 1918, p. 8).

<sup>16</sup> Abrahão (2018), destaca que essas ocasiões festivas são “momentos propícios para a permuta de receitas - procedimento intimamente vinculado à sociabilidade -, quer durante o consumo das iguarias nos espaços destinados para tal, quer nos bastidores das cozinhas, durante a feitura dos quitutes que seriam oferecidos aos convidados” (p. 280).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Dessa maneira, no livro “O que se deve comer” encontram-se 249 receitas culinárias, divididas em três grupos: Receitas vegetarianas, Receitas doces e Receitas frugívoras, conforme o quadro 01, contendo as quantidades de receitas e os respectivos percentuais no computo geral.

Quadro 01 - Tipologia das receitas culinárias, quantidades e percentuais.

Tipos de receitas	Quantidade de receitas	% Percentual
Vegetarianas	164	65,86
Doces	56	22,5
Frugívoras	29	11,64
Totais	249	100

Fonte: Perdigão (1918).

Por meio da tabela, constata-se que predominam as receitas consideradas vegetarianas: foram 164 pratos vegetarianos, equivalente a 65,86% do receituário. No que se refere às receitas doces, foram contabilizadas 56, que correspondem a 22,5%, exemplificando com a cocada e doce de cajá. Por fim, registra-se as receitas de caráter frugívoro, correspondendo ao valor de 11,64%.

Na análise de algumas receitas, é possível compreender o preparo do prato apenas pelo título da iguaria, no entanto, na obra também existem receituários com títulos incomuns, que necessitam a leitura de todo a receita para saber do que se trata. Abrahão (2018) já havia

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

constatado o mesmo em pesquisas sobre outras realidades culinárias. Diante das receitas apresentadas por Domingos Perdigão, observa-se títulos variados, alguns repetitivos com foco em um ingrediente, no caso do arroz e variações na forma de consumir, arroz maranhense, arroz doce, etc.; alguns títulos incomuns, por exemplo, “Almoço de Adão”, receita frugívora, que consiste em uma espécie de salada de frutas que utiliza bananas, coco ralado e bago de limão e “Baba de moça”, denominação para um doce com aspecto cremoso, feito com coco, manteiga e canela.

Analisando o livro de Perdigão, observamos que a adaptação das receitas não segue uma linha clássica de apresentação conforme é padrão nos receitas culinários contemporâneos, que normalmente consiste em mencionar os ingredientes, a quantidade e por fim, o modo de preparo. O maranhense não teve a preocupação de separar os ingredientes do modo de feitura do prato, elaborando assim, receitas em forma de textos corridos, dessa maneira, para identificar os ingredientes utilizados no preparo das iguarias é necessário fazer a leitura da instrução das receitas.

No que se refere aos ingredientes das receitas, é extensa a lista de condimentos, variando entre legumes, cereais, verduras, diversos tipos de farinha, frutas, temperos, ovos, leite e mel. Algumas iguarias com foco em alguns produtos como milho, arroz e mandioca, merecem ser mencionados, tendo em vista que tais gêneros são largamente cultivados e consumidos no estado do Maranhão. É grande a quantidade de receitas que utilizam os produtos da agricultura maranhense, por exemplo o arroz é citado em várias receitas.

Do arroz preparam-se saborosas sopas, cozinhando-o com legumes e ervas, saborosíssimos e substanciosos pratos, adicionando-lhe leite, ovos e açúcar [...] cozinhando o arroz e deixando-o de um dia para o outro, depois de adicionar-lhe limão e açúcar, forma-

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

se a saborosa e refrigerante bebida denominada – aluá. Da farinha do arroz preparam-se diversos bolos e biscoitos (Perdigão, 1918, p. 16- 17).

No que concerne as receitas com milho, podem ser consumidas das mais variadas formas, seja por meio do mingau de milho, pamonha, angu, cuscuz, canjica, papa de milho, pipoca, pudim de milho e pudim de farinha de milho. Com relação a mandioca, esse tubérculo se faz presente em diversos pratos, sendo eles no pirão, pudim de tapioca, farofa pernambucana, pé de moleque ou bolo de farinha d’água, tapioca doce, fartes, biscoitos de tapioca e farinha de mandioca ou farinha de pau.

Nota-se que o arroz, milho e mandioca tornaram-se predominante na base alimentar do maranhense, tanto pela prosperidade da produção, como pelo apreço dos consumidores pelos produtos. Possivelmente as receitas também foram utilizadas por pessoas não adeptas do vegetarianismo. Devido à grande demanda desses alimentos, a população recorreu a outras formas de preparo e consumo, o que indica a grande quantidade de receitas contendo esses gêneros.

Procurando identificar os ingredientes mencionados nos receituários culinários, além de recorrer ao livro de Perdigão, foram utilizados anúncios e propaganda<sup>17</sup> de jornais maranhenses do período. Durante a pesquisa, foram analisados os periódicos do “Diário do

---

<sup>17</sup> Sobre os anúncios e propagandas nos periódicos, Leite (2015), afirma que “Aos jornais mais antigos e de circulação em pequenas cidades, mesmo a sessão de anúncios e propagandas fornecem importantes dados históricos sobre o tipo de comércio praticado em determinadas regiões, assim como a localização, muitas vezes com endereço de bares, lojas, sorveterias, armazéns, hotéis, farmácias, oficinas, estabelecimentos residenciais e comerciais, permitindo até mesmo um mapeamento da região estudada correspondente à época” (Leite, 2015, p. 10).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Maranhão” e “Pacotilha”, com o intuito de constatar se os produtos mencionados na obra estavam em consonância com os veiculados pelos órgãos de comunicação da época. No ano de 1911 (edição de nº 11257), no jornal “Diário do Maranhão”, é anunciado a venda de gêneros alimentícios como café, batatas, cebolas, queijo, azeite doce e ervilha. Esses produtos possibilitam o preparo de receitas citadas por Perdigão, como croquete de batatas, sopa de cebola, torta de queijo, pastéis ou salada de ervilha.

Em São Luís, o jornal “Pacotilha” (edição de nº 157, 1916) apresentou um número considerado de anúncios contendo gêneros alimentícios. Na propaganda de um estabelecimento localizado na rua de Santana, canto com a Travessa do Teatro, anunciava a venda de produtos como batatas, cebolas, tapioca do Pará, goma, farinha de trigo, arroz, feijão preto, farinha d’água, fava branca e café, itens que estão em consonância com o preparo de receitas recomendadas na obra de Perdigão. No decorrer da análise das propagandas, nota-se que alguns desses gêneros são provenientes de outros estados ou mesmo de fora do Brasil. Em 1917, a “Mercearia Neves” anunciava produtos para a festa de Reis, recém retirados da alfândega.

Uvas espanholas “Almerias”. Castanhas Portuguesas novas. Passas em caixa de madeira, de todos os tamanhos. Passas em caixinhas, fantasias. Queijos pratos e Creme de la Creme, em latas. Figos Imperiais, em latas. Peras Americanas em compotas. Nozes e Amêndoas. Acaba de retirar da Alfândega, vindo pelo vapor “MICHAEL”, grande quantidade, e vende a preço sem competidores a Mercearia “NEVES” Rua Grande n. 92 (Pacotilha, 1917, p. 1).

A maioria dos alimentos mencionados nesse anuncio não fazem parte dos ingredientes nas receitas elaboradas por Domingos Perdigão,

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

com exceção dos figos e passas, o que sustenta a ideia do caráter regional dos condimentos utilizados nas receitas.

### **Sobre as receitas culinárias: vegetarianas, doces e frugívoras**

Em relação a classificação das “receitas vegetarianas”, foram contabilizadas a quantidade de 164, esses receituários variam entre iguarias de pão, guisado, arroz, mingau, bolo, feijoada, sopa, macarrão, pastéis, salada, torta, pirão e outras receitas. Na obra, a receita de sopa é a que apresente a maior quantidade, correspondendo a dezenove (19), a exemplo da sopa de arroz composta, de couve com feijão, a vegetariana, de rabanetes, azeda, de alface, de purê de ervilhas, de repolho, de pão, de jerimum e João Gomes, de trigo, de cevadinha, de macarrão, de tapioca, de grão de bico, de batatas e de cebola.

Nas receitas de mingaus e papas, Perdigão cita a de milho, arroz, mandioca, tapioca e araruta. Ademais, dentre os pratos culinários é ressaltado o biscoito de tapioca e a própria tapioca, gênero de muita penetração nas regiões de cultivo da mandioca, a exemplo do Maranhão.

Com relação a compreensão do modo de preparo das receitas vegetarianas, existem aquelas que são mais fáceis de entender do que outras, tendo como exemplo a receita de massa folhada, conforme é relatado abaixo:

101. – MASSA FOLHADA. - Num quilo de farinha de trigo, fina, deitam-se duas gemas de ovos e um copo de água com pouco sal; mistura-se tudo com uma colher de pau, sem amassar; quando estiver bem ligado, reúne-se a massa numa bola, cobre-se o alguidar com um pano e deixar-se repousar durante meia hora. Depois, espalha-se numa taboa um pouco de farinha de trigo e, sobre ela, deita-se a massa, que se estende com o rolo, untando em seguida toda a superfície com manteiga; dobra-se a massa e distende-se novamente com o rolo; unta-se outra vez



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

com manteiga, dobra-se em três partes e de novo se estende, repetindo esta operação mais duas vezes; embrulha-se num pano molhado e, quando começar a desprender calor, estira-se a massa, untando-a ainda com manteiga, dobra-se e então estende-se para cortar no formato que se desejar - pasteis, empadas, empadões, etc (Perdigão, 1918, p. 74).

Nota-se que é uma receita compreensível, tendo em vista que além do modo de preparo ser detalhado, apresenta a quantidade precisa de alguns ingredientes e indica os utensílios que devem ser utilizados.

No que se refere as receitas doces, Domingos Perdigão declara que “ao vegetariano é permitido o uso moderado de doces, o que, sempre que for possível, deve substituir-se pela fruta fresca e sazoadada” (Perdigão, 1918, p. 83). Em relação as iguarias doces, apresenta 56 receitas, variando entre: tortas, fatias, biscoitos, pudim, doces de frutas, omelete doce, compotas e dentre outros.

Dentre as receitas doces, Perdigão menciona o doce de coco, laranja, limão, bacuri, ananás, murici, cajá, caju, mamão, banana, ovo e leite. Os pudins também apresentam um número expressivo, contendo 8 receitas de pudim denominados de arroz, batata, macaxeira, delicioso, milho, tapioca, nata e farinha de milho.

Quanto ao preparo dos receituários doces, Santos (2011, p. 114), salienta que a instrução dessas iguarias deve ser seguida à risca, uma vez que, o insucesso desse tipo de receita é maior. Observa-se maior detalhamento das receitas doces na obra “O que se deve comer”, tendo em vista que o passo a passo de tais iguarias é mais detalhado comparado com os receituários denominados de “vegetarianos”.

No que concerne as receitas frugívoras, ou seja, aquelas que correspondem a pratos quase que exclusivamente a base de frutas, é contabilizado o número de 29 receitas, como saladas e outras iguarias, a exemplo do creme de batata, maionese de frutas, entre outras. A receita de maionese de fruta, por exemplo, consiste na junção da banana,

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

laranja, figos secos, passas, ananás e abacate com uma calda de leite de coco. Além disso, outro receituário que merece destaque é a “maracujasada”, feita de maracujá e calda de açúcar, e que após o seu preparo são guardadas em garrafas com rolha. Quanto ao modo de preparo das iguarias frugívoras são de fácil compreensão e execução, uma vez que, o preparo não demanda muitas ações, além disso, não é necessário cozinhar ou ir ao forno, apenas cortar ou ralar os ingredientes.

No livro, observa-se que muitas receitas mencionadas por Domingos Perdigão estão alicerçadas a uma identidade culinária regional, uma vez que, o autor dava preferência a ingredientes da região maranhense, como é caso da receita proveniente da erva da vinagreira, denominada de cuxá, “No Maranhão, donde é oriunda esta iguaria, usa-se o cuxá com arroz a maranhense. A essa mistura dá-se o nome de arroz de cuxá” (Perdigão, 1918, p. 67). Para além desse receituário, outros pratos descritos na obra fazem parte até hoje do repertório alimentar maranhense, a exemplo do bolo de tapioca, pirão, cuscuz, pé de moleque, pamonha, angu, doce de leite e cocada.

### *A elaboração dos menus*

Na obra “O que se deve comer”, existe um tópico direcionado aos menus<sup>18</sup>, vale frisar que esses cardápios são criados pelo próprio Domingos Perdigão<sup>19</sup>. A respeito da organização dos menus, o autor da

---

<sup>18</sup> Cardápios ou menus são registros agrupados em listas escritas das iguarias culinárias que serão servidas em um evento ou até no dia a dia de um indivíduo. O objetivo dos menus seriam “inteirar os comensais sobre o que lhes seria servido durante o jantar. Esses documentos nos permitem conhecer as iguarias, a sucessão dos pratos, o serviço adotado” (Abrahão, 2021, p. 7).

<sup>19</sup> A utilização dos cardápios se populariza em diferentes espaços, contribuindo de certa forma no contexto histórico para identificar as práticas alimentares de diferentes grupos sociais e locais, uma vez que “Os menus são confeccionados para uma ação imediata [...] servir como suporte para apresentação dos pratos de uma refeição” (Abrahão, 2021, p. 7).

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

obra dividiu em dois tipos: os vegetarianos e os frugívoros. Além disso, os cardápios foram organizados de acordo para cada mês do ano, e cada dia da semana, em duas refeições ao dia, o almoço e o jantar.

No que se refere às estruturas e regras dos cardápios vegetarianos, normalmente o autor priorizava de (05) cinco a (06) seis receitas por refeição, a maioria eram de pratos salgados, enquanto uma era destinada às receitas doces ou frugívoras, como uma espécie de sobremesa, além disso, poderia ocorrer de ser inserida alguma bebida, como o café e o chá. Castro Perdigão também criou um cardápio que contempla a alimentação frugívora. Vale mencionar, que as iguarias relacionadas nos menus, correspondem as receitas elaboradas na presente obra.

Dessa maneira, acredita-se que a criação dos cardápios tinha como um dos objetivos, persuadir e facilitar o processo de adesão das pessoas a alimentação vegetariana. Sendo assim, esse tópico da obra nos leva a refletir acerca da possibilidade de indivíduos ou grupos ao terem contato com o livro “O que se deve comer”, utilizar essa prática alimentar a partir dos menus elaborados por Domingos Perdigão.

### *Conclusão*

Tendo em vista os resultados apresentados para a pesquisa, os objetivos foram alcançados. Ao analisar a obra “O que se deve comer: Adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros”, de Domingos de Castro Perdigão, foi possível obter informações sobre a base alimentar vegetariana no estado do Maranhão. Essa obra pode ser considerada singular por, supostamente, ser a primeira que trata da questão do vegetarianismo no Maranhão.

O regime alimentar vegetariano no livro, abarca as regras alimentares que devem ser seguidas, a exemplo do que poderia ou não ser consumido, além das possíveis substituições de produtos acessíveis à população, para seguir uma dieta vegetariana. Perdigão ressalta a importância da alimentação vegetariana adaptada a oferta de gêneros alimentícios regionais, assim como os benefícios nutricionais na dietética. Dessa forma, as receitas culinárias de Domingos de Castro

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Perdigão eram possíveis de execução, sem muita dificuldade para adquirir os ingredientes.

Em relação as receitas culinárias e menus, foram elaboradas mais de 200 receitas, divididas em “receitas vegetarianas”, “receitas doces” e “receitas frugívoras”. Constatou-se por meio do conteúdo das iguarias, que Perdigão descrevia os receituários por meio de textos corridos, ou seja, para identificar ingredientes e até mesmo utensílios e instrumentos de cozinha, pesos e medidas, será necessário realizar toda a leitura da receita. Acerca dos menus são divididos entre vegetarianos e frugívoros. A sua organização segue os meses do ano e os dias da semana, almoço e jantar.

Os resultados do presente trabalho contribuem para o estudo da História da Alimentação no Maranhão, no início do século XX, sobretudo em assuntos que abrangem a base discursiva da dieta vegetariana. Para além disso, futuras pesquisas poderão ampliar a compreensão acerca desse estudo no campo da História.

### **Referências:**

ABONIZIO, Juliana. Conflitos à mesa: vegetarianos, consumo e identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 115-136, 2016.

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **História da alimentação**: cadernos de receitas e práticas alimentares, Campinas 1860-1940. Campinas: Pontes Editores e IHGGC, 2018.

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Menus e Cardápios: os impressos efêmeros e a pesquisa em História da Alimentação. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, 2021.

ÁVILA, Guilherme Augusto de; CERQUEIRA, Daniel L.; NETO, Joaquim Santos. O violão oitocentista nos álbuns da Família Perdigão. **Revista Vórtex**, v. 8, n. 3, p. 1.17-1.17, 2020.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

BRAGA, Isabel Drumond. **Das origens do vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa (1876-1940), o "apóstolo verde"**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.

COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA, José Carlos Aragão. "O que se deve comer, adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros": primeiro centenário de publicação da obra de Domingos de Castro Perdigão. **Terra de Pretos**, Codó, v. 1, n. 01, p. 85–99 jan./jun. 2020.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 5, p. 9-91, 1997.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve comer**: adaptação do sistema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros. Maranhão: J. Pires & Cia., 1918.

REIS, José Eduardo. Os médicos de O Vegetariano. **Alimentopia**, Porto, 1. ed., n. 6, novembro 2019.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. **História: questões & debates**, v. 54, n. 1, 2011.

Fontes Hemerográficas

A CASA Portuense Grande n. 82. E a que mais barato vende, porém a dinheiro. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVII, n. 2, 2 de jan. 1917.

DE UTILIDADE Geral. O mamoeiro. **O Bloco**, Caxias, ano I, n. 15, 23 fev. 1917.

EXPOSIÇÃO de frutas. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVIII, n. 15, 17 jan. 1918.

OS Cafés. BATATAS e cebolas. QUEIJO Holandês. AZEITE doce. **Diário do Maranhão**, S. Luiz, ano XLII, n. 11257, 2 jan. 1911.

O ANO agrícola. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVII, n. 1, 1 jan. 917.

O VALOR nutritivo das bananas. O que dizem médicos notáveis. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVII, n. 5, 5 de jan. 1917.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

PROF. Domingos Perdigão. **Pacotilha**, S. Luiz, ano XLVIII, n. 6, 7 jan. 1929.

VENDE-SE barato. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVI, n. 157, 6 jul. 1916.

**MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E DOENÇA: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DA HANSENÍASE<sup>1</sup>**

Gabriel Rocha da Silva<sup>2</sup>  
Marcelo de Sousa Neto<sup>3</sup>

**Introdução**

O presente artigo tem como objetivo apontar possibilidades teóricas do conceito de memória em pesquisa de História voltada aos aspectos socioculturais da hanseníase na cidade de Teresina-PI, no final do século XX. Dessa forma, metodologicamente, configura-se como uma pesquisa bibliográfica por se tratar de uma análise articulada através da leitura de teóricos sobre memória e apoia-se na metodologia da história oral, vinculada com a historiografia referente à trajetória da hanseníase. Então, apresenta-se, através dessa relação, as possibilidades de utilização de entrevistas como forma de articular uma pesquisa em História.

Por isso, foram utilizados como suporte bibliográfico, autores que discutiram sobre memória ao longo do século XX e como esse conceito foi se delineando a partir dessas contribuições e ampliações nas discussões. Posteriormente, selecionou-se o texto de Valtéria Alvarenga

---

<sup>1</sup> O texto é oriundo de pesquisa de mestrado que possuiu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Uma primeira versão do texto foi apresentada no 3º Encontro Internacional História & Parcerias.

<sup>2</sup> Mestre em História do Brasil – UFPI. Email: gabrielr5431@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em História - UFPE, Professor Associado – UESPI e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

(2013), por se tratar de uma pesquisa oriunda de tese de doutoramento que discute os aspectos socioculturais relacionados à doença no Piauí.

### **Breves considerações teóricas sobre memória**

Partindo de discussões clássicas sobre os estudos da memória do início do século XX, tem-se como uma das principais referências teóricas Maurice Halbwachs (2006) e as contribuições referentes ao que ele denomina de memória individual e memória coletiva. De acordo com sua perspectiva, a memória é amparada pela sociedade de modo a se transformar em memória coletiva, de maneira natural, através dos saberes repassados com as tradições que afetam esses sujeitos individualmente.

Quanto à História, esta possui um sentido acima da memória, pois é a ciência que problematiza essas memórias a partir da escrita. Halbwachs (2006), sem dúvidas, constituiu-se como referência obrigatória para o desenvolvimento desses conceitos. Não à toa, todos que vieram após ele, mesmo que para criticá-lo, tiveram que perpassar por sua obra para que pudessem tecer suas considerações. Mas, para além disso, é preciso também apontar os aspectos problemáticos dessa concepção.

Ainda que o autor fale em memória no âmbito individual, esta não pode ser confundida com uma memória de características específicas dos sujeitos. Tal fato se deve porque, consoante a sua abordagem, as particularidades dos sujeitos estão relacionadas em uma estrutura, ou seja, ao aspecto de grupos sociais, não abrindo espaço para as singularidades. Nesse sentido, em Halbwachs (2006), a ideia de memória se aproxima mais de uma tentativa de coesão social, por meio da padronização, e não propriamente da identificação de rupturas, controvérsias e questionamentos.

Devido a esses fatores, pode-se entender algumas críticas que foram estabelecidas em virtude de tais pontos de vista, sendo possível citar como uma intelectual que critica essa perspectiva a filósofa Jeanne



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Gagnebin (1998, 2006). A autora não coaduna com essas concepções por entender os sujeitos com base em suas especificidades. Dessa forma, para ela, o conhecimento de memória coletiva é problemático, por possuir um sentido próximo ao da naturalização desta e por padronizar os sujeitos ao não os considerar de forma descentrada.

Ampliando o conceito, pode-se citar os entendimentos produzidos por Michael Pollak (1989) que aponta outras possibilidades sobre as concepções apresentadas por Halbwachs (2006). Dessa forma, é exposta a percepção de memória enquadrada como um termo mais adequado do que memória coletiva. De acordo com esse olhar, a memória busca, em uma perspectiva construtivista, os problemas decorrentes da compreensão de uma memória coletiva, indicando o caráter destruidor e opressor da uniformidade das memórias.

Nesse sentido, Michael Pollak (1989) denomina as memórias que são silenciadas como subterrâneas, as quais são afloradas em momentos de crise, em detrimento daquelas que possuem sentido apenas de continuidade e estabilidade. Sendo assim, o próprio silêncio não conduz obrigatoriamente ao esquecimento, mas também se constitui como forma de resistência. Logo, enquanto Halbwachs (2006) enxerga mais continuidades que rupturas, Pollak (1989) busca mostrar a dimensão da memória como forma mais íntima e, ainda que também haja, em certa medida, a percepção de coletividade, por meio do enquadramento, essa ideia é ampliada em relação à perspectiva anterior de memória coletiva.

Dito isso, percebe-se que o sentido de memória vai além da compreensão pelo senso comum como algo associado meramente a lembrança. Assim, mais que isso, outras variáveis entram em questão, como o silêncio e o esquecimento, que são decorrentes de diferentes fatores que afetam a memória dos sujeitos. Dessa maneira, a memória se associa a elaboração ou construção do sujeito no presente ao rememorar algo do passado, de modo que as memórias não são exatas, pois dependem das subjetividades e das questões específicas do indivíduo.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Em meio a essas discussões, cabe destacar Pierre Nora (1993), especialmente sobre suas contribuições entre a diferença de História, memória e a problemática dos lugares. Para ele, a memória corresponde a experiências vividas e/ou compartilhadas que se atualizam de acordo com o contexto (presente), e está sujeita a deformações no decorrer do tempo, como os esquecimentos. Por outro lado, a História revela-se como a ordenação de acontecimentos a partir de questionamentos e problematizações que são formuladas pelo historiador conforme as fontes de pesquisa. Nora (1993) retoma o sentido de memória coletiva de Halbwachs, também ampliando o conceito, especialmente no que diz respeito à História, que para o autor possui a dimensão oposta à da memória.

Assim, as memórias, ao serem constituídas de lembranças vagas, através de um passado lembrado pelos sujeitos, podem ser objeto de manipulação tanto daquele que rememora como também do próprio historiador ao utilizar essas memórias como fontes de pesquisa.

No que diz respeito à noção de lugar de memória retratada por Nora (1993), identifica-se como algo além de um espaço físico, que é definido através de três aspectos (material, simbólico e funcional). A partir deles é possível pensar o conceito, não somente como algo material, mas junto à noção simbólica e funcional, de modo que é aberto para interpretações de diversas demandas sociais de diferentes grupos e sujeitos, que atualizam esses lugares de acordo com o contexto do presente. Então, com base nessa ideia, não se entende memória como algo sacralizado, mas dinâmico, através de questões atuais que ressignificam os sentidos do passado.

Destarte, a noção de memória é constituída conforme o ambiente inserido e as relações deste para com seus pares, uma construção individualizada segundo as condições do agora. Por outro lado, a História, a partir da perspectiva de Nora (1993), se configura como uma construção intencional, interessada, que é resultante de uma pergunta ou problematização formulada no presente sobre o passado. Em outras

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

palavras, é a reconstrução a partir de problemáticas de algo que não existe mais, no sentido de que a memória, ao ser fixada na escrita histórica, deixa de ser memória. Quanto a isso, o autor faz a distinção entre a noção de memória verdadeira, associada aos gestos e hábitos individuais, e memória transformada, que é quando passa pela intervenção dos historiadores, ou seja, de maneira não natural, induzida, pois desnatura a memória verdadeira.

De forma semelhante, guardadas as devidas proporções, Jacy Seixas (2004) articula sobre as noções de memória voluntária e involuntária. Partindo da perspectiva como historiadora, apresenta a historicização sobre o olhar da memória diante das múltiplas abordagens e como ela foi pensada e executada por diferentes sujeitos e de formas abrangentes. Nesse intento, enquanto a memória voluntária representaria o sentido artificial, a memória involuntária se constituiria naturalmente, mais vinculada às sensibilidades e aos aspectos afetivos. Assim, apesar de mostrar um entendimento oposto de forma didática, cabe destacar que ambas são faces de uma mesma moeda e devem ser entendidas através de suas dimensões e não como se fossem totalmente distintas.

Na mesma linha de pensamento, Meneses (1992) expõe a noção de memória atrelada ao processo de construção e reconstrução, demonstrando o caráter fluido e mutável. Ora, se diz respeito ao presente, a depender do contexto em que determinada situação foi rememorada, o conhecimento sobre aquela circunstância também vai ser diferente, pois não pode ser fixado como algo definido universalmente, por estar em constante mudança.

E, por isso, a memória não pode dar conta de um passado em sua totalidade, pois vai depender das condições de existência dos sujeitos e da perspectiva de quem vivencia determinado acontecimento. Nesse processo, também há, além das rememorações dependentes do presente, outros aspectos, como os esquecimentos e os silenciamentos. Assim, diante de diferentes entendimentos sobre a noção de memória, cabe

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

destacar também a metodologia da história oral como uma alternativa para a operacionalização das memórias em uma pesquisa de cunho histórico.

### **História oral: possibilidades de uso**

Pollak (1989) apresenta a importância da história oral como forma de analisar os excluídos, marginalizados e membros de grupos considerados minoritários, permitindo a associação com as memórias subterrâneas que, ao serem integradas pelo historiador, possibilitam problematizar condições sacralizadas pela memória oficial.

Dessa forma, percebe-se a importância da metodologia, pois ela permite, através do uso da memória, discutir situações de grupos ou até mesmo de sujeitos que possuem essas memórias ainda em caráter silencioso, mas que estão prestes a submergir, e, desse modo, viabiliza a problematização de condições antes sacralizadas por meio da memória e dos discursos oficiais.

Assim, a história oral a partir da operacionalização das memórias por meio de uma escuta interessada e, posteriormente, com o fim das entrevistas, estas passam de narrativas orais para escritas, constituindo-se a produção de fontes. Nesse sentido, entende-se que há a “fixação” da memória no momento em que o historiador entrevista e transcreve o que foi narrado oralmente, pois, como mencionado anteriormente, as memórias dependem das subjetivações decorrentes das questões do presente, convergindo com o que o literato Italo Calvino colocou em seu livro: “As margens da memória, uma vez fixadas com palavras, cancelam-se” (Calvino, 1990, p. 82).

Por isso, não há o que se falar em “resgate da memória” ou até mesmo, como já explanado, em “resgate histórico”, pois tais termos representam uma racionalização e uma naturalização de que os sujeitos estão inertes no tempo e que não se complexificam a partir das

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

experiências vividas. Mas, como foi visto ao longo das discussões sobre memória, e também é exposto por Calvino (1990), o conceito está intrinsecamente relacionado ao presente e às condições de existência do sujeito na contemporaneidade.

Então, de acordo com o entendimento dessas subjetividades, torna-se viável produzir entrevistas para a operacionalização dessas memórias e a utilização em pesquisas. Dessa forma, o historiador constrói a fonte, e deve analisá-la com rigor semelhante a qualquer outra, mas, claro, considerando as especificidades das teorias referentes à memória e da própria metodologia, afinal, história oral vai para além do que simples entrevistas e não podem ser considerados somente os procedimentos técnicos para sua execução. Sendo assim, é importante ter certos cuidados ao tratar as entrevistas, considerando que aquelas memórias apresentadas por meio da oralidade resultam das subjetividades próprias dos participantes, atravessadas pela própria subjetividade de quem entrevista e produz a narrativa histórica.

Inclusive, Janaína Amado (1995) mostrou isso, ao relatar um ocorrido com ela própria quando foi entrevistar um sujeito para a sua pesquisa. O participante respondeu satisfatoriamente todas as questões que foram levantadas com riqueza de detalhes, porém, quando a autora foi analisar a entrevista à luz de outras fontes, verificou que a narrativa era mentirosa, o que resultou em suas reflexões sobre como essa condição tornou-se possível.

Isso ocorre por causa das condições em que os sujeitos estão inseridos. Nesse caso, a entrevista não é produtora de uma verdade absoluta, mesmo que seja com sujeitos que de fato foram testemunhas oculares do acontecimento, não representa que o narrado corresponda ao que efetivamente aconteceu devido aos variados pontos de vista e prováveis conclusões que diferentes indivíduos podem ter diante de um mesmo fato.

É nesse sentido que há a necessidade de entender os usos e abusos dessa metodologia, como já alertava o título da obra de Amado e Ferreira

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

(2006), *Usos e abusos da história oral*, pois, ao mesmo tempo que ela é importante, sobretudo relacionada com as compreensões sobre memória, por outro lado, se não houver certos cuidados, o historiador pode deixar-se por considerar os relatos como se fossem corretos em si mesmos, ou até esquecer de articular os procedimentos técnicos com as contribuições teóricas de diferentes intelectuais. Logo, é cabível relacionar com diversas fontes históricas e entender as subjetividades que permitiram aquela oralidade da forma como foi exposta, a fim de questionar e problematizar o objeto de estudo.

Diante disso, de acordo com as questões teóricas e metodológicas do uso das memórias e da operacionalização no momento da construção das narrativas, no próximo tópico serão retratados os possíveis usos dessas abordagens em uma pesquisa de História com o objeto de estudo sobre os aspectos socioculturais relacionados à hanseníase em Teresina no final do século XX, descrevendo como essas noções já foram debatidas e como podem ser utilizadas considerando os aspectos descritos neste artigo.

### **Conceitos na prática**

Como explica Seixas (2004, p. 38): “Em uma palavra, muito se fala e se pratica a ‘memória’ histórica – o *boom* atual da história oral e das biografias e autobiografias é, nesse sentido, bastante expressivo –, mas pouquíssimo se reflete sobre ela”. A partir dessa compreensão, percebe-se a importância de discutir sobre as possibilidades da utilização da memória em uma pesquisa de História, sobretudo, naquelas voltadas para questões contemporâneas, como a permanência da hanseníase como problema de saúde pública.

Tendo isto posto, entende-se que a crítica de Seixas (2006) recai sobre a utilização da história oral sem considerar as variadas postulações teóricas referentes à memória, como as apresentadas no início deste artigo. Assim, para a autora, é necessário articular essas discussões para

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

ampliar as possibilidades e melhor desenvolver os conceitos de memória durante as reflexões na operação da escrita.

Considerando como objeto de estudo em História os aspectos socioculturais relacionados à trajetória da hanseníase em Teresina nas últimas décadas do século XX, identifica-se que os conceitos relativos à memória podem ser relevantes à medida que permitem associar o passado através da produção de fontes por meio da utilização da metodologia da história oral, relacionando com as diferentes formas que a doença afetou os sujeitos, bem como a perspectiva dos profissionais de saúde que atuaram nesse período.

O enfoque neste tópico se dará acerca da pesquisa oriunda de tese de doutoramento que discute os aspectos socioculturais relacionados à doença no Piauí, a obra de Valtéria Alvarenga (2013)<sup>4</sup>. Diante disso, verifica-se como o conceito de memória foi abordado pela autora e como tais compreensões podem ser ampliadas como forma de preencher as lacunas historiográficas existentes. Apesar da autora ter como alvo as políticas de segregação social dos acometidos pela doença, não restringe seu objeto a esses aspectos.

Assim, tem como ponto de partida a investigação da situação médico-sanitária nacional e relaciona-a com os aspectos específicos no Piauí. Somado a isso, as discussões versam sobre a primeira metade do século XX, período de fortalecimento do poder federal e das políticas de combate à doença. Dessa forma, os debates possuem articulação com o sentido estrutural, pois insere as discussões sobre a trajetória da doença tanto de modo nacional como regional.

Apesar de utilizar entrevistas no terceiro capítulo, é no quarto que tanto a discussão sobre memória, quanto as análises das entrevistas entram em destaque. Assim, a autora tem como objetivo analisar as permanências e as mudanças ocorridas no cotidiano daqueles que foram acometidos pela doença e que ainda residiam ou que tinham vivido na

---

<sup>4</sup> Como referência foi utilizada a versão publicada em formato de livro.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Colônia do Carpina, único leprosário do Piauí, localizado na cidade de Parnaíba. A pesquisadora entrevista ex-internos e estabelece como a memória se constituiu sobre a condição em que eles foram submetidos, bem como a forma que lidam com essas questões diante do desmantelamento dessa política pública.

Metodologicamente, utilizou um roteiro como suporte para as entrevistas, mas, segundo ela, prevaleceu a manifestação voluntária dos sujeitos. Após transcritas as entrevistas, teve como referência o artigo de Castro e Watanabe (1994) que discute a noção de memória em idosos que foram acometidos pela doença. Procurando, assim, os “núcleos de sentidos que compõem a comunicação e cuja presença e frequência podem ter significado para o objetivo analítico escolhido” (ALVARENGA, 2013, p. 273).

Quanto à análise das entrevistas, a autora chama a atenção para o caráter estrutural presente na fala dos sujeitos, ainda que falem de si, mas atribuindo o sentido coletivo como o núcleo central, constituindo-se a memória social. Porém, para além disso, enfatiza o caráter complexo dos narradores, uma vez que não se pode pensar os entrevistados como uma trajetória linear e coerente de vida, mas “pluralidades que assumiram mesmo quando se encontravam isolados” (ALVARENGA, 2013, p. 275).

É interessante observar essa relação de complexidade, uma vez que os sujeitos ao mesmo tempo que apresentam características plurais, sobretudo quando se refere à desaprovação de comportamento de outros sujeitos, ainda assim se enquadram dentro do coletivo, sobretudo quando se refere à reivindicação de direitos. Diante disso, a autora considera que:

Toda memória é social na sua produção e por isso pode ser partilhada entre os membros de diferentes grupos humanos, embora, seja também bastante comum nos tempos modernos entender que o caráter



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

social desse fenômeno não inviabiliza a sua constituição idiossincrática, uma vez que a materialização da mesma acontece nas lembranças individuais (ALVARENGA, 2013, p. 276).

De acordo com essa perspectiva, mesmo que sejam apresentadas por indivíduos, as narrativas possuem um sentido cultural comum. Em meio a essa discussão, a autora utiliza referência convergente à anunciada na primeira parte deste texto, Halbwachs (2006), mas não abordando um contexto linear. Ao contrário, apesar das narrativas estarem integradas a um sentido de estruturas, ainda assim não se constrói de modo a apagar as diferenças ou as reivindicações do grupo, pois o sentido coletivo se dá quando os sujeitos identificam que precisam se unir para a conquista de ganhos sociais.

Dessa maneira, é utilizada a noção de enquadramento da memória de Pollak (1989) no sentido de relação através de aspectos em comum, como a Colônia, que contribui para o fortalecimento do sentido de identidade, especialmente no contexto de lutas por pensões para os acometidos. Nesse ínterim, outro conceito que a autora articula é o de lugar de memória de Nora (1993) em relação a essas instituições (leprosários) como locais de cristalização das memórias da vida daqueles que residiram ali.

Após se identificar a forma como Alvarenga (2013) trabalhou sobre memória em sua obra, cabe destacar possibilidades de ampliação dessas discussões sobre a memória e a trajetória da hanseníase. Assim, no Piauí, por se tratar de um estado que está entre os que possuem maiores indicadores de incidência da doença, é possível desenvolver reflexões específicas em diferentes municípios com altos índices.

Diante de tal contexto de crescimento de casos no final do século XX, a capital do estado, Teresina, apresenta-se como um cenário possível para o desenvolvimento de uma pesquisa com esse intento. Conforme a reportagem do jornal O Dia (1994), a cidade registrou entre 1992 e 1993

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

uma incidência de 43 infectados a cada 100 mil habitantes. Levando em consideração que para uma área ser considerada de alto endemicidade era necessário que fossem identificados 10 casos para cada 100 mil habitantes, nota-se que Teresina constituía-se uma área hiperendêmica. Portanto, uma região de alto risco, o que contribuiu para uma maior preocupação das autoridades de saúde (Lima, 1994).

A capital do Piauí, tendo este cenário histórico dos casos da doença, possui instituições referências no tratamento dos acometidos pela doença: a Clínica Dermatológica do Hospital Getúlio Vargas, sob responsabilidade do governo estadual e o Centro Maria Imaculada, vinculado à Ação Social Arquidiocesana. Assim, enquanto Alvarenga (2013) foca em um período onde não havia tratamentos eficientes para combater a doença, na segunda metade do século XX, sobretudo as últimas décadas, essa condição altera-se a partir da constatação da ineficiência do isolamento compulsório, e com a adesão do tratamento ambulatorial, especialmente a partir da portaria de 1976.

Soma-se a isso a criação, na década de 1980, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), cujo objetivo é contribuir para a manutenção desses debates e intervenções federais, bem como promover a reintegração das pessoas acometidas pela doença. Logo, a partir dessas diferenciações entre as formas de controlar a doença, tal como o contexto sociocultural e das mudanças de nomenclatura, permite que seja traçada uma análise sobre a trajetória da doença e dos acometidos pela doença nessa nova fase, de redefinição política do controle da endemia.

Dessa forma, pode-se utilizar, através das referências da metodologia da história oral, somadas às teorias destacadas ao longo do texto sobre memória no sentido de construção e elaboração do passado a partir do presente, novas reflexões sobre a problemática relacionada aos aspectos socioculturais da doença e a permanência da endemia como questão de saúde pública, sobretudo as considerações sociológicas acerca da memória de Halbwachs (2006) e Pollak (1988), de historiadores

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

como Nora (1993) e Seixas (2004), além das demais referências apresentadas, como Meneses (1992), sobre a questão das narrativas, traumas e a construção da memória, dentre outras possibilidades referenciais, destacando não só os pontos de interseção e de ampliação que essas referências apresentam, como também os aspectos discordantes entre eles, o que fortalece a narrativa produzida.

Outras dimensões podem ser mais enfatizadas nessa discussão a fim de ampliar os debates, como o enfoque maior na questão afetiva relacionada à condição de determinados sujeitos ao receberem o diagnóstico positivo para hanseníase. Assim, como Seixas (2004) já alertava:

A historiografia em seus caminhos tem enfatizado o lado “interessado” e mesmo utilitário da memória (a memória entendida como reconstrução, apropriação e/ou manipulação do passado), mas deixa de lado seu compromisso espontâneo e muitas vezes não consciente com a ação, inscrito em seu próprio movimento (SEIXAS, 2004, p. 53).

Por isso, tem-se como possibilidade de focar em outros aspectos além da integração dos sujeitos em relação às políticas públicas. Inclusive, entrevistas com diferentes sujeitos com olhares distintos podem contribuir para o debate não só dos acometidos pela doença, mas, entre eles, tanto aqueles que estiveram ligados ao Morhan como aqueles que não tiveram contato com o movimento. Somado a isso, os trabalhadores da saúde e como eles perceberam e atuaram no desenrolar dessas novas formas de controlar a enfermidade.

Isto posto, outro conceito que pode ser utilizado articuladamente são as noções sobre cidade para além de uma perspectiva meramente geográfica. Uma vez que se trata de possibilidades de pesquisas em Teresina, pode-se relacionar como os sujeitos foram afetados e como essas relações se davam na capital do estado, considerando a definição

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

de cidade como espaço de dimensões socioculturais e de práticas dos sujeitos.

Nesse sentido, entende-se essas concepções de espaço aos moldes definidos por Certeau (1990), que os define como lugares praticados por diferentes sujeitos e a forma como estes são consumidos por eles através das táticas. Além disso, a relação dessas práticas na cidade em articulação com o momento de modernização e higienização desses lugares por meio da ampliação dos espaços urbanos na segunda metade do século XX possibilitam a articulação entre esses conceitos e as discussões apresentadas ao longo desse texto.

### **Considerações Finais**

O artigo teve como objetivo pensar as possibilidades teóricas do uso da memória em uma pesquisa de História voltada para os aspectos socioculturais da hanseníase na cidade de Teresina nas últimas décadas do século XX. Para isso, inicialmente, partiu-se de teorias e conceituações sobre os diferentes usos da memória, relacionando pontos de convergência e discordância entre os autores. Posteriormente, atrelou-se o entendimento de memória como construção interessada e a metodologia da história oral, chamando atenção para o caráter necessário das discussões teóricas sobre memória durante a utilização dessa metodologia para que ela não se torne meramente técnica.

Logo após, foi dada ênfase ao trabalho de Alvarenga (2013). A partir da exposição de como a autora analisa as entrevistas e a discussões sobre memória, foram apresentadas outras possibilidades do uso desses conceitos em uma pesquisa que tenha como objeto de estudo a enfermidade.

Ao final do texto percebe-se que as discussões não se esgotam e devem ser relacionadas tanto com a ampliação do objeto de estudo a partir de novas problematizações, como com a necessidade de articular

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

essas questões associando com as questões teóricas sobre memória e história oral, abrindo, a partir dessas relações, possibilidades para diferentes reflexões.

### Referências

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. **Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí**. Teresina: Edufpi, 2013.

AMADO, Janaina. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em:

[https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [*Le citttà invisibili*, 1972].

CASTRO, Selma Munhoz Sanches de; WATANABE, Helena Akemi Wada. Isolamento compulsório de portadores de hanseníase: memória de idosos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 449-487, abr.-jun. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4sNQpc57ZvTZGcFDS954dqN/#>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1990.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, p. 213- 221, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147/8178>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Francisco Ferreira. Hanseníase se alastra e faz mais vítimas no Piauí. **O Dia**. Teresina-PI, sexta-feira, 28 de janeiro de 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 12 dez. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 jan. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. *In*: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.

**“AS MÃOS NA ARTE E OS PÉS NA TERRA”:  
ARTE-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PROJETO  
CIDADE SUSTENTÁVEL: EDUCAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE  
EM POMBOS/PE.**

Claudenice Maria Silva de Santana<sup>1</sup>

Thiago Nunes Soares<sup>2</sup>

## **Introdução**

Este texto é o resultado do TCC desenvolvido no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPE em 2022, que tem como objetivo analisar o processo formativo presente no Projeto Cidade Sustentável: Educação para o Meio Ambiente, especialmente, da metodologia Quem sou eu? Quem somos nós? E da prática da arte-educação, com base na concepção de ensino de arte como conhecimento, proposto pela Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa.

Trata-se de um estudo exploratório e no percurso metodológico adotamos a análise documental e uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, que para compreender melhor a complexidade do fenômeno a ser estudado na pesquisa, optamos por combinar duas ou mais abordagens metodológicas.

Buscamos entender como o uso dessa prática pedagógica no processo de formação pode contribuir na construção da identidade do indivíduo e na mudança social. Para tal, partimos do entendimento de educação no sentido mais amplo trazido por Maria da Glória Gohn, que

---

<sup>1</sup> Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [clauestudos27@gmail.com](mailto:clauestudos27@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) – *Campus Mata Norte*. E-mail: [thiago.nsoares@upe.br](mailto:thiago.nsoares@upe.br).



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

o situa no campo da educação não formal e a conceitua como sendo “aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p.16).

Ainda segundo Gohm, foi no início dos anos 2000 que a expressão educação não formal se espalhou em ONGs e outras instituições como Sesc e Senac passaram a utilizá-la no campo da atuação junto a comunidades variadas, principalmente associada à promoção da cidadania e inclusão social. A autora também diz que a educação não formal forma os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo e tem como finalidade “abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo”. (GOHN, 2010, p.19).

### **Desenvolvimento**

Ao levarmos esses aspectos em consideração, analisaremos o processo formativo implementado no projeto Cidade Sustentável: Educação para o Meio Ambiente. Ele está intrinsecamente ligado a trajetória de fundação da instituição Geração Futuro. Tudo começou no início dos nos anos 2000, quando um grupo de jovens oriundos de municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco participou de um curso de Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs), ofertado pelo Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA, localizado na cidade de Glória do Goitá. Esse curso tinha como fundamento o protagonismo juvenil, com ênfase nas vocações dos jovens, fomentando sua atuação como agentes de mudanças sociais em suas comunidades.

Nesse momento, esses alunos vivenciaram a prática da metodologia Quem sou eu? Quem somos nos? Como ferramenta de construção da identidade e pertencimento, desenvolvida pela professora

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Maria Eugênia Viveiros Milet. A diretora da ONG, Suely Silva, em entrevista diz que:

A metodologia “Quem sou eu? Quem somos nós?” Presume a condição do sujeito como protagonista da ação transformadora, a partir da busca pessoal de sua identidade, sua relação com a família, escola e sociedade, identificando e buscando soluções para os problemas sociais, num ambiente participativo, dinâmico e lúdico, inspirado na educação popular e na arte-educação transformadora.

Essa formação impactou os alunos de tal forma que resultou em um segundo curso, sendo que dessa vez em Agentes de Desenvolvimento de Arte e Cultura (ADACs), e nessa preparação tiveram acesso à arte-educação, enquanto ferramenta de construção do conhecimento e da transformação social. Ao concluírem o curso e se voltarem ao contexto social e econômico de sua comunidade, cinco jovens da Cidade de Pombos/PE, inconformados com o que viram, decidiram fundar uma instituição que pudesse ajudar outros jovens a desenvolver as potencialidades do seu território.

Dessa forma, nasceu em 2005, a Geração Futuro, instituição responsável pela execução do Projeto Cidade Sustentável: Educação para o Meio Ambiente. Esse projeto tem como público alvo crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, que receberam uma formação para atuarem como Agentes de Desenvolvimento Ambiental, aptos a fomentar um processo permanente de cuidado com as questões ambientais locais, que promovam ações para evitar o esgotamento dos recursos ambientais e garanta a permanência das gerações futuras no território.

Entendemos ser importante, no campo educacional, o desenvolvimento de pesquisas e a sistematização de conhecimentos sobre o processo formativo de jovens originados a partir da análise e

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

reflexão do e no cotidiano de suas ações em espaços não formais de educação. Percebemos que, cada vez mais, esses ambientes constituem-se em um espaço formativo que precisa ser consolidado e integrado. Recorremos ao conceito de formação a partir dos estudos de Marcelo Garcia (1999), que se refere à formação como um conjunto de experiências vividas que permitem com que a identidade seja reconstruída dentro de seu cotidiano.

Freire nos diz que a construção de um espaço formativo efetivo tem como preceitos basilares o diálogo:

O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático<sup>53</sup> do povo ou o conjunto de seus temas geradores. Esta investigação implica, necessariamente, numa metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos. (FREIRE, 1987, p. 50)

É nesse contexto de construção democrática que se propõe a atuar o Projeto Cidade Sustentável: Educação para o Meio Ambiente, ao adotar a arte-educação no seu processo formativo, busca formar as crianças e adolescentes atendidos pelo projeto para transformação social como afirma Freire, “as pessoas devem envolver-se nos processos formadores da própria história, construindo-a com as próprias mãos” (2003, p. 13). E conclui:

Quanto mais as pessoas participarem do processo de sua própria educação, maior será sua participação no processo de definir que tipo de produção produzir, e para que e por

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

que, e maior será também sua participação no seu próprio desenvolvimento. Quanto mais as pessoas se tornarem elas mesmas, melhor será a democracia (HORTON; FREIRE, 2003, p. 149).

Entretanto, é notório que a prática educativa de ensino de arte ainda se apoia na concepção de ensino como técnica, ou seja, supervalorização do produto artístico, desconsiderando o processo enquanto expressão e campo de conhecimento. A concepção de arte como conhecimento, a qual “valoriza tanto o produto artístico como os processos desencadeados no ensino de arte”, é o que vem sendo defendida por Barbosa (1975), desde a década de 1970.” (SILVA; ARAUJO, 2007, p. 15).

A arte está presente na sociedade desde a antiguidade, e foi usada para expressar o que vivenciavam na época, registrando nas paredes esboços e esquemas de acontecimentos do seu cotidiano. Com os avanços das sociedades a arte permaneceu atuante e refletindo seu tempo, o que permitiu aos indivíduos utiliza-la também como instrumento de transformação.

Contudo, no Brasil a introdução do ensino da arte nos espaços formais de educação aconteceu de forma pejorativa e carregada de preconceitos e muitos deles perduram até os dias atuais. Ana Mae Barbosa (1995) traça um panorama do ensino da arte no país do período colonial ao século ao XX e destaca que a arte foi utilizada como símbolo de distinção social e teve um longo percurso até chegar ao sistema de ensino em um formato de transformação social.

Para autora, a primeira tentativa de institucionalização do ensino da arte em nosso país aconteceu com a chegada da Missão Francesa, em 1816, trazendo consigo uma expedição de artistas europeus liderada por Le Breton para Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. Segundo Barbosa, essa expedição foi uma *invasão cultural de cunho elitista*

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

que foi ignorada pelos portugueses que aqui viviam, por conta da oposição política que havia entre Portugal e França.

Além das diferenças políticas, o que contribuiu para o declínio dessa iniciativa foi o “desencontro em relação às características estéticas presentes na arte brasileira daquele momento e da arte trazida pelos franceses”<sup>3</sup>. A arte francesa que chegou aqui estava “permeada pela frieza e intelectualismo”, enquanto o estilo barroco presente no Brasil já carregava traços nacionais, segundo (LEAL et al., 2019), pois:

Essa mudança de estilo fez com que as classes populares ficassem ainda mais distantes da Arte. A Missão Francesa que aqui chegou menosprezou os traços barrocos, até porque estes artistas eram de origem popular, além de serem considerados como simples artesãos e não como artistas. Logo, as manifestações neoclássicas trazidas pelos franceses só encontraram receptividade com a pequena burguesia e a Arte passou a ser produzida a serviço dos ideais aristocráticos e da monarquia. (LEAL et al., 2019, p. 4).

E assim a arte no Brasil foi conduzida, primeiro com o ensino do desenho que entre outras coisas atendia a formação de mão de obra para o trabalho na indústria. Foi na década de 1970 que a ela a Educação Artística se tornou componente obrigatório nos currículos de 1º e 2º

---

<sup>3</sup> LEAL, Débora Araújo; LIMA, Maiane Silva; ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz; FERNANDES, Alexsandra de Souza; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. **A arte no processo de ensino e aprendizagem**: olhares e representações a partir de uma pesquisa bibliográfica. Artigo publicado no VI Congresso Nacional de Educação. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-vi-conedu?page=7>>, acessado em 16 de out. de 2022.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

graus e na universidade nos cursos de Educação Artística e licenciatura em artes plásticas, criados em 1973.

Essa perspectiva começou a mudar no início do século XX, com a difusão do Modernismo, pois foi deslocada para o campo educacional a ideia de arte como expressão. Ainda segundo Barbosa (1995), foram as ideias de John Dewey, difundidas no Brasil por Nereo Sampaio que mais influenciou e impulsionou a arte-educação no Brasil através do método espontâneo-reflexivo para o ensino da arte. Segundo ela esse método consistia em “deixar a criança se expressar livremente, desenhando de memória e depois fazê-la analisar visualmente o objeto desenhado”.

Foi a partir do século XXI com o advento da tecnologia que a educação brasileira sofreu mudanças significativas e com ela novas formas de aprendizagens, pois essa nova sociedade requeria indivíduos integrados ao mundo globalizado com habilidades múltiplas. Esse contexto favoreceu o entendimento da arte enquanto campo formativo, precisando ser difundido e incrementado da educação.

A professora Ana Mae Barbosa (2003) destaca que a arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Ela evidencia ainda que a arte provoca diálogos a partir da vivência e o contato com meios diferenciados de linguagens. E conclui:

Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2003, p.18)

Além da arte-educação trabalhada enquanto construção do conhecimento se soma a ela a metodologia *Quem sou eu? Quem somos nós?* na formação dos jovens do projeto. Essa metodologia surgiu com

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Maria Eugênia Viveiros Milet, através de oficinas de artes com crianças de uma escola da periferia de Salvador, que tinha como objetivo a inclusão das artes no currículo, resultando no *Manual de Criatividade*.<sup>4</sup> E devido ao grande sucesso dessa experiência, outras parcerias surgiram como da Rede Estadual de Ensino e o do Projeto Axé, no qual desenvolveu várias peças com jovens do subúrbio de Salvador.

Dessas andanças exitosas surgiu o Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA)<sup>5</sup>, uma Organização Não Governamental (ONG) que se consolidou como um “centro de referência de educação através da arte”. E sua fundadora Milet define a trajetória do CRIA como marcada por:

interações dos seus participantes com diversas pessoas, grupos e instituições de Salvador e de outras cidades do Brasil e do mundo em que suas atividades de arte-educação propõem um modo de olhar para se chegar ao outro, potencializando os intensos e contatos criativos com jovens e

---

<sup>4</sup> Segundo a professora, esse Manual de Criatividade apresenta considerações práticas e filosóficas, metodologia e 257 atividades para orientar professores, coordenadores de grupo, para o desenvolvimento de um processo de educação através da arte.

<sup>5</sup> O CRIA tem como missão, por meio da arte-educação e do despertar da sensibilidade, provocar nas pessoas atitudes transformadoras de si e da sociedade em que vivem, de forma coletiva e comunitária. Isso se dá desde 1994, a partir de um trabalho de teatro com adolescentes baseado em propostas de arte-educação desenvolvido por Maria Eugênia Milet, sua fundadora. Disponível em <<http://blogdocria.blogspot.com/p/sobre-o-cria.html#:~:text=O%20CRIA-,O%20Centro%20de%20Refer%C3%Aancia%20Integral%20de%20Adolescentes%20tem%20como%20miss%C3%A3o,de%20forma%20coletiva%20e%20comunit%C3%A1ria>>, acessado em 05 nov. 2022.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

adultos, principalmente educadores e dinamizadores culturais, das classes populares. (2002, p. 48).

Essa metodologia extrapolou a Bahia, pois disseminando seu conhecimento chegou ao SERTA, em Glória do Goitá e, por último, na cidade de Pombos/PE. Essa aceitação aconteceu especialmente nos espaços não formais de educação, tendo em vista que “na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora da escola, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais” (GOHN, 2016, p. 17).

Enquanto, na educação formal, a autora pressupõe “ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentais definidos previamente, com corpo docente e metodologias de trabalho são previamente normatizados”. Assim, essa estrutura mais verticalizada tende a engessar o percurso e comprometer ações como o imprevisto e a espontaneidade.

Considerar o aluno em uma perspectiva mais ampla em seu processo de aprendizado, é um desafio para educação formal, pois ela requer tempo, local específico, normatização das formas de organização de vários tipos, sistematização sequencial das atividades, tempo de progressão, disciplinamento, regulamento e leis, órgãos superiores. (GOHN, 2016, p. 19), além de tudo é “metódica e, usualmente, divide-se por idade/classe de conhecimento”.

Pensar a metodologia Quem sou eu? Quem somos nós? A partir do uso da arte-educação no espaço formal de educação é “ir ao encontro desse povo emerso nos centros urbanos e emergindo já nos rurais e ajuda-los a inserir-se no processo criticamente” (FREIRE, 2011, p. 59), pois segundo ele, a educação não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força, mas com coragem para propor ao povo uma reflexão sobre si mesmo, seu tempo e suas responsabilidades.



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Nesse sentido, Cortella ressalta que a educação não deveria ser sinônimo de escola, uma vez que esta é parte daquela, pois “tudo o que se expande para além da formalização escolar é território educativo a ser operado” (2007, p. 47). Ademais se essa operação compartilhante na educação não formal pretende consolidar o processo participativo e plural necessário ao desenvolvimento de uma cidadania plena e pautada em uma consciência crítica da sociedade.

Desde então, a educação não formal tem construído seu caminho através da aproximação com o indivíduo em seu território, isso tem possibilitado criar laços de pertencimento e construção da identidade coletiva do grupo. Um outro dado relevante trazido por Milet, diz respeito a mensuração dos resultados, diferentemente do formal, os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do censo-comum nos indivíduos, sendo esse que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

Nela, podemos observar que a educação se dá em uma perspectiva muito mais ampla, que vai além do espaço físico da escola, porque a parceria com professores e famílias é fundamental para que os objetivos do projeto sejam alcançados. Dessa forma, os alunos ao concluírem os quatro módulos propostos pelo projeto se tornam Agentes de Desenvolvimento Ambiental. Isso implica em serem protagonistas na transição do município de Pombos para um lugar sustentável, a partir de uma metodologia que propõe discussões importantes, com elementos lúdicos e próximos da realidade dos estudantes

Esse projeto está pautado em algumas normativas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>6</sup>, o Plano Nacional de Educação

---

<sup>6</sup> Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/18069.htm>>, acessado em 22 jul. 2022.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

(PNE)<sup>7</sup>, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ao considerar seus pensamentos e necessidades, enquanto seres autônomos e de direitos. Assim como, se situa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>8</sup>, sobretudo, os objetivos: 03 – Saúde e Bem-estar; 04 - Educação de Qualidade; 10 - Reduzir a desigualdade; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 14 – Vida na Água; 15 – Vida Terrestre; 17 – Parcerias e meios de implementação.

Ainda no documento apresentado na concorrência pública, o Projeto Cidade Sustentável: Educação para o meio ambiente apresenta como objetivo “formar adolescentes das escolas públicas de Pombos em Agentes de Desenvolvimento Ambiental para contribuírem com o reflorestamento e arborização do seu território de atuação”. E como específicos; mobilizar os alunos, professores, funcionários da escola e comunidade para colaborarem com o processo de sustentabilidade ambiental; realizar diagnóstico participativo para identificação de oportunidades de restauração, arborização e reflorestamento do município e realizar arborização e reflorestamento de forma participativa envolvendo adolescentes da rede pública, professores e comunidade.

---

<sup>7</sup> O Plano Nacional de Educação com vigência de 2014 a 2024, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/>>, acessado em 22 jul. 2022.

<sup>8</sup> Os objetivos de desenvolvimento sustentável fazem parte da Agenda 2030, definida como um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. Agenda 2030 foi um compromisso global assumido em 2015 por 193 países, incluindo o Brasil. Para mais informações acessar <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>, acessado em 22 jul. 2022.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Com intuito de explicitar o processo formativo dos Agentes de Desenvolvimento Ambiental, destacaremos abaixo as quatro etapas que os alunos percorram no primeiro ano de execução do projeto, conforme documento do acervo da instituição:

- **Módulo 1 - Quem Sou Eu? Quem Somos Nós?** Neste módulo os adolescentes terão a oportunidade de se ver como do sujeito e protagonista da ação transformadora, a partir da busca pessoal de sua identidade, sua relação com a família, escola e sociedade, identificando e buscando soluções para os problemas sociais, num ambiente participativo e dinâmico.
- **Módulo 2 – Cidade Sustentável.** Neste módulo os adolescentes vão conhecer os conceitos e exemplos das cidades sustentáveis que são aquelas que adotam práticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da sua população, do desenvolvimento econômico local e que promovem a preservação do meio ambiente.
- **Módulo 3 – Semear.** Busca estimular os adolescentes fazerem o planejando a transição do município para a sustentabilidade, discorre sobre as diferentes formas de planejar a gestão ambiental no município com vistas à sua sustentabilidade. Apresenta as diferentes possibilidades de planejamento, considerando o ambiente externo e interno ao município. Além disso, aborda a necessária mobilização dos diversos segmentos sociais da municipalidade e a gestão dos conflitos decorrentes de interesses divergentes, enfatizando o papel desempenhado pela comunicação e educação ambiental neste processo. Além disso, amplia a percepção do que são recursos e onde encontrá-los, considerando as parcerias em torno da sustentabilidade.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

- **Módulo 4 – Plantar.** Neste momento os adolescentes, professores e comunidades são chamados para ação/intervenção no território. O objetivo é identificar e plantar as principais espécies da vegetação arbórea, para tornar os espaços públicos mais saudáveis, considerando a importância da arborização da cidade de Pombos. Busca realizar a também a restauração Florestal ou Reflorestamento em áreas públicas e nas comunidades rurais. Isto é uma prática que visa restabelecer um ecossistema que foi degradado, destruído ou danificado, retornando à vegetação o mais próximo possível de sua condição anterior à degradação.

Ao final desse percurso, é esperado que os estudantes estejam aptos a implantar ações socioambientais de maneira coletiva para resolução de problemas locais e também promover a educação socioambiental junto à comunidade de modo a desenvolver nos cidadãos a responsabilidade ambiental. Uma vez que, fortaleceram seu pertencimento ao território e que de posse do diagnóstico, tenham o entendimento das dificuldades, mas também das potencialidades do espaço em que estão inseridos.

O Projeto se propõe ainda em dar uma atenção especial à nascente do Rio Tapacurá, localizada em Pombos. Essa nascente é responsável pelo abastecimento de 25% da Região Metropolitana do Recife e, que, atualmente, sofre com a poluição, acarretando em seca, odor e morte de diversas espécies de animais. Esse cenário, juntamente, com o grande êxodo de jovens de sua terra natal em busca de novas perspectivas em outras cidades, levaram a organização Geração Futuro a desenvolver esse projeto e submetê-lo a competição do Edital de Chamamento Público CMSCA nº 001/2020-2022.

Um outro dado importante relacionado ao projeto diz respeito ao seu financiamento, dessa forma é necessário pontuar o caminho

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

percorrido pela Geração Futuro até a assinatura do Termo de Fomento<sup>9</sup>, que marca o repasse dos recursos para execução das atividades do projeto. A instituição financiadora do projeto é o Banco Itaú, que através do Itaú Social financia projetos sociais voltados para comunidades carentes. O valor ofertado no edital que a Geração Futuro captou foi de R\$ 596.553,61, divididos em três parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 148.000,00, a segunda de R\$ 224.226,00 e a terceira de R\$ 224.327,51, para execução do projeto no período de 12 meses.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) lança edital de chamamento público para seleção de propostas para concessão de Certificados de Autorização para captação de recursos financeiros para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombos (FMDCA). Nessa perspectiva, a entidade vencedora se habilita no Conselho a prospectar recursos financeiros em nome do CMDCA e foi dessa forma que a Geração Futuro prospectou o Edital FUNDOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA) 2020, do Itaú Social.

No primeiro ano de execução do projeto analisamos os relatórios elaborados pela equipe do projeto, das atividades prioritárias relacionadas ao período de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022, tanto de forma qualitativa como quantitativa, para compreender o processo formativo e se os objetivos iniciais foram alcançados. Ao todo iniciaram no projeto 200 jovens, do centro urbano e da zona rural da cidade, para o curso de Agentes de Desenvolvimento Ambientais, para uma carga horária total de 160h.

---

<sup>9</sup> Termo de fomento é o instrumento jurídico responsável pela formalização das parcerias entre a administração pública e a sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros, lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm), acessado em 23 jul. 2022.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Desses, 160 alunos concluíram o curso e foram envolvidas 31 escolas da rede municipal de ensino, sendo 18 na zona rural e 13 na zona urbana. Segundo o relatório de atividades da ONG, a escolha das escolas ocorreu segundo critérios da Secretaria Municipal de Educação (SME), que priorizaram as escolas mais afetadas pela pandemia.

Essa primeira turma de alunos concluiu o curso no formato online, contando apenas com alguns encontros presenciais, pois as escolas estavam fechadas em decorrência da pandemia da COVID-19. Nesse formato foram priorizadas as escolas da zona rural, pois foram as que mais apresentaram prejuízos na aprendizagem no período pandêmico. As aulas aconteciam via celular ou computador, pelo aplicativo do Google Meet e também por aulas gravadas e disponibilizadas nos grupos de WhatsApp.

A 2ª turma aconteceu de setembro a dezembro de 2021, e contemplou 21 escolas. Nesse período os protocolos de segurança começaram a flexibilizar um pouco, o que permitiu usufruir de um maior número de atividades presenciais, tais como: distribuições dos kits pedagógicos, as atividades de plantio e as culminâncias das duas turmas de Agentes e o Seminário de Avaliação.

Como podemos constatar, a formação dos Agentes de Desenvolvimento Ambiental, foi inicialmente planejada para acontecer através de atividades presenciais, para 200 estudantes das escolas municipais de Pombos, com idades entre 12 e 18 anos não completos, divididos em 04 turmas. Mas, conforme os dados apresentados, ela aconteceu em duas turmas e apenas para 160 alunos, ou seja, não atingiu o objetivo inicial.

Porém, é de conhecimento público que o mundo passou por uma pandemia e aqui no Brasil foram adotadas algumas medidas de

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

segurança, tais como o fechamento das escolas. Essa condição, segundo a Diretora Geral, Suely Silva, da Geração Futuro, obrigou a instituição a adaptar a sua metodologia para o ensino híbrido. Essa adaptação consistiu em criar canais de comunicação com o estudante e a família de forma a fortalecer e intensificar os vínculos.

Dessa forma, a equipe gravava e enviava aos alunos, semanalmente, vídeos das atividades a serem executadas. Com intuito de tornar a atividade atrativa e dinâmica, a equipe pedagógica criou um roteiro para as aulas virtuais divididos em três passos: 1º) apresentação do tema/conteúdo, em geral, sob a forma de um vídeo inédito produzido pela equipe; 2º) momento de discussão e aprofundamento do tema proposto, incentivando a participação dos alunos; 3º) a proposição de uma atividade/desafio para os estudantes, na qual eles irão responder a atividade aos educadores sob a forma de vídeo, fotos ou escritos.

Os desafios estiveram presentes na execução de cada módulo do projeto e contou com o conhecimento e prática dos educadores através da arte-educação para minimizar o máximo possível os impactos da pandemia na formação dos estudantes. Ao final de cada módulo era feita uma culminância dos resultados na presença de familiares responsáveis e professores.

No módulo 1, foi trabalhado com os alunos a metodologia *Quem Sou Eu? Quem Nós Somos?*, na qual os estudantes são estimulados a se reconhecerem como sujeito e protagonista da ação transformadora, a partir da busca pessoal de sua identidade, sua relação com a família, escola e sociedade.

O módulo 2 – *Cidade Sustentável*, teve como objetivo colocar a sustentabilidade em pauta e aprofundar a aprendizagem sobre as questões ambientais. Adaptando a metodologia para o ensino remoto, a

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

equipe pedagógica criou dinâmicas e materiais didáticos diversos para compreensão dos conceitos: cidade sustentável, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, os 5 Rs (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Recuperar e Reintegrar), efeito estufa, energias renováveis e não-renováveis, abordando os conteúdos de forma lúdica com músicas, dança, desenhos e teatro. Os desafios propostos a cada encontro sugerem que os estudantes observem de forma crítica e reflexiva o lugar onde vivem, percebendo problemas e descobrindo soluções.

Já o módulo 3 – Semear, desafia os adolescentes em formação como protagonistas na construção de um Plano de Reflorestamento e Arborização para suas escolas e, por extensão, para o município. Os estudantes devem identificar, coletivamente, áreas urbanas e rurais para o plantio de mudas, especialmente, nas comunidades onde residem, no entorno das escolas, em propriedades de familiares e vizinhos. Os educadores sociais fazem a mediação e verificam a viabilidade das propostas com parceiros, gestores escolares e secretários municipais.

Por último, o módulo 4 – Plantar, a equipe pedagógica inspirou-se na obra “Ideias para adiar o fim do mundo” do autor indígena Ailton Krenak e na ativista jovem sueca Greta Thunberg. Os estudantes deveriam refletir sobre o colapso ambiental que ameaçam o planeta Terra e a respeito das ideias que a juventude tem perante este desafio. Uma das missões do módulo foi: Quais as ideias de crianças e adolescentes de Pombos para salvar o planeta? O tema agroflorestal foi abordado como uma prática agrícola que se apresenta como uma solução a mudança de comportamento, de estar no mundo em maior comunhão com o ambiente.



### **Considerações Finais**

Diante do exposto, podemos concluir que, apesar do início do projeto ter sido profundamente marcado pelo recrudescimento da epidemia, as adaptações feitas na metodologia conseguiram atingir seus objetivos, ao identificarmos que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos alunos e equipe técnica, 80% dos alunos concluíram o curso.

Ao analisarmos o material produzido pela ONG, podemos afirmar que a construção do processo formativo dos estudantes foi exitosa, tendo em vista a iniciativa pioneira em construir e difundir o conteúdo usando a criatividade artística e cultural em ambiente virtual, como nos vídeos e atividades disponibilizadas pela instituição.

Outro aspecto verificado foi que, após a conclusão do Projeto Cidade Sustentável: Educação para o meio ambiente, os jovens formados em Agentes de Desenvolvimento Local foram protagonistas, ao se articularem para formação de um grupo de teatro e discutirem acerca das questões sociais do município.

Os resultados também expressam que muitos alunos atuais seguiram os passos dos alunos lá de trás, não em fundar uma ONG, mas seguir acreditando e lutando por seu território. E que, após chegarem ao fim a primeira etapa do projeto, muitos desses jovens foram motivados a dar continuidade a luta por políticas públicas participativas e de desenvolvimento local de forma sustentável.

**Referências**

BARBOSA, Ana Mae. **Teoria e prática da educação artística**. São Paulo: Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. As mutações do conceito e da prática. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_, Ana Mae Tavares Bastos. **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CORTELLA, Mario Sérgio. Contribuições da educação não formal para a construção da cidadania. In: CORTELLA, Mario Sérgio. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007, pp. 43-49.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. E-book.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para liberdade e outros escritos**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_; HORTON, Myles; **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEAL, Débora Araújo; LIMA, Maiane Silva; ARAUJO, Francisco Roberto Diniz; FERNANDES, Alexandra de Souza; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. **A arte no processo de ensino e aprendizagem: olhares e**

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

representações a partir de uma pesquisa bibliográfica. Artigo publicado no VI Congresso Nacional de Educação. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-vi-conedu?page=7>>, acessado em 16 out. 2022.

**MILET, Maria Eugênia Viveiro. As Primeiras Águas Travessia pelo ser-tão: trajeto de encenadora brincarte por uma pedagogia mitopoética. 2018, 239f. Tese (Doutorado) – Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.**

\_\_\_\_\_. **Uma tribo mais de mil: o Teatro CRIA. 2002, 137f. Dissertação (Mestrado) – Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.**

**MARCELO GARCIA, C. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.**

SILVA, Everson Melquiades Araújo; ARAÚJO, Clarissa Martins de. 2007. Tendências e Concepções do ensino de arte na educação escolar brasileira: um estudo a partir da trajetória histórica e sócioepistemológico da Arte/Educação. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambú. <[http://30reuniao.anped.org.br/grupo\\_estudos/GE01-3073--Int.pdf](http://30reuniao.anped.org.br/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf)>**, acessado em 30 set. 2023.

## USO DE TECNOLOGIAS DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA PECUÁRIA<sup>1</sup>

Ednardo da Silva Santos<sup>2</sup>

Francisco Marques Cardozo Júnior<sup>3</sup>

### Introdução

A pecuária brasileira nas suas distintas modalidades de produção (extensiva, intensiva, de corte, leiteira, com pastagens de alta produtividade, suplementação alimentar, confinamento etc) é de grande importância tanto para o ecossistema dos municípios nacionais, quanto para o cenário mundial, chegando a ocupar a segunda posição no ranking mundial na criação de bovinos, com estimativa de 218 milhões de cabeças ficando atrás apenas pela Índia (Amadori *et al.*, 2022; Anualpec, 2017; Fapri, 2017).

Entretanto, a sua estrutura p

<sup>1</sup> Graduando em Zootecnia – Universidade Estadual do Piauí. Email: ednardosantos@aluno.uespi.br.

rodutiva tem sido alvo de críticas quando o assunto passa a ser a Emissão de metano na pecuária, pois a bovinocultura brasileira e os seus

---

<sup>1</sup> O texto é oriundo de pesquisa de iniciação científica – PIBIC-UESPI. Um resumo simples foi apresentado no Seminário/Simpósio de Produção e Iniciação Científica da UESPI.

<sup>2</sup> Graduando em Zootecnia – Universidade Estadual do Piauí. Email: ednardosantos@aluno.uespi.br.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Animal - UFPI, Professor Associado I – Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: cardozo@cca.uespi.br

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

sistemas de produção contribuem com a elevação das concentrações do metano (CH<sub>4</sub>), dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e óxido nitroso (NO<sub>2</sub>) na atmosfera, originárias da fermentação entérica, da excreta em pastagens e do esterco como fertilizante, sendo responsável por 15% do aquecimento global (Monteiro *et al.*, 2018).

A perda de produção animal e agrícola teve destaque como fator de impacto negativo nas mudanças climáticas no meio rural, considerando que estas atividades estão intimamente dependentes dos fatores ligados ao clima, tais como a emissão de Gases de Efeito Estufa, aumento das ondas de calor, temperatura, pluviosidade, umidade do solo, radiação solar, quantidade de pragas, manejo das pastagens, disponibilidade de alimento aos animais, fonte de o tipo de sistema adotado pelos produtores (Bonatti *et al.*, 2011; Lima, 2012; CGEE, 2010). As consequências das mudanças climáticas atingem o equilíbrio da natureza e também as atividades econômicas e sociais da população mundial, sendo que a maioria dos produtores rurais estão cientes das alterações nos parâmetros em decorrência desta mudança de causa-efeito entre período de seca, aumento de temperatura e perdas consideráveis na produção agropecuária brasileira (Alves *et al.*, 2017). Entretanto, De Paula *et al.* (2018, p.8) chama a atenção para alguns fatores essenciais inseridos nesta discussão entre aquecimento climático e a produção animal na pecuária:

Os ruminantes, devido seu sistema fisiológico digestivo, estão entre os emissores de metano, contribuindo para o aquecimento global e prejudicando o equilíbrio do meio ambiente; porém é notório que este metano exerce papel fundamental pra o bom funcionamento do rúmen. Devido a isto os pecuaristas devem optar por formas estratégicas de controle desta emissão, sem comprometimento dos índices produtivos. Dentre as principais estratégias destacam-se: melhorar o valor nutritivo da

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

alimentação dada aos animais em pastejo, equilibrar a dieta com concentrados, ou fornecer pastagens de melhor qualidade (melhor digestibilidade). Com isto, consequentemente haverá uma melhora sobre a microbiota ruminal, aumentando a eficiência do processo fermentativo no rúmen, com decréscimo na metanogênese por unidade de carboidrato degradado (De Paula *et al.*, 2018, p.8).

Neste contexto novas pesquisas e tecnologias tem sido desenvolvidas e disponibilizadas no meio Agropecuário, com intuito de contribuir com os produtores ruais, com a melhoria do balanço final de carbono emitido pela atividades implementadas nos distintos sistemas de produção animal que tem se apresentados de forma promissora quanto às exigência de estratégias que melhorem a qualidade do clima, o desenvolvimento ambientalmente sustentável e mantenham a produção animal como fonte alimentar para cerca de 200 milhões de brasileiros e com tendências aproximadas de 7 bilhões de habitantes no mundo (IBGE, 2010; UNFPA, 2011). Nota-se que a chamada descarbonização da agropecuária ou diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), aumento da produção agropecuária eficiente e sustentável, que envolve o desenvolvimento e a adoção de tecnologias no campo já é uma tendência mundial e no Brasil.

Por intermédio da EMBRAPA, foi possível iniciar o Projeto Carne Baixo Carbono ou CBC como uma nova marca diferenciada na implantada em sistemas pecuários sem a presença do componente florestal e que incorporam carbono por meio das raízes da pastagem e mitigam ou reduzem as emissões de GEEs, contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo, e para descarbonização da pecuária brasileira, onde a partir da implantação de um protocolo com parâmetros mensuráveis foi possível certificar o carne (produto de proteína animal) que teve suas emissões neutralizadas pelo próprio sistema de produção (Alves *et al.*, 2015).

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Recentemente, o Ministério do Meio ambiente lançou o **Programa Nacional de Redução de Metano de Resíduos Orgânicos – Metano Zero** com objetivos estratégicos de reduzir emissões de gases de efeito estufa, custos de combustível e energia e incentivando tanto os gestores de aterros sanitários quanto os produtores rurais e a fornecerem combustível e energias limpas e renováveis, além dos biofertilizantes com alto valor para a agricultura, que são fontes de biogás e biometano, convertendo os resíduos sólidos urbanos, mas também os provenientes das atividades agrícolas tais como suinocultura, criação de aves, indústria de laticínios, entre outros, se inserindo nas ações de consonância com o desenvolvimento sustentável. Assim, a presente pesquisa se propôs identificar tecnologias e meios de difusão relacionadas à baixa emissão de carbono no setor da produção animal.

### Metodologia

O presente trabalho é baseado em uma pesquisa de caráter Quali-Quantitativa Documental, adotando materiais bibliográficos relacionados ao tema proposto e discutidos em livros, artigos de periódicos, teses etc e com método de análise quantitativo na abordagem bibliométrica dos dados coletados que mensuram a contribuição do conhecimento científico específico para cada área (Paschoarelli *et al.*, 2015; Soares *et al.*, 2016). Na coleta de dados foi realizada a descrição dos recursos booleanos na recuperação da informação (Korfhage, 1997). Adotamos uso de terminologias comuns para pesquisa em múltiplos idiomas, proporcionando um meio consistente e único para a recuperação da informação de forma hierárquica e desenvolvidas para diversas áreas tais como “*Emission of methane in livestock*” e “*The role of small ruminants on global climate change*”.

Os buscadores booleanos são uma modalidade prática da recuperação informacional que possibilitam um modelo de controle e pesquisa nos Sistemas de bancos de dados, os quais possuem um

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

complexo conjunto de documentos, disponibilizando de forma mais específica e satisfatória, a recuperação pelo usuário, dos conteúdos relevantes e consideradas necessários para o pesquisador. As etapas serão: a) busca e seleção dos descritores booleanos relacionados à Zootecnia e à temática investigada na base da Capes Periódicos e b) verificação dos principais aspectos sobre o tema; c) análise dos conteúdos levantados; d) consolidação do texto da pesquisa.

Nas bases de dados da *Web of Science* (WoS) foram delimitadas buscas no período dos últimos cinco anos com a combinação e uso dos respectivos operadores lógicos AND, NOT, OR, nas palavras-chaves ou expressões de indexação e seleção dos documentos de interesse da pesquisa. Em seguida, com os dados serão organizados em tabelas e plotados gráficos bibliométricos destacando as principais percepções das pesquisas científicas relacionadas ao tema proposto e de forma categorizada para as informações: áreas de pesquisa, país e regiões, línguas, títulos da conferência, títulos de séries de livros, anos de publicação, tipos de documentos, autores, afiliações, títulos de publicação, editores, agência de financiamento, editoras, autores do grupo (Zupic; Cater, 2015).

### **Descarbonização da Agropecuária**

A descarbonização da agropecuária é um termo utilizado para designar sistemas integrados, atividades aplicadas, processos executados e novas tecnologias aplicadas que visem diminuir emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e aumento do potencial de sequestro de carbono, buscando a sustentabilidade das atividades agrícola e pecuária (Soares; De Almeida, 2019). Por ser um país em desenvolvimento, o Brasil, fazendo uso de tecnologias sustentáveis, poderá melhorar seus índices produtivos agropecuários contribuindo para a redução na emissão deste gás metano (**Quadro I**).



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

De acordo Chang *et al.* (2021) a geração do gás metano oriundo das atividades de pecuária tem crescido juntamente com a elevação na produção e no consumo de carne bovina no mundo. No cenário econômico brasileiro, a pecuária é de grande importância, sendo que cerca de 180 milhões de hectares são formados por sistemas de produção em pastagem, porém, com graus diferenciados de degradação, contribuindo para elevar a emissão de metano pelos animais (De Paula *et al.*, 2018).

### Quadro I. Análise de pesquisas sobre *Emission of methane in livestock* (Emissão de metano na Pecuária) na Base de Dados Web of Science (WoS)

Artigo	Argumentos usados para pesquisar o tema	Método utilizado para avaliar metano na Pecuária	Animais usados no experimento	Conclusões sobre o tema
Chang et al. (2021)	* O aumento das emissões de metano pela pecuária que representa um terço das emissões antropogênicas participantes do aquecimento global * Necessidade de novas estimativas de intensidades de emissão de metano,	* Fórmulas matemáticas de projeção baseadas no Relatório do IPCC nos anos de 2006 e 2019 * Avaliação da fermentação entérica de ruminantes e o manejo de esterco	* Dados estatísticos sobre consumo bruto de energia do gado (GE), fator de conversão, digestibilidade regional da ração, sólidos voláteis excretados, emissões de fermentação entérica, mudanças no peso vivo,	* A intensidade de emissão de metano por kg de proteína é alta nos países em desenvolvimento onde há aumento na produção pecuária * Os 10 principais países com o maior potencial de redução de GEEs

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

expressas como emissões por kg de proteína em produtos, incluindo leite e carne de bovinos, búfalos, caprinos e ovinos, carne de suínos e carne e ovos de aves, combinados com estatísticas de produção e projeções futuras até o ano de 2050 para cenários socioeconômicos globais.		estimativa das emissões de CH <sub>4</sub> , sistema de gerenciamento de resíduos animais em cada região, manejo de esterco, para as categorias de pecuária: leiteiras, carne e outros bovinos não leiteiros, búfalos, ovinos e caprinos.	estão em sua maioria localizados na Ásia, América do Sul e África * Com melhoria na eficiência de tecnologias projeta-se um cenário com redução global nas emissões provenientes do gado em certa de 60%–65% até 2050.
--	--	---	---

### Emissão mundial de Gases do Efeito Estufa (GEE)

A agropecuária mundialmente é considerada o responsável mais importante na emissão de GEE, somando 24% de toda emissão segundo dados do Inventário Nacionais de Gases de Efeito Estufa - IPCC, 2014 (**Quadro II**). As emissões mundiais de gases do efeito estufa (GEE) somavam cerca de 51 e 58 bilhões de toneladas de carbono equivalente (Gt CO<sub>2e</sub>) em 2021, de acordo com o relatório *Emissions Gap Report* publicado pela UNEP. Já o Gerbt *et al.* (2013) afirma que a bovinocultura se destaca com números absurdos de 65% em relação a 14,5% das emissões de GEE no mundo. O Brasil contribui atualmente (2021) com 2,42 Gt CO<sub>2</sub> e entre 3,5 e 4,5 % das emissões globais anuais. Por outro lado, mudar os padrões de consumo, particularmente entre os mais ricos, poderia reduzir as

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

emissões de GEE de 40% a 70% até 2050 em comparação às políticas climáticas atuais.

**Quadro II.** Tendência mundial da emissão de carbono na atmosfera

Artigo	Argumentos usados para pesquisar o tema	Método utilizado para avaliar metano na Pecuária	Animais usados no experimento	Conclusões sobre o tema
De Oliveira et al. (2022)	<p>* Mundialmente o setor agropecuário é considerado um dos maiores responsáveis por essas alterações, 24% de toda a emissão mundial de GEE segundo IPCC (2014).</p> <p>* A pecuária é responsável por 14,5% das emissões de GEE no mundo, sendo que é atribuído a bovinocultur</p>	<p>* Segundo as nações unidas (UN 2017) até o ano de 2030 a população mundial deve crescer em 12 %, com isso, a demanda por alimentos aumentará em todo o planeta, sendo possível prever um aumento nas emissões de gases do efeito estufa.</p> <p>* O'Mara (2011) estimou um crescimento de 30% da emissão de CH<sub>4</sub> para 2020, sendo este valor muito acima do</p>	<p>* Bovinos de leite, corte, boi verde, entre outros ruminantes</p>	<p>* As pesquisas de novas tecnologias de mitigação devem continuar para acompanhar a necessidade de alimentação da população em crescimento.</p> <p>* A comparação de trabalhos de mitigação deve ser criteriosa, pois muitos fatores podem influenciar nos resultados obtidos.</p>

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

	a 65% desse valor. * No Brasil a participação da bovinocultura na emissão de GEE pode ser ainda maior, 31% do total produzido (calculado com dados do MCTI 2015).	esperado para o crescimento populacional (UN 2017). * Porém, este valor apontado por O'Mara não leva em conta a adoção de medidas de mitigação de GEE que poderão ocorrer com o aumento da produção de alimentos.		
--	--	--	--	--

### Técnicas para Diminuição da Emissão do Metano

Para Esteves *et al.*, (2011) técnicas são necessárias para diminuição da emissão do gás metano na atmosfera, sendo que elevados investimentos são aplicados para formação ou renovação de pastagens, uma forma de amenizar esses gastos é o sistema de integração lavoura-pecuária (**Quadro III**). Os sistemas que associam a criação de gado contendo animais da raça Nelore, *Angus*, *Canchim* com a agricultura (integração lavoura-pecuária) ou ainda com o plantio comercial de florestas (integração lavoura-pecuária-floresta), cientificamente recuperam pastagens degradadas, aumentando o sequestro de carbono pelo solo e melhorando a alimentação do gado, o que gera mais recursos ao produtor. O Brasil só tem a ganhar ao caminhar na direção de uma pecuária cada vez mais sustentável. Atenderá aos crescentes padrões de exigência dos países

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

desenvolvidos, ajudará a reduzir o aquecimento global e ganhará ainda mais espaço em um mercado tão importante para a alimentação.

### Quadro III. Descrição da Combinação de Sistemas Agropecuários para a redução do metano

Artigo	Argumentos usados para pesquisar o tema	Método utilizado para avaliar metano na Pecuária	Animais usados no experimento	Conclusões sobre o tema
Esteves et al., (2011)	<p>* Devido aos grandes investimentos necessários para a formação e para a reforma de pastagens, tem-se buscado diversas técnicas que visam a diminuição desses investimentos.</p> <p>* No sistema de integração lavoura-pecuária (SILP) a utilização do consórcio de culturas anuais com forrageiras pode ser preconizada na formação e na reforma de pastagens, na</p>	<p>* Utilizando-se preparo convencional do solo e cultivo de milho (<i>Zea mays</i> L.) var. BRS 2020 (híbrido duplo) ou sorgo (<i>Sorghum bicolor</i> L. Moench) var. BRS 610 (híbrido), sendo na adubação de cobertura do milho ou do sorgo realizada a semeadura de capim-</p>	<p>* Animais da raça Nelore e cruzados Nelore x Angus, Nelore x Canchim (2006), Canchim (2007) e cruzados threecross (Nelore x Canchim e Angus) e Canchim (2008), foram utilizados durante o período experimental, tanto a pasto quanto em confinamento,</p>	<p>* Os resultados indicaram que o sistema de integração lavoura-pecuária (SILP) aumentou a produção de carne e os animais com maiores ganhos diários de peso podem emitir menores quantidades de metano ruminal.</p>

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

	produção de forragem para alimentação animal na entressafra.	marandu (Urochloa brizantha (Hochst ex A. Rich.) Stapf cv Marandu sin.: Brachiaria brizantha) ou Piatã (Urochloa brizantha (Hochst ex A. Rich.) Stapf cv Piatã sin.: Brachiaria brizantha), de acordo com descrito por Bernardi et al. (2009).	havendo em todas as etapas avaliações para ganho de peso dos animais.	
--	--	--	---	--

### Mudanças climáticas causados pelo aumento do efeito estufa

Segundo Berndt et al (2014) o aumento da emissão dos gases do efeito estufa, contribui para o aquecimento global e resultando em mudanças climáticas (**Quadro IV**). Fontes de origem antrópica como (automóveis e indústrias) possuem efeito quatro vezes maiores do que a produção de metano ruminal. Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), mais de 100 países comprometeram-se a

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

reduzir a emissão de gases de metano em 30% até 2030, em comparação com 2020. No âmbito das negociações, os países concordaram que esta é uma das ações mais eficazes a curto prazo para manutenção do aumento da temperatura média global em 1,5°C. O tema é especialmente relevante para o Brasil que, segundo dados da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), é o maior exportador de carne bovina do mundo. O compromisso assumido na COP26 traz nova métrica para o setor do agronegócio que, todavia, já tem se posicionado em prol da sustentabilidade e da eficiência da produção há algum tempo.

### Quadro IV. Desafios para o desenvolvimento econômico sustentável.

Berndt et al. (2014)	Nas últimas décadas tem-se observado um aumento na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, fato este que tem contribuído com o aquecimento global e consequentes mudanças climáticas. Frente a esta situação é importante esclarecer a relação entre pecuária e gases de efeito estufa, visto que	Melhoraria dos índices produtivos e reprodutivos (redução da idade do abate, ao primeiro parto e o intervalo entre partos); Redução da quantidade de animais de reposição; Aumento da longevidade das matrizes; Aumento do mérito genético dos	Bovinos confinados de corte da raça Nelore	A implementação o das estratégias mencionadas pode tornar a produção de bovinos em sistemas tecnificados de maneira mais produtiva e eficiente, com maior lucratividade e sustentabilidade, principalmente, em relação às perdas
----------------------	--	--	--	--

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

	<p>existem inúmeras outras fontes de origem antrópica (poluição de automóveis, indústrias, desmatamentos, queimadas, etc.), e que, segundo o MCT (2006) possuem impacto até quatro vezes maior que a emissão de metano produzida pelos bovinos.</p>	<p>animais e das forragens; Seleção de animais com melhor CAR (consumo alimentar residual), otimização da formulação de dietas; Uso de aditivos e suplementos; Melhoria da eficiência de conversão de alimentos; Otimização da oferta de água de qualidade; Melhoria do manejo dos animais e das pastagens; Aprimoramento da sanidade animal (controle de parasitas, doenças e vacinas); Busca do bem estar animal.</p>		<p>energéticas na forma de emissão de gases de efeito estufa.</p>
--	---	---	--	---



### Conclusões

Diante a dimensão territorial do país, é vista a possibilidade de expansão do setor agropecuário alinhada com a sustentabilidade ambiental, social, política, tecnológica e de inovação nos moldes da redução da degradação de pastagens, do solo, criando condições para o bem-estar dos animais, minimização dos gases do efeito estufa, maximizando o ganho de produção animais e agrícola por área e nos sistemas de produção de carne, melhorando, por exemplo, a qualidade da dieta animal no período de escassez. Porém, ainda existem desafios a serem superados durante o processo produtivo considerando o gigante continente formado por distintos biomas do Brasil. Destaca-se no cenário mundial a necessidade em sistema de produção de ruminantes que precisam, permanentemente, desenvolver dietas e estratégias de gestão que combatam a geração relativa de metano e não percam o foco de produzir mais alimento e preservar o ambiente.

Neste sentido, a adoção de medidas mais sustentáveis para produção estão correlacionadas com a atratividade econômica e a execução de práticas essenciais tais como estudos de melhoramento de pastagens deixando-as mais nutritivas, das linhagens animais com maior potencial de ganho de peso, genética vegetal, reduzir a idade de abate dos animais, diminuir o uso de fertilizantes nitrogenados, políticas públicas efetivas com monitoramento de fornecedores, agropecuaristas, liderança de Povos Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, criando padrões de excelência que ajudem a reduzir o aquecimento global, investir no desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono, na integração lavoura-pecuária-floresta, no uso do consórcio de gramíneas e leguminosas, que tem demonstrado o efeito positivo de mitigação na emissão do metano (CH<sub>4</sub>), que é um importante gás de efeito estufa (GEE), pois compostos

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

secundários presentes na leguminosa reduzem a emissão de CH<sub>4</sub> entérico dos ruminantes.

### **Referências**

- ALVES, Eliana Boaventura Bernardes Moura; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves; SOUZA, Gumercindo. As mudanças climáticas e a produção agropecuária: percepção dos produtores rurais da região da Zona da Mata Mineira, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, p. 24, 2017.
- ALVES, Fabiana Villa; DE ALMEIDA, R. G.; LAURA, V. A. Carne carbono neutro: um novo conceito para carne sustentável produzida nos trópicos. **Embrapa Gado de Corte-Documentos (INFOTECA-E)**, 2015.
- AMADORI, Caroline *et al.* Nitrous oxide and methane emissions from soil under integrated farming systems in southern Brazil. **Science of The Total Environment**, v. 828, p. 154555, 2022.
- ANUALPEC. (2017). **Anuário da Pecuária Brasileira** (20th ed. Vol. 1). São Paulo, SP, Brasil: Instituto FNP.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Revista em Questão**, v. 12, n. 1, p.11-32, 2006.
- Augère-Granier ML. The EU pig meat sector. In: European Parliamentary Research Service. 2020.
- BERNDT, A. *et al.* **Mitigação da emissão de gases da produção animal**. 2014.
- BRAMBILLA, SÔNIA DOMINGUES SANTOS; STUMPF, IDA REGINA CHITTÓ. Produção científica da UFRGS representada na Web of Science (2000-2009). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, p. 34-50, 2012.
- BONATTI *et al.*, 2011. **Mudanças climáticas e percepções de atores sociais no meio rural**. Geosul, vol. 26, n. 51, p. 145-164.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

CGEE. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos** - 2010. Mudança climática e projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. Ed. rev. e atual. Brasília, 368 p.

CHANG, Jinfeng *et al.* The key role of production efficiency changes in livestock methane emission mitigation. **AGU Advances**, v. 2, n. 2, p. e2021AV000391, 2021.

CHAUHAN, Ravendra P.; GORDON, Michelle L. A systematic review of influenza A virus prevalence and transmission dynamics in backyard swine populations globally. **Porcine Health Management**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2022.

DE OLIVEIRA, André Alves *et al.* Citrus pulp replacing corn in the supplement decreased fibre digestibility with no impacts on performance of cattle grazing marandu palisade grass in the wet-dry transition period. **Animals**, v. 12, n. 7, p. 822, 2022.

DE PAULA, Kelvin Gabriel Sant Anna *et al.* Emissão de metano na pecuária: relação causa-efeito e mecanismos modulatórios. **PUBVET**, v. 13, p. 148, 2018.

ESTEVES, S. N. *et al.* **Estimativas da emissão de metano por bovinos criados em sistema de integração lavoura pecuária em São Carlos**, SP. 2011.

FAPRI. (2017). Food and Agricultural Policy Research Institute. **Food and Agricultural Policy Research Institute**, from <http://www.fapri.iastate.edu/tools/outlook.aspx>

FAO. Food Outlook. Biannual Report on global food markets. 2020. <http://www.fao.org/3/ca9509en/ca9509en.pdf>. Acessado em 04 maio de 2022.

IBGE (2010). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acessado em 07 de maio de 2022.

JIMÉNEZ-RUIZ, *et al.*, 2022. Characterization and management of interaction risks between livestock and wild ungulates on outdoor pig

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

farms in Spain. *Porc Health Manag* 8, 2. <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1186/s40813-021-00246-7>

LIMA, Magda Aparecida. [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/mc15\\_1270.pdf/71a02c8e-f23c-4c36-a976-bbca463d3253?version=1.0](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/mc15_1270.pdf/71a02c8e-f23c-4c36-a976-bbca463d3253?version=1.0)

IMPROTA, Clóvis Thadeu Rabello. **Módulo de Educação Sanitária**. Curso de Especialização em Epidemiologia com ênfase em defesa sanitária animal, SMVBA/UNIME. Salvador, 2008.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente**. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaazoniodesertificacao/programa-nacional-metano-zero>. Acessado em 03 de maio de 2022.

MONTEIRO *et al.*, 2018. The role of small ruminants on global climate change. **Acta Scientiarum**. Animal Sciences, 40(e43124), 1-11.

NASTASIJEVIC, Ivan; MITROVIC, Radmila; JANKOVIC, Sasa. Biosensors for animal health and meat safety monitoring: farm-to-slaughterhouse continuum. In: **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**. IOP Publishing, 2021. p. 012063.

KWON, Junghoon; YOUK, Sungsu; LEE, Dong-hun. Role of wild birds in the spread of clade 2.3. 4.4 e H5N6 highly pathogenic avian influenza virus into South Korea and Japan. **Infection, Genetics and Evolution**, p. 105281, 2022.

KORFHAGE, R. R. **Information storage and retrieval**. New York: Wiley Computer Publishing, 1997, 349p.

O'MARA, Frank P. The significance of livestock as a contributor to global greenhouse gas emissions today and in the near future. **Animal Feed Science and Technology**, v. 166, p. 7-15, 2011.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE ANIMAL**. <https://www.oie.int/>. Acesso em 04 de maio de 2022.

PASCHOARELLI, LUIS C.; MEDOLA, FAUSTO O.; BONFIM, GABRIEL H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade*. Vol. 2(1), 2015.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

PNESA - Programa Nacional de Educação Sanitária, vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio da **Instrução Normativa Nº28**, de 15 de maio de 2008.

SANTOS, Ariane *et al.* Avaliação bibliométrica em inovação em serviços. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 212-231, 2017.

SESTI, L. Biosseguridade em granjas de frangos de corte: conceitos e princípios gerais. **In: SIMPÓSIO BRASIL SUL DE AVICULTURA**, 2004, Chapecó. Anais... Chapecó, 2004. p. 55-72.

SIDI, Moctar *et al.* Molecular characterization of African swine fever viruses from Burkina Faso, 2018. **BMC Veterinary Research**, v. 18, n. 1, p. 1-11, 2022.

SOARES, Patrícia Bourguignon *et al.* Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, v. 16, p. 175-185, 2016.

SOARES, C. O.; DE ALMEIDA, Roberto Giolo. **Descarbonização da pecuária**. 2019.

UNFPA, Relatório. **Relatório sobre a situação da população mundial** 2011. 2011.

ZUPIC, I; CATER, T. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Reserch Methods**, ISSN 1094-4281, 18 (3), pp. 429-472, 2015.

**PRODUÇÃO DA AQUICULTURA EM CIDADES DO ESTADO  
PIAUIENSE<sup>1</sup>**

Rodolfo dos Santos Sousa<sup>2</sup>  
Francisco Marques Cardozo Júnior<sup>3</sup>

**Introdução**

A reprodução e o crescimento de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios, répteis e demais organismos aquáticos como plantas é chamada de aquicultura. Pode ocorrer em distintos locais tais como fazendas, diretamente em rios, lagos, mar ou em ambientes controlados (Hassan, *et al.*, 2022). As duas espécies mais criadas nesta prática são a tilápia e a carpa (Siqueira, 2017). No geral, apresenta um baixo custo inicial de capital, gerando uma possibilidade de produção e lucros elevados, deste que quando realizada de modo controlado, com segurança técnica-profissional e baseada em tecnologia acessível. Atualmente, o mundo tem voltado sua atenção para a aquicultura, principalmente por sua capacidade de contribuir significativamente na produção planetária de alimentos (Tayyab *et al.*, 2023).

---

<sup>1</sup> O texto é oriundo de pesquisa de iniciação científica – PIBIC-UESPI. Um resumo simples foi apresentado no Seminário/Simpósio de Produção e Iniciação Científica da UESPI.

<sup>2</sup> Graduando em Zootecnia – Universidade Estadual do Piauí. Email: e-mail: rodolfosousa@aluno.uespi.br.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Animal - UFPI, Professor Associado I – Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: cardozo@cca.uespi.br

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Outra contundente razão para estimular o seu crescimento no meio diversificado de criação de animais são os impactos positivos na geração de emprego e renda para comunidades mais vulneráveis. Porém, segundo Duarte *et al.* (2009), o potencial ainda precisa ser melhorado, pois quando se observa que os oceanos correspondem à 70% da superfície terrestre e somente certa de 2% deste recurso tem sido aproveitado para a alimentação do ser humano no planeta. Diniz (2015, p.75) já afirmava que:

Os pescados tais como peixes, crustáceos e moluscos, representam hoje 17% do consumo global de proteína. A aquicultura, por sua vez, contribui com cerca de 41% da produção total de pescado, ou cerca de 63,6 milhões de toneladas de peixe e crustáceos anualmente, segundo o Subcomitê de Comércio Pesqueiro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (DINIZ, 2015, p.75)

Contudo, outros fatores necessitam de atenção especial, pois, na implantação e desenvolvimento da aquicultura podem ocorrer modificações na estrutura dos recursos naturais dos ecossistemas ecológicos, a saber: redução ou esgotamento da biodiversidade, comprometimento das instalações do empreendimento, impactos sobre o relevo, tipo de solo, contaminação de águas subterrâneas, eliminação dos dejetos, sendo importante haver um monitoramento constante, exigindo muita dedicação e avaliação dos riscos do impacto ambiental (Sampaio *et al.*, 1998).

O Brasil tem se destacado do mundo com um país com elevados percentuais de crescimento populacional, seja de um público interno ou externo que tem migrado para diferentes Estados brasileiros. Neste cenário, a aquicultura nacional é a atividade de produção animal que mais cresce, juntamente com a pesquisa, o ensino e a extensão sobre esta temática em seus mais variados aspectos fisiológicos, sanitários,

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

biológicos, engenharia genética, hematológicos, bioquímicos, suplemento alimentar vegetal, preservação ambiental, seja de natureza básica ou avançada, considerando os avanços da tecnologia na produção de animais aquáticos (Costa *et al.*, 2022a).

Assim, à medida que a ciência da aquicultura é engrandecida no Brasil, um rico e complexo banco de dados tem formado compendios e coletâneas de estudos e publicações que refletem o atual contexto. Alguns Estados brasileiros já são consagrados nesta atividade, tais como os que pertencem à Região Norte do país. Para Oliveira *et al.* (2015, p. 46) “Na região amazônica encontra-se a maior diversidade de espécies de potamotrigonídeos, sendo que apenas os Estados do Pará e Amazonas podem comercializar esse recurso como espécies para fim ornamental”. Outrora, Zuffo (2019, p.4) ainda ressalta que:

O Brasil é privilegiado para as atividades de aquicultura e a pesca devido principalmente as condições favoráveis. Todavia, é necessário novos conhecimentos e tecnologias para o país tornarem uma potência aquícola. Vários são os desafios das pesquisas, entre eles, destacam-se a área de reprodução e melhoramento de peixes, nutrição e alimentação de espécies aquícolas, conservação e sanidade dos recursos pesqueiros, processamento agroindustrial do pescado, dentre outras. Portanto, os novos conhecimentos e resultados dessas pesquisas tendem a completar lacunas vazias.” (ZUFFO, 2019, p. 4)

Diante do exposto, nota-se que outros destaques precisam ser considerados: políticas públicas de implantação, incentivo financeiro, cientista, organizações jurídicas e ambientais, agências internacionais, governos mundiais e locais, acompanhamento técnico permanente no cultivo experimental pela comunidade, garantia no crescimento,



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

sustentabilidade da atividade, fomentar a aquisição de habilidades e a troca de conhecimentos sobre como lidar com os problemas que surgem durante práticas votadas para aquicultura, estimular a transferência tecnológica e um diálogo constante entre o conhecimento tradicional-acadêmico-científico, objetivando descobrir novos nichos de interesse da comunidade pela aquicultura (Martins *et al.*, 2019).

Muitas Empresas e Instituições de Pesquisa e fomento já tem se dedicado à implantação da chamada solução tecnológica direcionada para a valorização de públicos-alvo diversificados envolvendo os produtores rurais de base empresarial e de seus empreendimentos, inclusive de forma gratuita e disponibilizadas em plataformas on-line (Pessoa *et al.*, 2014). As temáticas vão sendo atualizadas constantemente, focando na genética e melhoramento, gestão ambiental, manejo da produção, criação de espécimes, estruturação de viveiro escavado etc, permitindo alinhar boas práticas, prevenção e orientações importantes que o próprio sistema requer.

Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi avaliar fatores e perspectivas relacionadas à Aquicultura no Piauí em Plataformas digitais disponíveis em sites oficiais do governo federal que retratam a real situação destas atividades econômicas presentes na Região Nordeste e em especial o Estado do Piauí. Discutimos dados estatísticos e geoespaciais contidos no Portal do Observatório da Agropecuária Brasileira – Painel Temático da Aquicultura, no qual estão inseridos um sistema informatizado de conteúdos disponibilizados aos piscicultores, pesquisadores, técnicos, estudantes, entre outros.

### **Metodologia**

Realizou-se pesquisa documental em bases de dados digitais do site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): [observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/](http://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/), nas quais estão disponibilizadas informações sobre o setor da Aquicultura no Estado

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

do Piauí entre os anos de 2020 – 2021.

O banco de dados contidos no Painel Temático da Aquicultura - Plataforma Observatório da Agropecuária Brasileira, foi elaborado com foco na difusão de informações, orientações e cálculos de manejo e gestão da Aquicultura, focando em demandas de produtores, pesquisadores, etc. Apresenta conteúdos geoespaciais e estatísticos da produção de peixes, camarões e moluscos, alevinos de peixes, larvas de camarão e sementes de moluscos, bem como o valor da produção desses que podem ser pesquisadas por espécies, ano, região, estados e municípios, acompanhando o levantamento realizado pelo IBGE, na Produção da Pecuária Municipal - PPM. O Portal do Observatório é considerada ferramenta de *business intelligence* (BI) o que possibilita análise das bases de dados e tomada de decisão de produtores rurais, gestores públicos, empresários e público em geral. Os dados coletados neste Portal foram organizados em dois principais ambientes acerca dos diversos temas da aquicultura (**Quadro I**).

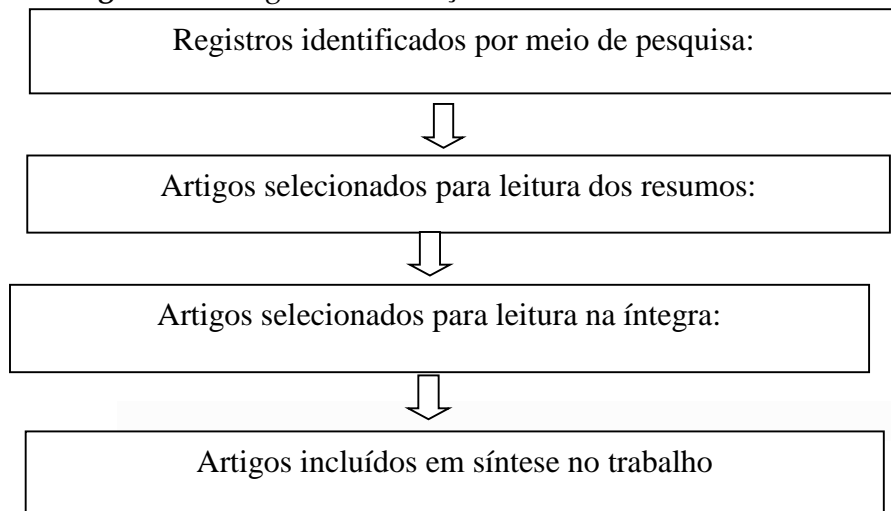
**Quadro I:** Tópicos especiais para avaliação da coletânea de Dados Digitais

ESTATÍSTICAS	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Numéricas</li><li>✓ Tabulares</li><li>✓ Representações gráficas</li></ul>
GEOESPACIAIS	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Integração de dados e informações territoriais</li><li>✓ Ambiente de visualização de camadas</li><li>✓ Relatórios quantitativos</li><li>✓ Painéis temáticos que detenham qualquer tipo de atributo e representação cartográfica dos dados</li><li>✓ Áreas de aquicultura e pesca sustentáveis e meio ambiente</li></ul>

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

Para a pesquisa utilizamos consulta/filtros por período e estratificação em nível regional, estadual e municipal, além de dados quantitativos e qualitativos. (Figura I).

**Figura I:** Fluxograma da seleção dos trabalhos.

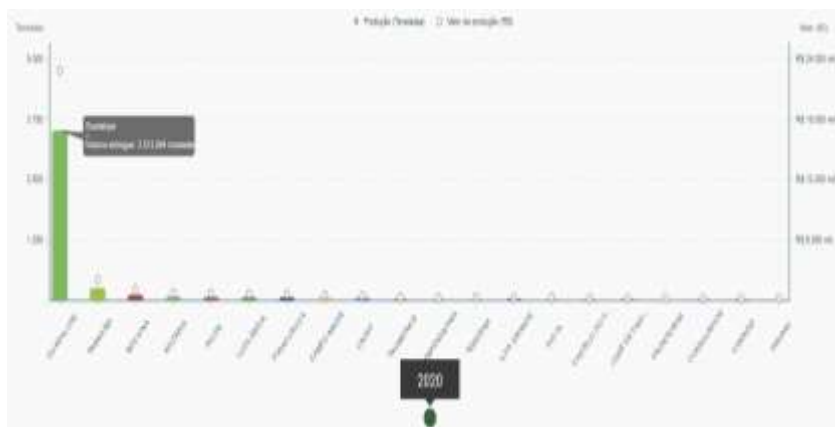


### Tilápia: oportunidade de geração de emprego, ocupação e renda

No ano de 2020 a produção de Tilápia no Estado do Piauí para a “categoria engorda” foi gerada uma produção total de 5.135,63 toneladas, com um valor total de produção estimado em R\$ 37.216,92 milhões, considerando 102 municípios produtores (Figura II). A região de Guadalupe, localizada no sul do Estado, alcançou a maior produção em toneladas (ton) e valor monetário (R\$) com 3.513,894 ton e R\$ 22.840.310, respectivamente, ficando à frente de outros municípios tais como Piripiri, ao norte do Estado, que produzir 21,25 toneladas e cujo valor entregue de produção foi de R\$ 201.880,00.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

**Figura II.** Valor estimado da Produção em toneladas e valor total da Produção (R\$) dos Principais Municípios Produtores de Tilápia no Estado do Piauí durante o ano de 2020.



**Fonte:** Dados filtrados no Observatório da Pecuária Brasileira/IBGE (2022)

A tilápia tem ótima tolerância a altas temperaturas, cresce muito rapidamente e apresenta vantagens ao se reproduzir em cativeiro, gerando elevado custo-benefício, sendo assim uma oportunidade para o produtor de regiões de clima quente como a maioria das cidades do Estado do Piauí. De acordo com COSTA, *et al.* (2022b) esta espécie é o pescado mais produzido no Brasil, mas também requer atenção especial no quesito ambiental na indústria de pescados quanto à geração de resíduos orgânicos da filetagem (cabeça, carcaça, barbatanas, vísceras, escamas e pele) responsável por certa de 70% dos descartes.

Os mesmos autores propõem alternativa animadoras como solução para este problema que indiretamente remete a vários outros relacionados à perda de valor econômico, poluição de locais causando mau cheiro, atração de insetos, favorecimento de doenças e riscos à saúde pública, a saber: a extração de colágeno da pele de tilápia com consequente agregação de valor financeiro e comercial. Ainda para Lee

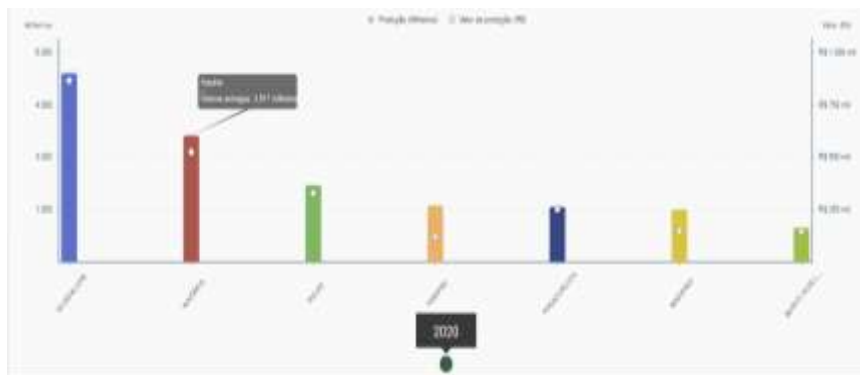
## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

*et al.* (2001) a tilápia gera colágeno que possui propriedades naturais de baixa resposta imune, baixa toxicidade e a capacidade promover o crescimento celular e a reconstrução dos tecidos em seres vivos, o que amplificam ainda mais seu interesse por parte das indústrias alimentícia, farmacêutica e de cosméticos.

### Aquicultura: Categoria Forma Jovem – Espécies Alevinos

Para a variedade da produção da “forma jovem” e especificamente “alevinos” identificou-se sete municípios produtores que juntos somaram cerca de 16.887 milheiros de produção, gerando um valor total de produção de R\$ 2.388,65 para o ano de 2020 (**Figura III**).

**Figura III.** Produção em milheiros e valor total da Produção (R\$) para a categoria forma jovem da tilápia nos Principais Municípios do Estado do Piauí durante o ano de 2020.



**Fonte:** Dados filtrados no Observatório da Pecuária Brasileira/IBGE (2022)

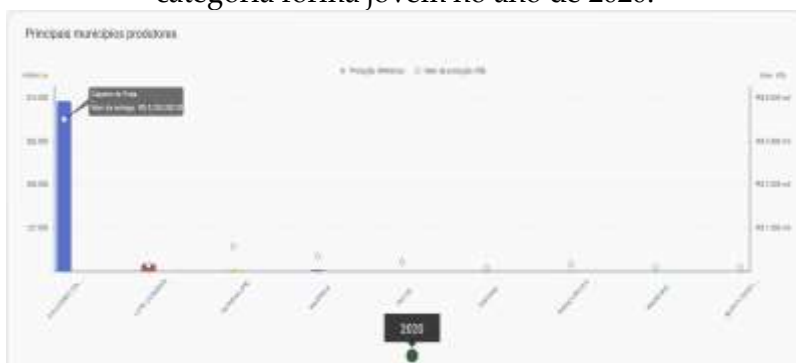
A cidade de Nazária teve destaque com volume entregue de 3.617 milheiros, disponibilizando R\$ 524,470. O município de Buriti dos Lopes gerou R\$ 147.000,00 com volume entre de 980 milheiros. Está cidade dista cerca de 300 Km da capital Teresina (PI). A Associação Brasileira

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

de Piscicultura destacou que o Brasil produziu 432.149 toneladas de pescado somente com a tilápia, o que representou aproximadamente 57% de toda a piscicultura somente no ano de 2019, ocupando a colocação de quarto maior produtor mundial nessa categoria (ABP, 2020). Neste contexto, o potencial produtivo é uma alternativa para ajudar no desenvolvimento econômico destas cidades do sul do Piauí e na formação de novas empresas rurais voltadas para o setor de peixes, considerando que o mesmo é aceito pela maioria dos consumidores que valorizam uma alimentação mais consciente, uma produção sustentável social, ecológica e devido a sua alta capacidade para exportar.

A combinação de espécies de larvas de camarão e alevinos gerou uma produção final de 539.042 milheiros, com valor de R\$ 7.860,2 mil em nove municípios: Cajueiro da Praia, Luis Correia, Guadalupe, Nazária, Picos, Piripiri, Piracuruca, Madeiro e Buriti dos Lopes. As duas regiões litorâneas de Cajueiro da Praia e Luis Correia foram responsáveis por contabilizarem juntas aproximadamente R\$ 5.471,550 com volume de produção de 522.155 milheiros (**Figura IV**).

**Figura IV.** Principais municípios produtores do Estado do Piauí para a combinação de espécies de Lavas de Camarão e de Alevinos na categoria forma jovem no ano de 2020.



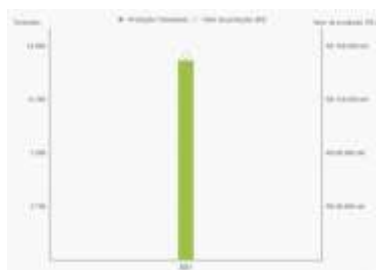
Fonte: Dados filtrados no Observatório da Pecuária Brasileira (2022)

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

### Aquicultura: análise global de municípios no Estado do Piauí

Para o ano de 2021 na categoria “Engorda”, selecionando todos os 222 municípios piauiense e variedade de produção de vinte espécies totais contidas na Plataforma (Camarão, carpa, curimatã, cachara, cachapira, dourado, jatuarana, piabanha, piracanjuba, lambari, matrinxã, ostras, vieiras, mexilhões, pacu, patinga, piau, piapara, piaucu, piava, tambacu, tambatinga, tambaqui, tilápia, traíra, trairão, truta, tucunaré, pintado, pitachara, surubim, pirapetinga, prapitinga, pirarucu), registrou-se que no Piauí, apenas 10 espécies são produzidas, oriundo de 170 municípios, os quais geraram uma produção total de 14.001,3 toneladas, com valor total de produção de 153.006,76 milhões de reais (**Figura V -A**). Já para a forma jovem, identificou-se produção total de 522.843 milheiros, com valor total de 7613,2 milhões para produção, em cerca de apenas 8 municípios e com duas espécies de variedade (**Figura V-B**).

**Figura V.** Evolução da produção total em toneladas (ton) e valores brutos (R\$) para a categoria engorda (A) e forma jovem (B) no Estado do Piauí durante o ano de 2021.



A



B

**Fonte:** Dados filtrados no Observatório da Pecuária Brasileira/IBGE (2023)

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Para Prunier *et al.* (2023) a manutenção de funções e serviços dos ecossistemas aquáticos há a necessidade de promoção políticas econômicas e ambientais da diversidade genética, além de investimentos na adaptação das espécies de peixes, sejam elas selvagens ou naturais da região, o que melhoraria o risco de extinção e erosão genéticas destas populações. Estratégias podem ser utilizadas para elevar o desempenho de crescimento, pesos médios finais, taxas de crescimento específicas, ganhos de peso diários, alimentação, taxas de conversão e sobrevivência em fases de engorda e crescimento através de rações específicas e de boa qualidade, seja em tanques de terra, concreto ou plástico, inclusive não impactando a qualidade da água, reduzindo custos de produção, elevando o lucro dos produtores e conseqüentemente da localidade (Anani *et al.*, 2023).

### **Conclusões**

A criação de peixes é uma promissora alternativa para gerar renda, emprego, ocupação principalmente porque estimula a produção de alimentos seja para as famílias e os consumidores. Considerando a conjuntura global, a aquicultura segue em crescimento, sendo uma excelente oportunidade para a manutenção, criação e inovação de Programas e projetos de assistência técnica ou de extensão rural, o que vem a fortalecer toda a cadeia de criação de peixes nos municípios do Piauí, seja para os piscicultores ou para aqueles agricultores que desejam ingressar neste ramo. Os municípios piauienses apresentam forte potencial voltado para a qualidade e durabilidades desta atividade, sendo um campo rico para que outras cidades possam interagir da economia do Estado por meio da criação, reprodução e revenda de peixes, tanto de forma primária, quanto de maneira complementar à atividade principal da propriedade.

Pelo tempo de duração entre as fases de alevino, juvenis e engorda, áreas pouco exigentes para produção (tanques, caixas d'água, sistema de



## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

irrigação) é necessário políticas públicas de apoio à pesquisa quanto aos fatores de qualidade da água, ambiente, clima e espécies mais adaptadas a serem criadas pelos diferentes estabelecimentos situados de norte a sul do Piauí, pois existe uma vocação e mercado consumidor para peixes. Observa-se pelas informações aqui geradas nesta pesquisa, tais como a quantidade de espécies de peixes produzidas, os valores gerados na comercialização, e o número concentrado de municípios que se destacam na aquicultura piauiense, é evidente o potencial de maximização desta atividade comercial e a inserção de mais localidades, propriedades e famílias de proprietários em um período curto que resultará em qualidade de vida, elevação da lucratividade, igualdade social, através da criação e do processo de criação/reprodução de diferentes espécies de peixes.

### Referências

ANANI, Francis A. et al. Profitability of Using Five Different Commercial Tilapia Starter Feeds on the Ghanaian Market in Nile Tilapia, *Oreochromis niloticus* Fingerlings Production. **Aquaculture Studies**, v. 24, n. 2, 2023.

BRAZILIAN ASSOCIATION OF FISH FARMING – ABP (2020) **Anuário Peixe BR da Piscicultura**. <https://www.peixebr.com.br/anuario-2020/>. Accessed 05 Jan 2023 (in Portuguese)

COSTA, M. N. F. et al. Physiological responses of tambaqui (*Colossoma macropomum*) fed diets supplemented with silage from fish and vegetables residues. **Brazilian Journal of Biology**, v. 84, 2022a.

COSTA, F. T. et al. Evaluation of physicochemical properties of Nile tilapia skin collagen extracted in acid médium. **Brazilian Journal of Biology**, v. 84, 2022b.

## Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2

DINIZ. Marcadores moleculares e suas aplicações na aquicultura. In: Tavares-Dias, M. & Mariano, W.S. (Org.). Aquicultura no Brasil: novas perspectivas. São Carlos, Editora Pedro & João, 2015

DUARTE, C. M. *et al.* **Will the oceans help feed humanity?** BioScience, American Institute of Biological Sciences, v. 59, n. 11, p. 967-976, 2009.

HASSAN, H. U. *et al.* Growth performance and survivability of the Asian seabass *Lates calcarifer* (Bloch, 1790) reared under hyper-saline, hypo-saline and freshwater environments in a closed aquaculture system. **Brazilian Journal of Biology**, v. 84, 2022.

LEE, C.H., SINGLA, A. and LEE, Y., 2001. **Biomedical applications of collagen.** **International Journal of Pharmaceutics**, vol. 221, no. 1-2, pp. 1-22. [http://dx.doi.org/10.1016/S0378-5173\(01\)00691-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0378-5173(01)00691-3). PMID:11397563.

MARTINS, D. S. M. *et al.* Transferência tecnológica da ostreicultura em comunidade de marisqueiros do município de raposa, Maranhão. In: ZUFFO, A. M. (Org). Aquicultura e pesca: adversidades e resultados Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

OLIVEIRA *et al.* Fisiologia de arraias de água doce: subsídios para aplicabilidade na aquicultura. In: Tavares-Dias, M. & Mariano, W.S. (Org.). Aquicultura no Brasil: novas perspectivas. São Carlos, Editora Pedro & João, 2015

PESSOA, MCPY *et al.* Aquisys 1.2-Sistema informatizado de apoio às boas práticas de manejo (bpm) e gestão ambiental da aquicultura. In: **Embrapa Meio Ambiente-Resumo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE AQUICULTURA E BIOLOGIA AQUÁTICA, 6., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2014., 2014.

PRUNIER, Jérôme G. *et al.* Genetic erosion reduces biomass temporal stability in wild fish populations. **Nature Communications**, v. 14, n. 1, p. 4362, 2023.

SAMPAIO, A.V.; ONO, E.A.; KUBTIZA, F. LOVSHIN, L.L., **Planejamento da produção de peixes**, Campo Grande, 1998. 60p.

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

SIQUEIRA, T. V. **Aquicultura: a nova fronteira para aumentar a produção mundial de alimentos de forma sustentável.** Boletim regional, urbano e ambiental | 17 | jul.-dez. 2017.

TAYYAB K, ASLAM S, GHOURI MA, ABBAS AS, HUSSAIN A. **Consequential study on different levels of C/N ratios used in biofloc-based aquaculture system.** Braz J Biol 2023;83.

ZUFFO, A. M. **Aquicultura e pesca: adversidades e resultados** [recurso eletrônico] /- Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

## CURRÍCULOS

### ORGANIZADORES :

#### **Antonia Valtéria Melo Alvarenga**

Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESP. E-mail: [valterialvarenga@cchl.uespi.br](mailto:valterialvarenga@cchl.uespi.br); [antoniaalvarenga@professor.uema.br](mailto:antoniaalvarenga@professor.uema.br); [Professora do Programa de Pós-Graduação em História – PROFHISTORIA da UESPI.](#)

#### **Jakson dos Santos Ribeiro**

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do Programa de Pós-Graduação em História MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEMA). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA [.jaksonribeiro@professor.uema.br](mailto:jaksonribeiro@professor.uema.br)

#### **João Batista Vale Júnior**

Professor adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí.

### AUTORES:

#### **Alcebiades Costa Filho**

Professor doutor, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Piauí, [alcebiadescf@yahoo.com.br](mailto:alcebiadescf@yahoo.com.br), <http://lattes.cnpq.br/6863899842245877> .

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

### **Alison Rodrigo Barbosa da Silva**

Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA / e-mail: [alisonrobarbosa@gmail.com](mailto:alisonrobarbosa@gmail.com)

### **Amanda Cristina Almeida Ramos Correia**

Graduada em História, Universidade Estadual do Maranhão, [amanddaoim@gmail.com](mailto:amanddaoim@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/8421850956040125>

### **Ana Clara Soares Sousa**

Bacharela em Direito pela Universidade Estadual do Piauí, Advogada inscrita na OAB/PI. Lattes: [lattes.cnpq.br/1454969562474824](http://lattes.cnpq.br/1454969562474824)

### **Antonia Valtéria Melo Alvarenga**

Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESP. E-mail: [valteriaalvarenga@cchl.uespi.br](mailto:valteriaalvarenga@cchl.uespi.br); [antoniaalvarenga@professor.uema.br](mailto:antoniaalvarenga@professor.uema.br)

### **Antonio Xavier Miranda Neto**

Professor no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Licenciado em Letras e em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista Literatura e Ensino, Gestão Educacional e Escolar, Educação Especial e Inclusiva pela UEMANET, em Língua Portuguesa e Matemática pela UFMA, em História do Brasil e Docência do Ensino Superior pela FACULESTE, e em Estudos Afro no Instituto de Educação Superior Franciscano (IESF).

### **Auricelia do Nascimento Melo**

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR (Universidade de Fortaleza), Especialista em Direito Previdenciário, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí, Mediadora

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

Judicial, Advogada inscrita na OAB-PI. Lattes: [attes.cnpq.br/3103087700737723](https://attes.cnpq.br/3103087700737723), ORCID: [orcid.org/0000-0002-3866-6014](https://orcid.org/0000-0002-3866-6014)

### **Claudenice Maria Silva de Santana**

Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [clauestudos27@gmail.com](mailto:clauestudos27@gmail.com).

### **Ednardo da Silva Santos**

Graduando em Zootecnia – Universidade Estadual do Piauí. Email: [ednardosantos@aluno.uespi.br](mailto:ednardosantos@aluno.uespi.br).

### **Francisco Marques Cardozo Júnior**

Doutor em Ciência Animal - UFPI, Professor Associado I – Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: [cardozo@cca.uespi.br](mailto:cardozo@cca.uespi.br)

### **Gabriel Rocha da Silva**

Mestre em História do Brasil – UFPI. Email: [gabrielr5431@gmail.com](mailto:gabrielr5431@gmail.com)

### **Ivana Cosme Cardozo**

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Email: [icosmec@aluno.uespi.br](mailto:icosmec@aluno.uespi.br).

### **Jakson dos Santos Ribeiro**

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do Programa de Pós-Graduação em História MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEMA). Coordenador do Grupo

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA  
[jaksonribeiro@professor.uema.br](mailto:jaksonribeiro@professor.uema.br).

### **Joseli Lima Magalhães**

Advogado, Escritor e Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Doutor em Direito Processual pela PUC-MINAS. E-mail: [joselilima@ccsa.uespi.br](mailto:joselilima@ccsa.uespi.br)

### **Marcelo de Sousa Neto**

Doutor em História - UFPE, Professor Associado – UESPI e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – UFPI. E-mail: [marcelo@ccm.uespi.br](mailto:marcelo@ccm.uespi.br)

### **Marcia Milena Galdez Ferreira**

Doutora em História. Professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: [marciaferreira@professor.uema.br](mailto:marciaferreira@professor.uema.br)

### **Maria Joyce Silva**

Graduada em História pelo Programa Ensinar, UEMA/Polo Codó-MA

### **Mateus Alves Melo**

Especialista em Economia Internacional e Diplomacia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da rede municipal de Carpina/PE. E-mail: [mateusmelo1974@gmail.com](mailto:mateusmelo1974@gmail.com).

### **Rodolfo dos Santos Sousa**

Graduando em Zootecnia – Universidade Estadual do Piauí. Email: e-mail: [rodolfosousa@aluno.uespi.br](mailto:rodolfosousa@aluno.uespi.br).

## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**

### **Thiago Nunes Soares**

Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) – *Campus* Mata Norte. E-mail: [thiago.nsoares@upe.br](mailto:thiago.nsoares@upe.br)

### **Welliton Fernando Pereira Soares**

Graduando do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: [soares.f@acad.ifma.edu.br](mailto:soares.f@acad.ifma.edu.br)



## **Mostra de pesquisa científica: expectativas e resultados -Vol. 2**



**História**  
Licenciatura



**Editora**  
**Uema**